Inovação
Startup vai testar em lavouras do Mato Grosso o maior drone agrícola de pulverização do mundo B7

Entrevista
'A Petrobras é nossa principal cliente', afirma Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama A16

Brasil-Arábia Saudita
Diálogo se torna mais intenso entre os dois países e gera expectativa de aumento nos investimentos Especial

Terça-feira, 25 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6029 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

Preços das commodities determinam rumos das companhias do agronegócio

Balanços No 1º tri, frigoríficos registraram resultados melhores, grãos e insumos amargaram prejuízos ou queda no lucro e usinas tiveram desempenhos mistos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Os preços das commodities agrícolas influenciaram de formas distintas os resultados financeiros das empresas do setor no 1º trimestre. Se para os frigoríficos a queda dos preços de soja e milho baixou custos da ração animal e melhorou margens, para produtoras de grãos o efeito foi negativo. Chamou atenção de analistas a forte resiliência interna, que pode continuar. "A demanda no mercado doméstico não era esperada", diz Leonardo Alencar, da XP.

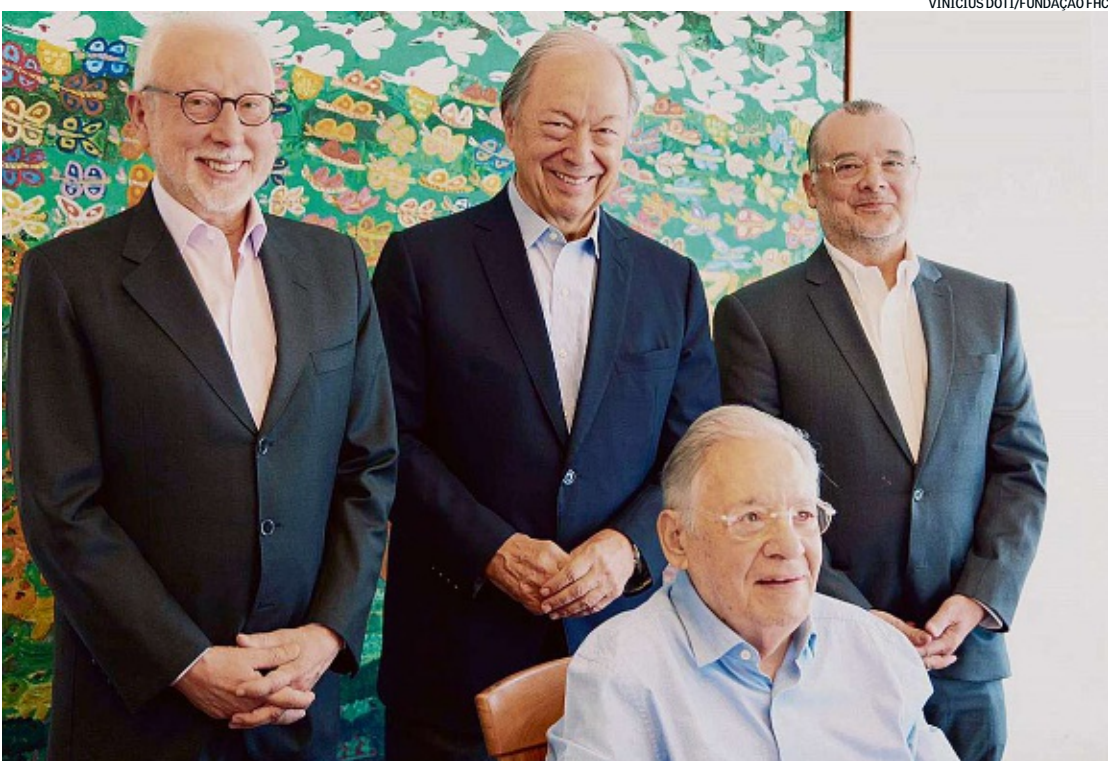
Levantamento do **Valor Data** a partir do balanço de 23 companhias do agronegócio indica resultado positivo para 14 delas e negativo para as demais. Os setores de grãos e insumos foram os que mais amargaram prejuízos ou queda no lucro. As usinas tiveram desempenhos mistos, enquanto os frigoríficos ficaram com os maiores resultados. Gustavo Troyano, do Itaú BBA, diz que o destaque ficou para JBS e BRF, por causa da melhoria de rentabilidade na indústria de frango de Brasil e EUA.

A JBS encerrou o 1º trimestre com lucro líquido de R$ 1,65 bilhão, contra prejuízo de R$ 1,45 bilhão no mesmo período de 2023. A Seara, negócio de aves e suínos da JBS, registrou Ebitda ajustado de R$ 1,19 bilhão no período, crescimento de 711,1% em comparação com o 1º trimestre de 2023. A BRF teve lucro líquido de R$ 594 milhões, com margens melhores e diversificação nas exportações. O 1º trimestre foi o melhor de sua história. Em igual período de 2023, o prejuízo foi de R$ 1,024 bilhão.

No setor sucroenergético, a Raízen saiu de lucro para prejuízo no 4º trimestre da safra 2023/24. A São Martinho elevou quatro vezes o lucro do período, mas por causa de precatórios da ação da Copersucar contra o extinto Instituto do Açúcar e do Álcool. "Nas usinas, o melhor momento para açúcar já passou", afirma Troyano. Todas as empresas do setor de insumos, por sua vez, tiveram prejuízo ou queda no lucro, prejudicadas pelas margens menores. Para Troyano, preços de grãos menores na comparação anual devem seguir afetando negativamente empresas do setor, como SLC, 3tentos e Vittia. "É um ano de maior pressão sobre as margens em função da quebra de safra e de preços mais baixos", afirma Aurélio Pavinato, CEO da SLC. Página B8

Magalu e AliExpress fecham acordo

Adriana Mattos
De São Paulo

O Magazine Luiza e o AliExpress, operação da gigante chinesa Alibaba no país, firmaram uma parceria estratégica que deve ter início a partir do terceiro trimestre. Pelo acordo, o AliExpress passará a ser um lojista do marketplace do Magalu, para uma linha de produtos específica, e a varejista brasileira venderá os seus produtos na plataforma da empresa asiática. É a primeira vez que uma varejista nacional vira parceira de um grande grupo chinês. Para analistas, o acordo vai ampliar a oferta de itens do Magalu, melhorando o sortimento, e com espaço para elevar tráfego de clientes e recorrência. As ações ON do Magazine Luiza lideraram as altas do Ibovespa ontem, com valorização de 12,28%. Página B5

VINÍCIUS DOTI/FUNDAÇÃO FHC

Persio Arida, Pedro Malan, Gustavo Franco e Fernando Henrique (a partir da esq.) comemoram os 30 anos do Plano Real

RICARDO STUCKERT / PR

O presidente Lula visitou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em SP. FHC completou 93 anos na última semana

Derrota da hiperinflação foi além da troca da moeda

Alex Ribeiro, Maria Cristina Fernandes, Marsílea Gombata e Álvaro Campos
De São Paulo

Às vésperas do aniversário do Plano Real, que começou a circular em 1º de julho de 1994, alguns dos personagens que estiveram engajados em diferentes fases do programa de estabilização procuram esclarecer que o sucesso do plano não foi resultado de "mágica" da moeda indexada inspirada numa ideia original dos economistas André Lara Resende e Persio Arida.

Condições políticas favoráveis, Congresso em maior harmonia com o Executivo e um processo de implementação correto contribuíram, mas a principal variável que explica o êxito foi o funcionamento da democracia brasileira, afirmou o economista Pérsio Arida, em evento sobre os 30 anos do plano, na Fundação FHC, em São Paulo.

Da mesma forma que o descontrole das contas públicas é hoje uma das principais dores de cabeça para o Banco Central cumprir as metas de inflação, há 30 anos o Plano Real foi lançado sem que houvesse ajuste fiscal que garantisse a derrota da hiperinflação. Foi apenas em 1998 que o Brasil pôs em prática um plano consistente de equilíbrio das finanças públicas. Só então, com o fim do regime de câmbio sobrevalorizado, o programa foi de fato vitorioso.

De lá para cá, as instituições monetárias se fortaleceram, com a criação do Copom, a adoção do regime de metas de inflação e a independência do BC. Mas a disciplina orçamentária se mostrou elusiva. "Nosso grande desafio hoje está em sucessivos governos mostrarem que têm visão fiscal sustentável", diz o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan. Páginas A2 e A4

A maior honra da minha vida

Nizan Guanaes
Para o Valor, de São Paulo

A maior honra da minha vida não é nenhum dos prêmios que ganhei. Tudo isso já passou. A maior honra da minha vida é aquilo que nunca passará: a comunicação do Plano Real. O embaixador Rubens Ricupero disse numa entrevista para "O Globo" que "a comunicação foi absolutamente fundamental" para o sucesso do Plano Real. Este é o grande prêmio, o Grand Prix.

Planos anteriores fracassaram, entre outros motivos, porque lhes faltou plano político — o que o FHC soube construir, coordenar e pilotar. Já na frente da comunicação estava o maior homem de comunicação política que o Brasil já teve: Geraldo Walter. Ele era o estrategista, e eu era o seu publicitário. O papel da comunicação era claro: como descomplicar o complicado. O intelectual Fernando Henrique Cardoso, que tem seus livros traduzidos em muitas línguas, finalmente foi traduzido para o povo brasileiro. Eu tinha 35 anos na época da campanha do Real e não tinha noção do que estávamos construindo. Hoje sei que esta campanha viverá muito além de mim. Através dela, a publicidade fez mais do que marketing. Fez história. Página B2

O mercado e o respeito à legislação
Marcelo Trindade C6

Indicadores

Ibovespa	24/jun/24	1,07 %	R$ 18,1 bi
Selic (meta)	24/jun/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	24/jun/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	24/jun/24		5,3994/5,4000
Dólar comercial (mercado)	24/jun/24		5,3903/5,3909
Dólar turismo (mercado)	24/jun/24		5,4154/5,5954
Euro comercial (BC)	24/jun/24		5,7919/5,7931
Euro comercial (mercado)	24/jun/24		5,7869/5,7876
Euro turismo (mercado)	24/jun/24		5,8414/6,0214

Apple é acusada de violar lei na União Europeia

Dow Jones, de Bruxelas

A União Europeia (UE) acusou a Apple de descumprir nova lei de concorrência digital, alegando que a loja de aplicativos da fabricante do iPhone não permite que desenvolvedores direcionem livremente clientes para formas alternativas de compras. As acusações são as primeiras a serem emitidas sob a Lei de Mercados Digitais da UE, em vigor a partir deste ano. A Apple pode ser multada em até 10% de sua receita mundial se os reguladores do bloco determinarem que a empresa violou as regras da lei. Página B6

Justiça afasta cobrança de ITCMD sobre herança no exterior

Adriana Aguiar
De São Paulo

Contribuintes têm conseguido afastar a cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre heranças ou doações de bens no exterior. Em sentença considerada inovadora por tributaristas, a 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo excluiu a cobrança de R$ 6,9 milhões de ITCMD de um brasileiro que recebeu um imóvel localizado em Mônaco de herança da sua avó. A decisão também determinou a sustação do protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA).

O caso, antes de ir ao Judiciário, estava sendo julgado administrativamente e ficaria fora das regras definidas em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros decidiram, em repercussão geral, em março de 2021, que os Estados e o Distrito Federal só podem cobrar ITCMD nos casos em que o doador reside fora ou de bens e heranças no exterior se houver edição de lei complementar, o que ainda não aconteceu. E determinaram que a decisão valeria a partir de abril do mesmo ano, mas que contribuintes com ações judiciais em andamento seriam beneficiados. Nada falaram, porém, sobre processos administrativos.

"Não obstante o entendimento do STF, o Estado vem cobrando os contribuintes, sem que exista respaldo legal", diz a advogada do contribuinte, Mariana Zonenschein. Página E1

Destaques

Prêmio de jornalismo da CVM
Reportagens do **Valor** estiveram entre os vencedores do 17º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor da CVM. Com "Pix acelera inclusão financeira e banco rentabiliza nova base", a repórter Adriana Cotias ganhou na categoria "Jornal". Já a matéria "Saiba como investir em empresas menos famosas expostas à inteligência artificial", de Gabriela Elis da Cunha e Nathália Larghi, do **Valor Investe**, venceu em "Mídia Digital".

PIB argentino cai 5,1% no 1º tri
O PIB argentino caiu 5,1% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2023, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). Com isso, a Argentina entrou em recessão técnica — a queda da atividade foi de 1,6% no último trimestre do ano passado. Os grandes cortes de gastos de Javier Milei esfriaram ainda mais a economia. A13

Um olhar não ortodoxo para juros astronômicos

Pedro Cafardo

Muitos jovens que trabalham na Faria Lima, em São Paulo, nem haviam nascido quando o Brasil viveu seus terríveis anos de hiperinflação, nas décadas de 1980 e 1990. Mas é possível que eles carreguem nas costas, além dos característicos coletes almofadados, algum resquício do trauma daquele período, transmitido pelas gerações então castigadas.

Semanas atrás, o mercado se assustou quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ser a meta de inflação brasileira "exigentíssima" e "inimaginável". O alvoroço se deu porque, para o mercado, ajustar para cima a meta de 3% ao ano seria um estímulo à volta da inflação e, talvez, aos anos terríveis.

Debelada a hiperinflação, em 1995, o país viveu quase sempre sob as taxas de juros reais mais altas do mundo. Um cálculo do professor Carlos Alberto de Augustini (FGV), publicado pela "Folha de S.Paulo", mostra que as aplicações em renda fixa (CDI) deram retorno de 7.927% nos 30 anos do real, período em que a inflação (IPCA) acumulou alta de 704%. Ou seja, os ganhos foram mais de 11 vezes superiores à inflação.

Outro exemplo, agora deste século, indica que, desde 2005, os juros reais de cinco anos no Brasil foram, em média, de 6,5% ao ano. Esse nível permite a um rentista dobrar seu capital em 11 anos. Nos EUA, com juros reais de 0,4% ao ano no mesmo período, seriam necessários 173 anos para o investidor dobrar seu capital.

Os juros reais brasileiros foram e são astronômicos e, indiscutivelmente, não há economia que possa ter crescimento continuado com taxas nesse nível.

Afinal, por que isso acontece? Claro que o trauma dos anos 1980 e 1990 não é a razão principal. Na quarta-feira passada, o Banco Central, manteve a Selic em 10,5% ao ano, aplaudido pelo mercado e sob o argumento de que as conjunturas doméstica e internacional seguem incertas e exigem moderação. Mas por que aqui os juros reais precisam ser de mais de 6% ao ano, nível muito superior ao do resto do mundo?

A explicação ortodoxa, dominante, é superconhecida: o Brasil tem um problema fiscal, gasta mais do que arrecada. Quem quiser, porém, uma resposta não ortodoxa pode ler o Capítulo 10 — escrito pelo mestre em economia Bruno Mader, cientista social da USP — do megalivro "Financeirização, Crise, Estagnação e Desigualdade".

Em trabalho acadêmico, Mader observa que os juros altíssimos são ao mesmo tempo causa e consequência da formação de um bloco político no Brasil: a coalizão financeiro-rentista. Ele se vale do economista polonês Michal Kalecki (1899-1970), que viu na curva de Philips a expressão de um conflito entre três blocos políticos na economia: bancário-rentista, industrial e trabalhista.

Teoricamente, esses blocos teriam preferências divergentes em relação às políticas monetária e fiscal. O bancário-rentista se beneficia dos juros altos. O industrial e o trabalhista têm vantagem com juros baixos. Kalecki observou que a taxa de juros varia como um pêndulo, servindo a um bloco ou outro dependendo do contexto inflacionário. Em algum momento, o bloco industrial se preocupa com a economia aquecida, que se aproxima do pleno emprego. Nessa hora, abandona o apoio à política monetária favorável aos trabalhadores e alinha-se ao bloco bancário-rentista. Alinhados, ambos defendem o aumento dos juros, afirmando que a inflação estaria fora do controle.

Bruno Mader faz então uma interessante observação: por causa do processo de financeirização, especialmente no Brasil, as empresas não financeiras (indústrias, por exemplo) passaram a ter parte relevante das receitas advindas de investimentos financeiros (não operacionais). Por isso, o pêndulo de Kalecki passou a se inclinar muito mais para uma coalizão rentista-industrial, já que os juros altos beneficiam os dois blocos. Ao mesmo tempo, deu-se uma espécie de "captura regulatória", pela qual instituições são dominadas pelos interesses daqueles que elas deveriam regular.

Quaisquer que sejam as explicações para os juros astronômicos, fato é que, a despeito de ajudar a controlar a inflação, eles deixam sequelas devastadoras para a sociedade: baixo crescimento, aumento da dívida pública e ampliação da desigualdade de renda e riqueza.

Bronca da Conceição

Ao falar em concentração de renda e riqueza, ampliada no mundo com o neoliberalismo a partir dos anos 1980, vem a lembrança da grande economista luso-brasileira Maria da Conceição Tavares, que morreu em 8 de junho e foi estridente defensora da justiça social. Em agosto de 1995, no programa "Roda Viva" há dias reprisado pela TV Cultura, ela encerrou o programa dando um puxão de orelhas ao mesmo tempo maternal e agressivo nos economistas de então, uma mensagem mais do que atual:

"A economia não se preocupa com a justiça social e condena os povos a algo que está ocorrendo no mundo inteiro, uma brutal concentração de renda, com desemprego e miséria. Isso está acontecendo até no Norte. Não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos, na França e na Alemanha. Isso pra mim não é economia, é coisa do demo. É coisa de tecnocrata alucinado que acha que está tudo bem.

"Não está tudo bem. Eu sou da esquerda tradicional, a do Norberto Bobbio mesmo. Eu me preocupo desde que nasci, porque meus país também se preocupavam, com a justiça social. Uma economia que precisa primeiro estabilizar, depois crescer e só então distribuir é uma falácia. E tem sido uma falácia: não estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui.

"Essa é a história da economia brasileira desde o pós-guerra. Ver os meus queridos amigos, que junto comigo diziam que tínhamos que fazer ao mesmo tempo estabilização, crescimento e distribuição, que lutaram comigo no movimento de economistas, dizer hoje o contrário do que disseram é uma das maiores dores da minha vida. Isso é dor, mas também é raiva por tanta energia para lutar por aquilo que o velho Bobbio e todos os jovens lutaram. Se não se preocupa com a justiça social, com quem paga a conta, você não é um economista sério. Você é um tecnocrata".

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Conjuntura Evento na Fundação FHC reúne ex-colaboradores do plano que implantou moeda

Para pais do Real, condições políticas se estreitaram

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

"Imagine." Tasso Jereissati e Clóvis Carvalho responderam em uma só voz. A pergunta era se o Plano Real passaria pelo Congresso de hoje. O ex-senador tucano virou o celular para si como se fizesse uma "selfie". "Eles agora só pensam nisso", comentou, numa referência à superexposição dos parlamentares nas redes sociais. O ex-chefe da Casa Civil de Fernando Henrique Cardoso disse que, a despeito do ceticismo dos economistas, o ex-presidente sempre apostou que o Congresso aprovaria o Real porque precisava de uma pauta positiva para se apresentar ao eleitor - "Mas esse de agora tá difícil."

Jereissati e Carvalho estavam na plateia do evento promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso na tarde de ontem com quase toda a equipe que fez o Plano Real, 30 anos atrás. Ao fim do evento, a mesa de expositores e a plateia tinham virado uma coisa só. Todos se alternavam em contar os "causos" da implantação da moeda.

Na bancada de expositores, o ex-ministro Rubens Ricupero definiu os economistas que comandou por cinco meses como personagens do livro "Jovem audaz no trapézio voador", do escritor americano de origem armênia William Saroyan. Disse que, 30 anos depois, o povo se convenceu da "malignidade da inflação", mas teme que os políticos não. "Para eles a inflação não tem nada a ver com gasto".

Jereissati tomou as dores. "Tenho que defender nossa categoria de políticos da visão de que vocês ajeitam e nós vamos lá e gastamos. Mário Covas era o grande líder no Congresso. E ele foi defender o Real desde o primeiro momento sem estar convencido dele."

Cada um tinha uma história pra contar da reação do ex-senador e ex-governador paulista, morto em 2001, à intervenção no Banespa decretada pelo governo FHC. A melhor foi a do ex-secretário do Tesouro Murilo Portugal: "Ao lado do Covas disse a Fernando Henrique que estávamos fazendo das tripas coração para salvar o banco, quando ele emendou, 'ele tem tripas, não coração'".

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Arida: "Não foi só o Congresso que mudou, o Judiciário não tinha o papel que tem hoje"

A bancada de expositores era formada por Pedro Malan, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Persio Arida, Rubens Ricupero e Arminio Fraga, remotamente. André Lara Resende ausentou-se em função da missa de sétimo dia da mãe.

FHC, que, aos 93 anos, não tem mais condições de saúde para comparecer a um evento do gênero, era onipresente. Pela manhã, Malan, Franco e Arida o visitaram em seu apartamento em Higienópolis e saíram minutos antes da chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez coincidir sua visita com o aniversário da moeda.

Na plateia, além de Jereissati, Carvalho e Portugal, muitos outros colaboradores daquele governo, como Martus Tavares, Amaury Bier, Andrea Calabi, Alkimar Moura, Elena Landau, Andrea Matarazzo, Eduardo Loyo e Nelson Jobim, dividiam a sala estreita de seminários da fundação com Pedro Moreira Salles, Horácio Lafer Piva e ex-colaboradores de governos petistas como Cristóvão Buarque e Luiz Awazu Pereira, cotado para voltar ao Banco Central.

Diretor da fundação e mediador do encontro, Sérgio Fausto, fustigou sobre as condições políticas da época comparadas às de hoje. Arida, depois do evento, comentava as diferenças gigantescas: "Não foi apenas o Congresso que mudou. O Judiciário não tinha o papel que tem hoje".

Bacha, encarregado de negociações com o Congresso, disse que havia a consciência de que quem apoiasse um plano com capacidade de parar abruptamente a inflação se elegeria. "O Centrão talvez tivesse dado menos trabalho que o MDB com a URV porque está mais à direita, mas hoje seria mais difícil, e menos agradável, porque o Orçamento está mais rígido."

Malan recorreu a Millôr Fernandes para definir as razões da popularidade do Real: "Sobrava mais mês no salário do trabalhador". Ao seu lado, Gustavo Franco contabilizava a queda dos 46,6% de inflação em junho de 1994 para 6,7% no mês seguinte. E resumiu o acumulado desses 30 anos: "Falem de crise cambial e do que mais quiserem, mas quem fizer melhor que deixe o currículo na portaria".

Mais sobre o Plano Real na página A4

Democracia é explicação para êxito do plano, diz Arida

Marsílea Gombata e Álvaro Campos
De São Paulo

Condições políticas favoráveis, Congresso em maior harmonia com o Executivo e um processo de implementação exitoso contribuíram positivamente para o Plano Real, mas a principal variável que explica o seu êxito foi o funcionamento da democracia brasileira, afirmou o economista Pérsio Arida, nesta segunda-feira (24).

Um dos palestrantes no seminário sobre os 30 anos do Plano Real, na Fundação Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, Arida disse que o Real se tornou um bem público e o seu grande lastro é a própria democracia.

"A democracia motivou toda estabilização", afirmou Arida, um dos idealizadores do Plano Real. "A democracia penaliza o governante que não resolver o problema que mais afeta a população, que, mais que desemprego, é a inflação. O motor do plano de estabilização e do real é o próprio funcionamento sistema democrático."

No evento, o ex-presidente do Banco Central e um dos pais do Plano Real Gustavo Franco afirmou que uma das principais coisas que a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso fez foi reconstituir o papel de autoridade monetária do BC, que havia sido engolido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ele lembrou que a inflação no último ano do Cruzado foi de quase 10.000% e caiu para 33% no primeiro ano do real. "Em 1998 tivemos 1,6% de inflação. É um número que mesmo confrontado com o cenário de hoje soa muito bem."

Arminio Fraga, ex-presidente do BC, lembrou que a mudança do regime cambial no fim dos anos 1990 foi crucial para a origem do tripé macroeconômico. "Cheguei com uma ideia. Vamos partir para um caminho novo, esse caminho de câmbio administrado já deu o que tinha que dar", lembrou.

Uma vez definido o regime cambial, lembrou, havia a preocupação com o controle inflacionário. "Se o câmbio vai flutuar, quem vai tomar conta da inflação?", afirmou. "E aí apareceu esse apelido de 'tripé', meta da inflação, câmbio flutuante, esses dois andando juntos, e responsabilidade fiscal. E esse tema se mostrou robusto."

Para ele, o tripé tem aprovação popular e vem se mostrando uma garantia de que erros serão evitados. "A âncora é o social. E é o que permite ter alguma esperança de que essas mudanças que vêm por aí no Banco Central e algumas bobagens possam ser evitadas. Porque, se não forem, muitos vão sofrer, e quem quiser [tais mudanças] também vai pagar o preço."

Pedro Malan, ministro da Fazenda na época do plano, afirmou que quando criou-se a nova moeda, em 1994, o controle da inflação não era o objetivo final. "Quando acabou o véu da inflação que impedia que o Brasil reconhecesse seus desafios e problemas fundamentais, isso permitiu descortinar a verdade. Sempre dissemos que o controle da inflação não era um objetivo que se esgotava em si mesmo."

Lembrou ainda de outros marcos importantes prévios ao plano, como o acerto com credores da dívida externa, a solução para as dezenas de bancos estaduais, e as privatizações nos setores de telecomunicação, siderurgia e energia.

Parte da equipe que implementou o Real, o economista Edmar Bacha identificou condições favoráveis à aprovação do plano que hoje não existem. "A primeira é que Fernando Henrique estava muito à frente das pesquisas eleitorais daquele tempo. A segunda era a consciência dos políticos que nos apoiavam. Desde o Plano Cruzado, quem apoiasse um plano que parasse a subida da inflação, se elegeria. O PMDB elegeu 22 dos 23 governadores [em 1986] antes de o plano dar com os burros na água. E não somente se reelegeriam, se estivessem nos apoiando, como participariam do governo. Ou seja, não era somente o medo de Lula [candidato à época], mas também de expectativa de poder", afirmou.

"A terceira foi a capacidade do FHC e depois do [ex-ministro da Fazenda] Rubens Ricupero de neutralizar sucessivas ameaças de renúncia às tentativas da entourage de Itamar Franco de estragar o plano. Na introdução da URV, de querer indexar tudo pelo pico, e depois na transição para o real, de fazer congelamento."

"Em 1994 precisávamos dos votos apenas do PSDB, do PFL e do PMDB. Juntos, os três davam mais de 50%", lembrou. "Hoje seria com o Centrão. Certamente, muito mais desagradável. Mas menos eficaz? Ficarei em cima do muro."

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

99 Taxi **C2**
Accor **F1**
Americanas **C6**
AngloGold Ashanti **B1**
Apple **B6**
Aramco **F1**
Artemisia **A8**
Azevedo & Travassos **B4**
B3 **A8, C6**
Baillie Gifford **A8**
Barclays **C1**
BMW AG **A13**
BNDES **A10**
BNP Paribas **F2**
Bradesco **C2**
BRF **F3**
BTG Pactual **C2, C4, F3**
BYD **B2**
C9 Tech **C4**
Capgemini **C2**
Citi **C1**
Citi Brasil **C1**
Concreto **B1**
Counterpoint Research **B2**
Deloitte **B5**
Dinamo Networks **C4**
Diriyah Group **F3**
Embraer **F3**
Galp **B4**
Goldman Sachs **A6, B2, F2**
Granja Faria **F2**
Grão Investimentos **C6**
Group AG **A13**
Hyundai **B2**
iFood **C2**
Inter **C4**
Itaú BBA **C2**
Itaú Unibanco **A6, C4**
Kia **B2**
Kinross **B1**
Light **C6**
Lulu **F3**
Maa'dene **F3**
Manara Minerals **F3**
Mercedes-Benz **A13**
Meta **B6**
Minerva Foods **F3**
Nokia **B6**
Nomura **B2**
Nova Futura Investimentos **A6**
Nubank **C4**
OneBlinc **C2**
Pátria Investimentos **F3**
PepsiCo **F2**
Petro-Victory **B4**
Petrobras **B4, F3**
Pfizer Saudi **F2**
Porto Asset Management **C1**
Principal Claritas **C1**
Psyche Aerospace **B7**
Quaest **A10**
Salic **F3**
Santander **C4**
Saudi Aramco **F2, F3**
Shein **B3**
SpaceX **B6**
Tanssi **C4**
Toro **C4**
Uber **C2, F1**
Vale **B1, F3**
Vale Base Metals **F3**
XP **C1, C4**

Assine o Valor Econômico: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888
Valor Econômico

Ganhar 11 leões em Cannes é mais uma das provas que nos fazem ter Creative no nome.
Africa Creative/™
Nosso negócio é criatividade.
BR
© 2024 Africa Creative/™ All Rights Reserved
SP

INÊS 249

Especial Mudanças exigiram quase uma década de ajustes; câmbio e contas públicas foram os calcanhares de aquiles

Derrota da hiperinflação foi mais que a 'mágica' da troca da moeda

30 anos PlanoReal

Alex Ribeiro
De São Paulo

Da mesma forma que o descontrole das contas públicas é hoje uma das principais dores de cabeça para o Banco Central cumprir as metas de inflação, há 30 anos o bem-sucedido Plano Real foi lançado sem que houvesse um verdadeiro ajuste fiscal que garantisse que a hiperinflação ficaria mesmo para trás.

Foi apenas em fins de 1998 que o Brasil finalmente pôs em prática um plano consistente de equilíbrio das finanças públicas, dentro de um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Só então, junto com o fim do regime de câmbio sobrevalorizado, o programa de estabilização foi de fato vitorioso.

De lá para cá, as instituições monetárias se fortaleceram, com a criação do Comitê de Política Monetária (Copom), a adoção do regime de metas de inflação e a independência formal do Banco Central. Mas a disciplina orçamentária se mostrou elusiva, com criação e subsequente abandono de regras fiscais.

"Nosso grande desafio hoje está em o governo, e sucessivos governos, mostrar que tem uma visão fiscal sustentável no médio e longo prazos", diz o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan. O foco não pode se limitar a um ou dois anos, e deve lidar com o problema dos gastos orçamentários obrigatórios. "Essa trajetória sustentável não está configurada."

"Acho que o Brasil está brincando com fogo, não está bom", afirma Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central. "O presidente Lula tem razão quando disse que o fiscal é um problema global, mas seguimos sendo o país frágil, com uma história mais complicada de moratórias, hiperinflação e juros altos."

Às vésperas do aniversário do real, que começou a circular em 1º de julho de 1994, alguns dos personagens que estiveram engajados em diferentes fases do programa de estabilização procuram esclarecer que o sucesso não foi resultado apenas da mágica da moeda indexada, batizada de Unidade Real de Valor (URV), inspirada numa ideia original dos economistas André Lara Resende e Persio Arida.

"Muita gente acha que foi uma mágica, que rapidamente alguém chegou lá e resolveu a questão", diz Malan. "Agora, falase em fazer um Plano Real disso ou um Plano Real daquilo. Com o passar do tempo, virou aquela ideia de que é possível resolver, abruptamente, um problema."

Se fosse tão fácil, a hiperinflação teria sido vencida antes. "Costumava dizer que o Plano Real não poderia ser o sétimo casamento de Elizabeth Taylor", conta o economista Winston Fritsch, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. O Brasil tinha feito seis programas de estabilização monetária, começando com o Plano Cruzado, em 1986, todos fracassados. Os oito casamentos da atriz americana foram desfeitos. Para que desse certo, um dos ingredientes era justamente o ajuste nas contas públicas.

Nesse período, o Brasil vivia a maldição da profecia do economista Larry Summers, que depois viria a ser secretário do Tesouro nos Estados Unidos. "Essa proposta é muito perigosa", disse, ao ouvir em 1984 a ideia de moeda indexada desenvolvida Lara e Arida, que foi batizada como "Larida", segundo relato desse último ao Instituto FHC. "Vai ensinar para os políticos que existe uma cura indolor para a inflação."

O Cruzado fracassou porque adotou um congelamento por um período muito prolongado de tempo, deu aumentos reais de salários que turbinaram ainda mais o consumo e porque não foi acompanhado por uma política de contenção de gastos públicos. Com variações, os planos seguintes padeceram do mesmo mal.

O Plano Real teve vários ingredientes para ser bem-sucedido. Primeiro, antes de Fernando Henrique Cardoso ser nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Itamar Franco, muita coisa já vinha ocorrendo. Na década de 1980, foi extinta a conta movimento, que permitia que o Banco do Brasil na prática emitisse moeda, e foi criada a Secretária do Tesouro Nacional. A renegociação da dívida externa já estava avançada, num trabalho coordenado pelo próprio Malan. O Banco Central também havia acumulado um montante mínimo de reservas internacionais, sob o comando de Francisco Gros, cuja equipe Arminio integrou.

Malan conta que, na partida, houve um atalho para FHC apresentar, em apenas três semanas, o plano de voo que guiou os trabalhos nos anos seguintes, o chamado Programa de Ação Imediata (PAI). O então secretário do Tesouro, Murilo Portugal, já vinha preparando uma série de reformas para serem aprovadas na revisão constitucional de 1993. Algo semelhante vinha sendo feito no gabinete do então deputado José Serra (PSDB-SP), com economistas como Martus Tavares e José Roberto Afonso.

> "Costumava dizer que o Plano Real não poderia ser o sétimo casamento de Elizabeth Taylor"
> *Winston Fritsch*

"Precisava preparar o país para o 'day after', no dia seguinte ter uma economia que havia corrigido o descalabro fiscal", diz Fritsch. "O déficit era administrado de uma forma horrenda: simplesmente atrasava o pagamento da despesa para ela ser parcialmente corroída pela inflação."

Um dos primeiros a se juntar à equipe do Plano Real, o economista Gustavo Franco, um estudioso das hiperinflações na Europa, afirma que a revisão constitucional de 1993 abriu uma grande chance para lidar com os problemas estruturais que estavam por trás dos déficits públicos e o atraso nas engrenagens econômicas, incluindo fazer uma reforma da Previdência.

"Só que a liderança política da ocasião decidiu que a revisão ia ser interrompida porque havia medo de desfigurar a Constituição", relata Franco. "Chegou a notícia de que teríamos espaço para apenas uma emenda constitucional, que deveria conter tudo o que precisávamos para o plano. Vários dos membros da equipe quiseram desistir e ir embora."

Os debates terminaram se afunilando em duas opções. De um lado, criar uma regra fiscal, nos moldes do que foi feito na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000. De outro, dar maior flexibilidade para o Tesouro Nacional controlar o gasto na ponta, na execução do Orçamento, o que permitiria ir ganhando tempo até conseguir fazer o ajuste mais estrutural dos gastos.

Essa última opção foi a vencedora, com a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE) em fevereiro de 1994, que na verdade era simplesmente uma desvinculação de despesas. Cerca de 90% do Orçamento federal estava engessado com as vinculações constitucionais à saúde, educação e transferências aos governos subnacionais — problemas que, hoje, ainda assombram o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O FSE deu maiores poderes para o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, fazer o controle da despesa na boca do caixa. Por essa e por outras, Portugal ficou conhecido, naqueles tempos, como o Dr. No, ou "aquele que diz não", numa referência a um filme de James Bond.

"O controle de caixa foi efetivo no início, mas ele foi perdendo força", diz Franco. "Dependia de a gente ter controle do Tesouro. Sabemos as limitações que isso tem: quando há uma ordem do Palácio [do Planalto] para soltar isso ou aquilo, é difícil não cumprir."

Franco diz que outra medida muito importante foi reduzir o número de membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) a apenas três: os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central. Antes, havia ministros de áreas do lado do gasto, como a Agricultura e Indústria e Comércio. O CMN funcionou, durante anos, como um veículo para fazer gastos parafiscais por meio da política monetária, ou seja, por meio da emissão de dinheiro.

Foi com esse meio ajuste fiscal que o real começou a circular. Quem deu credibilidade à nova moeda, nesse início, foi a URV, baseada no Larida, que lidava de uma forma mais elegante com o problema da indexação do que os congelamentos de preços.

Franco diz que a mágica funcionou porque, por trás, havia a credibilidade conquistada por um plano pré-anunciado, sem medidas na calada da noite, e por um plano mais amplo de reformas econômicas que prometia lidar com os problemas estruturais que causavam a inflação.

Havia algo a mais — uma URV, na partida, valia um dólar. A partir da circulação do real, o Banco Central deixou o câmbio se valorizar, e a moeda brasileira passou a valer mais do que a americana: precisava de apenas 82 centavos de real para comprar um dólar. O câmbio valorizado, ao mesmo tempo que foi a âncora da nova moeda, era o seu calcanhar de Aquiles: todos temiam que a hiperinflação pudesse voltar quando o sistema implodisse.

O primeiro freio de arrumação foi em março de 1995, quando foi adotado formalmente o sistema de bandas cambiais, que permitiu uma lenta, porém insuficiente, desvalorização do câmbio. O ambiente internacional ficara mais hostil, com a alta dos juros nos Estados Unidos e uma crise no México. O real sobrevalorizado fez balança comercial virar, apresentando déficits. Também começou a ficar mais claro que o ajuste fiscal fora insuficiente. O Tesouro registrou os primeiros déficits primários.

Junto com a adoção da banda fiscal, o governo listou uma série de medidas de contenção de despesas correntes, diante do aumento sobretudo do gasto com o funcionalismo e da Previdência. Também se empenhou pela aprovação da chamada Lei Camata, que limitava os gastos com pessoal a 60% das receitas. Anunciou ainda estudos para a privatização da Vale e medidas para maior controle das estatais.

LEO MARTINS/AGÊNCIA O GLOBO

Gustavo Franco: "Solução da equipe econômica foi trazer 'enforcement' para a política fiscal com acordo com FMI"

A equipe econômica equilibrou vários pratos para corrigir desajustes da economia que se tornaram aparentes com o lançamento da nova moeda. Resolveu crises de bancos públicos e privados, solucionou a ruína fiscal de Estados, aprofundou a privatização, quebrou monopólios e manteve consumo sob rédea curta com juros altos e contenção do crédito.

Do lado fiscal, nada funcionou. Uma crise econômica no Sudeste Asiático, em 1997, desencadeou ataques especulativos contra o regime cambial brasileiro. O Comitê de Política Monetária (Copom), que havia sido criado um ano antes, subiu os juros a 45,9% ao ano. O governo fez uma nota tentativa de ajuste fiscal.

"Foi chocante", diz Franco. "Foram 51 medidas fiscais, cada uma com sua métrica de acompanhamento. Todas deram resultado, mas o primário não melhorou. O que aconteceu? Ouvíamos que, ao saber que havia receita nova, muita gente foi à instância superior de governo e conseguiu a liberação. Ou seja, criamos a receita, mas gastamos."

Em meados de 1998, o déficit primário superava 1% do PIB, e o Brasil foi sacudido por novos ataques especulativos, depois de uma moratória anunciada pela Rússia. O Banco Central respondeu com pesadas intervenções cambiais, que ameaçavam esgotar as reservas internacionais, e duplicou os juros, para 42%.

O governo já estava encaminhando a última, e bem-sucedida, tentativa de ajuste fiscal. "A conclusão nossa foi de que não tínhamos 'enforcement'", diz Franco. Ou seja, faltava um mecanismo para obrigar que o controle fiscal fosse feito por todas instâncias do governo e pelo Congresso. "A solução consensual da equipe econômica foi trazer 'enforcement' para a política fiscal com um acordo com o FMI."

Em junho de 1998, Malan pediu que Portugal, que era representante brasileiro no Banco Mundial, em Washington, que preparasse um plano fiscal para o período de 1998 a 2001. Finalmente, ao longo de três anos de esforços, levou a um superávit primário acima de 3% do PIB, com medidas predominantemente do lado da receita.

Em paralelo, desde 1997 Malan discutia formas de flexibilizar o regime de bandas cambiais com um grupo de economistas do governo. Fernando Henrique decidiu mexer no sistema no começo do seu segundo mandato, substituindo o presidente do BC, de Franco para o economista Francisco Lopes, que tinha sido o criador do Copom, em 1996.

> "Não tinha nada que, em tese, impedisse que a coisa desse certo"
> *Arminio Fraga*

Em janeiro de 1999, o real viveu um dos seus momentos mais dramáticos, com o fiasco do sistema desenvolvido por Lopes — a banda diagonal endógena — e uma flutuação forçada. A cotação do dólar saiu de R$ 1,20 para R$ 1,98. Lopes foi demitido, depois de ficar apenas 18 dias no cargo, e substituído por Arminio. O dólar ainda subiu mais depois, até um pico de R$ 2,15. A inflação do ano anterior havia ficado em apenas 1,8%, mas poderia explodir depois da desvalorização.

"No Brasil, naquele momento, as expectativas de inflação estavam muito difusas, no intervalo de 30% a 80%", relata Arminio. "O nosso receio, e o grande esforço, era para não deixar que a inflação se concretizasse nesses níveis", completa.

Segundo Arminio, no telefonema com o presidente FHC em que aceitou o cargo de presidente do BC, ele primeiro se certificou de que o ajuste fiscal estava mesmo sendo feito. Em seguida combinou para que o sistema de câmbio fosse flutuante e que fosse adotado um regime de metas de inflação. Nasceu ali o tripé de política macroeconômica.

"Não tinha nada que, em tese, impedisse que a coisa desse certo", diz Arminio. O BC subiu os juros a 45% ao ano, e o governo estabeleceu uma meta de inflação de 8% para o ano, que foi cumprida. O juro real foi derrubado pela metade nesse período, mas ainda assim segue alto para os padrões internacionais. O crescimento tem sido mais baixo do que nossos vizinhos da América Latina

Alguns dizem que o ciclo do Plano Real terminou ali, outros que foi mais adiante, na transição para o governo Lula — que, depois de provocar uma crise de confiança nas eleições de 2002, seguiu com o tripé macro do governo FHC. De lá para cá, a principal risco à estabilidade foi no governo Dilma. "Com o colapso fiscal, as coisas não voltaram mais para o lugar", diz Arminio. "E cá estamos outra vez, dando a impressão de que pouco aprendemos, e batendo na porta da dominância fiscal."

O economista Edmar Bacha discorda da crítica de que o Plano Real resolveu a inflação, mas não o problema do crescimento. "Ficamos oito anos na presidência. Desde então, teve dois Lula, uma Dilma e meia, teve Temer, teve um Bolsonaro e agora mais um Lula. Infelizmente, a ideia de um liberalismo social, uma política de reformas com amplo conteúdo social, isso nós não tivemos mais depois de Fernando Henrique", afirma. "Ou era tudo pelo social, como dizia o Sarney, e aí fez o que fez com o Plano Cruzado. Ou era essa política desse liberalismo desvairado do Paulo Guedes, que não levou a nada."

Malan diz que não vê uma ameaça de volta a uma inflação alta, crônica e crescente como a anterior ao real. Ele cita Arida, que vem repetindo ultimamente que os eleitores incorporaram a estabilidade como uma conquista, que evita a corrosão da renda, e que eventuais deslizes no combate à inflação seriam punidos nas urnas. "Acho que essa é a grande âncora do real."

CURSO LIVE 3ª EDIÇÃO MASTER CLASS

Formação Executivos de Valor

Vem aí a nova edição do curso que pode ser a virada de chave na sua carreira. Com a curadoria do **VALOR ECONÔMICO** e a expertise em formação de liderança da **FGV**, em 2024 o programa será 100% online, ministrado por professores de destaque em suas áreas, com a participação de executivos premiados em encontros exclusivos.

Cabeças brilhantes

preparando você para os desafios da liderança empresarial

Nas Master Classes, a chance de estar frente a frente com grandes referências do mercado compartilhando *cases* de sucesso, experiências e muito conhecimento.

Cristina Palmaka
SAP

Gustavo Werneck
Gerdau

Ana Fontes
Rede Mulher Empreendedora

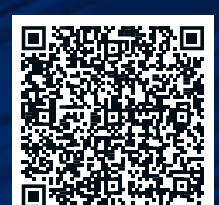
Milton Maluhy
Itaú

Miguel Setas
CCR

Paula Bellizia
Ebanx

Temas essenciais, em quatro módulos:

- TENDÊNCIAS DA NOVA ECONOMIA
- AGENDA ESG
- ESTRATÉGIA E EXECUÇÃO
- GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA

Saiba mais e inscreva-se:
executivosdevalor.valor.com.br
Para inscrições corporativas:
cursos@valor.com.br

Contas públicas Medidas trariam economia até 2026 e ajudariam governo a cumprir limites do arcabouço fiscal, aponta relatório do banco

Itaú vê corte de R$ 145 bi com desvinculação e correção de 'distorções'

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Medidas com foco no cumprimento do arcabouço fiscal no curto prazo, na desvinculação de despesas às receitas e ao salário mínimo bem como na correção de distorções em gastos obrigatórios podem levar a uma economia de até R$ 145 bilhões (1,3% do PIB) ao final de dois anos, em 2026, aponta relatório do Itaú Unibanco.

A alta acumulada de cerca de 8%, em termos reais, da arrecadação neste ano sugere, segundo o banco, que o governo foi bem-sucedido na agenda de recuperação de receitas até o momento, além de contar com a resiliência da atividade econômica. Há, no entanto, "uma crescente resistência a novas e repentinas alterações de regras tributárias, especialmente em um país em que a carga é elevada e o sistema complexo", escrevem os economistas do banco Thales Guimarães e Pedro Schneider.

Ao mesmo tempo, dizem, o relativo sucesso na agenda de receitas não tem se repetido no controle das despesas. "Desde o fim do teto de gastos, as despesas obrigatórias, que durante a vigência do regime anterior ficaram estáveis em termos reais, voltaram a crescer em ritmo acelerado", afirmam.

A alta das despesas desde 2022 é puxada, segundo o Itaú, pelo regime geral da Previdência (INSS), por outros gastos vinculados ao salário mínimo (como abono, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada) e pelos aumentos em saúde e educação.

O crescimento real desses três grupos está muito acima do máximo de 2,5% permitido para o total das despesas pelas regras do arcabouço, observam Guimarães e Schneider. Anualizando só a tendência dos gastos com Previdência e BPC nos cinco primeiros meses de 2024, eles calculam que há necessidade de R$ 37 bilhões de cortes em outras despesas.

Esses cenários, dizem os economistas, "reforçam os limites de uma estratégia de ajuste quase que exclusivamente via receitas e elevam os riscos de alteração precoce do limite de gastos do arcabouço fiscal", o que, por sua vez, "traria um dano de credibilidade ainda maior", afirmam, em um contexto em que as metas de primário a partir de 2025 já foram modificadas.

Diante disso, o Itaú propõe três frentes para o controle de despesas: medidas administrativas, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei.

As medidas administrativas buscariam implementar um contingenciamento ainda neste ano e cortes de despesas, totalizando R$ 38 bilhões (0,3% PIB). Segundo o Itaú, isso seria suficiente para evitar o descumprimento do arcabouço em 2024. "Um anúncio de contingenciamento ou bloqueio na próxima revisão bimestral em 22 de julho é fundamental", dizem Guimarães e Schneider.

Ao **Valor** Schneider reconhece que o ideal seria que o contingenciamento fosse feito no início do ano. "De qualquer forma, colocamos na conta. Historicamente, o governo já gastou menos com despesas discricionárias, e os parlamentares também já executaram menos emendas", afirma.

Se as despesas discricionárias, excluindo com saúde e educação, voltarem ao patamar médio de 2020 a 2021, seria possível cortar cerca de R$ 26 bilhões (0,2% do PIB) em gastos, divididos entre Legislativo e Executivo, estima o Itaú.

Além disso, de acordo com as projeções do banco, haveria um pequeno espaço de R$ 3,5 bilhões, vindo de metade da diferença entre o piso para despesas em saúde e o gasto que deve de fato ser realizado pelo governo — nos cálculos do Itaú, ele deve ficar R$ 7 bilhões acima do piso em 2024.

Entre medidas administrativas, eles defendem ainda a continuidade da revisão de possíveis irregularidades no Bolsa Família.

A segunda frente de atuação envolve uma PEC para dar sustentabilidade e focalização à trajetória futura dos gastos com saúde e educação, benefícios não contributivos vinculados ao salário mínimo e ao abono salarial, o que poderia trazer economia de R$ 66 bilhões (0,6% PIB), segundo o Itaú. "Quando o Orçamento chega para ser debatido no Congresso, mais de 90% dele já está dado", diz Schneider.

Para saúde e educação, os economistas propõem uma harmonização com a regra do arcabouço. Hoje, esses gastos mínimos são vinculados a medidas de receitas. "Por que o arcabouço diz que as despesas crescem 70% das receitas e tem uma sublinha do gasto total que tem de crescer 100%?", questiona Schneider. Se o limite para crescimento dessas despesas também fosse de 70% do avanço das receitas, com teto de 2,5% em termos reais, seria aberto um espaço de cerca de R$ 12 bilhões em 2026 (0,1% do PIB), estima o Itaú. Caso a mudança ocorra já para 2024, haveria ainda espaço adicional de R$ 5 bilhões no mesmo período.

Além disso, dizem, seria importante a apuração dos dois pisos (saúde e educação) ser conjunta, de modo a dar flexibilidade para os gestores, em um contexto de disparidades de necessidades e envelhecimento da população. "Por exemplo: São Paulo é uma cidade que ainda tem crescimento populacional. Provavelmente, vai precisar gastar mais com educação do que um município do interior em que as pessoas estão se aposentando e vão ter mais necessidade de saúde", diz Schneider. "Não é necessariamente uma questão fiscalista, de ter de gerar superávit, é uma modernização para que o gasto efetivo seja realmente o que tem de demanda."

> Proposta prevê que novos entrantes na aposentadoria rural e no BPC ingressem no Bolsa Família

Sobre as desvinculações de benefícios não contributivos, o Itaú sugere que novos entrantes na aposentadoria rural e no BPC fossem incorporados ao Bolsa Família. Ou seja, eles também receberiam em torno de R$ 700.

"É estranho pagar a mesma coisa para uma pessoa que contribuiu por ao menos 15 ou 25 anos e para alguém que não contribuiu nada, sendo que tem um benefício não contributivo de assistência social no Brasil, que é o Bolsa Família, que é para pessoas em extrema pobreza e que não é de um salário mínimo", diz Schneider.

A ideia, segundo os economistas, é tornar o Bolsa Família mais próximo de um programa de renda mínima. Adicionalmente, dizem, seria importante regulamentar o conceito de renda para acesso ao BPC.

O Itaú também defende que a PEC proponha o fim do abono salarial, que paga um salário mínimo para trabalhadores formais que recebem até dois mínimos por mês, mas cerca de 40% dos vínculos de trabalho no mercado brasileiro são informais, observam. "O programa não tem um bom desenho", diz Schneider.

Na terceira frente, o Itaú propõe um projeto de lei para correções em gastos obrigatórios federais diversos, com foco na identificação de fraudes em benefícios da Previdência e subsídios (principalmente ao setor agropecuário), reduções de discrepâncias na Previdência militar, frente aos civis, e privilégios de parte minoritária do setor público. O PL também poderia tratar de uma reforma no seguro-desemprego. As medidas totalizam R$ 41 bilhões (0,4% do PIB).

"O mérito da equipe econômica é que ela tem colocado em foco as distorções do lado da receita, que são desonerações, incentivos fiscais, regras tributárias esquisitas, que, com certeza, têm problema de eficiência e precisam ser atacadas. Só que tem também o lado da despesa", diz Schneider.

Ainda que a economia estimada com algumas das medidas propostas em PEC ou PL esteja acima do necessário para fazer o arcabouço ficar de pé neste ano, elas precisam ser colocadas em discussão agora, segundo Schneider. "Hoje, elas não estão. O ideal é que as coisas fossem sendo propostas para dar tempo de serem debatidas e a gente não precisar, de novo, cortar R$ 38 bilhões em seis meses porque quase nada foi feito do lado das despesas nos últimos anos. Quando as coisas são feitas com antecedência, você consegue mais parcimônia e moderação na parametrização das medidas", diz.

Controlando despesas

Propostas para o governo economizar até R$ 145 bi* ao fim de dois anos (2026)

Grupo 1 - Medidas administrativas

Medida	Descrição	Impacto (em R$ bi)
Cortes de gastos discricionários federais (contingenciamento)	Retornar ao nível real médio de 2020-21	**16**
Corte de emendas parlamentares	Retornar ao nível real médio de 2020-21	**15**
Normalização de famílias unipessoais no Bolsa Família	Reduzir participação no total de 19% para 14% (patamar de 2019)	**7**
Total		**38 (0,3% do PIB)**

Grupo 2 - PEC para sustentabilidade dos gastos

Medida	Descrição	Impacto (em R$ bi)
Limites de saúde e educação	Apurados conjuntamente e como no arcabouço (70% da receita, limitado a 2,5% real), com regulamentação por lei simples	**12**
Benefícios não-contributivos (BPC e aposentadoria rural)	Novos entrantes recebem igual ao BF (R$ 700); Regulamentar o conceito de renda para BPC	**27**
Abono salarial	Fim do benefício	**26***
Total		**66 (0,6% do PIB)**

*a partir de 2026

Grupo 3 - PL para correção de distorções

Medida	Descrição	Impacto (em R$ bi)
Reforma Previdência Militares	Fim da paridade e integralidade; Fim das pensões por morte integrais e acumuláveis; Revogação do adicional de compensação de disponibilidade militar	**5**
Anti-fraude Previdência e BPC	Pente-fino em aposentadorias por invalidez, auxílio-doença e BPC, que estão há mais de 6 meses sem revisão por meio da realização de perícias e incentivo de produtividade para servidores	**14**
Revisão subsídios agro	Retornar Pronaf e Proagro a patamares de 2018-2020 (como % do PIB Agro)	**9**
Regulamentação supersalarios setor público	Dar continuidade ao PL 6726/16, que regulamenta benefícios que podem ultrapassar teto salarial dos servidores federais	**4**
Reformar seguro-desemprego	Designar o FGTS como fonte de suporte a partir do 3º mês de desemprego	**10**
Total		**41 (0,4% do PIB)**

Fonte: Itaú Unibanco. *Em valores de hoje; por motivos de arrendodamento, os totais podem divergir ligeiramente da soma do valor indicado em cada medida

Investimento decepciona em maio

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

O Investimento Direto no País (IDP) registrou a menor entrada de 2024 em maio, somando US$ 3 bilhões, mas o acumulado dos primeiros cinco meses do ano ainda supera o valor registrado em 2023. De janeiro a maio deste ano, foram US$ 30,2 bilhões, ante US$ 28,5 bilhões no mesmo período do ano passado.

O IDP chegou a US$ 66 bilhões no acumulado de 12 meses, ou 2,95% do Produto Interno Bruto (PIB). Os números foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Banco Central projeta IDP de US$ 70 bilhões para 2024.

Neste patamar de IDP acumulado, o número segue acima do déficit em conta corrente, em US$ 40,1 bilhões (1,79% do PIB) em 12 meses. "De modo geral, o déficit externo do país permanece em valores baixos e continua sendo integralmente financiado pelo ingresso líquido de capitais de longo prazo na forma de investimento direto no país", disse o chefe-adjunto do Departamento de Estatísticas do BC, Renato Baldini.

O cálculo do IDP considera recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais as suas filiais no país e vice-versa. O retorno de investimento brasileiro no exterior também integra essas estatísticas.

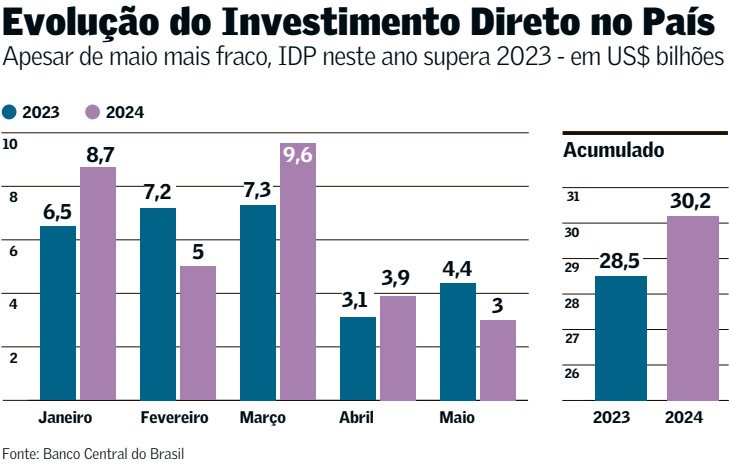
O chefe de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, afirmou em relatório que o IDP de maio surpreendeu para baixo, mas ressaltou que as contas externas continuam sólidas "com um déficit moderado das transações correntes ancorado por um superávit comercial robusto e na conta de capital do IDP e entrada em renda fixa".

Já o saldo das transações correntes em maio foi de déficit de US$ 3,4 bilhões. Os déficits na renda primária, de US$ 5,2 bilhões, e na conta de serviços, de US$ 4,5 bilhões, contribuíram para resultado. Por outro lado, o superávit de US$ 6,4 bilhões na balança comercial de bens atenuou o déficit do período.

No acumulado do ano, o déficit nas transações correntes foi de US$ 21,1 bilhões contra US$ 11,8 bilhões em 2023. A balança comercial registrou superávit de US$ 25 bilhões contra US$ 29,1 bilhões no mesmo período do ano passado. Já a conta de serviços teve déficit de US$ 19,2 bilhões, ante US$ 14 bilhões, e a de renda primária se manteve em patamar semelhante, de US$ 27,2 bilhões.

O economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi, ressalta que o déficit em 12 meses tem piorado principalmente pelos efeitos-base, já que houve "resultados extraordinários" no início do ano passado devido a fortes superávits comerciais. "Tirando esse efeito, o saldo em conta corrente tem apresentado um comportamento em linha com o esperado", disse.

Os resultados da balança comercial e das transações correntes de modo geral vão passar por uma revisão extraordinária no próximo mês. De acordo com o BC, o Fundo Monetário Internacional (FMI) modificou o tratamento metodológico dos criptoativos, que deixaram de ser tratados como bens e vão ser considerados ativos não financeiros não produzidos.

Baldini explicou que a revisão vai excluir a importação de criptoativos das transações correntes, em que a balança comercial faz parte, e incluir na conta de capital, "por consequência disso, os impactos que podem ser previstos serão significativos", disse o chefe-adjunto do departamento de estatísticas do BC.

O especialista do Banco Central citou o exemplo de 2024. No acumulado de janeiro a maio, as importações líquidas de criptoativos, de US$ 7,3 bilhões, saem das transações correntes. Dessa forma, o déficit no acumulado, que está em US$ 21,1 bilhões, se reduz para US$ 13,8 bilhões.

"O mundo real é o mesmo. As transações com criptoativos vão continuar ocorrendo e essas que já ocorreram foram realizadas efetivamente. Apenas o ajuste metodológico classifica essas operações em uma parte diferente do balanço de pagamentos e elas deixam de impactar as transações correntes", afirmou Baldini.

Evolução do Investimento Direto no País

Apesar de maio mais fraco, IDP neste ano supera 2023 - em US$ bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil

ONU lança diretrizes globais contra desinformação

Paula Martini
Do Rio

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou nesta segunda-feira (24) os Princípios Globais para a Integridade da Informação. O relatório visa fazer frente ao avanço da desinformação, das notícias falsas e dos discursos de ódio nas plataformas digitais.

O documento leva em conta cinco princípios: confiança e resiliência da sociedade; mídia independente, livre e pluralista; incentivos saudáveis; transparência e pesquisa; e empoderamento do público.

A criação de um pacto global contra a desinformação foi antecipada ao **Valor** pela subsecretária-geral da ONU para comunicação global, Melissa Fleming, em entrevista no fim de abril.

As propostas preveem que governos, empresas de tecnologia, anunciantes e mídias devem se abster de usar, apoiar ou ampliar a desinformação e o discurso de ódio para qualquer finalidade. Também determina que os governos devem fornecer acesso rápido a informações, garantir as condições para uma imprensa livre, independente e plural e proteções sólidas para jornalistas, pesquisadores e sociedade civil.

As empresas de tecnologia, por sua vez, devem garantir a segurança e a privacidade juntamente com aplicação de políticas e recursos em todos os países e idiomas, com especial atenção aos grupos que costumam ser alvo de ataques online. Elas também devem elevar a resposta a crises e tomar medidas para apoiar a integridade das informações nas eleições.

Em relação à inteligência artificial, a ONU determina que todas as partes envolvidas no desenvolvimento de tecnologias de IA devem tomar medidas urgentes, imediatas, inclusivas e transparentes para garantir que todos os aplicativos de IA sejam projetados, implantados e usados de forma segura, responsável e ética, e que respeitem os direitos humanos.

O governo, as empresas de tecnologia, os desenvolvedores de IA e os anunciantes também devem tomar medidas especiais para proteger e capacitar as crianças, com os governos fornecendo recursos para pais, responsáveis e educadores.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, fez um apelo para que governos, empresas e anunciantes assumam a responsabilidade pela disseminação e monetização de conteúdos.

"Esses princípios estabelecem um caminho claro, firmemente baseado nos direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade de expressão e opinião", afirmou em comunicado.

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.

Enriqueça sua experiência e destaque-se.
VALOR EMPRESAS 360
Para quem investe sabendo
valor.globo.com/empresas360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

INÊS 249

Poupança Parceria com B3 e Artemisia terá R$ 5,2 milhões para empresas de impacto social e é uma das iniciativas para ampliar alcance do Tesouro Direto

Novo programa do Tesouro busca negócios em educação financeira

Lucianne Carneiro
Do Rio

Como parte da estratégia de ampliar o acesso à educação financeira e popularizar o uso do Tesouro Direto, será lançado nesta terça-feira (25) o programa TD Impacta, que destina inicialmente R$ 5,2 milhões para acelerar 40 negócios de impacto social. A iniciativa — uma parceria entre a Secretaria do Tesouro Nacional, a B3 e a aceleradora Artemisia — prevê a distribuição dos recursos em formato de "grants" (doações) após uma seleção das empresas, em categorias de acordo com a etapa de desenvolvimento.

"Queremos transformar o Tesouro Direto em uma grande plataforma popular, para que chegue nas camadas mais populares da sociedade e isso envolve uma série de medidas. Construímos várias frentes e o TD Impacta é uma delas. A ideia é ajudar na educação financeira por meio de soluções inovadoras e disruptivas, com apoio para startups", afirma o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ao explicar o processo de "repaginação" do Tesouro Direto desde o ano passado, após duas décadas de existência.

"Para não ficar nas mesmas estratégias de educação financeira, nos parece fazer sentido abrir [espaço] para novas soluções, com novas tecnologias, para atingir escala. Por isso essa provocação para a sociedade e para o mercado", completa.

O programa TD Impacta, antecipado com exclusividade ao **Valor**, é voltado para negócios de impacto social, que são aqueles que resolvem problemas sociais ou ambientais, mas que também dão lucro. Ou seja, são empresas que trabalham com a lógica de mercado, diferentemente de organizações não governamentais (ONGs), por exemplo, em que o lucro não é um objetivo.

Dentro da educação financeira, o foco será em empresas que atuam em quatro segmentos prioritários: educação financeira e soluções financeiras inclusivas; educação profissionalizante e acesso a emprego e renda; educação inclusiva e tecnologias assistivas; e meio ambiente e economia circular.

Por trás desse critério de seleção, está a ideia de que a educação financeira envolve outras questões, como a própria geração de renda e a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A escolha das empresas será pelo grau de desenvolvimento, em três categorias: criação, aceleração e inovação aberta.

Metade da população das classes C, D e E tem gastos superiores aos de sua renda, afirma a diretora de Relacionamento Institucional da Artemisia, Priscila Martins, ao citar estudo da consultoria Plano CDE e da gestora Baillie Gifford, uma das acionistas da B3. Além disso, apenas 35% das pessoas nessas classes de renda têm o equivalente a um mês de renda guardado.

> "Ideia é apoiar educação financeira com soluções inovadoras"
> *Rogério Ceron*

"As pessoas gastam mais do que recebem. E isso leva ao endividamento. Já temos soluções maduras em negócios de impacto social para resolver questões de dívidas, por exemplo, mas precisamos de um pipeline mais robusto de inovações, porque os problemas sociais são complexos. E o TD Impacta atua nisso, com capital e conhecimento especializado", defende ela.

O TD Impacta terá R$ 5,2 milhões em seu primeiro ano de operação, mas há possibilidade de ampliação dos recursos em novas rodadas do programa, após avaliação de seu funcionamento.

"Temos uma primeira fase até para testar a viabilidade e a concretude dos negócios. [...] O TD Impacta compreende mais uma ação de uma parceria antiga com o Tesouro para ajudar distribuidores, corretoras e bancos a direcionarem conteúdos de educação financeira. Sempre alinhado a esse DNA do Tesouro Direto", afirma o diretor de Relacionamento com Clientes, Educação e Pessoa Física da B3, Felipe Paiva.

No conjunto de iniciativas citadas por Ceron estão também a primeira Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira – parceria do Tesouro, com a B3 e o Ministério da Educação — e os novos títulos do Tesouro Direto, o Renda+ (voltado para aposentadoria) e o Educa+ (para financiar estudos).

Além disso, a Secretaria do Tesouro trabalha em uma proposta para que recursos pagos aos jovens pelo programa Pé-de-Meia possam ser investidos no Educa+. O Pé-de-Meia prevê o pagamento de uma espécie de poupança para jovens em situação de vulnerabilidade social que estudem em escolas públicas e é uma das apostas do governo para tentar diminuir a evasão escolar.

A expectativa de Ceron é que esses novos projetos ajudem na meta, classificada de ousada e arrojada por ele mesmo, de chegar a 5 milhões de usuários ativos do Tesouro Direito até 2026.

"O Tesouro Direto tem hoje 2,7 milhões de investidores, mas pode avançar muito mais, especialmente nas camadas de renda mais baixa, com mais dificuldade de poupança, mas também sem acesso a outros instrumentos financeiros. O Tesouro Direto é a porta de entrada", diz.

Programa TD Impacta
R$ 5,2 milhões para empreendedores

Público-alvo
Negócios de impacto social

Áreas de atuação
educação financeira, em quatro segmentos (educação financeira e soluções financeiras inclusivas; educação profissionalizante e acesso a emprego e renda; educação inclusiva e tecnologias assistivas; e meio ambiente e economia circular)

Categorias (de acordo com maturidade do negócio)
Criação (para tirar ideia do papel); Aceleração (empresas com protótipo ou produto mínimo viável, o chamado MVP, desenvolvidos) e Inovação Aberta (negócios em estágio de tração ou escala).

Inscrições
De hoje (25 de junho) a 31 de julho (categorias Criação e Aceleração) e 26 de agosto (Inovação Aberta).
Informações: www.tdimpacta.com.br

Lewandowski mira facções em postos

Isadora Peron, Fabio Murakawa, Mariana Assis e Raphael Di Cunto
De Brasília

Apontado por autoridades e especialistas como central na estratégia do crime organizado para a lavagem de dinheiro, o setor de combustíveis entrou na mira do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A questão está sendo monitorada de perto pelo ministro Ricardo Lewandowski, que decidiu criar um grupo de trabalho para acompanhar o avanço de facções criminosas e das milícias sobre a área. Ele tem orientado a equipe a pensar em estratégias para combater o fenômeno, que atinge também outros setores formais da economia, com impactos na concorrência e na arrecadação de impostos.

Há poucas semanas, o ministro recebeu empresários e advogados para tratar do assunto, que agora está sendo tocado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) por meio da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diop). Além da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), serão chamados a participar do grupo órgãos como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e representantes da iniciativa privada. Há também propostas no Congresso para tentar fechar o cerco ao crime organizado no setor.

De acordo com o diretor de Operações Integradas e de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Rodney da Silva, iniciativas de combate ao tráfico de drogas e à pirataria, que já estão sendo colocadas em prática na Amazônia, como o programa Protetor de Fronteiras, de Divisas e Biomas, devem servir como ponto de partida para o projeto. "Em uma segunda etapa, a ideia é coordenar as forças para a gente atuar em relação a essa questão do descaminho, contrabando e adulteração dos combustíveis, principalmente na região Sudeste", afirma.

Segundo fontes da área que têm participado dessa interlocução com o governo, o que se sabe hoje sobre a atuação das facções na cadeia de combustível representa apenas a "ponta do iceberg". Os relatos apresentados às autoridades federais é que há indícios de que esses grupos criminosos não se apropriaram apenas de postos de gasolina, mas se infiltraram também em outras áreas, como o refino e a distribuição, além de atuarem na adulteração dos produtos que chegam às bombas.

O assunto voltou aos holofotes depois que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou em maio que o Primeiro Comando da Capital (PCC) controla mais de 1,1 mil postos de gasolina pelo Brasil. Para ter dimensão desse número, ele representaria a quinta força de distribuição de combustível no Brasil.

Segundo o presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz, é difícil mensurar o tamanho da infiltração do crime organizado no setor, mas isso vem crescendo nos últimos anos. "Hoje eles estão no que a gente chama de 'poço ao posto'. Eles verticalizaram totalmente a cadeia produtiva", diz.

Kapaz faz ainda um alerta de que o crime organizado tem atuado como um "poder paralelo muito forte" e que todo esse dinheiro levantado pode ser usado para financiar campanhas e eleger seus representantes nas eleições municipais deste ano.

"As facções ganharam muita força financeira, não pagam tributo, sonegam, e com isso ficam com uma margem de negociação folgada para oferecer um preço menor, sem pagar nada, com um lucro muito grande, que alimenta a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas, armas", explica.

No Congresso, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) é um dos parlamentares que têm levantado essa bandeira e conversado com empresários e autoridades do governo. Ele relata já ter repassado informações e relatórios produzidos por integrantes do setor de combustíveis a Lewandowski e à ANP.

Os documentos detalham a infiltração do PCC nesse mercado, com o crescimento repentino de empresas, estratégias utilizadas pela facção para derrubar preços a fim de quebrar a concorrência, adulterar combustíveis e sonegar impostos. "Tem empresa que está crescendo tanto que vai matando todo mundo no caminho deles, porque não tem como concorrer", conta Lopes.

O deputado é autor de um projeto de lei para criar um Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC). A ideia é que esse ente faça um controle completo e o monitoramento da cadeia de distribuição de combustíveis, aos moldes do que faz o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o respectivo setor.

Para ele, o novo órgão ajudaria a combater a adulteração e a sonegação fiscal, dois instrumentos por meio dos quais o PCC opera no mercado. Lopes também diz ter feito contatos com o Ministério da Fazenda argumentando que a criação do ONSC ajudaria a aumentar a arrecadação do governo.

Na ANP, o tema é tratado com cautela. O diretor Daniel Maia Vieira explica que a agência tem como missão fiscalizar o setor, mas tem limitações na sua atuação, por não ter poder polícia. Por isso, diz ver com bons olhos o fato de o tema entrar no radar do Ministério da Justiça.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Ricardo Lewandowski: milícias e facções na área de combustível preocupam

"Quando o ministro da Justiça se atenta para a importância do mercado de combustíveis, a gente vê isso com muita alegria, com muito entusiasmo. Isso é fantástico, porque vai lubrificar ainda mais a nossa relação com os órgãos de segurança pública", afirma.

Hoje, ele diz que a ANP não tem uma estimativa de, por exemplo, quantos postos são controlados por facções criminosas.

Para Vieira, governo, empresas e entidades têm que se unir e compartilhar informações para que seja criado parâmetros e procedimentos que permita às autoridades verificarem a atuação das organizações criminosas no setor. "A minha posição é que, sem uma atuação conjunta, não haverá uma saída regulatória, uma bala de prata. Não há algo que se coloque no regulamento da ANP para que obste esse tipo de irregularidade ou criminalidade", aponta.

Uma das sugestões do diretor é que o Congresso promova mudanças legislativas que permitam a ANP acelerar o processo de revogação de licenças de operação, o que hoje demanda diferentes trâmites e um longo processo. Ele conta que o órgão, quando há uma situação de infração muito flagrante, já tem optado pela pena mais dura de maneira direta, mas isso tem levado a contestações na Justiça

Parceria para combate a crime organizado ganha força

Mariana Assis
De Brasília

A busca por cooperação internacional no combate ao crime organizado assumiu papel de destaque na gestão de Ricardo Lewandowski à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Desde que assumiu a pasta, o ministro já assinou pelo menos 14 atos com o objetivo de intensificar as trocas com países como Alemanha, França e Romênia, além de vizinhos do Mercosul. As iniciativas incluem ações contra crimes como garimpo ilegal, tráfico de drogas e roubo de celular.

O levantamento, feito pelo MJSP a pedido do **Valor**, abrange diversos tipos de instrumentos de cooperação, como declarações, memorandos de entendimento, cartas de intenções e um guia de atuação regional. Os documentos têm pesos e obrigações distintas.

Os atos se somam a iniciativas semelhantes que já vinham sendo tomadas pela gestão anterior, de Flávio Dino, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em novembro passado, por exemplo, o Brasil firmou com mais 12 países o Tratado de Brasília, que concedeu personalidade jurídica internacional à Comunidade de Polícias das Américas (Ameripol) e serve como mecanismos de cooperação e troca de informações entre as polícias e forças de segurança dos países das Américas.

Na gestão Lewandowski, o esforço se insere em um contexto no qual o ministro tem a missão de reforçar o combate à criminalidade, uma demanda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante da avaliação negativa da população sobre o trabalho da gestão federal na área da segurança pública.

Segundo o diplomata Paulo Gustavo Iansen de Sant'ana, chefe da assessoria especial de Assuntos Internacionais da pasta, o combate às redes criminosas precisa ser em conjunto com outros países porque o crime organizado ultrapassa fronteiras.

Ele conta que, de modo geral, o governo federal tem realizado esforço de fortalecer a posição e imagem do país na arena internacional e que isso vale também aos ministérios e as formulações de políticas públicas e projetos. "É uma diretriz, digamos, do governo Lula, de trazer às políticas também enfoque internacional."

Sant'ana explica que o combate à lavagem de dinheiro é uma das prioridades dos acordos. A estratégia é restringir as movimentações financeiras, uma forma eficiente de combater essas organizações.

"Mas não só isso. Com os europeus, por exemplo, há uma preocupação muito grande com a questão do tráfico internacional de drogas. O Brasil é um país de trânsito", acrescenta.

O mais recente movimento nesse sentido foi uma viagem ao Paraguai, quando o ministro reforçou acordos com o país, como o de Cooperação Bilateral em Estratégias de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Na ocasião, também ficou estabelecido entre os países a criação de um grupo de trabalho com foco no combate ao furto, roubo de carros e apropriação indébita de veículos no Brasil, que têm o Paraguai como um dos destinos.

Esse tipo de iniciativa já havia sido destaque logo no início da gestão atual. Poucas semanas após tomar posse, ainda em fevereiro, Lewandowski assinou declaração conjunta de intenções com a Alemanha. O documento tem como objetivo fortalecer o combate ao tráfico de drogas, armas, pessoas e à lavagem de dinheiro, além de tratar de medidas contra o crime ambiental internacional.

Para Melina Risso, diretora de pesquisas do Instituto Igarapé, fazer com que as ações previstas nos atos sejam implementadas é fundamental. "Quando você tem um acordo, é mais fácil de promover essa cooperação. Esses elementos todos dependem da efetividade", comenta a especialista.

Segundo ela, esse tipo de cooperação pode gerar frutos em duas principais frentes: troca de informações sobre investigações e compartilhamento de "expertise".

Nesse segundo caso, um exemplo é a carta de intenções celebrada com a Romênia, em abril. No documento, os dois países declararam a intenção de colaborar com troca de informações e experiências para uma melhor compreensão da ordem jurídica, desenvolvimento de cooperação e capacitação em temas de administração da justiça. "Então, também é levar a experiência brasileira para outros países", acrescenta Risso.

Sant'Ana, da Justiça, lembra que o apoio à crise de segurança pública no Equador é um exemplo em que um instrumento de cooperação se materializou em uma operação prática. Os países, que já tinham um convênio, trabalharam juntos quando Quito acionou o Brasil para pedir ajuda.

"Eles pediram o nosso apoio e nós colocamos em prática e delineamos um plano de trabalho à Polícia Federal, com apoio do Ministério da Justiça, para a prestação de cooperação nas áreas em que eles mais precisam de apoio, como treinamento de policiais, inteligência penitenciária e troca de informações por meio de softwares desenvolvidos pela Polícia Federal", explicou o assessor de assuntos internacionais da pasta.

Ações como essa também colaboram para aumentar a influência geopolítica do Brasil na região, destaca Fernanda Nanci, professora de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "Nesse sentido, ter um ativismo nessa área da segurança pública traz notoriedade para o Brasil, que tem uma perspectiva própria de como solucionar problemas de segurança na região, afastando-se da perspectiva de segurança dos EUA proposta na OEA [Organização dos Estados Americanos], por exemplo", avalia a especialista.

Clima Em Porto Alegre, prefeitura fecha mais comportas do sistema de proteção contra cheias e afirma que medida é por prevenção

Novas chuvas no RS provocam danos a pelo menos 82 municípios

Fernanda Canofre
De Porto Alegre

As chuvas intensas, granizo e vendaval que atingem o Rio Grande do Sul desde o dia 14 de junho provocou danos em pelo 82 municípios, segundo boletim da Defesa Civil do Estado. Entre os danos reportados, estão alagamentos, inundações e deslizamentos de terra, atingindo residências em diversos municípios e deixando mais de 4,8 mil pessoas desalojadas e 988 desabrigadas.

Ainda segundo a Defesa Civil, entre o último sábado e esta segunda, 24 municípios reportaram danos, incluindo Eldorado do Sul, que teve quase todo o território inundado nas enchentes de maio.

Os dados das novas chuvas são contabilizados separadamente aos da catástrofe que ocorreu no Estado entre os últimos dias de abril e no decorrer de maio e teve ao menos 178 mortes e ainda registra 388 mil desalojados.

Em Porto Alegre, o DMAE (Departamento Municipal de Águas e Esgotos) fechou outras três comportas do sistema de proteção contra cheias, nesta segunda-feira. Das 14 comportas, apenas duas seguem abertas. Segundo o departamento, a medida foi adotada como prevenção.

Na última quarta-feira (19), com chuvas intensas em poucas horas, pontos da capital voltaram a registrar alagamentos.

Carlos Stacke, 58, que tem uma loja de móveis há 30 anos na capital gaúcha, chegou por volta das 4h de quarta ao local, assim que viu vídeos mostrando ruas alagadas. Pela manhã, ele abriu por conta as tampas de bueiros na calçada e começou a limpar sozinho o esgoto na esquina da loja, removendo lama, lodo e lixo.

Em 2 de maio, um dia antes da água começar a subir em Porto Alegre, ele tirou parte dos móveis da loja e levou para o segundo piso de um casarão, do outro lado da rua, cedido por um vizinho. Àquela altura, lembra, todo mundo achou uma precaução exagerada. No fim, com água chegando a 1,7 metro no interior da loja, ele ainda perdeu 45% do estoque, pelos móveis que não conseguiu retirar.

> "A maioria do pessoal está indo para outros bairros"
> *Carlos Stacke*

"Temos que fazer por nós mesmos", disse ele à reportagem na última quarta. Depois, segundo Stacke, equipes estiveram no local para limpeza. "A maioria do pessoal está indo para outros bairros. É ruim para nós, que estamos com o comércio aqui há tanto tempo. Só nessa quadra são cinco comércios fechados já."

Ele e a esposa, Sirlei, estão vivendo em uma casa emprestada em Viamão, enquanto não conseguem voltar para a sua, no bairro Rio Branco, um dos mais atingidos em Canoas. Se a água voltar a subir na loja, eles dizem que também podem repensar a localização.

Doutora honoris causa

REPRODUÇÃO

Marisa Monte recebeu o título de doutora honoris causa pela USP. A proposta foi da Faculdade de Educação, que destacou seu trabalho artístico, sua atuação como defensora das artes, da democracia e da educação e seu envolvimento com a comunidade. Em seu discurso, Marisa disse que o título é prova de que a arte tem o poder de impactar vidas, de despertar consciências e promover mudanças. É "reconhecimento não apenas à minha trajetória artística, mas ao poder da música como ferramenta de transformação social".

Greve na área ambiental avança, mas combate a fogo vai seguir

Murillo Camarotto
De Brasília

Servidores federais da área ambiental anunciaram ontem o aprofundamento do movimento grevista que se arrasta desde janeiro. A partir de agora, atividades consideradas não essenciais serão interrompidas, o que representa um passo adiante em relação à "operação-padrão" adotada até agora.

Sem acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para reposição salarial, servidores lotados na Paraíba, Pará, Acre e Rio Grande do Norte foram os primeiros a anunciar a paralisação. Segundo a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema), trabalhadores de outros 21 Estados devem aderir ao movimento a partir do dia 1º de julho.

Ainda de acordo com a entidade, as propostas feitas pelo MGI para reajuste da categoria foram rechaçadas em todas as assembleias regionais, uma vez que nenhum dos principais pleitos foi atendido pelo governo.

Entre as reivindicações está a equiparação com a remuneração das carreiras de nível superior da Agência Nacional de Águas (ANA), que até o ano passado estavam vinculadas ao Ibama. Após a separação, segundo a Ascema, há servidores da ANA com salário inicial maior que o salário de final da carreira de especialista em meio ambiente.

Procurada pelo **Valor**, a entidade informou, por meio de sua assessoria, que atividades como o combate ao incêndio que atinge o Pantanal não serão interrompidas.

Ontem, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participou de mais uma reunião da sala de situação que trata da estiagem na Amazônia e do fogo na região pantaneira. Ela afirmou que os incêndios são "fora da curva de tudo o que se conhece". Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que não haverá limite de recursos para evitar uma tragédia no bioma.

A área queimada no Pantanal atingiu 627 mil hectares no domingo, segundo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dados do Programa de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que esse é o pior mês de junho no bioma desde o início da série histórica, em 1998.

O Ibama ressaltou em nota que, além da prevenção e do combate a incêndios, atividades envolvendo emergências ambientais e a manutenção e atendimento nos Centros de Triagem de Animas Silvestres (Cetas) não serão alvo da greve. O MGI informou que aguarda resposta formal dos representantes dos servidores à última proposta e que segue aberto ao diálogo. *(Colaborou Fabio Murakawa)*

FAÇA PARTE DESTA NOVA ETAPA DO VALOR PRO

E.vo.lu.ção

VALOR PRO AGORA TEM NOVAS FUNCIONALIDADES
para oferecer mais serviços e aprimorar a experiência de investimento de seus clientes. Entre esses recursos de ponta, destaca-se o **Roteamento de Ordens**, que permite negociar ativos na B3 com ainda mais eficiência, agilidade e precisão. O investidor pode, por exemplo, enviar e acompanhar ordens de compra e venda limitada, ordens stop, stop móvel e ordens stop gain/loss, diretamente pela plataforma.

:: OUTROS DIFERENCIAIS

NOTÍCIAS
Informações exclusivas, furos e bastidores dos principais movimentos do mercado

EMPRESAS
Completo banco de dados com mais de 9 mil empresas brasileiras de capital aberto e fechado

FERRAMENTAS
Gráfico, ranking de corretoras, resumo do pregão, mapa de mercado, livro de ofertas, add-in para Excel, dentre outras

CORRETORAS B3 INTERESSADAS EM EVOLUIR COM A GENTE E CONHECER AS POSSIBILIDADES DE PARCERIA, ENTREM EM CONTATO: falecom@valor.com.br

Valor PRO

INÊS 249

O Lula de 2002 ajuda a decifrar o de 2024

Andrea Jubé

Na era da velocidade, do instantâneo Instagram, do conciso X (o ex-Twitter), quando tudo soa efêmero, o passado bate à porta provocando uma reflexão sobre o presente e o futuro. Por isso, a estreia há poucos dias do documentário "Entreatos", de João Moreira Salles, na grade da Netflix nos desafia a apertar a tecla "stop" e olhar para trás, para o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva na iminência de vencer a eleição para a Presidência da República em 2002. Para compreender o Lula de 2024 é importante não esquecer o Lula de 22 anos atrás.

O filme chega ao streaming ao completar 20 anos, porque embora rodado nos últimos 40 dias da campanha presidencial, só foi lançado em 2004. As cenas de bastidores registradas por Salles e pelo diretor de fotografia Walter Carvalho provocam nostalgia ao mostrar o petista com ar jovial, a cabeleira ainda preta e farta e uma cigarrilha quase sempre entre os dedos. Vício abandonado após o câncer na laringe, que minou a potência de sua voz — uma de suas armas mais poderosas na política.

Em uma cena que dialoga com os dias atuais, Lula admite que, de vez em quando, fala demais. Durante um voo rumo a um comício em Porto Alegre (RS), o petista comenta que diante da perspectiva real de vencer o pleito, deveria ser mais responsável com as palavras. "É que você tem que medir cada palavra (...) você fica se policiando", lamentou. "Eu deveria me mancar e parar de falar, mas eu não paro de falar", reconheceu.

No mesmo trecho, Luiz Dulci (que seria ministro da Secretaria-Geral) observa que Lula é um "improvisador nato". Justamente, uma das características que mais afligem alguns aliados até hoje pelo potencial de danos. Recentemente, uma ala do governo avaliou que Lula excedeu-se nas críticas ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ao ponto de agravar uma crise que ensejou a alta recorde do dólar e mais instabilidade na economia.

A leitura é que a crítica à autoridade monetária era pertinente — até pelo flerte com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) — mas Lula exagerou no tom. Nesse contexto, vem à memória a relação de sintonia fina entre o petista e Henrique Meirelles, que presidiu o Banco Central nos oito anos de seus dois primeiros mandatos.

Em 2003, no início do governo, o Banco Central, sob Meirelles, elevou a taxa Selic de 25% para 25,5% ao ano, em meio ao severo ajuste fiscal com o qual Lula havia se comprometido. Não houve sequer ruído entre Lula e Meirelles. Ainda hoje, Lula diz aos interlocutores que Meirelles foi um de seus aliados mais leais. Inclusive, Lula assinará o prefácio do livro de memórias do ex-aliado que está no prelo.

Na última semana, Meirelles declarou que Lula lhe deu "autonomia de fato" para comandar o BC. Mas defendeu a autonomia legal da instituição, argumentando ser impossível assegurar que o pacto firmado entre ele e o petista seja cumprido por todos.

Em outra passagem do documentário, o então presidente do PT, José Dirceu (que seria o poderoso chefe da Casa Civil) refuta reportagem que o apresentara como o homem que fazia a cabeça de Lula. "Quem fez a minha cabeça foi o Lula", retrucou. No filme, desfilam quadros do PT que, naquele tempo, eram conselheiros a quem, efetivamente, Lula dava ouvidos: Antonio Palocci, Luiz Dulci, Gilberto Carvalho, Luiz Gushiken (morto em 2013), Aloizio Mercadante, além de Dirceu.

Mais de duas décadas depois, Dirceu foi preso, condenado no mensalão e na Lava-Jato, mas está em fase de reabilitação política, embora afastado de Lula. Palocci também foi preso e condenado na Lava-Jato, mas vive no ostracismo, após a delação explosiva em que comprometeu Lula — anos depois, invalidada pelo Supremo Tribunal Federal.

Gilberto Carvalho segue no governo, embora longe do Palácio do Planalto. Luiz Dulci deixou a política, e apenas Mercadante segue próximo de Lula, hoje na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No entorno de Lula, a avaliação é que, atualmente, ninguém "faz a cabeça" do presidente porque ele retornou ao poder com postura "imperial". Como se em 2003, os companheiros da fundação do PT tivessem subido a rampa ao seu lado, mas em 2023, ele tivesse percorrido o trajeto sozinho, consumido pelo sentimento de que após os processos e de um ano e sete meses na prisão, a terceira vitória viesse apenas de sua resiliência e capital político.

Em outro trecho, Lula é questionado se não sente falta de estar sozinho. Ele, então, classifica como "vício" seu apreço por estar sempre cercado de "agitação", de "muita gente". Declaração que, duas décadas depois, sugere a dimensão da angústia e sofrimento por que passou nos 580 dias de privação de liberdade em Curitiba.

De volta ao presente, vem à tona a visita que Lula fez nessa segunda-feira ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Por isso, vale citar a cena em que Lula faz troça do ex-adversário. Diante da perspectiva de vitória, ele diz que montará um gol para "peladas" no gramado do Palácio da Alvorada, e ironiza o tucano. "Ele não joga bola, não dança, não bebe um gole ... Eu vou levar os meus cabritinhos para colocar lá", gracejou. "Para correr atrás das emas", emendou um interlocutor.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Eleições Levantamento estima que o partido pode fazer entre 507 e 941 prefeitos em outubro; em 2020, elegeu apenas 216 prefeitos

Republicanos faz aposta em MG e interior de São Paulo

César Felício
De Brasília

O Republicanos, um dos principais partidos do Centrão, entra no processo eleitoral municipal esperando crescer de 343 prefeituras para pelo menos 507 este ano, alavancado em cidades médias. Em São Paulo o partido espera eleger o prefeito de Guarulhos, o maior colégio eleitoral fora das capitais, e reeleger o de Campinas, terceiro maior colégio eleitoral do Estado. Ainda conta vitórias em Sorocaba (8º maior eleitorado paulista) e Santos (10º).

No Rio de Janeiro, luta para manter Belford Roxo, onde o cacique local da sigla, o prefeito Waguinho. Uma pesquisa recente feita pela Quaest por encomenda da Rádio Tupi mostrou o sobrinho do prefeito, Matheus Carneiro, com metade das intenções de voto em relação ao deputado estadual Márcio Canellas (União Brasil).

O partido fez um levantamento com metas "otimistas", "reduzidas" e "realistas". O cálculo de 507 eleitos é o mais conservador. Na visão "realista", seriam 676 e na "otimista", 941. A sigla elegeu em 2020 apenas 216 prefeitos, mas cresceu com as migrações vindas sobretudo de São Paulo, onde passou de 23 há quatro anos para 66 agora; e Tocantins, onde foi de 1 para 35 prefeitos. Tanto em São Paulo quanto em Tocantins o Republicanos é o partido dos governadores.

O Rio é um dos Estados com metas mais ambiciosas, com a previsão de ganhar em até 20 dos 91 municípios, com previsão de eleger no mínimo 12. Mas a maior aposta, contudo, é Minas Gerais, em que o partido fechou o apoio ao deputado estadual Mauro Tramonte em Belo Horizonte, com aval do ex-prefeito Alexandre Kalil (PSD) e articula a candidatura do senador Cleitinho Rodrigues para governador em 2026. O quadro eleitoral em Belo Horizonte é bastante pulverizado, mas Tramonte apareceu como líder na última pesquisa divulgada, da Quaest, nos oito cenários em que foi incluído.

Em Minas o partido espera eleger um mínimo de 95 prefeitos e um máximo de 120. Hoje são 65. Nas capitais, o partido ainda espera vencer em Vitória, onde disputa a reeleição com Lorenzo Pazolini e calcula eleger entre 8 e 15 prefeitos no Espírito Santo. Atualmente são 6.

Fora da briga por João Pessoa e Campina Grande, o partido espera eleger no mínimo 70 prefeitos na Paraíba, onde conta atualmente com o comando de 36 municípios (foram 17 os eleitos em 2020). Quem dá as cartas no Estado é o líder da bancada na Câmara, Hugo Motta, filho do atual prefeito de Patos, Nabor Wanderley.

O partido ainda deve lançar apenas outros dois candidatos nas capitais, ambos em situação menos competitiva. O deputado estadual Thiago Araújo trocou o Cidadania pelo Republicanos para concorrer em Belém. Ele aparece nas pesquisas em terceiro lugar. Em Macapá, a ex-deputada Aline Gurgel (AP), evangélica da Igreja Universal, tenta concorrer contra o atual prefeito, doutor Furlan (MDB), que é favorito.

O Republicanos é presidido pelo bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e deputado federal Marcos Pereira (RJ), candidato a presidente da Câmara dos Deputados no próximo ano, e a marca evangélica é forte na sigla. Dos 14 integrantes da Executiva Nacional, pelo menos 9 são evangélicos. De 2018 para cá o bolsonarismo tem se tornado outra cunha do partido, que abriga o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ex-ministro de Bolsonaro e o senador Hamilton Mourão (RS), ex-vice-presidente.

A disputa pela presidência da Câmara, contudo, pode afastar o Republicanos do bloco da oposição. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tende a apoiar para sua sucessão o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA). Caso este apoio se concretize e receba o aval do PL, Pereira pode buscar uma aliança com a base governista. A sigla controla o Ministério dos Portos e Aeroportos, sob comando de Silvio Costa Filho. Este movimento pode inviabilizar a federação que o Republicanos negocia com o PP.

A permanência do governador de São Paulo na sigla é incerta. Tarcísio sinalizou no começo do ano que poderia ir para o PL, o que o credenciaria para ser um eventual candidato a presidente em 2026 com aval do ex-presidente Jair Bolsonaro. A sigla não acredita que uma saída de Tarcísio provoque uma debandada de prefeitos e parlamentares, mas não projeta crescimento numérico no Estado. A meta considerada "realista" é passar de 66 para 70 prefeitos, e a "reduzida" projeta uma queda para 50 municípios.

Confraternização

RICARDO STUCKERT/PR

Sem compromissos oficiais nesta segunda-feira (24), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitou na segunda-feira (24), em São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Lula chegou à casa do ex-presidente, no bairro de Higienópolis, às 12h15 e saiu 35 minutos depois. Ele não falou com a imprensa.
FHC completou 93 anos na última semana. Com a saúde delicada, o ex-presidente não tem participado de agendas públicas — ele não esteve presente, por exemplo, no evento da fundação que leva seu nome para comemorar os 30 anos do Plano Real (ver também páginas A2 e A4).
No fim da manhã de segunda, os ex-integrantes do governo FHC Pedro Malan (que foi ministro da Fazenda) e Gustavo Franco (que dirigiu o Banco Central) também estiveram na casa do ex-presidente. Minutos depois da saída da dupla da residência, Lula chegou.
Lula veio a São Paulo no domingo e voltou a Brasília no fim do dia.

União vai ao TSE para cassar mandato de Chiquinho Brazão

Isadora Peron, Flávia Maia e Raphael Di Cunto
De Brasília

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Partido quer ficar com a vaga de Brazão

O União Brasil acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar cassar o mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de mandar matar a vereadora Marielle Franco (Psol). O argumento da sigla é que o parlamentar foi expulso por um ato de violência política e que a decisão equivaleria à desfiliação voluntária, que leva à perda de mandato por infidelidade partidária.

Na prática, a ação é uma tentativa de garantir que a vaga aberta se Chiquinho for cassado fique com o União e não com outro partido. Como ele foi expulso, e hoje está sem legenda, quando a análise do processo for concluída pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, ainda seria preciso definir para quem iria a cadeira aberta após a eventual punição.

Em nota, a sigla afirmou que sabe que essa não é jurisprudência atual do TSE, mas que os processos analisados até agora não se aplicam ao caso de Chiquinho, "tendo em vista o contexto peculiar". "O partido considera que a expulsão decorrente da prática de ato ilícito doloso, notadamente em um contexto de violência política, se equipara à desfiliação voluntária e deve levar à perda do mandato", disse o presidente nacional do União Brasil, Antonio Rueda.

A ação foi apresentada pelo partido ao TSE em abril e é relatada pelo ministro Kassio Nunes Marques. Na peça, a legenda argumentou que não desconhece que a posição do tribunal considera que a expulsão de um filiado não corresponde à hipótese de infidelidade partidária, mas que esse era um caso diferente.

"Em face da natureza das acusações e da severidade das infrações cometidas por João Francisco Inácio Brazão, esta representação busca a revisão dessa interpretação, fundamentando-se na filtragem constitucional e em posição que defende a necessidade de se interpretar a legislação eleitoral aos princípios da moralidade e da fidelidade partidária", disse a sigla no pedido.

Para a legenda, "a desfiliação partidária sem justa causa se equipara à expulsão com justa causa para todos os efeitos jurídicos relacionados à perda de mandato".

Para ilustrar o posicionamento, o União Brasil questionou ainda se "o ato de expulsão decorre de decisão do partido ou da vontade livre e consciente do mandatário de praticar o ato ilícito considerado grave o suficiente para levar à expulsão".

Segundo a legenda, a decisão partidária em relação a Chiquinho aconteceu não por uma vontade unilateral dos dirigentes do União Brasil, mas sim diante da "vontade livre e consciente de praticar um ato ilícito grave o suficiente para levar à expulsão".

O pedido é para que o TSE reconheça a "expulsão com justa causa como hipótese suficiente para a decretação da perda do mandato do réu, dadas as circunstâncias excepcionais deste caso". A tese foi elaborada pelos advogados Marilda Silveira, Fabrício Medeiros e Enio Siqueira Santos, que representam o União Brasil.

Em parecer enviado à corte, o Ministério Público Eleitoral (MPE) foi contra o pedido. O órgão argumentou que, apesar "relevância dos argumentos" da legenda, a jurisprudência do TSE não permite a perda do mandato por infidelidade partidária nas hipóteses de expulsão do filiado por decisão da própria sigla.

"Além disso, a expulsão do filiado alicerça-se em causa apurada na seara penal, por suspeita do cometimento de crime de homicídio. Os motivos que levaram a prisão preventiva do representado e, por consequência, a instauração do procedimento para expulsão do filiado com base no Estatuto Partidário dizem respeito a causa não afeta à competência da Justiça Eleitoral", argumentou o vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre Espinosa.

O MPE lembrou ainda que já tramita no Conselho de Ética da Câmara um pedido para cassar o mandato de Chiquinho e que a Casa Legislativa é "instituição de Poder competente para decidir o destino do mandato do parlamentar, uma vez que a questão, na seara dos direitos políticos, versa conduta incompatível com o decoro parlamentar". Procurada, a defesa de Brazão informou que não se manifestaria.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	-	0,44	2,12	4,72	3,70	-	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	-	0,89	0,28	-3,18	-0,34	-	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	-	1,06	-0,42	-5,60	-1,73	-	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	-	0,44	2,17	3,40	2,96	-	732,02	716,46	709,20
INCC-M	-	0,59	1,69	3,32	3,68	-	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jun/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7474,6	67,44	7382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

ÉPOCA NEGÓCIOS
EDIÇÃO DE JUNHO/JULHO 2024

NAS BANCAS, NO SITE E NO APP GLOBO+

INÊS 249

Congresso Moura tem feito consultas para saber caminhos que poderia adotar em parecer

Relator da LDO discute desvinculações de gastos com Haddad

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Moura: "Isso é assunto de governo, uma grande negociação política entre as Casas legislativas para que possa, no decorrer do tempo, ir mudando gradativamente"

Caetano Tonet, Gabriela Pereira, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, senador Confúcio Moura (MDB-RO), reuniu-se na segunda-feira (24) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para debater a possibilidade de incluir de alguma forma em seu parecer as discussões sobre desvinculações de gastos do Orçamento do ano que vem. Também estiveram no encontro o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

A intenção de apresentar a ideia a Haddad foi antecipada pelo parlamentar em entrevista ao **Valor**. Confúcio é favorável a uma discussão sobre as desvinculações de pisos da saúde e educação e outras despesas. Ele tem consultado técnicos do Congresso e o governo para saber os possíveis caminhos que poderia adotar em seu relatório, uma vez que alguns desses gastos obrigatórios, como nessas duas áreas, constam da Constituição.

Apesar de sua posição pessoal, o relator afirmou que essa é uma decisão política que cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Não é competência de uma Lei Orçamentária entrar nesse viés, isso é um assunto de governo, uma grande negociação política entre as Casas legislativas para que possa, no decorrer do tempo, ir mudando gradativamente", declarou a jornalistas após a reunião. "Falamos sobre esse assunto, mas é um assunto político, que tem que ser mensurado pele presidente se é hora de um confronto, de trabalhar isso."

A ideia já enfrenta resistência. O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), criticou a proposta do relator de discutir as desvinculações. Segundo o petista, isso "colide com o que disse o presidente Lula, de que não haverá corte de recursos nos benefícios da população mais pobre". Em postagem nas redes sociais, Guimarães afirmou que o foco de cortes deveria ser em incentivos fiscais, estimados em mais de R$ 420 bilhões só neste ano, e também criticou o nível das taxas de juros.

No encontro, também se falou sobre as projeções para a dívida pública. Segundo Confúcio Moura, é possível que o Tesouro encaminhe uma mensagem modificativa alterando o que foi projetado para o passivo da União na proposta encaminhada ao Congresso. "É possível que o secretário do Tesouro envie, sim, algumas alterações de metas de acordo com essa rigidez das taxas de juros. Tudo é feito em cima de projeções. Um apanhado de dados que o governo tem para poder estabelecer esses parâmetros de dívida pública, de crescimento econômico", afirmou o senador.

O PLDO 2025 trouxe, pela primeira vez, uma estimativa para a trajetória da dívida pública ao longo de dez anos. Foi uma exigência do novo arcabouço fiscal. Não se trata de uma meta, mas sim de projeções à luz dos indicadores macroeconômicos e das metas de resultado primário.

No caso do projeto enviado em abril ao Congresso, o Tesouro previa que a Dívida Bruta do Governo Geral (DDBG) chegaria a 77,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025, subiria até 2027, alcançado 79,7% do PIB e cairia, ficando em 74,5% do PIB em 2034. Procurado, o Tesouro Nacional não informou se vai mesmo enviar uma mensagem modificativa mudando essas projeções.

Em outra frente, Confúcio Moura segue construindo o relatório considerando uma meta fiscal de déficit zero. Segundo ele, a única alternativa apresentada por Haddad para perseguir o déficit zero em caso de queda nas receitas da União seria o contingenciamento de gastos.

"Nós tocamos [no assunto] como é que faz se houver uma frustração de receitas. Ele falou que o único instrumento seria o contingenciamento de recursos para ir ajustando as despesas, liberando gradativamente de acordo com as necessidades dos ministérios", pontuou. "O contingenciamento é um arbítrio do próprio governo. Pode ser 10%, 15%, 20%, mas tem despesa que não tem jeito de ser contingenciada", acrescentou, citando a Previdência Social. Por outro lado, ponderou, o contingenciamento poderia ser feito em custeio, aluguéis, serviços gerais, aquisição de bens, patrimônio e obras.

Como antecipou ao **Valor**, o senador defendeu que não haja um aumento no valor destinado às emendas parlamentares para além de aproximadamente R$ 50 bilhões. "O bom senso aponta que não se deve aumentar além disso de jeito nenhum porque as contas públicas estão em xeque."

Redução da maioridade penal volta à pauta

De Brasília

Em mais uma ofensiva pela agenda conservadora, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Caroline de Toni (PL-SC), desenterrou no início do mês um projeto que propõe a convocação de um plebiscito para que o brasileiro decida sobre a redução da maioridade penal. Em 5 de junho, a aliada do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) designou o deputado Dr. Jaziel (PL-CE) para a relatoria da proposta.

O tema estava parado há quase cinco anos e a iniciativa de ressuscitar o tema é vista por deputados governistas como mais uma iniciativa da parlamentar catarinense no sentido de agradar o eleitorado da centro-direita.

No mesmo dia em que escalou Jaziel para a relatoria da proposição sobre o plebiscito, Caroline deu o pontapé inicial para o andamento do texto que busca anistiar participantes de manifestações com teor golpista, entre elas, a invasão aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Apoiador de Bolsonaro, o deputado Rodrigo Valadares (União-SE) relatará a matéria.

Além disso, a comandante da CCJ conduziu com celeridade o avanço da proposta de emenda constitucional (PEC) que criminaliza o porte ou a posse de qualquer quantidade de drogas. Menos de dois meses após a aprovação do Senado, o principal colegiado da Câmara aprovou o parecer de Ricardo Salles (PL-SP) a favor da admissibilidade da PEC.

De autoria do ex-deputado Robson Tuma, então no PFL, o projeto que sugere o plebiscito sobre a redução da maioridade penal foi protocolado em 2003, já teve três relatores e foi arquivado e desarquivado em mais de uma oportunidade.

De acordo com o projeto, a consulta popular seria organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e seus respectivos tribunais regionais.

Ao **Valor**, Jaziel afirmou que ainda se debruçará sobre o conteúdo, mas indicou que a tendência é apresentar um parecer a favor do avanço da medida.

Ele já sinalizou à presidente da CCJ que pretende apresentar o relatório nas próximas semanas para que o tema possa ser apreciado pela CCJ antes do recesso parlamentar.

Deputados da base governista admitem que a composição majoritariamente conservadora da comissão pode impor uma derrota sobre o tema, mas há a expectativa de que o próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), solicite que Caroline segure o andamento para não contaminar outros assuntos prioritários, entre eles, a regularização da reforma tributária.

Integrante da CCJ, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), critica a iniciativa e destaca que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defende que o Legislativo priorize outras proposições. "Isso não é pauta do momento. A prioridade das prioridades do governo é aprovar a regularização da tributária", explicou o petista ao **Valor**.

Nos bastidores, integrantes da CCJ reclamam da postura de Caroline e alegam que a presidente da comissão não tem compartilhado decisões sobre a pauta com os demais membros do colegiado. Até mesmo coordenadores de bancada da comissão alegam que souberam da iniciativa dela de ressuscitar o debate sobre o plebiscito ao serem procurados para esta reportagem.

Em 2015, deputados chegaram a aprovar uma PEC que propunha a redução da maioridade penal para 16 anos. O texto era de autoria do ex-deputado Benedito Domingos, do PP. O tema ficou estacionado no Senado e foi arquivado em 2022.

Em fevereiro, senadores aliados de Bolsonaro apresentaram uma nova PEC para tratar do mesmo assunto, com o objetivo de reduzir para 16 anos a idade de inimputabilidade penal para os crimes hediondos. O projeto está na CCJ do Senado, mas o presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre (União-AP), ainda não designou o relator. Ele tem sido pressionado por uma definição desde que o colegiado aprovou, por 62 votos a 2, a proposição que acaba com as saídas temporárias da prisão para condenados no regime semiaberto, as "saidinhas". *(MR e RDC)*

Lei do Ensino Médio deve ser alterada

De Brasília

Após mudanças feitas pelos senadores, a lei do Novo Ensino Médio deve passar por alterações em sua segunda passagem pela Câmara. O parecer da senadora Dorinha Seabra (União-TO) não agradou aos deputados, que já estariam articulando para rever os pontos incluídos pela relatora no Senado.

Relator da proposta na Câmara, o deputado Mendonça Filho (União-PE) tem evitado fazer críticas diretas ao relatório de sua correligionária, mas é um dos principais entusiastas de que as inclusões feitas por ela sejam retiradas.

Aliados do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), destacam que o texto aprovado pelos deputados em março foi fruto de um acordo que envolveu Lira, o governo e os líderes partidários. Também teriam se envolvido na construção dos caminhos para a primeira aprovação na Câmara os secretários estaduais de educação, técnicos do Ministério da Educação e até mesmo parlamentares da oposição. Como o parecer aprovado pelo Senado não contempla esse acordo, as alterações devem ser feitas com o patrocínio de Lira.

Ciente do compromisso do presidente da Câmara em priorizar os projetos de regulamentação da reforma tributária nas próximas semanas, Mendonça corre contra o tempo para elaborar um parecer. O objetivo dele, segundo interlocutores, é que o tema seja apreciado em plenário antes do recesso parlamentar.

A proposição deve ser um dos temas da reunião de líderes prevista para a próxima semana, quando os parlamentares devem bater o martelo sobre as matérias que serão priorizadas antes do recesso parlamentar.

Assim que o texto foi aprovado no Senado, Mendonça procurou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), reclamou das alterações feitas pelos senadores e pediu apoio do petista para que a versão aprovada pelos deputados prevalecesse.

"As alterações feitas pelo Senado serão revertidas para restabelecer o texto original da Câmara. Este é o meu compromisso, e trabalharemos para alcançar esse consenso junto ao relator e ao ministro da Educação, Camilo Santana", escreveu Guimarães no X, antigo Twitter.

Antes mesmo da apreciação no Senado, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) saiu em defesa da versão aprovada na Câmara. "O texto da Câmara é o consenso possível dos temas mais polêmicos. Por isso defendemos ele. Como volta para lá, os deputados podem restabelecer o que foi aprovado. Algumas mudanças do Senado trouxeram preocupações adicionais", avaliou Vitor de Angelo, presidente do Consed. *(MR e RDC)*

Oposição recorre contra decisão sobre Janones

De Brasília

Parlamentares da oposição protocolaram recurso para que o plenário da Câmara analise a decisão do Conselho de Ética da Casa de arquivar processo disciplinar contra André Janones (Avante-MG). Na representação, o PL solicitava uma punição ao parlamentar mineiro por suposto esquema de desvio de recursos públicos do gabinete parlamentar, também conhecido como "rachadinha".

Apresentado na quarta-feira da semana passada, o requerimento foi assinado por 62 deputados que compõem a oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Janones é aliado do petista.

Em 5 de junho, a comissão presidida por Leur Lomanto Júnior (União-BA) arquivou, por 12 votos a 5, a representação contra Janones. Mais de uma semana depois, a decisão foi encaminhada para a Mesa Diretora, que estabeleceu que os deputados teriam um prazo de cinco sessões, a partir de 19 de junho, para recorrer.

Nos bastidores, deputados da base aliada do governo demonstram estranheza com a demora do colegiado para despachar a decisão para a direção da Casa. A avaliação é que o processo mais lento deu mais tempo para que a oposição se mobilizasse e reunisse as assinaturas necessárias para recorrer. O regimento

MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 5/6/2024

Janones: PL quer que Conselho de Ética reveja arquivamento do processo

prevê que o recurso será válido apenas se tiver o apoio de pelo menos um décimo dos membros da casa, ou seja, 52 deputados.

No recurso, os parlamentares citam a combinação do artigo 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar com o artigo 58 do regimento interno da Câmara para sustentar o pedido para que a decisão seja apreciada pelo plenário.

De acordo com técnicos da Casa, essa é a primeira vez que deputados tentam recorrer de uma decisão preliminar do Conselho de Ética com esse embasamento técnico.

O regimento não prevê um prazo para que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), coloque o recurso em votação. Também não há previsão sobre o formato da votação. Não há clareza, por exemplo, se seria necessário o apoio de maioria absoluta ou maioria simples para que o recurso fosse aprovado.

Caso o plenário acatasse o pedido da oposição, o parecer do deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) pelo arquivamento do processo seria invalidado e o Conselho de Ética voltaria a se debruçar sobre a medida, com a designação de um novo relator e já na fase de depoimentos e coleta de provas.

A representação do PL foi motivada por uma gravação de uma reunião de Janones com assessores, de quem ele teria pedido o repasse de seus salários. Segundo o áudio, o dinheiro teria o objetivo de recompor seu patrimônio, "que foi dilapidado" quando ele tentou se eleger prefeito de Ituiutaba (MG) em 2016, e para construir um "caixa" para a campanha seguinte.

Janones rebateu, na defesa apresentada ao conselho, que o áudio foi "editado e descontextualizado" e que se tratava de uma reunião com integrantes do seu "grupo político" e amigos pessoais para que se fortalecessem para disputar as próximas eleições.

Em seu parecer, Boulos votou pela inadmissibilidade do pedido do PL e argumentou que os fatos narrados ocorreram antes do atual mandato. Por isso, o precedente do Legislativo é que não cabe punição pelo Conselho de Ética, apenas pelo Poder Judiciário. Procurado, Janones não comentou até o fechamento desta edição. *(MR e RDC)*

Cenário Dados oficiais confirmam que o país entrou em recessão técnica com uma contração econômica de 5,1% ao ano no primeiro trimestre

Cortes de gastos de Milei reduzem a inflação, mas também derrubam o PIB

Luiza Palermo, Pedro Borg e Roberto Lameirinhas
De São Paulo

PIB em queda na Argentina
Variações em %

Trimestral | Anual

3,6 | 3,4 | 2,7 | 12,0 | 0,8 | 5,8 | 5,7 | 0,5 | 1,1 | 1,1 | 2,3 | -1,7 | -5,1 | -2,6

1º T/ 21 | 2ºT/ | 3ºT/ | 4ºT/ | 1º T/ 22 | 2ºT/ | 3ºT/ | 4ºT/ | 1º T/ 23 | 2ºT/ | 3ºT/ | 4ºT/ | 1º T/ 24

Fonte: Indec. Elaboração: Valor Data

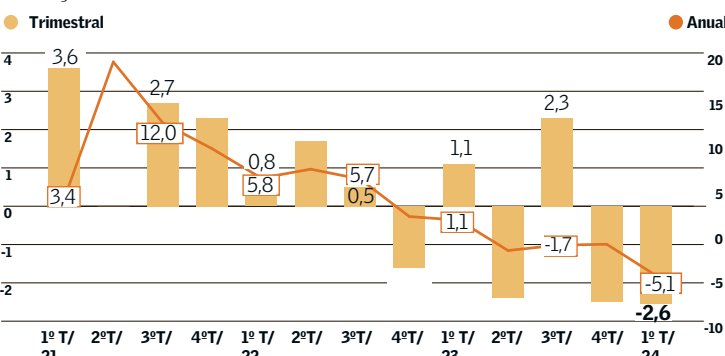
A Argentina entrou em recessão técnica após registrar dois trimestres consecutivos de queda no Produto Interno Bruto (PIB). Com os grandes cortes de gastos do presidente Javier Milei esfriando a atividade econômica e o consumo, analistas avaliam que uma recuperação para os próximos meses ainda é incerta e a economia ainda não chegou ao "fundo do poço".

O PIB argentino caiu 5,1% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com igual período de 2023, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). No último trimestre de 2023, o PIB havia contraído 1,6% em termos anuais.

Milei, que assumiu o cargo em dezembro, argumenta que o país precisa organizar suas finanças após anos de déficits fiscais que afastaram investidores globais. Ele defende que o rigor fiscal é necessário para a economia começar a se recuperar de forma sustentável.

Por outro lado, a restrição na atividade econômica fez com que o governo registrasse cinco superávits mensais consecutivos e uma desaceleração mensal da inflação mais rápida do que o esperado, de 25,5% em dezembro para 4,2% em maio — embora se espere um índice mais alto para junho.

Analistas argentinos apontam, porém, que o processo de saneamento fiscal para que a atividade econômica alcance um nível sustentável de crescimento ainda deve demorar. "Acreditamos que o segundo trimestre novamente será muito ruim. Só no terceiro e quarto trimestres começaremos a ver a economia atingir o fundo do poço para que comece a melhorar, mas de maneira muito heterogênea entre os setores, no consumo, etc", projeta Juan Pablo Ronderos, da consultoria MAP.

Ronderos atribui a queda do primeiro trimestre à forte redução nos salários e aposentadorias, que levou à queda no consumo e à acentuada diminuição da produção. "Além disso, muitos setores ainda trazem resquícios da crise do ano passado. Isso tornou a recessão ainda mais intensa."

Já o analista Nicolás Alonzo, da Orlando J. Ferrerés & Asociados, afirma que a economia argentina deveria parar de cair no segundo trimestre, mas os sinais para que isso ocorra "ainda são conflitantes". "Em abril houve recuperação, mas para maio a situação é incerta. Medimos a indústria e ela caiu 1% no mês em maio, então ainda há muita volatilidade", afirma.

A recessão se consolida em meio aos efeitos das duras medidas do programa de austeridade do presidente Milei, que estabeleceu como prioridade a ordem fiscal — marcado por desindexação e corte de salários, suspensão de repasses a províncias, cancelamento de contratos de obras públicas e demissão de funcionários públicos, além da desvalorização do peso em mais de 50% e fim de controles de preços.

Em outro dado importante publicado ontem, o Indec apontou que o desemprego subiu para 7,7% da população economicamente ativa — ante 5,7% no final do ano passado. Isso significou que 300 mil pessoas perderam o emprego nos primeiros três meses de 2024.

O item que mais pesou no PIB do primeiro trimestre foi a queda de 23,4% na formação bruta de capital fixo, na comparação igual período de 2023. Outras quedas relevantes no primeiro trimestre aconteceram nos setores de construção (-19,7%) e da indústria de transformação (-13,7%). Na contramão, o setor de agricultura, pecuária, caça e silvicultura cresceu 10,2%.

"O governo tem poucas ferramentas para aliviar isso. É muito difícil combater a inflação sem provocar uma recessão. Além disso, a origem da inflação na Argentina é fiscal, que até agora limitou a atração de investimentos", diz Alonzo, completando que o que se espera para 2025 é que a economia se recupere sem o peso do grosso dos ajustes.

A forte desvalorização do peso argentino provocada por Milei também teve impacto nas exportações, que cresceram 26,1% nos três primeiros meses do ano.

Os dados econômicos foram divulgados no mesmo dia em que a cotação do dólar no paralelo, bateu seu recorde no governo Milei, fechando em 1.330 pesos — 25 pesos acima da jornada anterior.

"Há muita incerteza sobre qual será a política cambial e monetária e o banco central não tem enviado sinais sobre isso — provavelmente porque precisará adequar essas regras a acordos políticos", explica Mariana Díaz, analista da consultoria Tecnosud. "Isso tem levado investidores à segurança do dólar e pressionado o câmbio", disse.

Extrema direita promete reduzir déficit francês

CHRISTOPHE ENA/AP

O líder da extrema direita da França Jordan Bardella disse ontem que "recuperará" a economia do país e prometeu manter gastos "razoáveis", caso seu partido Reunião Nacional (RN) consiga uma maioria nas eleições parlamentares o leve a se tornar premiê. O primeiro turno se realiza no domingo. "Pretendemos trazer o país de volta a orçamentos razoáveis", disse Bardella em entrevista para anunciar sua proposta de governo do RN. Ele prometeu reparar as "finanças degradadas" pelo governo do presidente Emmanuel Macron. Com mercados instáveis ante a incerteza política, líderes do RN querem reduzir o déficit do país para 3% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2027. Na foto, Bardella (à dir.), com a também líder do RN, Marine Le Pen.

Vitória dos extremos na França poderá desencadear a próxima crise do euro

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

"A nossa Europa é mortal, ela pode morrer", alertou Emmanuel Macron no final de abril. Quem diria que apenas algumas semanas depois o presidente da França iria tentar provar seu ponto de vista ao convocar eleições antecipadas que ameaçam mergulhar a União Europeia (UE) inteira em uma crise potencialmente mortal?

No momento, as atenções mundiais estão voltadas para o drama político imediato na França. O primeiro turno das eleições legislativas ocorrerá em 30 de junho. O partido de extrema direita Reunião Nacional lidera as pesquisas, com a Nova Frente Popular, uma coalizão dominada pela extrema esquerda, em segundo lugar.

Na melhor das hipóteses, um parlamento dominado pelos extremos políticos mergulharia a França em um período prolongado de instabilidade. Na pior, levaria à adoção de políticas perdulárias e nacionalistas que provocariam rapidamente uma crise econômica e social na França.

Um colapso francês rapidamente se transformaria em um problema da UE. Haveria dois mecanismos principais de transmissão. O primeiro é fiscal. O segundo é diplomático.

A França encontra-se em uma crise financeira. A dívida pública está em 110% do PIB e o atual governo registrou um déficit fiscal de 5,5% do PIB em 2023. A extrema direita e a extrema esquerda estão empenhadas em grandes aumentos de gastos públicos e cortes de impostos que inflariam a dívida e o déficit, violando ao mesmo tempo as regras da UE.

Bruno Le Maire, ministro das Finanças da França, alertou que a vitória de qualquer um dos extremos poderá levar a uma crise da dívida na França e à supervisão das finanças do país pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ou pela Comissão Europeia. Le Maire referiu-se à reação ao "mini" orçamento do governo de Liz Truss no Reino Unido, para destacar a rapidez com que os mercados podem se voltar contra um governo financeiramente irresponsável.

Na realidade, uma crise fiscal na França poderia ser pior do que o encontro do Reino Unido com Liz Truss. No Reino Unido, havia um mecanismo para destituir Truss rapidamente e restabelecer um governo nacional. Essa tarefa seria muito mais difícil na França, onde a extrema direita e a extrema esquerda possuem lideranças bem-estabelecidas e não tem à margem políticos mais cautelosos e baseados na realidade.

A segunda grande complicação é que a França é um dos 20 países que usam a moeda única europeia. O que aconteceria se o prêmio de risco sobre os bônus franceses disparasse? A UE dispõe agora de mecanismos para intervir e comprar bônus. Mas Bruxelas e Berlim estariam dispostos a concordar com tal medida, se a crise fosse provocada por compromissos de gastos franceses não financiados? O governo alemão luta no momento para economizar bilhões de dólares em seu orçamento nacional. Por que ele concordaria em socorrer uma França gastadora?

A extrema direita e a extrema esquerda francesas também são profundamente eurocéticas — e já estão criticando os ditames de Bruxelas e demonstrando hostilidade com a Alemanha. A plataforma eleitoral do partido Reunião Nacional (RN) menciona uma "divergência profunda e irreconciliável" entre as visões de mundo da França e da Alemanha. Jordan Bardella, que deverá ser o candidato a premiê do RN, recentemente ameaçou cortar a contribuição da França para o orçamento da UE em € 2 bilhões a € 3 bilhões por ano.

Durante a crise da dívida da Grécia, que durou quase 10 anos, o desafio à UE por Atenas foi finalmente superado pela ameaça de expulsar a Grécia do euro — uma medida que teria destruído o valor das poupanças gregas. Mas expulsar a França do euro — ou da própria UE — é praticamente inconcebível. Todo o projeto europeu foi construído em torno da dupla franco-alemã desde a década de 50.

> Na melhor das hipóteses, a França mergulharia em um longo período de instabilidade

É muito mais provável que a França permaneça na UE e na moeda única, mas atue como um obstáculo. Isso poderia arruinar a coesão e a estabilidade europeias, num momento em que o bloco europeu luta para se unir diante da ameaça da Rússia.

A menos que Macron renuncie (o que parece improvável), ele continuará representando a França nas reuniões de cúpula internacionais e da UE. Mas, salvo uma mudança de última hora nas pesquisas, o presidente francês deverá sair destas eleições como uma figura bem menor. Alguns dos colegas europeus de Macron poderão desfrutar tranquilamente do espetáculo de "Júpiter" sendo humilhado. Mas o impacto geral de uma França diminuída e enfurecida sobre a Europa seria desalentador.

O instinto inicial do RN seria confrontar Bruxelas em nome da soberania francesa. Mas os líderes da extrema direita demonstraram nos últimos anos alguma consciência de que o euroceticismo linha-dura pode assustar a afastar os eleitores e os mercados. Após perder a eleição presidencial de 2017, o RN abandonou silenciosamente a retórica de deixar o euro.

Uma crise econômica — combinada com um confronto com Bruxelas e Berlim — poderia levar o RN a recorrer aos seus instintos nacionalistas e de confronto. Por outro lado, as realidades do ato de governar poderão forçá-lo a uma acomodação com a UE.

Aqueles de memória boa podem apontar para a crise econômica da França no começo dos anos 80, quando um governo socialista tentou implementar uma agenda radical de esquerda. Aquela crise acabou levando à ascensão de Jacques Delors, primeiro como ministro das Finanças francês e depois como presidente da Comissão Europeia. Em Bruxelas, Delors impulsionou avanços dramáticos na integração europeia e no lançamento da moeda única.

É pouco provável que a história se repita da mesma maneira. Mas décadas de experiência sugerem que é um erro apostar contra a capacidade da UE de superar ameaças que parecem mortais.

China acena com benefício a alemães para evitar taxas a veículos elétricos

Kamil Kowalcze e Alberto Nardelli
Bloomberg

Pequim sinalizou que as montadoras de carros de luxo alemãs podem ser favorecidas se Berlim convencesse a União Europeia a desistir das tarifas de importação sobre veículos elétricos (VEs) chineses.

A China propôs reduzir suas tarifas atuais sobre carros com motores grandes em troca da eliminação das tarifas planejadas sobre VEs importados do país asiático, de acordo com fontes a par das discussões, que pediram para não ser identificadas, porque as conversas são confidenciais. Atualmente, Pequim aplica um imposto de 15% sobre veículos de passageiros provenientes do bloco econômico.

O ministro do Comércio da China, Wang Wentao, sinalizou a possibilidade das vantagens a seu equivalente alemão, Robert Habeck, durante uma reunião no sábado em Pequim, segundo uma das fontes. A visita de três dias de Habeck à China ocorre semanas após a UE propor aumentar taxas sobre VEs para até 48% ainda neste ano.

As informações refletem uma discrepância entre como a UE e a China vêm abordando a disputa. A Comissão Europeia (CE) sustenta ter decidido sobre as tarifas com base nas conclusões legais de um estudo aprofundado sobre os altos subsídios estatais de Pequim. As tarifas buscam nivelar o campo de jogo, compensando a ajuda chinesa com algo de valor equivalente.

No entanto, esse exercício legal sempre foi vulnerável a pressões políticas, e o governo do presidente da China, Xi Jinping, tem oferecido tanto incentivos quanto ameaças para persuadir Berlim a ajudar na negociação. Pequim já havia sinalizado a possibilidade de impor uma tarifa de 25% sobre carros europeus grandes, uma medida que afetaria as montadoras de luxo alemãs, como Mercedes-Benz Group AG e BMW AG.

O risco para a CE é que a Alemanha — que já se opõe às tarifas — possa ser persuadida por sua gigantesca indústria automotiva a romper as fileiras europeias e a pressionar o braço executivo do bloco econômico e outros países-membros, valendo-se de seu peso como a maior economia da UE.

O premiê da Alemanha, Olaf Scholz, destacou ontem o desejo de seu governo por uma solução negociada. Ainda há tempo para isso antes que as tarifas provisórias sejam aplicadas, a partir do dia 4 de julho, disse Scholz, em um congresso de lobistas empresariais em Berlim.

"No entanto, está claro que também precisaremos de ações e progressos sérios do lado chinês", disse Scholz. A CE e o Ministério do Comércio da China não responderam aos pedidos para comentar o assunto. O Ministério da Economia da Alemanha não quis confirmar os comentários de Wang.

As autoridades em Pequim ainda têm margem para negociar, de acordo com Deborah Elms, chefe de política de comércio exterior da Hinrich Foundation. "A UE sempre pode optar por adiar a imposição de tarifas, pendente das negociações", acrescentou. "Desde que os dois lados estejam fazendo progressos rumo a uma solução, é possível parar o relógio."

Paralelamente às negociações em Pequim o chefe de Comércio Exterior da UE, Valdis Dombrovskis, realizou uma videochamada que qualificou de "franca e construtiva" com seu equivalente chinês no fim de semana. Durante a investigação sobre os subsídios, altos funcionários dos dois lados mal haviam falado entre si.

"Os dois lados concordaram em empenhar-se com base em fatos e em total respeito às regras da OMC [Organização Mundial do Comércio]", disse Olof Gill, porta-voz da CE. "O lado da UE enfatizou que qualquer resultado negociado para sua investigação precisar ser eficaz em resolver os subsídios nocivos."

Agenda dos partidos extremistas pode levar a guerra civil, diz Macron

Samy Adghirni
Bloomberg

O presidente Emmanuel Macron disse que as agendas dos blocos de extrema direita e de extrema esquerda nas próximas eleições legislativas da França colocam as pessoas uns contra as outras, chegando ao ponto de dizer que os "extremos" poderiam desencadear uma "guerra civil".

O plano da extrema direita do partido Reunião Nacional (RN) para lidar com o crime e a insegurança "refere-se a pessoas de uma religião ou origem — divide e leva à guerra civil", disse Macron numa entrevista ao podcast Génération Do It Yourself, transmitido ontem à noite. O partido de extrema esquerda França Insubmissa, que faz parte de uma aliança de esquerda formada às pressas, também promove políticas sectárias que provocariam hostilidades semelhantes, disse o presidente.

Os comentários de Macron refletem sua última tentativa de atrair eleitores para o primeiro turno neste domingo, com o seu centrista Renascimento atrás da extrema direita e da esquerda.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Incerteza regulatória trava o avanço do mercado de carbono

Apesar da hiperatividade das últimas semanas, o Congresso não concluiu o projeto de regulamentação do mercado de carbono. Diante do calendário legislativo esvaziado nesta semana pelas festas de São João, e que se voltará no segundo semestre para as eleições municipais, já há o receio de que a necessária e aguardada regulamentação não ficará pronta para a COP29, marcada para 11 de novembro, em Baku, no Azerbaijão. Na verdade, ela era esperada para a COP28, realizada de novembro a dezembro do ano passado, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Enquanto isso, o Brasil perde tempo e espaço em um dos mais promissores mercados globais atuais, corre o risco de passar a ser importador de créditos de carbono e vê sua imagem prejudicada por fraudes nesses negócios.

A regulamentação do mercado de carbono é discutida no Congresso pelo menos desde 2015, data do Acordo de Paris, que saiu da COP21, quando os 195 países signatários se comprometeram a controlar as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera para limitar a temperatura global a 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais e mitigar os efeitos drásticos das mudanças climáticas. Alguns projetos foram discutidos, mas não foram adiante. Em 2023, com a volta do presidente Lula ao governo, o assunto foi retomado no Senado, que aprovou o PL 412/2022, em outubro, com a relatoria de Leila Barros (PDT-DF)

O projeto foi então para a Câmara dos Deputados, cujo presidente, Arthur Lira, quis assumir o protagonismo de um pacote verde para a COP28. O texto do Senado foi então incluído em um antigo projeto da casa sobre o mesmo tema, o PL 2.148/2015, com a relatoria de Aliel Machado (PV-PR). Como se temia, acabou sendo aprovado somente em dezembro, após o fim da COP28. E voltou ao Senado no início deste ano.

Em meio à discussão surda a respeito do comando do assunto, o PL ainda aguarda a definição de relator e o encaminhamento às comissões, informou a Agência Senado na semana passada. O tema do mercado de carbono chegou a ser discutido na Subcomissão de Ativos Ambientais na segunda semana do mês, mas de modo bastante conceitual e genérico.

Há divergências a respeito da regulamentação, que demandarão debate. Um dos pontos é a controvertida exclusão da agropecuária das obrigações de reduzir as emissões, como terão que fazer outros setores, uma vez que o Brasil adotou o mecanismo de "cap and trade". A agropecuária é um dos principais originadores dos gases de efeito estufa, mas também ficou de fora na regulamentação de outros países pela alegada dificuldade de se calcular seu impacto. Outra divergência é em relação à definição do mecanismo de Redução das Emissões pelo Desmatamento e Degradação (REDD+).

Enquanto o projeto não avança, surgem denúncias de fraudes no mercado voluntário de crédito de carbono. No início do mês, a Polícia Federal deflagrou a Operação Greenwashing, para desarticular organização criminosa suspeita de vender cerca de R$ 180 milhões em créditos de carbono de áreas da União invadidas ilegalmente há uma década, que passou pela emissão de títulos falsos de propriedade, no Amazonas. O episódio evaporou os ganhos do Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) da gestora AZ Quest, que havia investido em certificados de recebíveis e notas comerciais de empresa envolvida na denúncia de fraude. Prejudicado em outra operação foi o Banco do Brasil, que comprou, em maio de 2023, 23,3 mil créditos de carbono, em um contrato de R$ 1,2 milhão, de um empreendimento suspeito de grilagem e fraudes no Amapá e no Pará. A compra serviu para compensações de emissões de CO_2 da instituição pública, relacionadas, por exemplo, a geração de lixo e combustão de veículos.

Os casos não são suficientes para prejudicar a avaliação de que o Brasil tem condições para ser um grande player desse mercado, com vários casos positivos como o do Pará, que está vendendo 2 milhões de toneladas de carbono, cada uma por US$ 15, dos 156 milhões de toneladas de carbono que possui para serem comercializadas até 2026. Os recursos serão distribuídos a povos tradicionais. A Timberland Investment Group (TIG), do grupo do BTG, acertou a venda de 8 milhões de créditos de carbono para a Microsoft até 2043, por valores não revelados.

No entanto, a legislação adequada é necessária não só para coibir fraudes como também para preparar o mercado local para as exigências internacionais. O especialista Marcos da Costa Cintra alerta que as regras do Acordo de Paris e da União Europeia restringem o potencial do Brasil no mercado global de carbono uma vez que exigem que os créditos a serem vendidos sejam provenientes de reduções de emissões adicionais, ou seja, que não teriam ocorrido caso o projeto ou evento específico não existisse (**Valor,** 13/6). Por esse critério, a Floresta Amazônica e a produção de biocombustíveis não são elegíveis para gerar crédito porque as reduções de emissões que promovem já são realizadas. Cintra e outros especialistas chegam a dizer que o Brasil pode ter que importar créditos de carbono se não reduzir o desmatamento para conseguir atingir suas metas climáticas.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Seria oportuno que processos de 2019 fossem reabertos. Por **Cristiane Schmidt, César Mattos e Lucia Salgado**

O Cade, a Petrobras e a revisão dos acordos de 2019

Desde 2016, a Petrobras respondia a processos no Cade de acusações por condutas anticompetitivas no refino de petróleo e no transporte e comercialização de gás natural. A empresa era acusada de manipular preços e aumentar os custos dos rivais, dentre outras práticas. Para superar esses supostos abusos, a Petrobras propôs ao Cade dois Termos de Compromisso de Cessação de prática (TCCs), um para cada mercado, em junho de 2019. Caso as condutas não existissem, nem a Petrobras sugeriria acordos, nem o Cade arquivaria os processos aceitando os acordos. Estranho que tais TCCs tenham sido revistos em maio de 2024, na direção pró-monopólio, indo contra as experiências exitosas internacionais e à própria razão de existência do Cade, mas ao encontro dos anseios da Petrobras. A quem a mudança de 180º prejudicou?

Nos dois TCCs de 2019 a ideia era reduzir a verticalização da empresa. Na ocasião, o Cade indicava, dentre outras assertivas, que a Petrobras era monopolista no refino e monopsonista na compra do insumo dos principais produtos do refino, o que era maléfico para o consumidor. O Cade, à época, teve o cuidado de seguir as diretrizes das Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética.

Em um dos TCCs, a Petrobras venderia 51% da sua capacidade de refino no país[1], uma desverticalização que representaria uma profunda mudança estrutural. No outro, a Petrobras alienaria a sua participação nas transportadoras de gás[2] TBG, NTS e TAG, e venderia suas participações nas distribuidoras estaduais de gás natural. Nessas últimas medidas, a Petrobras alienou 51% da Gaspetro para a Compass, em 2022. O Cade também impôs compromissos comportamentais, reforçando a lei do gás (14.134/21).

A competição traz mais opções, menores preços e melhor qualidade. Em infraestrutura, entretanto, a concorrência não emerge automaticamente, além de exigir cuidados. Primeiro, porque são mercados que requerem investimentos elevados, com longo período de maturação, em que a previsibilidade e a segurança jurídica são essenciais. Segundo, porque são monopólios naturais. Não à toa, cabe à ANP adotar medidas para evitar condutas anticompetitivas.

ANP e Cade são órgãos autônomos, que devem assegurar compromissos críveis e estáveis. Suas decisões, assim, devem deixar à parte as preferências de governos, ter o foco no longo prazo e concretizar políticas de Estado.

Em 22 de maio, porém, o Cade em menos de um mês voltou atrás nos compromissos estruturais de 2019, aceitando o pedido de revisão pela Petrobras, não tendo objeção da ANP. Essa guinada não era esperada. Primeiro porque se tratava de acordos pró-mercado, frutos de votos fundamentados do Cade na ocasião. Segundo porque os incentivos dos investidores seriam alterados. Mesmo diante da preferência do atual governo por maior intervenção, da volta do discurso a "Petrobras é nossa" e da escolha de uma nova política de preços não atrelada 100% à paridade internacional, a surpresa foi grande, de criticada em artigos, como: "Cadê o Cade que estava aqui?" e A desmoralização do "Cade".

De acordo com a doutrina antitruste, compromissos estruturais são remédios mais efetivos para corrigir problemas concorrenciais do que os comportamentais, os quais têm usualmente baixa capacidade de monitoramento e de execução. Por isso são considerados auxiliares aos estruturais, não substitutos. No caso, a revisão dos acordos implicou a preservação do monopólio, da verticalização e da nova política de preços.

Compromissos comportamentais em setores verticalizados obrigam a que o monopolista verticalizado forneça o produto ou adquira o insumo de terceiros de forma não discriminatória. Essa empresa, contudo, pode dificultar a constatação pelo Cade de eventuais barreiras criadas aos concorrentes. É um jogo, com assimetria de informação, em que o Cade sabe menos e quem perde é o consumidor, que deixa de ter mais escolhas e combustível mais barato.

Ainda que a recente decisão pudesse ter sido meritória (achamos que não foi), o momento, a rapidez e a forma foram inoportunas. No novo entendimento, o monopolista verticalizado se livrou dos processos de 2016 e passou a ter somente obrigações comportamentais, que nem mesmo exigem que a política de preços seja guiada pela paridade internacional, especialmente para ela própria. Como agora há refinarias privadas desverticalizadas, foi criado incentivo para a empresa cometer mais um ilícito antitruste: o aumento do custo destas rivais.

Se fosse para fazer ajustes aos TCCs de 2019 (já que são acordos), portanto, o Cade deveria ter revisto no sentido de exigir a desverticalização de 100% (e não da venda de 50%) da capacidade doméstica de refino, pois a nova política de preços fere princípios basilares de mercado, que deveriam ser defendidos por qualquer órgão antitruste. Agora, como atrair novos investidores? Aliás, como preservar os atuais? O Cade conseguirá monitorar o novo acordo?

A taxa de investimento média do Brasil nos últimos 20 anos é de 17,5% do PIB, sendo o último dado de 16,5%, enquanto a taxa de países de renda média é de 25%. Toda a sinalização positiva conferida em 2019, com potencial impacto positivo para o setor e sobre a produtividade e o crescimento do país, foi perdida.

Os consumidores (e não as empresas), com seus direitos difusos, contam com órgãos de Estado para os defenderem, como o Cade, à luz da lei 12.529/11. Além disso, órgãos antitruste precisam dar segurança jurídica e previsibilidade aos investidores, serem implacáveis com os monopólios e independentes de governos. A sinalização da revisão, assim, não foi positiva.

Seria oportuno, destarte, que a revisão dos TCCs fosse revista ou que essa recente revisão fosse interpretada como fato novo e os processos de 2019 fossem reabertos. Pouco provável que medidas comportamentais cessem a ameaça de condutas anticompetitivas. Pelo contrário, a tensão deve persistir, constituindo um retrocesso para o país. O Brasil precisa de instituições que garantam que o passado não seja incerto e de um Cade que defenda os consumidores brasileiros.

ANDRE VALENTIM/AGÊNCIA PETROBRAS

1. As refinarias vendidas foram 3: RLAM, REMAN e LUBNOR. Refinarias à venda: Abreu e Lima (Rnest/PE); Landulpho Alves (Rlam/BA); Presidente Getúlio Vargas (REPAR/PR); Alberto Pasqualini (Repar/RS); Gabriel Passos (Regap/MG); Isaac Sabbá (Reman/AM); Lubrif. e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor/CE); e Unidade de Industrialização do Xisto (Six/PR).

2. TAG (Transportadora Associada de Gás): em 04/19, venda de 90%. NTS (Nova Transportadora do Sudeste): venda de 90% em 2017 e 10%, em 2020; TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil): Petrobras anunciou a venda de 51% em 2022, suspensa pelo atual governo.

Cristiane Schmidt, César Mattos e Lucia Helena Salgado são doutores em Economia e ex-conselheiros do Cade.

Margem Equatorial, um debate necessário

Pedro de Camargo Neto

O presidente da República, o ministro das Minas e Energia e a presidente da Petrobras são enfáticos em declararem a intenção de explorar petróleo na margem equatorial no norte do Brasil. A ministra do Meio Ambiente, praticamente isolada, remete a questão à avaliação do Ibama. Uma discussão relevante pela questão climática, e infelizmente ainda mal colocada.

Não se trata de uma questão técnica a ser avaliada pelo Ibama. A experiência de décadas em exploração de petróleo em águas profundas preparou a Petrobras a evoluir e perfurar em região mesmo que com diferenças naturais e geológicas. A região é rica em biodiversidade, abriga diversas espécies de flora e fauna, algumas ameaçadas de extinção. Um eventual derramamento de óleo na região poderia ter consequências devastadoras afetando áreas protegidas e comunidades locais. Argumentos válidos, porém insuficientes. O ambientalismo se equivoca. Decisões políticas nunca se limitam à técnica.

O debate necessário precisa ser amplo. Uma decisão dessa relevância exige que nós, sociedade brasileira como um todo, decidamos se desejamos extrair hoje carbono das profundezas para jogá-lo na atmosfera indo contra a compreensão científica sobre o tema que avançou deixando clara a responsabilidade dos combustíveis fósseis na questão climática. A decisão a ser tomada, eminentemente política, não pode ser exclusiva do Poder Executivo. O Poder Legislativo ainda permanece distante desta relevante decisão política.

No debate, a ser ainda travado, existirão os que dirão que o processo de transição energética, saindo dos combustíveis fósseis, ainda levará décadas. O petróleo continuará necessário. A exploração do subsolo, das Guianas à Noruega, passando pela África continuará, colocando no mercado muito petróleo, que se somará ao que o Brasil já exporta. Petróleo que hoje está sobrando.

Explorar hoje traz oportunidades imediatas, empregos e lucros. Não tocar nessa riqueza, tão bem guardada, reduz a emissão imediata de carbono na atmosfera, política que dizemos defender nos fóruns globais. Um efeito direto na oferta do combustível fóssil nos mercados internacionais. Reflexos nos preços dos fósseis que favorecem os produtores de biocombustíveis. Um debate importante: usamos essa riqueza hoje, dificultando nosso papel de produtor de biocombustíveis. Reservamos para um futuro, com novos usos e novas tecnologias.

É falaciosa a apresentação dessa extração de petróleo como política para financiar a transição energética. Na verdade, irá contra pois ampliando a oferta deverá dificultar ainda mais os biocombustíveis. A transição energética relativamente exitosa no Brasil nunca contou com a liderança da gigante Petrobras. Tem sido realizada com a tecnologia e o empreendedorismo existente no setor. Não é maior pois obrigada a vencer a concorrência dos combustíveis fósseis formados a partir da decomposição de matéria orgânica ao longo de milhões de anos que, retirado das profundezas após gerar energia, são lançados na atmosfera.

Posição do Brasil deveria estar na valorização dos biocombustíveis, na viabilidade das novas fontes de energia

O posicionamento brasileiro precisaria estar na valorização dos biocombustíveis, na atração de investimentos para essas possibilidades; na viabilidade econômica das novas fontes de energia. Em apoiar restrições, tributação, encarecimento dos combustíveis fósseis acelerando sua substituição. Estão aqui as possibilidades de liderar a nova economia, atrair empregos e desenvolvimento econômico. Nunca jogar mais petróleo no mercado internacional pois aqui não precisamos dele.

Dirão que extrair petróleo na região amazônica gera riqueza e empregos. O debate precisa esclarecer se são esses os empregos e desenvolvimento que a região amazônica e o Brasil precisam. Essencial debater se a prioridade não deve ser pelo desenvolvimento e empregos gerados pelos biocombustíveis. Esclarecer a qualidade dos empregos e sua renda mais bem distribuídos e inseridos no futuro de uma nova economia.

A extensão territorial, os recursos hídricos, a vegetação tropical, o sol, a biodiversidade do país precisam ser valorizados. A matriz energética, já é indiscutivelmente melhor do que a grande maioria dos países. O desenvolvimento do etanol como combustível, o biodiesel, os avanços nos biocombustíveis: o etanol de segunda geração; o SAF — combustível sustentável para aviação; o biogás metano; e certamente breve, o hidrogênio. A pouca dependência dos combustíveis fósseis coloca o Brasil na frente desse novo modelo de desenvolvimento. Mesmo a atual relevância das exportações de petróleo, como origem de divisas, não pode ser decisiva para uma exploração que vai contra novos desafios de desenvolvimento nacional.

Infelizmente ambientalistas e produtores de biocombustíveis chegam divididos nesse debate. A polarização que hoje afeta a tudo e a todos é inexplicavelmente mais antiga entre o agro, dos biocombustíveis, e grande parte do ambientalismo. Perdemos a união na judicialização do Código Florestal atrasando sua implementação. Até hoje não conseguiram certificar os mais de 6 milhões de CAR apresentados pelos produtores. As diferenças se agravaram debatendo a supressão vegetal permitida na legislação, o desmatamento legal. Afastamo-nos ao não reconhecerem que o Brasil produz alimentos emitindo menos carbono que os demais produtores, que não tem sentido restringir, encarecer, uma agricultura que já caminha no sentido correto.

O mundo caminha devagar no esforço da substituição por energias renováveis. As transformações da natureza não esperam. Alguns países avançam menos do que o prometido. Cumpre ao Brasil liderar a pressão internacional na redução de uso dos fósseis. Uma oportunidade para ocupar uma posição inegável desde que o discurso internacional seja sustentado pela realidade nacional. A hora é agora, pois sediaremos esse importante debate, em um especial momento, com a presidência da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) em 2025 a ser realizada em Belém na foz do Amazonas.

Pedro de Camargo Neto foi presidente da Sociedade Rural Brasileira e secretário do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Política pública das mais promissoras será o uso em programas de educação. Por **Lenny Mendonca**

Como aproveitar a IA para o bem comum

Boa parte da cobertura de mídia sobre a inteligência artificial (IA) tem se concentrado em possíveis impactos negativos. Cenários de ficção científica como as guerras entre humanos e robôs da série "O Exterminador do Futuro" e polêmicas do mundo real, como a proliferação de "deep fakes" e o uso não autorizado da voz de Scarlett Johansson pela OpenAI para seu novo assistente digital, capturaram a imaginação pública, alimentando temores quanto a um futuro distópico.

Por sorte, tanto as empresas de IA quanto o governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, parecem estar levando esses temores a sério. O decreto executivo de Biden sobre IA, de outubro de 2023, foi corretamente elogiado por ter foco na inovação responsável. Ao facilitar o desenvolvimento de padrões, ferramentas, testes e requisitos de transparência essenciais, o decreto pode ajudar a estabelecer a responsabilização, a desencorajar aplicações ilegais e perigosas e a proteger contra a desinformação, violações de privacidade e roubo de propriedade intelectual.

Enquanto tecnologia transformadora de propósitos gerais, a IA provavelmente terá um impacto de alta abrangência na sociedade e no mercado de trabalho. Consequentemente, o governo dos EUA precisa estudar as implicações da tecnologia no trabalho e agir de forma rápida e decisiva para proteger os trabalhadores contra possíveis desestabilizações.

No entanto, além de proteger os trabalhadores e consumidores contra os possíveis riscos, o governo também deveria desempenhar um papel mais ativo na promoção do desenvolvimento de aplicações de IA que sirvam ao bem público. Para alcançar isso, os EUA poderiam aproveitar sua grande, e cada vez maior, liderança tecnológica.

No mundo, apenas nos últimos 12 meses, cerca US$ 50 bilhões de capital de risco foram investidos no setor. Espera-se que o boom da IA aumente a produtividade em até 0,6% ao ano, permitindo que a economia mundial cresça apesar do crescimento mais lento da força de trabalho.

Os EUA possuem mais startups relacionadas à IA do que o resto do mundo somado, e a atual onda de alta do mercado de ações americano pode ser, em parte, atribuída às previsões otimistas sobre o futuro da IA. Com um valor de mercado de US$ 3,3 trilhões, a fabricante de chips Nvidia sozinha vale mais do que todo o mercado de ações da Alemanha. Por sua vez, empresas como Google, Microsoft, Facebook, Apple, Tesla e IBM têm gastado bilhões de dólares para integrar a IA a seus produtos e serviços existentes — o Boston Consulting Group projeta que esse boom representará 20% de suas receitas em 2024. Até o setor elétrico vem crescendo a passos rápidos, impulsionado pelas enormes necessidades de energia dos modelos de linguagem de grande escala (LLMs).

Como a maioria dos outros avanços, a IA pode ter efeitos positivos e negativos. Com as políticas e os talentos apropriados, ela pode impulsionar a inovação, aumentar a competitividade, elevar a produtividade e melhorar a eficiência do setor público

A IA também possibilitou avanços em vários setores não tecnológicos. Na saúde, a IA é usada para diagnósticos, medicina personalizada, gestão de pacientes, tarefas administrativas e pesquisa. O setor financeiro emprega tecnologias de IA para detecção de fraudes, gestão de riscos e serviços personalizados. Na indústria, essas tecnologias melhoram a otimização da cadeia de fornecimento, a manutenção de equipamentos e o controle de qualidade, enquanto empresas agrícolas integram a IA na agricultura de precisão, monitoramento de colheitas, controle de pragas e nos modelos de previsões. E os escritórios de advocacia cada vez mais dependem da IA para a revisão de documentos, pesquisa, análise de contratos e gestão de conformidade.

Impulsionados por forças de mercado com intervenção governamental mínima, esses setores começam a aproveitar o potencial da IA para melhorar a eficiência, reduzir custos e oferecer melhores produtos. O governo, entretanto, ainda desempenha papel crucial na promoção da integração da IA em serviços públicos essenciais, como saúde, transporte e educação.

Embora algumas aplicações de políticas públicas deverão ser semelhantes aos usos do setor privado, como detecção de fraudes, processos de compras, gestão de riscos, logística, e desenvolvimento de softwares, outras exigirão adaptações cuidadosas para atender às necessidades específicas das agências governamentais. Isso inclui a análise e visualização de dados, serviços de atendimento ao cliente e contribuições da comunidade, necessidades que exigem maior cooperação público-privada e um grande esforço para recrutar e treinar talentos em IA.

Como costuma ocorrer em novos campos tecnológicos, a Califórnia está na vanguarda para promover a IA para o bem comum. Em maio, o Estado foi sede de uma conferência de IA com a Universidade de Stanford e a Universidade da Califórnia, Berkeley, e lançou um programa-piloto de seis meses com o objetivo de avaliar a adequação de ferramentas de IA generativas para serviços como atendimento ao cliente, gestão de tráfego rodoviário e segurança pública.

Os governos também podem desempenhar um papel importante na facilitação da pesquisa e desenvolvimento. Os EUA já gastam US$ 95 bilhões ao ano em pesquisa e desenvolvimento de defesa e segurança nacional e US$ 61 bilhões em pesquisa relacionada à saúde — duas áreas que serão drasticamente afetadas pela IA. Mais notavelmente, o governo possui enormes quantidades de dados, tanto públicos quanto privados, que poderiam ser aproveitados para aplicações de código aberto voltadas a melhorar o monitoramento do tráfego, análises meteorológicas, prevenção e resposta a desastres, estatísticas econômicas e saúde pública.

É claro, as autoridades precisam assegurar que esses dados sejam precisos, imparciais e usados de maneira responsável. Embora isso não seja fácil, como evidenciado pelo lançamento malsucedido dos novos formulários de auxílio financeiro estudantil (FAFSA) é concebível que em breve as informações dos indivíduos sejam pré-preenchidas em formulários governamentais, com a inscrição automática em certos programas públicos e a possibilidade de que as pessoas optem por sair quando quiserem.

Talvez a opção de política pública mais promissora seja a integração da IA em programas de treinamento e educação. Inovações recentes em IA generativa tornaram o ensino personalizado e individual expansível e acessível, com estudos mostrando que essas ferramentas podem ajudar a reduzir a diferença entre trabalhadores de baixa e de alta qualificação. O Khanmigo, da Khan Academy, um bot de ensino para escolas, é um excelente exemplo dos possíveis benefícios educacionais da IA.

Sem dúvida, como a maioria dos outros avanços tecnológicos, a IA pode ter efeitos positivos e negativos. Com as políticas e os talentos apropriados, ela pode impulsionar a inovação, aumentar a competitividade, elevar a produtividade e melhorar a eficiência do setor público. No entanto, para destravar todo seu potencial, o governo dos EUA precisa garantir que a IA seja usada para servir ao bem comum. Estados como a Califórnia já estão mostrando o caminho.

Lenny Mendonca, sócio sênior emérito da McKinsey & Company, foi assessor-chefe econômico e empresarial do governador da Califórnia, e presidente do conselho de administração da Agência de Rodovias de Alta Velocidade da Califórnia. Copyright: Project Syndicate, 2024.
www.project-syndicate.org

Frase do dia

"O grande lastro do real, uma vez lançado e consolidado, é a própria democracia. Ela motivou toda estabilização".

De Persio Arida, um dos idealizadores do Plano Real

Cartas de Leitores

Guerras e lucros

EUA, Rússia, França, Alemanha e China são os maiores fabricantes de armas no mundo. A Índia exporta armas para a Rússia, assim como a Coreia do Norte. A Rússia está em guerra com a Ucrânia e o conflito entre Israel e o Hamas perdura. O Irã já enviou drones para Israel, que revidou. O Hezbollah está atacando o norte de Israel, que por sua vez tem respondido. Os últimos movimentos das autoridades desses países mostram dois blocos: EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Ucrânia e Israel tendo como oponentes a Rússia, China, Coreia do Norte e Irã. As tensões estão aumentando , apesar das fracassadas tentativas de órgãos internacionais que pedem paz. O próximo estopim poderá ocorrer caso a China inicie um conflito com Taiwan ou o Hezbollah intensifique suas investidas contra Israel. A maioria esmagadora da população mundial quer a paz, mas a minoria quer ganhar dinheiro com as guerras.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Ajuste fiscal

Não é segredo para ninguém que o Brasil precisará ainda promover um forte ajuste nas contas públicas. É notório que o Estado gasta muito mais do que arrecada e que, portanto, não é sustentável manter as coisas do jeito que estão. As propostas de aperto sempre recaem sobre a população mais vulnerável, seja na revisão de benefícios sociais ou no endurecimento de regras previdenciárias — uma vez que muitos não conseguem manter as contribuições ao INSS e em paralelo contratar um sistema de previdência complementar.

Precisamos, sim, rever os gastos com o Judiciário, com o Congresso e até mesmo no âmbito da aposentadoria dos militares, respeitando, por óbvio, as especificidades da carreira. Mas é inaceitável impor restrições à população que, geralmente, paga as contas geradas pela incompetência do Executivo e do Legislativo.

Willian Martins
martins.willian@yahoo.com.br

"Dor do cliente"

Parabéns a Isabel Clemente por seu artigo no "**Valor**". Além de muito bem escrito, trata de um tema que poucas vezes recebe a devida atenção de gestores, comunicadores e outras figuras públicas que deveriam saber como utilizar o discurso de forma inteligente e estratégica, e proveitosa. Também tenho péssima impressão quando deparo com a expressão "dor do cliente" — uma presunção que assume de cara a ignorância do que se passa com o outro. Ocorre-me agora que a falta de substância preenchida pelos lugares-comuns do discurso muitas vezes é um recurso intencional de manipulação, para disfarçar o que realmente não tem conteúdo. Algo como "wordwashing", para utilizar outro jargão em voga. Tomara que muitos possam ler o seu texto e refletir um pouco sobre o que pensam e o que têm a dizer.

Guilherme Pena
guilherme@infossintese.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Ambiente Rodrigo Agostinho afirma que instituto não discute transição energética do país, emitiu licenças inclusive na Margem Equatorial e licencia 2.000 poços do pré-sal

"Petrobras é nossa principal cliente", diz presidente do Ibama

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O biólogo e advogado Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama, diz que apenas neste ano foram emitidas 26 licenças e autorizações ao setor de petróleo e gás, a maioria para a Petrobras, inclusive de pesquisas sísmicas na Margem Equatorial. O órgão ambiental está licenciando o pré-sal fase 3 e o pré-sal fase 4 — ou seja, mais de 2.000 poços de petróleo e gás. "A Petrobras é a principal cliente do Ibama no licenciamento. Ela é uma empreendedora hoje no Brasil com o maior número de licenças, tanto vigentes quanto novas."

O Ibama está sob intensa pressão desde que indeferiu o pedido da Petrobras de perfurar o bloco FZA-M-59, na foz do Amazonas, nome dado pela Agência Nacional de Petróleo a uma das cinco regiões da Margem Equatorial, a nova fronteira de exploração da Petrobras. O poço seria para pesquisar se há petróleo ou não —de exploração, no jargão do setor. "É um poço de exploração, mas com características iguais às de um poço de produção. É uma perfuração no subsolo. E assim, em um eventual acidente, tanto no caso de pesquisa quanto de produção, as medidas de precaução são muito parecidas", explica Agostinho.

A Petrobras, diz, tinha montado uma estrutura de emergência "muito boa", mas a 800 quilômetros de distância. "É uma região pouco desbravada, com altíssima biodiversidade, muita pesca artesanal e industrial. E é uma região com pouca estrutura física para o atendimento de um eventual acidente." O Ibama, defende, dará uma decisão técnica à polêmica.

Agostinho reforça que o órgão "não discute a transição energética do país" e que as equipes do Ibama e da Petrobras têm dialogado para resolver o impasse. Refuta a especulação que a decisão está tomada e diz que não se sente pressionado. "É natural que em um país republicano grandes empreendimentos sejam debatidos na sociedade." A seguir trechos da entrevista que concedeu ao **Valor**:

Valor: *Há muita confusão sobre Margem Equatorial e foz do Amazonas. O senhor pode explicar?*

Rodrigo Agostinho: A Margem Equatorial é a costa brasileira situada mais ou menos na latitude zero, que é a linha do Equador. Vai do norte do Rio Grande do Norte ao Amapá. Naquela região, no passado, houve muitas tentativas de se encontrar petróleo. Ali na costa do Pará e na região da foz foram mais de cem tentativas, em uma área mais próxima da costa e em anos em que não existia toda a preocupação ambiental que existe hoje. Na Margem Equatorial existem poços perfurados no Ceará, com plataformas, em que, por alguma decisão técnica da Petrobras, esses poços não estão produzindo.

Em 2023 a Petrobras conseguiu licenças para procurar petróleo, para exploração, no Rio Grande do Norte, também na Margem Equatorial. Ou seja, naquela região também foram emitidas autorizações. A Petrobras está pedindo para perfurar novos poços, então não sei se a empresa conseguiu encontrar petróleo na quantidade que gostaria. Pediu novas licenças nessa mesma região, no Rio Grande do Norte, para postos de pesquisa, os chamados poços de exploração.

Valor: *E a foz do Amazonas?*

Agostinho: Trata-se de um trecho da Margem Equatorial que inclui a foz do Amazonas, mas é uma região mais ampla e que, mesmo distante, está sob influência da foz do maior rio do mundo, um volume gigantesco de água doce.

A Margem Equatorial foi dividida em cinco grandes regiões — a primeira bacia é a Potiguar (no Rio Grande do Norte), depois vêm a Ceará (no Piauí e Ceará), a Barreirinhas (no Maranhão), a Pará-Maranhão e a Foz do Amazonas (Amapá e Pará).

Valor: *Quantas licenças o Ibama já concedeu neste ano, e para a Margem Equatorial?*

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Rodrigo Agostinho: "Não me sinto pressionado. É natural que em um país republicano grandes empreendimentos sejam debatidos na sociedade"

Agostinho: Apenas neste ano foram emitidas 26 licenças e autorizações ao setor de petróleo e gás (entre atividade de perfuração marítima, exploração e produção, pesquisa sísmica e outras).

Há dez anos atrás ocorreu um caso muito emblemático. A Petrobras tentou perfurar um poço nessa região e, com a força das correntes marinhas, o navio sonda se deslocou, quebrou a broca de perfuração e poderia ter se transformado em um grande desastre. A Petrobras demorou dias para recuperar essa sonda. Foi um incidente que, na época, assustou muito as equipes que trabalhavam no setor de emergências. Foi na região da Foz do Amazonas.

Hoje a Petrobras conhece e domina a perfuração em águas profundas, então a busca por petróleo naquela região, que era em águas rasas, está hoje mais distante da costa. Ali se está a cerca de 100 quilômetros do Oiapoque e 800 quilômetros de Belém.

Valor: *Toda essa pressão é por causa de uma licença negada? A de maio de 2023, quando o Ibama indeferiu o pedido da Petrobras de perfurar o bloco FZA-M-59?*

Agostinho: É o primeiro poço de um bloco. Naquela região existem muitos outros pedidos, porque foram feitos leilões. Existem blocos privados, existem blocos da Petrobras.

No caso, trata-se de um poço de exploração, mas com características iguais às de um poço de produção. É uma perfuração no subsolo. E assim, em um eventual acidente, tanto no caso de pesquisa quanto de produção, as medidas de precaução acabam sendo muito parecidas.

É uma região pouco desbravada, com altíssima biodiversidade, muita pesca artesanal e industrial. Também vem sendo procurada por grandes empresas para instalação de complexos eólicos. E é uma região com pouca estrutura física para o atendimento de um eventual acidente.

A estrutura que a Petrobras colocou na época à disposição está em Belém, a 800 quilômetros de distância. Este foi um dos pontos que o Ibama considerou que não havia condições de segurança naquele local para conceder a licença. A estrutura para atendimento à fauna que pode ser afetada em eventual acidente foi um dos motivos técnicos. As pessoas acham que o Ibama está querendo influenciar na transição.

Valor: *Não está?*

Agostinho: Não. Esse não é o papel do Ibama. Não é o Ibama que vai dizer quando o Brasil vai parar de investir em um setor ou no outro. O Ibama vai apenas analisar a segurança e as questões ambientais de cada empreendimento.

Valor: *Em que ponto se está agora, no processo de licenciamento do poço da foz do Amazonas?*

> "De maneira clara: o Ibama não está sendo o empecilho na exploração de petróleo"

Agostinho: A Petrobras, na ocasião, pediu logo em seguida uma reconsideração. A empresa apresentou a possibilidade, nessa reconsideração, de colocar mais lanchas e embarcações para uma situação de risco. Ao longo desse período, comunidades indígenas daquela região procuraram a Funai, que solicitou informações à Petrobras. Isso consta do processo.

A equipe continua analisando todas essas questões. As equipes da Petrobras e as equipes técnicas do Ibama continuam dialogando. A gente diz que a Petrobras é a principal cliente do Ibama no licenciamento. De fato, a Petrobras é uma empreendedora hoje no Brasil com o maior número de licenças, tanto licenças vigentes quanto licenças novas. Estamos licenciando o pré-sal fase 3 e o pré-sal fase 4. Estamos falando de mais de 2.000 poços de petróleo. A Petrobras tem investimentos em várias regiões do país.

Valor: *Mais de 2.000 licenças para exploração de petróleo e gás?*

Agostinho: São mais de 2.000 poços de petróleo. Acabamos de emitir a licença prévia da fase 3 do pré-sal. As licenças, no caso do pré-sal, são licenças guarda-chuva. Compreendem a possibilidade de até 2.000 perfurações. Então de maneira muito clara: isso mostra que o Ibama não está sendo o empecilho. Na semana passada saiu uma licença importante do projeto Pau Brasil, da BP, na costa da região Sudeste. É gigantesco.

Valor: *É nessa medida que a Petrobras é a maior cliente do Ibama?*

Agostinho: Estamos licenciando mais de cem projetos para a Petrobras. Apesar de todos os ruídos que existem hoje, as equipes dialogam o tempo todo. Não tem nenhum projeto da Petrobras que não passe pelo Ibama. Todos os projetos offshore passam pelo Ibama. Estamos inclusive licenciando os projetos de energia limpa da Petrobras agora. Existem vários projetos protocolados no Ibama no ano passado que estão em análise hoje pelas equipes técnicas. O setor de petróleo também vem mudando seus investimentos.

Valor: *Em que sentido?*

Agostinho: O Ibama está licenciando agora 60 projetos de descomissionamento no mar. Trata-se de desmontar estruturas antigas em áreas que não produzem mais, para se investir em outras.

Valor: *Do jeito em que a coisa está posta pelo lobby do setor de petróleo, a negação da licença na foz do Amazonas para a Petrobras parece um capricho do Ibama.*

Agostinho: Não vejo dessa forma. A equipe é muito técnica, extremamente dedicada e muito reduzida. Estamos falando hoje de 3.800 empreendimentos no Brasil em licenciamento no Ibama para uma equipe de 200 servidores. São 200 servidores no Brasil olhando para todos os empreendimentos de portos, aeroportos, linhas de transmissão, termelétricas, estradas, o PAC inteiro.

A região da foz do Amazonas é de fato muito sensível, existem poucas informações sobre as correntes marinhas, é uma região pouco estudada pela ciência. Concentra 70% dos manguezais do país. Tem muitos atributos ambientais, muitas comunidades tradicionais, tem povos indígenas. É uma região complexa por si só independentemente da questão do setor que tem interesse em descobrir se de fato existe petróleo ali, sua quantidade e sua qualidade. O Ibama avalia a viabilidade ambiental disso. Se ficar comprovado que, de fato, aquela região tem a estrutura necessária para que essa produção aconteça, as licenças acabam sendo emitidas. Não é decisão política. Tenho dito desde o começo que é decisão técnica.

Valor: *A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, quer levar a exploração do petróleo da foz do Amazonas para o Conselho Nacional de Política Energética. O CNPE é presidido pelo ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, um entusiasta do petróleo. Mas, pela lei, quem decide sobre licenciamento ambiental federal é o Ibama, não?*

Agostinho: De fato, pela lei complementar 140 de 2011, a atribuição de licenciamento nesse caso é do Ibama. Isso não quer dizer que discussões sobre a matriz energética brasileira não possam acontecer dentro do Conselho Nacional de Política Energética. Isso não quer dizer que a gente não possa ter um debate lá. Não tem problema nenhum. Debate e discussão são importantes para o país.

Valor: *Pessoas que não se identificam fazem lobby na imprensa dizendo que a decisão já está tomada. O senhor se sente pressionado?*

Agostinho: Não está tomada. É prioridade da equipe, mas não está tomada. Tenho expectativa que se resolva logo, mas é uma decisão técnica, não política. Neste ano já emitimos várias licenças, quase todas para a Petrobras, até de pesquisa sísmica na Margem Equatorial. Não me sinto pressionado. É natural que em um país republicano grandes empreendimentos sejam debatidos na sociedade.

Valor: *Ficando no mesmo assunto, de clima e petróleo: qual é a situação do Pantanal?*

Agostinho: O bioma mais afetado hoje, dos seis brasileiros, sem sombra de dúvida, é o Pantanal. É a planície inundável mais rica em biodiversidade do mundo, só que faz dois anos que não enche de água. Está extremamente suscetível, o ar quente do El Niño desidratou o Pantanal. O período em que tínhamos fogo no bioma antecipou quatro meses, hoje temos 15 grandes incêndios ali. O governo federal criou uma sala de situação para a Amazônia, tentando antecipar o atendimento aos ribeirinhos, e combater o fogo no Pantanal. É a primeira vez que temos fogo no bioma no primeiro semestre.

Finanças Questões domésticas reduzem atratividade do Brasil perante investidores C1

INÊS 249

Tecnologia
Com IA a bordo, Nokia conclui projeto para a Lua, diz o pesquisador Claudio Saes B6

Listagem
Chinesa Shein avança no plano de abrir capital na bolsa de Londres B3

Logística
Portos estaduais de SC receberão R$ 200 milhões em novos investimentos B8

Travelex Bank
ABRA SUA CONTA NO BANCO QUE MAIS CRESCE EM CÂMBIO NO BRASIL.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Mineração Grupo vai investir R$ 1,1 bilhão em 2024 e avalia colocar mina de Córrego do Sítio à venda

AngloGold revê operação e eleva aporte no país

Stella Fontes
De São Paulo

Em meio à reorganização de suas operações e à adoção de medidas para retomar ritmo de produção e competitividade no Brasil, a AngloGold Ashanti, quinta maior mineradora de ouro do mundo, está elevando os investimentos no país. Em 2024, a companhia vai desembolsar R$ 1,1 bilhão, sobretudo em pesquisa e exploração, desempenho operacional e melhorias tecnológicas e ambientais, 22% acima dos R$ 900 milhões aplicados na operação local no ano passado.

A mineradora anuncia nesta terça-feira (25) o programa de investimentos para 2024, em cerimônia com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). "Temos trabalhado de forma ativa e contínua na avaliação de como melhorar processos", disse ao **Valor** o vice-presidente da empresa para a América Latina, Marcelo Pereira. "O grande desafio é retomar a produção, reduzir custos e garantir os requerimentos legais aplicados ao negócio. Temos um portfólio importante de projetos estratégicos."

Ex-Vale e ex-Kinross, o executivo chegou à AngloGold em julho do ano passado, em um momento de desafios operacionais em duas unidades (Córrego do Sítio e Planta do Queiroz) e problemas nas obras de descaracterização da barragem CDS II, em Santa Bárbara (MG), que não era mais operada — hoje, a companhia só trabalha com disposição a seco de rejeitos no país, tecnologia considerada mais segura. As obras na barragem chegaram a ser paralisadas após a identificação de trincas na estrutura, mas já foram retomadas.

Além disso, a multinacional paralisou as atividades na planta de metalurgia do Queiroz, em Nova Lima (MG), e suspendeu temporariamente, em agosto, a operação na mina de Córrego do Sítio (CDS), no município de Santa Bárbara (MG). A medida foi justificada por resultados operacionais negativos e custos crescentes nos últimos anos.

Segundo Pereira, a AngloGold ainda avalia o futuro de Córrego do Sítio. Uma das possibilidades é vender o ativo, em um momento de mercado que pode ser favorável a transações dessa natureza. "Estamos abertos e avaliando continuamente a possibilidade de retomar as operações. Há muitas conversas em andamento", observou, sem fornecer mais detalhes sobre as tratativas.

A decisão de parar as operações, segundo o executivo, foi tomada a partir da avaliação de performance da unidade e para garantir a continuidade da competitividade das demais operações. Cerca de 730 trabalhadores foram demitidos, enquanto um grupo de 140 empregados segue à frente das atividades de manutenção do ativo, monitoramento ambiental e atendimento às exigências regulatórias.

Com a suspensão das atividades a partir de agosto, a produção de ouro em CDS totalizou 47 mil onças em 2023, de um total de 70 mil onças previstas para o ano. Considerando-se as 490 mil onças produzidas no Brasil e na Argentina, a América Latina representou 19% da produção mundial do gigante sul-africano no ano passado, que ficou em 2,59 milhões de onças. Deste total, o Brasil contribuiu com 338 mil onças, ou 13% da produção global.

MARIA TEREZA CORREIA/VALOR

"O grande desafio é retomar o nível de produção. Temos vários projetos estratégicos"
Marcelo Pereira

"Mesmo com a paralisação temporária em CDS, a projeção para 2024 é de produção superior a 2023. Seguimos em ritmo bastante positivo quando comparamos a performance de um ano para o outro", afirmou. Além de Córrego do Sítio, a companhia opera as minas Serra Grande (Crixás, em Goiás), Cuiabá (Sabará, em Minas Gerais) e Lamego (Sabará e Caeté, em Minas).

De fato, no primeiro trimestre, a produção da AngloGold no Brasil cresceu 52% em relação ao mesmo período de 2023, de 57 mil onças para 86 mil onças. Na região, foram 125 mil onças nos três primeiros meses do ano, contra 99 mil onças em igual intervalo de 2023. Segundo Pereira, a mineradora segue atenta a oportunidades de expansão no Brasil. "Estamos abertos a avaliar novas oportunidades", disse.

Com 3,6 mil empregados no país — o número sobe a 8,4 mil incluindo terceiros —, a mineradora tem se dedicado a ampliar a presença de mulheres em seu quadro e estabeleceu a meta de chegar a 25% de participação até 2025. Para tanto, lançou o programa Mulheres de Ouro, voltado à contratação específica desse público, que já abriu mais de 120 vagas.

Do lado dos compromissos com a comunidade, a AngloGold lançou um projeto em parceria com a construtora Concreto, batizado Nova Vila, numa área de 260 mil metros quadrados disponível com o fechamento das antigas Mina Velha e Mina Grande, que funcionaram entre 1834 e 2003, em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. O projeto, cuja pedra fundamental deve ser lançada ainda neste ano, prevê a instalação de centros culturais, espaços de convivência, áreas verdes, comércio, serviços e moradias, entre outros.

A ArcelorMittal é a maior produtora de aço no Brasil, produzindo
42%
do aço do país
• Líder mundial
• 1.700 pesquisadores pelo mundo
• Investimento de R$ 25 bilhões no país de 2022 a 2026
• R$ 4,2 bilhões destinados para energia renovável
• R$ 60 milhões para as áreas de educação, cultura e esporte em 2023
ArcelorMittal
Conheça mais sobre a ArcelorMittal:
Unidade da ArcelorMittal em Juiz de Fora (MG).

INÊS 249

Estratégia Coreanas aproveitam a vantagem geopolítica que têm em relação aos carros chineses e já detêm 10% das vendas nos EUA

Hyundai e Kia ampliam espaço no mercado americano

BING GUAN/BLOOMBERG

A Hyundai está investindo US$ 7,6 bilhões em uma nova planta na Geórgia que deve ser inaugurada ainda em 2024

Dow Jones Newswires, de Hong Kong

Os fabricantes de automóveis sul-coreanos Hyundai e Kia já produzem alguns dos carros mais populares dos Estados Unidos, especialmente na categoria de híbridos. Agora, a geopolítica está ajudando-os a se tornarem ainda mais competitivos no crescente mercado de veículos elétricos.

Os investidores nas empresas, que têm designs e participações em comum, estão se beneficiando do sinal verde. As ações da Hyundai Motor subiram 85% desde o fim de 2022, enquanto as da Kia mais que dobraram. A Hyundai é a maior acionista da Kia, com participação de 34%. As duas empresas relataram ganhos recordes no ano passado, com ambas aumentando seus lucros operacionais em mais de 50% em relação a 2022.

Os EUA têm sido o principal motor de crescimento para ambas as empresas, já que aumentaram constantemente sua participação de mercado. As duas juntas têm mais de 10% do mercado dos EUA, de acordo com o Goldman Sachs. Sua receita combinada na América do Norte dobrou nos últimos cinco anos. Com SUVs lucrativos como o Tucson e o Santa Fé, o Goldman estima que os EUA são seu mercado mais lucrativo.

Seu sucesso em tecnologia verde está ajudando: quase 8% dos carros da Hyundai vendidos nos EUA no ano passado eram elétricos. Essa proporção foi ainda 16% maior na Europa, que é mais amigável aos veículos elétricos. Mas elas também têm oferecido um portfólio mais equilibrado de produtos: cerca de 10% dos carros da Hyundai vendidos nos EUA foram híbridos convencionais.

> 10% dos carros da Hyundai vendidos nos EUA foram híbridos convencionais

Isso é especialmente importante, pois as vendas de híbridos podem crescer mais rapidamente nos próximos anos, enquanto os consumidores ainda estão indecisos quanto à transição para os elétricos. O Nomura, maior banco de investimento do Japão, espera que as vendas globais de híbridos cresçam em média 26% entre 2023 e 2026, superando o crescimento de 19% dos elétricos puros. O banco também prevê crescimento ainda mais rápido de 34% no mercado dos EUA.

A geopolítica fornecerá outro impulso, já que os elétricos chineses acessíveis enfrentam obstáculos na América. Atualmente, os veículos elétricos dos fabricantes coreanos não são necessariamente elegíveis para créditos fiscais de US$ 7.500 sob a Lei de Redução da Inflação, mas isso mudará após a abertura da planta de manufatura de US$ 7,6 bilhões da Hyundai na Geórgia ainda neste ano.

A Índia, também em crescimento, está se tornando outro mercado importante para os fabricantes coreanos. A Hyundai planeja desmembrar uma participação minoritária em sua unidade indiana no que pode se tornar a maior oferta pública inicial da história do país, arrecadando bilhões de dólares no processo.

As empresas têm transferido sua capacidade de produção da China para a Índia na última década, especialmente à medida que a relação entre China e Coreia se deteriorou.

Juntas, Hyundai e Kia são o segundo maior fabricante de automóveis na Índia, com cerca de um quinto do mercado. As vendas são principalmente de veículos com motores de combustão. Os elétricos e híbridos podem ser a próxima etapa em seu crescimento. Os veículos elétricos representaram apenas 2% do mercado indiano no ano passado, de acordo com a empresa de pesquisa Counterpoint Research, mas as vendas quase dobraram em 2023 e o governo disse em março que reduziria as taxas de importação de alguns elétricos para empresas que investirem pelo menos US$ 500 milhões para fabricar seus carros lá.

> **50%** de alta no lucro das montadoras em 2022

Isso pode levar a mais concorrência dos fabricantes chineses. A BYD, por exemplo, vende carros na Índia. Mas a geopolítica pode atrapalhar os jogadores chineses: o governo indiano rejeitou o plano de manufatura de US$ 1 bilhão proposto pela BYD em 2023.

Frasle compra operações de grupo mexicano Kuo por R$ 2,1 bilhões

De São Paulo

A companhia de autopeças Frasle Mobility informou no início da noite desta segunda-feira (24) que suas subsidiárias no México e nos Estados Unidos adquiriram um conjunto de ativos do mexicano Grupo Kuo por R$ 2,1 bilhões. É considerado o maior negócio da história da companhia com sede em Caxias do Sul (RS). A empresa faz parte da Randocorp desde 1996.

A aquisição assinada ontem inclui 100% das ações da Dacomsa e, indiretamente por meio da Dacomsa, 99,9% da Kuo Motor e 100% da Fritec, além de "outros ativos tangíveis e intangíveis relacionados aos negócios das adquiridas", segundo fato relevante ao mercado.

Essas empresas fazem parte do "aftermarket" do Grupo Kuo e são titulares das marcas Moresa e TF Victor, líderes na oferta de pistões e juntas para motores. A Fritec, por sua vez, oferece pastilhas e lonas de freio para veículos leves. Em 2023, as quatro empresas adquiridas tiveram uma receita líquida de R$ 1,4 bilhão.

A Dacomsa é uma das principais distribuidoras de peças de reposição no México, com amplo acesso aos canais e principais agentes do setor naquele país, de acordo com a Frasle.

Segundo o diretor de Relações com Investidores da Frasle Mobility, Hemerson de Souza, informou ao site especializado AutoIndústria, o mercado mexicano tem muitas semelhanças com o modelo de operação que a companhia já mantém consolidada no Brasil.

"A frota circulante do México é a segunda maior das Américas, atrás apenas dos Estados Unidos e à frente da brasileira, com 55 milhões de veículos, entre automóveis e motos", comenta o executivo. "Com esse movimento, ampliamos ainda mais o portfólio da companhia, criando um powerhouse de reposição local nos moldes do que já temos consolidado no Brasil", afirmou o executivo ao site.

A aquisição faz parte de seu processo de internacionalização. A companhia brasileira informou que, além das unidades no Brasil e as novas aquisições no México, possui fábricas nos Estados Unidos, China, Argentina e Índia. Com a compra, a Frasle passa a ter 13 fábricas e 10 centros de distribuição.

O valor final da aquisição ainda está sujeito a ajustes, conforme previsto no contrato. E o negócio ainda precisa passar pela aprovação de vários órgãos de controle, entre eles o Cade no Brasil. ***(Com agências internacionais)***

Fundo de pensão canadense vai vender participação da Multiplan

Pipe

Shopping

Manuela Tecchio
De São Paulo

O segundo maior acionista da Multiplan está se desfazendo da posição na companhia. O fundo de pensão canadense Ontario Teachers comunicou à empresa ainda na sexta-feira (21) a intenção de alienar a totalidade de sua participação, atualmente em 18,52%. A gestora de shoppings terá 90 dias para exercer direito de preferência.

O volume deve movimentar cerca de R$ 2,6 bilhões considerando o preço de fechamento no pregão de ontem. A participação remanescente do Ontario está atrelado ao acordo de acionistas desenhado pelo fundador José Isaac Peres ainda no IPO, como uma forma de manutenção do controle do grupo. O negócio, portanto, só pode ser feito com um único comprador e que esteja disposto a ser signatário do documento. No fim de abril, o veículo surpreendeu o mercado ao vender 8,85% das ações numa baixa — cerca de um terço da posição que tinha na época. Na ocasião, o fundo manifestou que não tinha interesse alterar a estrutura administrativa da Multiplan nem a composição de controle.

Em relatório divulgado para seus clientes, o Santander informou que uma alta nos juros de longo prazo tende sempre a afetar ações de real estate (imóveis), mas a coisa pode ter ido longe demais no segmento de shoppings. "Os fundamentos dos shoppings brasileiros são mais fortes agora, em nossa visão, do que durante a última recessão econômica, mas os valuations estão mais descontados", escreve a equipe liderada pela analista Fanny Oreng.

No relatório "enough is enough", os analistas comparam o desempenho de papéis como Iguatemi, Multiplan e Allos nos últimos meses com a da crise econômica de 2014 a 2016, que também afetou fortemente o setor.

Ao notar essa distorção, o banco passou a considerar o segmento de shoppings como a sua tese preferida dentro de real estate, entrando no lugar das incorporadoras de baixa renda, até então uma aposta baseada no impulso dado por programas habitacionais. "A combinação de fundamentos fortes, aluguéis indexados à inflação, níveis de avaliação descontados (em nossa visão), estão entre as razões para nossa percepção positiva sobre o setor."

O relatório destaca que o spread para o fluxo de caixa das operações ajustado projetado para 12 meses das principais companhias do setor em relação aos juros reais indica que os fundamentos vêm sendo ignorados pelo mercado. Desde o início do ano, as ações dos shoppings recuaram 21,5% para cada 1 ponto percentual de aumento nas taxas de juros reais, o dobro da relação durante a recessão econômica de 2014/2016.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

A maior honra da minha vida

Marketing

Nizan Guanaes

A maior honra da minha vida não é nenhum dos prêmios que ganhei, incluindo o único comercial brasileiro entre os melhores comerciais do século 20 (o filme "Hitler", da Folha), os mais de 8 Grand Prix e 100 Leões em Cannes. Tudo isso já passou. A maior honra da minha vida é aquilo que nunca passará: a comunicação do Plano Real.

O embaixador Rubens Ricupero disse numa entrevista recente para "O Globo" que "a comunicação foi absolutamente fundamental" para o sucesso do Plano Real. Este é o grande prêmio, o Grand Prix.

Hoje o mundo inteiro se contorce para baixar a inflação. Agora, imagine o que foi baixar uma inflação brasileira que bateu em 2.400% ao ano em 1993 para 5,2% em 1997 (a meta anual de inflação no Brasil hoje é de 3,25%).

Antes do Real, ninguém sabia o preço das coisas porque ele mudava a toda hora. Outros planos de estabilização tinham fracassado e havia certo fatalismo, como se a inflação fosse parte integral da nossa economia. Mas os planos anteriores fracassaram, entre outros motivos, porque lhes faltou um plano político — o que o FHC ministro e, sobretudo, o FHC presidente soube construir, coordenar e pilotar. Ele montou uma equipe estelar de economistas (Malan, Bacha, Lara Resende, Franco, Arida, Fritsch e outros) e de políticos/gestores (Luís Eduardo Magalhães, Eduardo Jorge, Sérgio Motta, Clóvis Carvalho e outros). E teve o presidente Itamar Franco, o começo de tudo.

A diplomacia era tão necessária que o ministro da Fazenda era um embaixador (Ricupero). Já na frente da comunicação estava o maior homem de comunicação política que o Brasil já teve: Geraldo Walter, o baiano mais mineiro que conheci. Geraldo era o estrategista, e eu era o seu publicitário. Eu tive a sorte na vida de ter quatro gênios como mestres: Duda Mendonça, que me ensinou a falar com o povo; Washington Olivetto, que me ensinou a fazer o popular bacana e o bacana popular; Roberto Medina, que me ensinou a pensar além da publicidade; e Geraldo Walter, que, através da comunicação política, me ensinou a ser estrategista na comunicação publicitária.

Geraldo montou um "dream team". Debaixo dele estavam cientistas políticos (análise de cenários) e dois institutos de pesquisa (um rechecando o outro). Na outra ponta, sob meu comando, tínhamos um conjunto de publicitários e comunicadores majoritariamente baianos. Era um Real Madrid com a força que incendeia as grandes causas.

O papel da comunicação era claro: como descomplicar o complicado. Como falar como o Silvio Santos para explicar aquele sofisticado plano à população (FHC inclusive foi ao Silvio para explicar ao Silvio e, depois, o Silvio explicar ao povo). Como dar entrevistas coletivas em que economistas se preocupassem em falar didaticamente não só para jornalistas, mas também para a dona Maria.

Os jornalistas foram fundamentais porque quem mais explicou o plano ao povo foi a imprensa. Nós usamos muito o rádio e os veículos mais populares. O intelectual Fernando Henrique Cardoso, que tinha seus livros traduzidos em muitas línguas, finalmente foi traduzido para o povo brasileiro. E o Fernando Henrique Cardoso virou o FHC ("Firme, Honesto e Competente").

FHC tem coisas singulares, como sua inteligência emocional. Como presidente, era um vaidoso que ria de si mesmo, que tinha humildade para aprender o que precisava aprender. E sabia dar limites a nós publicitários para que ele não virasse um produto. Podia se irritar com os inimigos, mas, democrata, não odiava nunca. Não tinha uma visão messiânica de si mesmo e tinha um componente maravilhoso: humor.

"Num fim de tarde, nada melhor do que um whisky e um puxa saco", ele me disse certa vez ao pôr do sol.

Nós todos éramos apaixonados por ele, um misto de cabeça boa, estômago forte e coração imenso. E esse imenso coração norteou sua vida pública mais do que a sua cabeça e o seu apetite. Que orgulho ter participado de tudo isso. Ter ajudado a tornar real um sonho impossível.

Eu tinha 35 anos na época da campanha do Real e não tinha noção do que estávamos construindo. Hoje sei que esta campanha viverá muito além de mim. Através dela, a publicidade fez mais do que marketing. Fez história.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias.
Instagram @nizan_n.ideias

INÊS 249

Listagem Grupo de moda on-line com sede em Cingapura ainda aguarda aprovação das autoridades reguladoras da China para operação

Shein entra com pedido para abrir capital em Londres

RITA FRANCA/NURPHOTO VIA AP

Ivan Levingston, James Fontanella-Khan, Laura Onita e Michael O'Dwyer
De Financial Times

O grupo de fast-fashion on-line Shein apresentou às autoridades reguladoras do Reino Unido documentos confidenciais visando uma oferta pública inicial de ações (IPO), disseram ontem duas fontes a par do assunto. A iniciativa aproxima a chinesa Shein do que poderá ser uma listagem de grande sucesso para Londres, após a decisão da companhia de abandonar uma planejada oferta na Bolsa de Nova York. O grupo fundado na China poderá alcançar um valor de mercado de cerca de 50 bilhões de libras.

A Shein, cuja popularidade cresceu durante a pandemia de covid-19, quando milhões de pessoas passaram a fazer compras pela internet, apresentou a documentação pré-listagem à Financial Conduct Authority (FCA) este mês, segundo disse uma das fontes.

A apresentação dos documentos é uma pré-condição para a companhia sediada em Cingapura divulgar seu prospecto de IPO, que a autoridade reguladora britânica terá de aprovar antes da listagem.

A Shein, cuja maior parte dos funcionários e produção estão localizados na China, ainda não recebeu a aprovação das autoridades chinesas para listar suas ações na Bolsa de Londres.

As fontes alertaram que a companhia poderá decidir por vender ações no mercado pela primeira vez em outro lugar, se enfrentar obstáculos regulatórios ou encontrar melhores condições de abertura de capital em outra praça. Uma listagem e Hong Kong é outra opção que está sendo considerada, segundo as fontes.

A Shein, que está trabalhando com o Goldman Sachs, J.P. Morgan e Morgan Stanley em seus planos de IPO, planejava abrir o capital em Nova York, mas mudou para Londres depois de ser apanhada pelas tensões comerciais entre os EUA e a China.

Donald Tang, presidente-executivo da Shein, disse ao "Financial Times" no mês passado que a companhia tinha feito "progressos" na mudança de percepção de que Pequim a controlava, "mas não o suficiente" para convencer os legisladores americanos.

> "No Reino Unido podemos impor padrões mais elevados"
> *Jonathan Reynolds*

Uma possível oferta pública de ações seria um impulso muito necessário para o mercado do Reino Unido. Políticos britânicos experientes, como o ministro das Relações Exteriores Jeremy Hunt, um conservador, e o secretário paralelo dos negócios, o trabalhista Jonathan Reynolds, reuniram-se com diretores da companhia nos últimos meses.

O Partido Trabalhista, que lidera nas pesquisas de intenção de voto para as eleições gerais de 4 de julho, disse que Londres deveria acolher uma abertura de capital da Shein porque imporia padrões reguladores mais elevados à companhia do que qualquer outro lugar. A Shein vem enfrentando alegações de trabalhos forçados em sua cadeia de abastecimento, o que ela nega, afirmando ter uma "política de tolerância zero para com o trabalho forçado".

Questionado ontem sobre uma possível listagem da Shein em Londres, Reynolds disse: "Se eles estão fazendo negócios no Reino Unido, o ideal seria tentar regulá-los a partir do Reino Unido... Portanto, se uma listagem for considerada, quero que ela seja no Reino Unido, porque eu saberia que é a forma como poderíamos impor os padrões mais elevados".

A secretária dos Negócios, Kemi Badenoch, disse que há questões que o seu partido gostaria de analisar se a empresa for listada, citando possíveis "perdas" com impostos em razão de seu modelo de negócios e ainda as preocupações com o trabalho forçado na China.

Mas falando depois de Badenoch, o ministro júnior dos Negócios Kevin Hollinrake disse sobre a possível oferta da Shein que "seria um prêmio ter esse tipo de listagem na Bolsa de Valores de Londres".

As exigências para que as empresas do Reino Unido informem sobre a escravidão moderna em suas cadeias de abastecimento poderiam tornar a companhia "mais responsável", disse ele.

A Shein e a FCA não quiseram comentar. A agência "Reuters" informou em primeira mão que os documentos confidenciais foram apresentados pela empresa aos reguladores do mercado.

> "Empresa fez progressos na percepção de que Pequim a controla"
> *Donald Tang*

AS INSCRIÇÕES JÁ ESTÃO ABERTAS.
Compartilhe o seu talento.

O **Prêmio Casa e Jardim chega à sua 6º edição** reconhecido no mercado por homenagear e valorizar o talento dos **profissionais de arquitetura, design de interiores e paisagismo**. Realizado por **Casa e Jardim**, plataforma líder do segmento, a edição 2024 traz uma novidade: uma categoria de design, em **parceria com Oxford**. Conheça todas as categorias e prepare-se.

Participe!

Acesse aqui e se inscreva

CONHEÇA AS CATEGORIAS

DECORAÇÃO

INSPIRAÇÃO
Projetos que fogem do lugar-comum e apresentam ideias inesperadas.

BRASILIDADE
Apresentação Ornare
Projetos que valorizam o design, a arte e o artesanato brasileiro.

MEMÓRIA
Projetos que preservam elementos originais, valorizam o restauro e zelam pela história do imóvel.

ESSENCIAL
Soluções para o melhor aproveitamento dos espaços em imóveis de até 40 m².

HARMONIA
Projetos com recursos de acessibilidade para proporcionar funcionalidade, integração e conforto.

ARQUITETURA

EQUILÍBRIO
Projetos que respeitam o entorno, empregam produtos de baixo impacto ambiental e promovem o reaproveitamento.

SINTONIA
Projetos que trazem um olhar generoso sobre o que já existe e exaltam a fluidez e a estética de materiais em apartamentos.

PAISAGISMO

CONVÍVIO
Projetos com propostas inovadoras de ocupação do espaço, bom uso de espécies, materiais e recursos naturais.

ESPECIAIS

EXPRESSÃO
Arte visual customizada para as linhas de louças Unni ou Flat, da Oxford. Inscrição para a primeira fase no site **premiooxforddedesign.com.br**

Patrocínio

Apoio

Parceiro/Ativação

Realização

CASA e JARDIM

INÊS 249

Petróleo Parceria prevê o desenvolvimento de dois blocos em RN, hoje sob domínio da americana

Azevedo & Travassos e Petro-Victory fecham acordo

Robson Rodrigues
De São Paulo

As petroleiras Azevedo & Travassos e Petro-Victory fecharam uma parceria para estudos e exploração de petróleo no campo de Andorinha e no bloco POT-281, ambos na Bacia Potiguar, em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

O plano das companhias é unir esforços para conduzir estudos avançados de sísmica e geologia, iniciar a produção de barris para avaliar o comportamento dos campos e, posteriormente, apresentar um plano de desenvolvimento dos ativos à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A união é uma típica negociação conhecida no setor de óleo e gás como "farm-in" e "farm-out", que se refere a acordos de transferência de participação em concessões ou contratos de exploração e produção de petróleo e gás entre empresas. A Petro-Victory detém o direito de exploração perante a ANP, mas no final do processo a Azevedo & Travassos terá uma opção de compra parcial ou total dos campos, seguindo seu plano crescimento inorgânico para 2024.

Apesar de não saber quantos barris os campos podem produzir, o presidente do conselho de administração da Azevedo & Travassos, Gabriel Freire, diz que a operação pode ajudar a empresa a atingir a meta de cerca de 1000 barris por dia até o fim de 2024, além de expandir os campos exploratórios.

> "A parte efetiva de participação na concessão será submetida à ANP"
> *Ivan C. Júnior*

Recentemente a Azevedo & Travassos anunciou a compra da totalidade das cotas da empresa Phoenix Óleo e Gás, mirando a produção em campos jovens e a terceirização da produção em áreas maduras de empresas do setor de "junior oils" (petróleo e gás em estágios iniciais de desenvolvimento ou exploração).

"Desde que a Azevedo & Travassos voltou a procurar oportunidade de investimento no setor de óleo e gás, a Petro-Victory chamou nossa atenção porque não tem o perfil de uma empresa com campos maduros; ao contrário, o portfólio dela é de campos exploratórios", disse Freire.

O fundador e CEO da Petro-Victory, Richard Gonzalez, relata que o grupo texano está no Brasil desde 2016 e possui 41 blocos, sendo 40 na bacia Potiguar e um no Maranhão. A empresa tem quatro blocos com concessão de produção e seis com reservas certificadas. Nesta parceria com a Azevedo & Travassos, tanto Andorinha quanto POT-281 já têm reservas certificadas. O próximo passo é iniciar a perfuração e a produção de petróleo.

Com a nova parceria, o objetivo é que as empresas juntas ampliem suas reservas. O campo de Andorinha foi descoberto pela Petrobras e Galp e já tem a infraestrutura pronta. Já o POT-281 está em estágio mais preliminar.

No plano de crescimento da Petro-Victory, a empresa vem priorizando a exploração de hidrocarbonetos em campos terrestres na bacia Potiguar e apostado em blocos que estão no começo da produção, mas sem entrar em ativos maduros como fizeram outras "junior oils", as quais optaram pelo modelo de revitalização das áreas que eram da Petrobras.

"Temos um comitê de operação e as decisões serão tomadas juntos. Nós estamos há oito anos no Brasil e foi importante para (atuar) nestes campos ter um parceiro com experiência em Potiguar", diz Gonzalez.

O CEO da Azevedo & Travassos, Ivan de Carvalho Júnior, acrescenta que já há um orçamento preliminar para contratar equipamentos para colocar os poços em atividade. Segundo o executivo, as análises sísmicas e de geologia já apontam que os campos têm potencial para um aumento de produção. Além disso, a empresa fez perfurações de poços na década de 1990 e conhece a região.

> **41**
> **blocos tem no Brasil a Petro-Victory**

"A ideia é unir esforços técnicos e financeiros para aproveitar essa oportunidade que surgiu e ganhar tempo. E mais tarde, a parte efetiva de participação na concessão será submetida à ANP", afirma Carvalho.

A aproximação das companhias é mais um negócio do processo de consolidação do mercado de petroleiras independentes. Como o setor de petróleo e gás exige constante reposição de reservas e a com a nova gestão da Petrobras desistindo da venda de ativos, as empresas passaram a cogitar fusões, aquisições e parcerias.

Dona do Ozempic, Novo Nordisk terá mais uma fábrica nos EUA

Farmacêutica

Oliver Barnes
De Financial Times, Nova York

A Novo Nordisk está investindo US$ 4,1 bilhões na ampliação da produção nos Estados Unidos de seus medicamentos de grande sucesso para a perda de peso, para atender a demanda crescente.

O grupo dinamarquês disse nesta segunda-feira que o investimento financiará uma nova unidade de produção de 129.860 metros quadrados em um local perto de Raleigh, na Carolina do Norte, dobrando seu tamanho. A capacidade extra estará em operação entre 2027 e 2029.

O investimento é anunciado no momento em que a Novo Nordisk disputa com a concorrente Eli Lilly uma participação de mercado maior para uma nova classe de medicamentos para a perda de peso e o diabetes, conhecidos como GLP-1, que já deverá gerar US$ 42 bilhões em vendas este ano, podendo chegar a US$ 130 bilhões até 2030.

Tanto o medicamento para perda de peso Wegovy da Novo Nordisk, quanto o seu tratamento para o diabetes, o Ozempic, além dos concorrentes Zepbound e Mounjaro da Eli Lilly, estão em falta no mercado nos últimos meses, segundo a Food and Drug Administration dos EUA (FDA).

As duas companhias gastaram bilhões de dólares para aumentar a produção de seus medicamentos, que são administrados com uma caneta injetável. A Novo Nordisk concordou este ano em pagar US$ 11 bilhões por três locais de "envase e acabamento" controlados pela Catalent, como parte de um acordo entre esta fabricante de medicamentos sob contrato dos EUA e a controladora da Novo Nordisk, a Novo Holdings. Como parte do processo de "envase e acabamento", os medicamentos são formulados antes de serem filtrados para seringas.

Incluindo o investimento mais recente, a Novo Nordisk já empenhou este ano mais de US$ 6,8 bilhões para reforçar sua capacidade de produção interna. No ano passado, ela anunciou que pretendia investir US$ 6,5 bilhões em uma nova unidade de produção na Dinamarca para aumentar a produção de semaglutida, o ingrediente ativo usado em seus medicamentos para a perda de peso.

No mês passado, a Eli Lilly anunciou que pretende investir US$ 5,3 bilhões em uma unidade de produção de tirzepatida, o componente por trás de seus medicamentos para a perda de peso, em seu estado natal de Indiana. Desde 2020, a Eli Lilly já gastou US$ 18 bilhões na construção de unidades de produção em cinco locais nos EUA e Europa.

Lars Fruergaard Jørgensenm presidente-executivo da Novo Nordisk, disse que o investimento é "mais um sinal real dos nossos esforços para aumentar a nossa produção para atender a necessidade global crescente pelos nossos medicamentos que mudam vidas". A instalação na Carolina do Norte também ajudará a produzir medicamentos voltados para outras doenças crônicas.

A Novo Nordisk tem capacidade suficiente de "envase e acabamento" para produzir cerca de 850 milhões de canetas injetáveis para todos os medicamentos para o diabetes e a perda de peso este ano, segundo estimativas do setor a que o "Financial Times" teve acesso.

A demanda aquecida pelos medicamentos para a perda de peso fez da Novo Nordisk a companhia mais valiosa da Europa, com um valor de mercado de US$ 636 bilhões na segunda-feira.

A nova unidade de produção, localizada na cidade de Clayton, na Carolina do Norte, criará 1.000 novos empregos além das 2.500 pessoas que já trabalham para o grupo na área. A Novo Nordisk está presente em Clayton desde 1993.

> **US$ 4 bi**
> **é o investimento da companhia**

INVESTCO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93 - NIRE 17.300.000.914
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os acionistas da **INVESTCO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia de **24 de julho de 2024**, às **10:00 horas**, por meio exclusivamente digital, para deliberar sobre a proposta de eleição de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do parágrafo 3º, do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para complementação do mandato em curso. Informações Gerais: Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"), a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidades das ações. As orientações e procedimentos aplicáveis as regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à Assembleia Geral estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/arquivos-cvm-investco/), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Miracema do Tocantins/TO, 21 de junho de 2024.
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

A **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp** ("**Companhia**"), em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 21 de dezembro de 2023, 15 de fevereiro de 2024, 18 de abril de 2024, 13 de maio de 2024, 4 de junho de 2024, 13 de junho de 2024 e 20 de junho de 2024, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi protocolado, na presente data, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), o pedido de registro automático de oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 191.713.044 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), de emissão da Companhia e de titularidade do Estado de São Paulo, representado por delegação pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI ("**Acionista Vendedor**"), nos termos do artigo 26, inciso III, alínea "b" da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), e demais disposições aplicáveis, compreendendo: (i) uma oferta no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Resolução CVM 160 e demais disposições legais aplicáveis, e de acordo com o "Código ANBIMA de Autorregulação para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários" e com as "Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas", ambos expedidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta Brasileira**"); e (ii) uma oferta no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares* ("**ADSs**"), em oferta registrada na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("**SEC**") ao amparo do *U.S. Securities Act of 1933* ("**Oferta Internacional**" e, em conjunto com a Oferta Brasileira, "**Oferta Global**").

Além disto, a Companhia comunica que foram divulgados, nesta data, o Aviso ao Mercado e o Prospecto Preliminar da Oferta Brasileira.

Exceto pelo registro da Oferta Global perante a CVM e a SEC, não haverá registro da Oferta Global perante qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil e os Estados Unidos da América. O percentual de Ações a ser inicialmente ofertado pelo Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Global será de 28,05% do capital social da Companhia, que corresponde à 55,81% da participação atualmente detida pelo Acionista Vendedor na Companhia, podendo chegar a até 32,25%, que corresponde à 64,18% da participação atualmente detida pelo Acionista Vendedor na Companhia, a depender do exercício do lote suplementar.

Informações adicionais sobre a Oferta Brasileira podem ser obtidas no Prospecto Preliminar da Oferta Brasileira disponível em https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/documentos-de-oferta-de-acoes/, em tal página, sob o título "Prospecto Preliminar".

Em atenção à regra prevista no artigo 1º, parágrafo 3º, do Decreto Estadual nº 48.897, de 27 de agosto de 2004, a Companhia comunica que os documentos de valor permanente, de acordo com referida norma, encontram-se em processo de recolhimento ao Arquivo do Estado de São Paulo.

As Ações e ADSs serão vendidas de acordo com uma declaração de registro efetiva apresentada à SEC no Formulário F-3 e disponível para análise no site da SEC em [www.sec.gov]www.sec.gov. Um suplemento de prospecto preliminar (*preliminary prospectus supplement*) relacionado à oferta das Ações e ADSs foi protocolado junto à SEC e está disponível no site da SEC em www.sec.gov.

São Paulo, 21 de junho de 2024.
Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
25	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	11 a 20/junho/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	11 a 20/junho/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	11 a 20/junho/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
25	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	11 a 20/junho/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Posição na Tipi Produto		
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida;	0676*	Maio/2024
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676*	"
	84.29 Bulldozers, angledozers, niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097*	Maio/2024
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097*	"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097*	"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097*	"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097*	"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097*	"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097*	"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097*	"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110*	Maio/2024
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123*	"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0821*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838*	"
25	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Faturamento	8109*	Maio/2024
	Folha de salários	8301*	"
	Pessoa jurídica de direito público	3703*	"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496*	"
	Combustíveis	6824*	"
	Não-cumulativa	6912*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906*	"
25	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Demais Entidades	2172*	Maio/2024
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645*	"
	Combustíveis	6840*	"
	Não-cumulativa	5856*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0760*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929*	"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	11 a 20/junho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	11 a 20/junho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Vibrasil Indústria de Artefatos de Borracha Ltda. -** CNPJ: 61.243.507/0001-60 - Endereço: Rua Coriolano Durand, 758, Bairro Vila Santa Catarina - Requerente: Stars Securitizadora S/A e Stars Bank Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lp - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Maravilhas da Terra Produtos Naturais Ltda. -** CNPJ: 22.981.209/0001-16 - Endereço: Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonol, 2777, Galpão 01, São Roque da Chave, Itupeva/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Adnan Abdel Kader Salem Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Jundiaí/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Upress Logística em Transportes Ltda. -** CNPJ: 07.032.746/0001-26 - Endereço: Rua Xv de Novembro, 217, Sala 505, Centro - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Andreatta & Giongo Consultores Associados S/s - Vara/Comarca: 1a Vara de Ijuí/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Jaraguá Clínica Odontológica Ltda. -** CNPJ: 43.582.096/0001-56 - Endereço: Av. Bernardo Sayão, S/nº, Quadra 01, Lote 19, Centro - Requerente: Oral Sin Franquias S/A - Vara/Comarca: Vara Cível de Jaraguá/GO - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Al Logística & Transportes Ltda. -** CNPJ: 26.874.840/0001-77 - Endereço: Rua Maria Clara de Jesus, S/nº, Quadra 10, Lote 10, Bairro Alvorada, Bom Jardim de Goiás/go - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Aragarças/GO

Empresa: **Gsm Transportes Ltda. -** CNPJ: 19.815.124/0001-53 - Endereço: Av. Engenheiro Emiliano Macieira, 194, Bairro Maracanã - Administrador Judicial: Dr. Daniel Lopes Pires Xavier Torres - Vara/Comarca: 1a Vara de São Luís/MA

Empresa: **Q. R. Furtado ME -** CNPJ: 16.854.154/0001-80 - Endereço: Rua Domingos Rodrigues, Quadra F, Nº 07, 2º Piso, Bairro Olho D'água - Administrador Judicial: Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Sociedade de Advogados, Representada Pela Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral - Vara/Comarca: 3a Vara de São Luís/MA

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Tom da Cor Madeiras e Ferragens Ltda. -** CNPJ: 02.620.205/0001-03 - Endereço: Av. Iraí, 1489, Bairro Weissópolis, Pinhais/pr - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Urp Cargas e Logística Ltda. -** CNPJ: 12.106.088/0001-00 - Endereço: Av. Dom Luís, 300, Sala 709, Bairro Aldeota - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Urp Cargas e Logística Ltda. Filial 1, Nome Fantasia Transita Cargas e Logística -** CNPJ: 12.106.088/0002-90 - Endereço: Rua Pitiguari, 9575, Loja B, Bairro Taborda, São José de Mipibu/rn - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Urp Cargas e Logística Ltda. Filial 2 -** CNPJ: 12.106.088/0003-71 - Endereço: Av. Paulista, 1990, Quadra 02, Lote 08, Bairro Jardim São Paulo, Anápolis/go - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Urp Cargas e Logística Ltda. Filial 3 -** CNPJ: 12.106.088/0004-52 - Endereço: Rodovia Br 116, Km 17,9, Nº 9000, Bairro Jabuti, Itatinga/ce - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Marlivan Santos de Sousa Borges -** CNPJ: 47.295.432/0001-30 - Endereço: Quadra Qr 2, Cjto. a 1, Bairro Candangolândia - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

E-commerce Acordo entre as companhias passa a valer a partir do terceiro trimestre deste ano; ações do Magazine Luiza fecharam em alta de 12,3%

Magalu faz parceria com AliExpress para reforçar varejo digital

Adriana Mattos
De São Paulo

O Magazine Luiza e o AliExpress, operação do gigante chinês Alibaba no país, anunciaram um acordo estratégico com potencial para mexer com a disputa do comércio eletrônico no país.

Pelo acertado, o AliExpress passará a ser um lojista do marketplace do Magalu, para uma linha de produtos específica, e a varejista brasileira comercializará os seus itens na plataforma da empresa chinesa. O memorando de entendimento foi assinado ontem, em Hangzhou, na China, e o acordo passa a valer no terceiro trimestre. As empresas, que detalharam o acordo em conversa com jornalistas, não informaram uma data.

Ainda é prematuro falar em taxa certeira, e há uma série de perguntas sem respostas, mas pela primeira vez, uma varejista nacional vira parceira de um megagrupo asiático, jogando por terra o debate das divisões entre os dois lados — nacionais e estrangeiras — que norteou o setor por anos. A questão, inclusive, foi alvo de polêmicas ontem, entre executivos do setor (*leia matéria abaixo*).

É a primeira vez que o Alibaba, por meio do AliExpress fecha uma parceria estratégica com uma empresa fora da China. Para o Magalu, nunca seus produtos foram listados e vendidos por meio de outra plataforma. Foram cerca de 100 pessoas do Magazine envolvidas na negociação, iniciada no fim de 2023. As duas empresas têm, somadas, mais de 700 milhões de visitas ao mês e 60 milhões de clientes ativos.

No pregão de ontem, a ação do Magalu fechou em alta de 12,28%, a R$ 12,16 (no ano, cai 36%), numa reação positiva de investidores, e analistas destacaram que o acordo aprofunda a oferta de itens de Magalu, melhorando sortimento, e com espaço para elevar tráfego de clientes e recorrência. Mas não resolve plenamente questões de competitividade do Magalu, disseram parte dos analistas.

Ainda há espaço para que novos acordos envolvendo outros marketplaces sejam fechados no mercado. "Esse anúncio abriu uma porteira e pode tirar as varejistas nacionais da zona de conforto, trazendo as asiáticas para uma posição de menor resistência por parte das redes locais", diz um lojista de cadeias nacionais e estrangeiras.

O acordo foi fechado num ambiente de aceleração da concorrência internacional no país, e a necessidade de Magalu e o "Ali", como o mercado chama o AliExpress, reduzirem suas fraquezas. O Magazine parou de crescer de forma mais acelerada no on-line, como no passado, mesmo após o encolhimento da Americanas. O AliExpress é fraco na venda de itens de alto valor, segmento que Mercado Livre apontou seu canhão comercial recentemente.

> "Com a nova taxa, ficamos confortáveis em acelerar o 'deal'"
> *Frederico Trajano*

Se o Magalu não quer perder relevância frente a seus rivais estrangeiros (Mercado Livre, Amazon e Shopee), o AliExpress trabalha para se descolar da percepção de marca estrangeira de "bugigangas" (a força do nome Magalu tem peso positivo nisso) e tenta se consolidar em outras categorias.

Neste ano, Mercado Livre já estaria com 42% na venda on-line no país, e pelo ritmo atual, deve chegar a 50% no espaço de dois a três anos. Cálculos com base na venda total do setor (GMV, da sigla em inglês) e nos dados gerais da Neotrust, mostram que, com a crise na Americanas, houve transferência de venda para Mercado Livre e Shopee, especialmente.

Além disso, a chinesa Temu, do PDD Holdings, controladora da Pinduoduo, terceira maior plataforma digital da China, já chegou por aqui queimando dinheiro com ofertas, para "comprar" mercado. Mas, para pessoas a par da transação, o anúncio ontem não é uma reação isolada de ambas à entrada da Temu no país, em junho. Inclusive, as conversas entre as partes começaram quando a Temu ainda não havia confirmado a sua chegada por aqui.

O AliExpress também pode abrir um canal mais eficiente para distribuição de produtos, algo que está no radar do grupo. Hoje, a logística é feita pela Cainiao, o braço global da empresa na área, com apoio dos Correios. Não está descartado um acordo de entregas com o Magalu mais à frente, sinalizaram as empresas ontem.

DIVULGAÇÃO

O AliExpress será um lojista do marketplace do Magalu, que passa a vender seus itens na plataforma da chinesa

Pelo contrato assinado, ambas podem ganhar com aumento na frequência de clientes, e com mais visitas, e cada uma pagará comissão sobre a venda para o parceiro, como uma operação tradicional de marketplace. No mercado em geral, essa taxa hoje varia de 10% a 22% sobre a venda, mas as empresas não informaram os números.

Os produtos do AliExpress serão vendidos no Magalu por meio do programa Remessa Conforme, que o Magazine aderiu meses atrás, seguindo as regras de importação do modelo. Pelo definido dias atrás no Congresso Nacional, em importações abaixo de US$ 50, o consumidor paga 20% de imposto de importação e 17% de ICMS. "Com a nova taxa, ficamos confortáveis em acelerar o 'deal' e viemos para a China", disse ontem Frederico Trajano, CEO do Magalu.

A parceria pode ser uma tacada certeira se Magalu conseguir usufruir do que AliExpress tem de melhor — a opção de produtos mais premium, com o selo "Choice" dentro das categorias do acordo fechado — sem acabar sendo "engolido" pelos chineses. "Ele [Magazine] não pode entregar o que tem de bom, sem tirar o que eles têm de melhor", resume um concorrente do Magalu.

> **36%**
> **é a desvalorização do Magalu no ano**

Para alguns executivos de marketplace, a percepção é que o Magazine entendeu que, já que os produtos estão entrando no país, com menos impostos — como já determinado nas novas regras de importação —, que isso ocorra através da empresa.

Questionado pelo fato de ter se aproximado do grupo chinês num momento em que ainda há diferenças nas cobranças de impostos entre Brasil e China, Trajano disse que, após mudanças nas regras, a isonomia avançou. Ele ainda não vê contrassenso nessa aproximação, após as críticas passadas do Magalu à operação de plataformas que operam de forma irregular no Brasil. E afirmou que nunca criticou a empresa chinesa.

Ainda disse que os produtos enviados são de uma linha com curadoria, e passarão por controles que o Magalu já possui.

Estratégia rende críticas e apoio de rivais e parceiros

De São Paulo

Não é de hoje que lideranças do Magazine Luiza fazem duras críticas à entrada de produtos falsificados ou com sonegação de impostos no país. Foi a empresa que ajudou a cunhar a expressão "camelódromo digital" no setor quando Mercado Livre e AliExpress dominavam esse segmento de plataformas estrangeiras, antes mesmo de se falar tanto em Temu e Shein.

Também é de conhecimento do mercado que o AliExpress é uma das plataformas que foram alvo de multas pela venda de produtos falsificados no país. Uma das últimas ações do Procon tem menos de um ano, após fiscalização da entidade na empresa, no Rio de Janeiro.

É nesse ambiente que o acordo entre Magalu e AliExpress foi analisado ontem por parte de outras empresas do setor, que se dividiram em relação à parceria.

O Magalu é a única varejista nacional que restou entre os grupos líderes no mercado, com "marketplaces" abertos e venda de todos os tipos de item. Os outros são Mercado Livre, Amazon, Shopee e Shein. Americanas e Casas Bahia, ambas em dificuldades (em diferentes níveis), acabaram ficando bem menores nessa área.

"Estão falando nos grupos do setor [no WhatsApp] em traição do Magalu, e a gente até entende essa primeira reação", afirma um fornecedor de sistemas para grandes "marketplaces". "Eu não vejo assim, é um movimento natural. Se vamos ter um 'cross border' dono de 70% do comércio eletrônico até 2030, o que Magalu está fazendo é para sair mais forte disso", diz a fonte, que considera possível Magalu até abrir base de operação na China.

O CEO do Magalu, Frederico Trajano, disse ontem que o avanço das plataformas estrangeiras é algo inexorável e isso vem ocorrendo na América Latina, Rússia, Europa, EUA — e a empresa reage a esse movimento. "É impossível não conviver com isso, por conta da globalização."

Entre os empresários do varejo, foi Luiza Helena Trajano, da família fundadora do Magalu, que amarrou a articulação com o presidente Lula para a definição de nova alíquota de imposto de importação para remessas abaixo de US$ 50, apurou o **Valor**. O varejo queria 25% de imposto e o fim da isenção. O percentual foi fechado em 20% em junho, quando o Magalu já negociava com AliExpress. Após a definição, o acordo avançou.

Ontem, XP, J.P. Morgan e Santander destacaram pontos positivos da transação, e o Santander disse que o acordo pode elevar a base de produtos de tíquete mais baixo no Magalu, algo que a rede queria resolver. *(AM)*

ESG e IA são prioridades para RI, diz Deloitte

Governança

Victoria Netto
Do Rio

A adoção de novas tecnologias e o envolvimento em questões ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês) se mantêm como pauta prioritária na área de relações com investidores (RI) das empresas, de acordo com pesquisa da Deloitte divulgada ontem no Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri). A amostra da pesquisa foi composta por 51 empresas.

O levantamento demonstra que 76% das empresas têm área de relações com investidores estruturada. Dessas, 54% priorizam o aumento da transparência e da divulgação de informações, 52% buscam novas tecnologias para acompanhar a performance e 42% almejam maior envolvimento em temas ESG.

Apesar de mais da metade das empresas considerarem a adoção de novas tecnologias uma prioridade na área de RI, apenas 17% delas já implementam Inteligência Artificial (IA) em suas atividades, em tarefas como leitura e análise de dados, produção de relatórios e personalização de conteúdo.

No entanto, 35% planejam adotar IA no próximo ano, refletindo uma tendência de modernização e inovação na área, com o objetivo de transformar a maneira de se comunicar com investidores e aprimorar a eficiência e a capacidade de resposta às mudanças do mercado.

> 80% dos profissionais de RI acreditam que a IA e a GenAI podem auxiliar na superação de desafios

A incorporação de processos tecnológicos às atividades de RI é considerada o maior desafio na área, apontado por 39% das empresas. Particularmente na adoção de IA e inteligência artificial generativa (GenAI), os principais desafios destacam a necessidade de investimento em capacitação, garantia de transparência e segurança de dados.

"Esses fatores ressaltam a complexidade enfrentada pelas empresas na incorporação de novas tecnologias, contudo, a superação dessas dificuldades é essencial para que as empresas colham os benefícios da modernização", afirma o relatório da Deloitte.

Mais de 80% dos profissionais de RI das empresas acreditam que a IA e a GenAI podem auxiliar total ou parcialmente na superação de desafios como a necessidade de conhecimento multidisciplinar, novos conhecimentos em tecnologias, a falta de experiência e visão estratégica.

A pesquisa mostra ainda que a maioria das empresas (57%) contam com um comitê administrativo responsável por iniciativas de ESG. Na frente social, 92% das companhias disseram promover políticas de diversidade, equidade e inclusão (DE&I).

Ainda que haja o amadurecimento das empresas com relação ao monitoramento de indicadores e no desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade, os principais desafios são a falta de padronização de dados (60%), informações pulverizadas (58%), mensuração do impacto no financeiro (52%), falta de equipe especializada (42%) e avaliação e definição de dupla materialidade (38%).

As alterações nos relatórios de sustentabilidade decorrentes da Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontam a importância da atuação de um profissional especializado no tema ESG na área de RI, mas menos de 30% das organizações participantes contam com este especialista e, das que não têm, apenas 22% pretendem contratar nos próximos anos.

A resolução da CVM em questão, emitida em dezembro de 2023, dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB — International Sustainability Standards Board. A organização é um braço da Fundação IFRS, responsável também pelo IASB, que emite as normas contábeis.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Inovação Bell Labs, braço de pesquisa da empresa, construiu a rede celular de comunicação entre astronautas e interações com a Terra

Com inteligência artificial a bordo, Nokia faz 4G para a Lua

Ivone Santana
De São Paulo

Depois de um longo período de desenvolvimento, desafios tecnológicos e testes no deserto, a rede 4G com tecnologia LTE da Nokia está pronta para ser levada à Lua. O projeto foi entregue à Nokia Bell Labs em 2020 pela agência espacial americana, a Nasa, que planeja voos tripulados para a Lua a partir de 2025, por meio do programa Artemis. Os equipamentos, por sua vez, devem ser enviados à Lua até o fim deste ano, pelo foguete SpaceX, da empresa do bilionário Elon Musk. O módulo de pouso instalará o sistema, que será controlado remotamente da Terra.

Em outra frente, a fabricante finlandesa foi uma das 14 empresas selecionadas pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa dos Estados Unidos (Darpa, na sigla em inglês), este ano, para participar do Programa de Arquitetura Lunar de 10 anos (LunA-10), por meio de seu braço de pesquisa e desenvolvimento. A construção da estação radiobase lunar pode ter ajudado na escolha da Nokia Bell Labs, mas a unidade de pesquisa já tem histórico na exploração espacial da Nasa, por sua participação no programa Mercury.

Para os testes, no acordo com a Darpa, o Bell Labs recebeu US$ 14,1 milhões (cerca de R$ 73 milhões) em 2020. O valor do contrato com a Nasa não foi revelado.

"Para começar, não existe aterramento [de cabos] na Lua, o que precisamos resolver", diz Claudio Saes, líder de prática de telecomunicações e sócio da Bell Labs Consulting, uma divisão da Nokia Bell Labs. "Imagina um sinal [celular] sem atmosfera, uma pressão atmosférica totalmente diferente da nossa. Depois, o transporte, quando a espaçonave chegar lá, retirar o equipamento inteiro, são e salvo. Todos esses pontos são desafios."

Um trabalho tão complexo como esse conta com recursos de inteligência artificial (IA) em toda a sua extensão. É assim que a tecnologia desembarcará na Lua.

DIVULGAÇÃO

Claudio Saes: "Temos que entender o impacto do espaço, próxima fronteira da humanidade, sobre a comunicação celular"

Residente em Dalas, nos Estados Unidos, Saes conversou com o **Valor** durante uma rápida visita ao Brasil. Aqui, embora não tenha uma unidade, o Bell Labs desenvolve projetos nas instalações dos seus clientes, com pesquisadores brasileiros, como o próprio Saes.

O Bell Labs trabalha com a iniciativa Tipping Point, da Nasa. A rede 4G/LTE conectará dois veículos ao módulo lunar Nova-C na superfície da Lua. Os veículos são o rover Mapp, do Lunar Outpost, e o funil Micro-Nova, da Intuitive Machines.

Outro problema que teve de ser solucionado pela inteligência artificial é a radiação no espaço, que interfere nos próprios bits, que são as menores unidades de informação, invertendo-os. "O que é 0 pode se transformar em 1. Para corrigir isso, também usamos inteligência artificial", explica Saes. "E depois, temos que entender qual é o impacto do espaço, que é a próxima fronteira da humanidade, sobre as comunicações celulares."

Até hoje, os astronautas se comunicam por rádio nas missões espaciais. Isso já não satisfaz a Nasa, que deseja um sistema de comunicação que possa suportar vídeo de alta resolução e dados científicos e comunicação de missão crítica em futuras missões lunares ou marcianas, segundo especialistas da Artemis. Por isso, a opção pela rede celular. O projeto começou com tecnologia de 4G, porque a 5G não estava madura, mas a evolução é um caminho considerado natural. A rede permitirá a comunicação entre astronautas em solo lunar e as interações Terra-Lua.

Para longo prazo, e pensando não apenas no espaço sideral, a Nokia está desenvolvendo tecnologias que incluem 6G, para usar as redes com sensores. Ondas de radiofrequência podem contar objetos, entender o batimento cardíaco de uma população dentro de determinado ambiente, saber se uma pessoa está deitada ou em pé para decidir algum tipo de ação. "Hoje em dia, a AI está presente em todo esse tipo de desenvolvimento para essas tecnologias futuras", observa Saes.

"Se conseguirmos fazer a comunicação funcionar e resolver os problemas na Lua, ou em qualquer outro planeta, nós podemos fazer muitas coisas de missão crítica aqui na Terra."

No grupo de consultoria da Bell Labs, 70% dos clientes são do setor de telecomunicações e 30% da indústria. A empresa desenvolve para a indústria, por exemplo, diversos projetos baseados em IA.

Apple é acusada de descumprir a lei na UE

Concorrência
Dow Jones, de Bruxelas

A União Europeia (UE) acusou a Apple de descumprir uma nova lei de concorrência digital, alegando que a loja de aplicativos da fabricante do iPhone não está permitindo que os desenvolvedores direcionem livremente os clientes para formas alternativas de fazer compras.

As acusações anunciadas nesta segunda-feira (24) são as primeiras a serem emitidas sob a Lei de Mercados Digitais da UE, que entrou em vigor no início deste ano e define uma longa lista de regras destinadas a impulsionar a concorrência em publicidade digital, pesquisa on-line e ecossistemas de aplicativos.

A Apple pode ser multada em até 10% de sua receita mundial se os reguladores da UE determinarem que a empresa violou as regras da lei.

As acusações consolidam a Apple como a empresa de tecnologia que os reguladores da UE estão mirando de forma mais ampla sob a nova lei e aumentam as dificuldades regulatórios que a fabricante do iPhone está enfrentando globalmente. No início deste ano, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos processou a Apple por alegações de que a empresa dificulta a integração dos concorrentes com o iPhone, resultando em preços mais altos para os clientes.

A Apple disse separadamente na semana passada que os regulamentos da UE podem impedi-la de lançar recursos de inteligência artificial (IA) na Europa. E os reguladores do bloco multaram a Apple em cerca de US$ 2 bilhões em março em um caso separado que usou poderes antitruste tradicionais para direcionar preocupações relacionadas à loja de aplicativos.

As autoridades de concorrência europeias alegam que as regras da loja de aplicativos da Apple não permitem que os desenvolvedores forneçam informações sobre preços dentro do aplicativo ou se comuniquem livremente com os clientes sobre ofertas disponíveis fora da loja.

Em muitos casos, a Apple impõe restrições aos desenvolvedores quando eles fornecem links que redirecionam os clientes para uma página da web externa, disse o bloco. Ele também disse que as taxas relacionadas à loja e aplicativos vão além do necessário.

A chefe da autoridade antitruste da UE, Margrethe Vestager, disse durante uma conferência na Holanda que a lei de mercados digitais está focada em garantir um mercado aberto e contestável. "É surpreendente que algumas das empresas mais valiosas e respeitadas do planeta não considerem a conformidade como um selo de honra", disse ela.

A Apple disse que fez mudanças nos últimos meses para cumprir a lei em resposta a avaliações de desenvolvedores de aplicativos e reguladores da UE. "Estamos confiantes de que nosso plano está em conformidade com a lei", disse a empresa, acrescentando que continuaria a ouvir e se envolver com os reguladores.

As acusações, que a UE chama de descobertas preliminares, ocorrem depois que o bloco abriu uma investigação sobre as regras da loja de aplicativos da Apple em março. Na época, os reguladores disseram que também estavam abrindo investigações relacionadas à conformidade da Meta e do Google com a lei. O bloco disse na segunda-feira que suas outras investigações ainda estão em andamento.

A UE disse que as acusações de segunda-feira representam uma visão preliminar de que a Apple violou a lei e não significa necessariamente que a empresa acabará sendo considerada violadora das regras. A UE disse que a Apple teria a oportunidade de examinar suas descobertas e responder a elas.

A Comissão Europeia, a autoridade de concorrência do bloco, disse que se suas conclusões preliminares contra a Apple forem confirmadas, ela adotará uma decisão de não conformidade até o final de março de 2025.

A UE também disse que abriria uma nova investigação sobre o modelo de negócios da Apple para a loja de aplicativos na Europa, que inclui a introdução de uma chamada taxa de tecnologia básica que alguns desenvolvedores de aplicativos disseram que tornaria impossível se beneficiar de novas oportunidades sob a lei.

GEERT VANDEN WIJNGAERT/BLOOMBERG

> "É surpreendente que empresas não considerem a conformidade como um distintivo de honra"
> *Margrethe Vestager*

Política da Meta para treinar IA é barrada na Europa

Privacidade
Rodrigo Carro
De São Paulo

A possibilidade de uso pela Meta, dona do Facebook e do Instagram, de dados compartilhados publicamente pelos usuários em seus produtos e serviços para treinar modelos de inteligência artificial (IA) está suspensa na Europa, mas em uso no Brasil.

A empresa comunicou em 22 de maio, na versão em português do seu site, a mudança em sua política de privacidade. "Atualizamos recentemente a nossa Central de Privacidade para ajudar as pessoas no Brasil a compreender como estamos desenvolvendo e aprimorando a IA na Meta e sobre os seus direitos de titularidade de dados", comunicou a companhia na época. Com a alteração, a Meta pode usar informações postadas no Facebook e no Instagram, inclusive fotos e legendas, para desenvolver e melhorar ferramentas de IA generativa. O conteúdo de grupos privados não é usado para essa finalidade.

Segundo apurou o **Valor**, a Meta já vem usando as postagens de usuários brasileiros para treinar suas aplicações de IA. Procurada, a companhia informou que está comprometida em desenvolver seus recursos de IA generativa "de forma segura, responsável e atendendo as regulações de privacidade no Brasil".

Uma fonte que acompanha de perto o debate sobre o tema observa que há anos a Meta se vale de ferramentas de IA para, por exemplo, tradução e moderação de conteúdo, como forma de complementar o trabalho de revisores humanos. "Sempre houve treinamentos de IA. São periódicos", diz o interlocutor, referindo-se aos processos já automatizados.

Em 14 de junho, a Meta informou, seu site, que suspendeu o lançamento de suas ferramentas de IA generativa na Europa, em resposta a um pedido de um órgão regulador irlandês: "Estamos decepcionados com o pedido da Comissão Irlandesa de Proteção de Dados (DPC), nosso principal regulador, em nome das autoridades de proteção de dados europeias, para adiar o treinamento de nossos grandes modelos de linguagem (LLMs) usando conteúdo público compartilhado por adultos no Facebook e Instagram".

Conforme noticiou à época a agência Reuters, a decisão da Meta foi antecedida por uma ação do grupo de defesa de direitos Noyb, que questionou junto a autoridades de proteção de dados de 11 países europeus o fato de a "big tech" planejar usar informações postadas por seus usuários para treinamento de IA sem o consentimento deles. As mudanças na política de privacidade entrariam em vigor em 26 de junho.

Em formulário disponível no Facebook e no Instagram, o usuário pode registrar sua "oposição quanto ao uso das suas informações para a IA na Meta". Os links para os formulários são: https://www.facebook.com/help/contact/6359191084165019 e https://help.instagram.com/contact/233964459562201.

No aplicativo do Instagram para celular, o bloqueio do uso de dados para treinamento da IA pode ser feito por meio do seguinte passo-a-passo: primeiro é necessário entrar no perfil do usuário e acessar os três traços que ficam no canto superior direito. Em seguida, rolar a página até o fim e clicar no ícone "Sobre". Dentro dessa aba, o usuário deve escolher a opção "Política de Privacidade". Depois, acessar o ícone de três traços ao lado da lupa, no canto superior direito. Agora é a vez de selecionar a opção "Outras políticas e artigos". A partir daí o usuário deve descer até o título "Como a Meta usa informações para recursos e modelos de IA generativa". No texto de "Política de Privacidade", é preciso ir até o intertítulo "Privacidade e IA generativa" e clicar na opção de "direito de oposição".

O texto que acompanha o formulário informa que cabe à empresa analisar as solicitações de objeção de acordo com as leis de proteção de dados relevantes. "Se a sua solicitação for atendida, ela será aplicada a partir do momento que for aceita", esclarece o texto. "Não usamos o conteúdo das suas mensagens privadas com amigos e familiares para treinar nossas IAs", frisa a empresa no formulário, que pede ao usuário para detalhar como o processamento dos dados pode afetá-lo.

Especialista em direito digital, Lucas Maldonado Latini, do escritório Maldonado Latini Advogados, diz que tanto ele como alguns de seus amigos optaram por exercer o direito de oposição e foram atendidos pela Meta.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece que os titulares de dados podem se opor ao "tratamento" dessas informações com base na ausência de consentimento sempre que este uso viole a lei ou tenha potencial de violá-la. "Há hipóteses, no entanto, em que não é necessário o consentimento, porque não há violação da lei, mas o usuário pode se opor ao uso", diz Maldonado, citando como exemplo o caso da Meta.

No formulário de oposição, no Facebook e no Instagram, a Meta avisa que poderá processar dados sobre o usuário para desenvolver e melhorar seus modelos de IA mesmo se ele se opuser. Isso ocorreria em duas hipóteses: no caso de o usuário aparecer numa imagem compartilhada por alguém que usa os produtos e serviços da Meta ou, ainda, se o usuário for mencionado em publicações e legendas que outra pessoa compartilhar.

26
de junho é quando entraria em vigor

PEGN revela Melhores Franquias

Pesquisa
PEGN, de São Paulo

As empresas vencedoras do Prêmio Melhores Franquias do Brasil 2024 serão reveladas hoje (25), em um evento em São Paulo. A premiação, promovida por Pequenas Empresas & Grandes Negócios, com pesquisa exclusiva da Serasa Experian, está em sua 21ª edição. A festa vai reunir 350 franqueadores, franqueados, consultores e fornecedores do franchising.

O prêmio avalia as redes em três dimensões: desempenho (crescimento, taxa de retorno e número de lojas), qualidade (suporte oferecido, força da marca e inovação) e satisfação do franqueado (treinamentos, consultoria e manuais).

Para isso, os franqueadores forneceram à Serasa Experian dados sobre o negócio e a lista dos franqueados ativos. Os donos de unidades, então, avaliaram a franquia.

No evento, serão premiadas todas as franquias que atingiram a cotação de cinco estrelas — o nível de excelência — e ganharão destaque que as três redes com as maiores notas nos quesitos de avaliação. O evento vai informar ainda a Franquia do Ano e a Melhor Microfranquia (com investimento inicial de até R$ 135 mil).

Hoje também será lançado o anuário Guia de Franquias 2024/2025, com reportagens sobre as empresas vencedoras e dados de investimento de mais de 1,4 mil marcas. O anuário estará nas bancas e no aplicativo Globo Mais a partir de amanhã (26).

Tecnologia Harpia P-71, da Psyche Aerospace, é considerado o maior drone de pulverização agrícola do mundo, com capacidade de 400 quilos

Startup começa a testar 'superdrone' em lavouras de MT

Eliane Silva
Para o Valor, de Ribeirão Preto (SP)

Uma startup com nome de asteroide vai testar na fazenda do produtor de grãos Gil Pinesso, em Mato Grosso, o maior drone agrícola de pulverização do mundo. O equipamento tem capacidade de levar 400 quilos de defensivos em voo autônomo, com uso de tecnologias da Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT). Os testes devem começar em agosto.

Para se ter uma ideia do gigantismo do equipamento inspirado no design do avião americano de reconhecimento militar Black Bird, o maior drone pulverizador já apresentado no país tem capacidade de 60 quilos.

O Harpia P-71 foi desenvolvido pela Psyche Aerospace, empresa que nasceu em dezembro de 2022 incubada no hub do Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos (SP) e que hoje funciona em uma área de 6 mil m² na zona sul da cidade do interior paulista. O drone opera com um motor híbrido de etanol e baterias, pode pulverizar 40 hectares por hora e tem autonomia de 10 horas de voo.

O equipamento experimental foi exposto no evento Vision Tech Summit-Agro, realizado em Ribeirão Preto na primeira metade do mês. Com tecnologia 100% brasileira, o drone se reabastece sozinho em um equipamento denominado Beluga, também desenvolvido pela startup Psyche, fundada e dirigida por Gabriel Pereira Leal, um jovem de 23 anos autodidata, sem formação universitária.

DIVULGAÇÃO

Gabriel Leal, fundador e CEO da startup Psyche Aerospace

"Eu tinha um projeto para mineração de asteroides, sempre me interessei em desenvolver tecnologia para o setor aeroespacial, e o setor que identifiquei como melhor oportunidade de negócios é o agro, que tem fazendas gigantes no Centro-Oeste e onde a pulverização com tratores ou avião é ineficiente ou muito cara", conta Leal, filho e neto de agropecuaristas baianos que se mudou para São José dos Campos há dois anos.

Segundo ele, o drone tem sido usado no Brasil como um brinquedo agrícola, embora tenha tecnologia semelhante à de um avião. "A ideia de fazer o maior drone do mundo segue a grandeza do agro brasileiro", diz.

Já foram construídos seis protótipos do Harpia P-71, que tem estrutura em material composto com fibra de vidro e fibra de carbono, 4,5 metros de comprimento, asa de 8 metros de largura e decola com 780 quilos. Em março, foi feito o primeiro voo oficial do equipamento em São José dos Campos.

O voo foi coordenado pelo engenheiro aeroespacial Gabriel de Paula, que trabalha na Psyche desde o início do projeto. Segundo ele, não havia nenhuma referência de voos de drone com esse tamanho e comandos tão sensíveis. "Voar o P-71 e garantir sua estabilidade representou um grande desafio que exigiu muito foco e atenção e me deu uma satisfação pessoal muito grande."

DIVULGAÇÃO

O 'superdrone' Harpia P-71 opera com motor híbrido movido a etanol e baterias e tem autonomia de 10 horas de voo

De acordo com o CEO da Psyche, o drone não será vendido, e prestará serviços aos produtores agrícolas. O plano de negócios inclui mapear primeiro a área para traçar as linhas que o equipamento vai pulverizar seletivamente, definir altitude necessária, vazão para o bico, velocidade e angulação. Na sequência, uma frota do Harpia P-71 é enviada para pulverizar as lavouras, com foco na cana-de-açúcar, citros e grãos. O custo será de R$ 20 por hectare por aplicação.

"O produtor não precisa ter o controle do drone, que é um equipamento de alta tecnologia, que demanda muita capacitação para efetuar a pulverização corretamente, com rapidez e segurança. Ele só quer a aplicação. Nos Estados Unidos, a maioria dos serviços nas lavouras é terceirizada. No Brasil, isso não acontece por fator de confiança e pelos preços altos. Eu consigo garantir que o drone vai fazer o trabalho e o agricultor poderá acompanhar tudo por um aplicativo", diz Leal.

Ele afirma que já tem pré-contrato anual com produtores de grãos da região Centro-Oeste e fazendeiros paulistas do setor de cana para pulverizar 1,5 milhão de hectares. Com a validação dos testes na fazenda do Mato Grosso, o Harpia P-71 deve começar a operar comercialmente até o fim do ano.

O equipamento é voltado para atender os grandes produtores, mas em uma segunda fase a empresa espera fechar contratos também com cooperativas agropecuárias para prestar serviço a médios e pequenos produtores.

Na simulação de pulverização de uma área de 1.000 hectares apresentada pela startup aos potenciais investidores, a frota autônoma de seis superdrones faz o serviço em cinco horas, enquanto um trator demora de quatro a cinco dias, um avião precisa de um ou dois dias e um drone manual, de 15 a 17 dias.

A Psyche tem 100% do capital privado e valuation de R$ 75 milhões, de acordo com Gabriel Leal. Ele conta que começou o negócio com dinheiro próprio. No aporte pré-seed captou R$ 2 milhões do investidor Éder Medeiros, e em junho deste ano recebeu mais R$ 15 milhões de outro investidor do Rio Grande do Sul, que prefere o anonimato.

A fábrica em São José dos Campos tem 60 funcionários, entre engenheiros, técnicos e pessoal administrativo e comercial. E o plano da startup é contratar mais 40 empregados nos próximos meses para a fabricação diária de três drones.

No aplicativo do Valor, você confere análises e notícias de forma rápida e prática.

Acesse valor.globo.com e tenha acesso ilimitado a conteúdos exclusivos.

Inscreva-se nas nossas newsletters e receba um resumo diário direto no seu e-mail.

Receba alerta de notícias por notificação no seu celular.

Faça parte do canal do Valor no WhatsApp e não perca nenhuma notícia importante.

Compartilhe até cinco matérias exclusivas com quem não é assinante.

Tenha em mãos a cobertura que te leva mais longe.
Para mais informações, acesse o WhatsApp do Valor (21) 4002-5300.

Aponte para o QR Code ou acesse valor.com.br

INÊS 249

Por

Cenários Queda nas cotações aliviou custo de frigoríficos, mas apertou companhias de grãos

Commodities ditam rumos de balanços de empresas do agronegócio

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Os preços das commodities agrícolas influenciaram as empresas do agronegócio de diferentes formas na última temporada de balanços. Se para os frigoríficos a queda da soja e do milho reduziu os custos da ração e melhorou as margens, para as companhias produtoras de grãos o efeito foi inverso. Nas usinas, o melhor momento decorrente da alta do açúcar pode ter ficado para trás. E, olhando para frente, a expectativa de analistas é que os mesmos efeitos apareçam nos próximos balanços.

Uma surpresa para os analistas que acompanham o setor foi a resiliência da demanda interna, que se mostrou forte e pode continuar nessa toada ao longo do ano.

"Quando fechamos a temporada, o que fica evidente é a descompressão de margens pela queda nos custos de grãos, o que era esperado, mas pode continuar mais para frente. A demanda no mercado doméstico não era esperada, isso surpreendeu", disse Leonardo Alencar, head de Agro, Alimentos e Bebidas e sócio da XP.

Levantamento realizado pelo Valor Data compilou os balanços de 23 companhias do agronegócio, nas áreas de grãos, insumos, carnes, bioenergia, saúde animal, armazenagem, e propriedades rurais. O resultado líquido ficou positivo em 14 delas e as demais tiveram prejuízo.

Resguardadas as particularidades de cada companhia, no geral, os setores de grãos e insumos foram os que mais amargaram prejuízos ou queda no lucro. As usinas tiveram desempenhos mistos, enquanto os frigoríficos registraram os melhores resultados.

Na avaliação de Gustavo Troyano, analista do Itaú BBA, o destaque da temporada de balanços ficou para JBS e BRF, "principalmente derivado da forte melhoria de rentabilidade na indústria de frango do Brasil e dos Estados Unidos".

A JBS encerrou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido de R$ 1,65 bilhão — havia registrado prejuízo de R$ 1,45 bilhão no mesmo período de 2023. Além do frango, a recuperação em quase todas as operações da empresa colocou em segundo plano a oferta ainda baixa de gado bovino no mercado americano. Na Seara, negócio de aves e suínos da JBS, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cresceu expressivos 711% em comparação com o primeiro trimestre de 2023.

"A Seara era uma questão de foco de gestão, produtividade, rendimento. Esse processo não terminou e tem potencial para mais do que isso", afirmou o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, em entrevista ao **Valor**, em maio. Na ocasião, o executivo ainda citou o benefício vindo da queda nos custos, com menores preços dos grãos usados na ração.

A BRF registrou um lucro líquido de R$ 594 milhões no primeiro trimestre deste ano. Apoiada por margens melhores e pela diversificação nas exportações, em meio a novas habilitações para vender seus produtos ao exterior, a empresa teve o melhor primeiro trimestre de sua história. No mesmo período do ano passado, registrara prejuízo de R$ 1,024 bilhão.

Desempenho das empresas abertas do agro

Destaques dos resultados de janeiro a março - em R$ milhões

Empresa	Receita líquida			EBITDA [1]			Resultado líquido [2]		
	Jan-mar/2023	Jan-mar/2024	Var. %	Jan-mar/2023	Jan-mar/2024	Var. %	Jan-mar/2023	Jan-mar/2024	Var. %
3Tentos	1.804,7	2.679,2	48,5	107,7	137,9	28,0	104,6	157,4	50,5
Agribrasil	577,2	341,3	-40,9	4,9	13,1	167,6	-5,6	-2,5	-55,3
AgroGalaxy	2.785,3	1.596,4	-42,7	58,6	-95,1	-	-43,6	-275,6	532,1
Boa Safra	115,8	69,1	-40,3	-15,5	-29,2	88,1	-19,1	-5,8	-69,5
BrasilAgro	249,2	133,0	-46,6	44,2	5,6	-87,3	-3,3	-30,1	815,5
BRF	13.178,0	13.377,5	1,5	607,0	2.117,0	248,8	-1.034,0	505,0	-
Camil [3]	2.512,2	2.682,3	6,8	157,0	253,8	61,7	15,9	106,6	570,4
Cerradinho Bio	512,6	733,9	43,2	130,5	205,6	57,6	-45,1	-98,8	119,2
CTC	92,2	100,6	9,2	28,8	50,7	76,3	11,1	38,7	248,8
Frigol [4]	697,3	821,6	17,8	-2,6	22,1	-	-15,2	-5,1	-66,4
Heringer	1.377,5	970,2	-29,6	-139,5	-52,1	-62,7	-131,5	-144,2	9,6
Jalles Machado	269,5	502,7	86,5	165,7	297,5	79,5	-56,0	7,4	-
JBS	86.683,7	89.147,1	2,8	2.162,4	6.428,8	197,3	-1.452,6	1.646,0	-
Josapar	416,1	414,1	-0,5	22,9	24,5	6,8	3,1	4,4	40,9
Kepler Weber	323,1	380,3	17,7	77,4	91,3	18,0	51,2	52,2	1,8
Marfrig	30.684,5	31.590,9	3,0	1.358,0	2.646,0	94,8	-633,5	62,6	-
Minerva	6.381,5	7.187,1	12,6	531,9	628,9	18,2	119,8	-200,9	-
Ourofino	167,2	178,4	6,7	3,0	24,2	713,7	-3,4	12,9	-
Raízen Energia	16.808,0	16.406,1	-2,4	2.412,4	2.415,2	0,1	541,7	-1.167,7	-
São Martinho	1.816,7	2.423,0	33,4	917,1	1.154,1	25,8	151,8	627,3	313,3
SLC Agrícola	3.017,8	1.994,8	-33,9	990,0	704,2	-28,9	538,9	223,0	-58,6
Terra Santa	25,0	16,3	-34,7	15,3	13,2	-13,7	8,2	6,4	-21,4
Vittia	148,6	121,6	-18,2	25,4	6,8	-73,1	12,6	0,8	-93,6

Fontes: releases de resultados das empresas, CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Ajustado, quando disponível ou aplicável. [2] Atribuído aos acionistas da empresa controladora. [3] Corresponde ao trimestre dez/23-fev/24. [4] S.A. de capital fechado

O peso das commodities

Margem Ebitda trimestral - em % da receita líquida

Empresa	Jan-mar/23	Jan-mar/24	Var. p.p.
3Tentos	6,0	5,1	**-0,8**
Agribrasil	0,8	3,8	**3,0**
AgroGalaxy	2,1	-6,0	**-8,1**
Boa Safra	-13,4	-42,3	**-28,9**
BrasilAgro	17,7	4,2	**-13,5**
BRF	4,6	15,8	**11,2**
Camil [1]	6,2	9,5	**3,2**
Cerradinho Bio	25,4	28,0	**2,6**
CTC	31,2	50,4	**19,2**
Frigol [2]	-0,4	2,7	**3,1**
Heringer	-10,1	-5,4	**4,8**
Jalles Machado	61,5	59,2	**-2,3**
JBS	2,5	7,2	**4,7**
Josapar	5,5	5,9	**0,4**
Kepler Weber	23,9	24,0	**0,1**
Marfrig	4,4	8,4	**4,0**
Minerva	8,3	8,8	**0,4**
Ourofino	1,8	13,6	**11,8**
Raízen Energia	14,4	14,7	**0,4**
São Martinho	50,5	47,6	**-2,9**
SLC Agrícola	32,8	35,3	**2,5**
Terra Santa	61,1	80,7	**19,6**
Vittia	17,1	5,6	**-11,4**

Fontes: releases de resultados das empresas, CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data.
[1] Corresponde ao trimestre dez/23-fev/24. [2] S.A. de capital fechado

Para os próximos trimestres, Troyano ressaltou que a recuperação de preços de exportação da carne de frango também deve ajudar na continuidade da expansão de margens. Já para os frigoríficos de bovinos, apesar de a cotação da arroba estar controlada, o preço de exportação da carne para a China segue sem brilho, levando a cadeia a buscar o acesso a mercados mais rentáveis.

Assim como no primeiro trimestre, "preços de grãos mais baixos na comparação anual devem continuar impactando negativamente nomes como SLC, 3tentos e Vittia, por exemplo, ainda que de maneira mais ou menos direta, dependendo da empresa", disse o analista.

O lucro da SLC caiu 60,2% no intervalo de janeiro a março, em relação ao mesmo período do ano passado, para R$ 228,9 milhões.

Na visão de Aurélio Pavinato, CEO da SLC, os números do primeiro trimestre refletem a situação do agronegócio brasileiro neste ano. "É um ano de maior pressão sobre as margens em função da quebra de safra e de preços mais baixos. Mas está dentro da evolução do negócio", afirmou na divulgação do balanço.

Alencar, da XP, ressaltou que a cotação dos grãos para a safra 2024/25 teve um recente avanço e a alta do dólar ajuda nas exportações, mas os fundamentos continuam baixistas para o setor, com grande oferta global.

"As empresas de grãos vão continuar com margens apertadas, e consequentemente as de insumos também. A gente torce para que o produtor tenha vendido [no mercado futuro], aproveitando essa alta recente de grãos e câmbio", comentou.

O segmento de insumos foi o mais prejudicado pelas margens menores dos agricultores. Todas as empresas do setor analisadas pelo Valor Data tiveram prejuízo ou queda de lucro nos balanços.

A AgroGalaxy teve prejuízo de R$ 249,7 milhões no primeiro trimestre deste ano, 158,3% maior do que no mesmo período de 2023.

No setor sucroenergético os resultados divergem. A Raízen saiu de lucro para prejuízo no quarto trimestre da safra 2023/24. A São Martinho aumentou em quatro vezes o lucro do período, mas assegurado por precatórios da ação da Copersucar contra o extinto Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).

"Nas usinas, o melhor momento para açúcar já passou. O preço pode ter um pouco de volatilidade, mas de maneira geral o cenário é de baixa", estimou o especialista da XP, que avalia que os próximos balanços estarão suscetíveis a outros fatores.

SC busca reforçar posição como corredor logístico

Diário de Bordo

Raphael Salomão
De Imbituba
e São Francisco do Sul (SC)

O Estado de Santa Catarina já é um importante consumidor de grãos e derivados, insumos para sua indústria de carnes suína e de frango. E quer também reforçar sua posição como corredor logístico para esses produtos, com investimentos públicos e privados em alguns dos seus principais terminais portuários. A estimativa de aportes apenas em dois portos do Estado se aproxima dos R$ 200 milhões.

"Somos um corredor logístico importante para o país. Importamos insumos para a indústria paulista, paranaense, gaúcha. Exportamos grãos que vêm de Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná", explica o secretário de Ferrovias, Portos e Aeroportos do Estado, Beto Martins.

Maior porto do Estado, São Francisco do Sul movimentou 7,3 milhões de toneladas de carga de janeiro a maio deste ano, 16% a mais que no mesmo período em 2023. Em maio, foram 1,4 milhão de toneladas, 13% a mais que no mesmo mês do ano passado. Nas exportações, a soja liderou os embarques no mês, com 750 mil toneladas. Nas importações, um dos destaques foram fertilizantes, com 166 mil toneladas.

O porto, de administração pública, está na região da Baía da Babitonga, onde também se localiza o Porto Itapoá, privado.

RAPHAEL SALOMÃO/GLOBO RURAL

Navios com fertilizantes no Porto de São Francisco do Sul (SC): porto receberá investimentos de R$ 74 milhões

Cleverton Vieira, diretor presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul, autoridade portuária local, afirma que o terminal público vem recebendo investimentos em tecnologia e em sua estrutura.

Para o biênio 2023/2024, estão contratadas atualização tecnológica e obras de infraestrutura. Segundo o executivo, o acesso dos caminhões foi automatizado, a um custo de R$ 4 milhões. Outros R$ 37 milhões custearão uma dragagem no canal de acesso. O porto ainda planeja obras em um berço de atracação, também no valor de R$ 37 milhões.

"A expectativa é de crescimento tanto no porto público quanto nos terminais privados", diz Vieira, acrescentando que a intenção é aumentar o interesse de empresas privadas no arrendamento de áreas disponíveis e na operação logística no local, que tem um terminal exclusivo para grãos.

No Porto de Imbituba, de administração pública, de 35% a 40% da movimentação é de cargas agrícolas, como farelos de soja e de milho. Passam pelo local também cargas de fertilizantes, madeira, trigo e cevada.

Os três berços de atracação receberão obras. Algumas estão em andamento. O cais 3 passa por recuperação e reforço de estruturas e por aumento de extensão. O investimento é de R$ 95 milhões. O terminal deve passar também por remoção de rochas e sedimentos, para aumentar o calado na área de chegada e saída de navios.

"Vamos conseguir atracar três navios com maior frequência. Vamos conseguir trazer navios maiores e disponibilizar mais capacidade, com menor fila de espera de atracação", afirma Urbano Lopes, diretor presidente da SCPar Porto de Imbituba, autoridade portuária local.

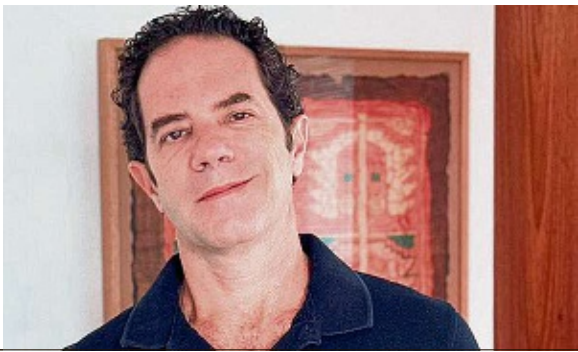
De janeiro a maio de 2024, Imbituba movimentou 3,6 milhões de toneladas, um volume 13% maior do que no mesmo período de 2023. Em maio, foram 725 mil toneladas movimentadas, 3,5% mais que em igual mês do ano passado. Farelos de soja e milho, soja em grão e trigo foram as principais entre as cargas agrícolas no mês. O terminal realizou também sua primeira movimentação de açúcar, de 50,8 mil toneladas.

caminhos da safra

PATROCÍNIO
TIM

Tecnologia
Startup começa a testar 'superdrone', com capacidade de 400 kg, em lavouras de MT
B7

INÊS 249

Investimentos Gestora Grão, de Guilherme Sá, chega a 100 mil cotistas com apoio de redes sociais C6

Tecnologia OneBlinc, fintech de dados investida pelo Bradesco, chega ao Brasil C2

Regulação CVM prepara nova regra de portabilidade de investimento para o 2º semestre C6

Mercados Dólar cai pelo segundo dia e volta a ficar abaixo de R$ 5,40 C2

Câmbio Pessimismo com a moeda brasileira também se espalha pelos investidores locais, que reduzem posição vendida em dólar

Aposta de estrangeiro contra o real se aproxima de US$ 80 bi

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O mau humor do mercado, que fez o câmbio doméstico sofrer forte deterioração nas últimas semanas, se refletiu no posicionamento dos agentes em relação ao real, em um movimento que mostra o abandono de teses mais otimistas para a moeda brasileira. A posição comprada em dólar contra o real (aposta na valorização da moeda americana) pelo investidor estrangeiro registrou novo recorde na semana passada, ao atingir o nível de US$ 79 bilhões, de acordo com dados da B3.

Há um ano, essa posição tinha metade do atual tamanho — em torno de US$ 40 bilhões na última semana de junho. Grosso modo, a posição comprada em dólar via derivativos (dólar futuro, swap cambial, cupom cambial e dólar mini) é vista como uma aposta contra a valorização do real, ainda que essa leitura não seja totalmente precisa, já que os dados também englobam investimentos de "offshores", que podem ser feitos por investidores locais, e podem conter estratégias de "hedge" (proteção), que não necessariamente são apostas direcionais no desempenho da moeda brasileira.

"A posição comprada em dólar pelo estrangeiro vinha crescendo gradativamente, mas houve um movimento bem claro nos últimos 30 dias de aceleração, que teve como gatilho a questão fiscal", observa o chefe de câmbio da tesouraria da XP, Andrei Basilio. "Por ser um dado 'poluído', precisamos olhar sempre com alguma distância para esses números. Mesmo assim, o montante chama atenção."

O executivo da XP avalia que o aumento da posição em dólar também pode ter sido reforçado por questões mais técnicas, e não apenas pelo ambiente macroeconômico. "O real não teve refresco neste ano. Fundos que são operados por algoritmos observam esse movimento, que não tem fim, e vão aumentando a aposta contra [o real], até observarem uma quebra", explica. "Além disso, os fundos locais só estão tendo resgate, então não há espaço para um movimento de mais risco. Isso significa que não há participantes locais que estão com capacidade de fazer grandes apostas para, de repente, arbitrar isso", diz Basilio.

No fim de julho de 2023, quando a moeda americana encostou em R$ 4,72, a posição comprada em dólar pelo investidor estrangeiro via derivativos também renovava a até então máxima histórica, perto de US$ 50 bilhões. À época, a leitura era a de que o investidor de fora, ao fazer aportes em títulos públicos brasileiros e na bolsa, acabava fazendo uma proteção (hedge) em dólar para reduzir sua exposição no Brasil. Se o agente já tinha comprado ações ou títulos públicos, por exemplo, ele se protegia da variação do câmbio pela compra de dólar.

> "Continuamos pessimistas em relação ao real, que ainda precisa de prêmios de risco mais elevados"
> *Andrea Kiguel*

Desde o começo do ano, no entanto, a B3 vem registrando saída forte do investidor estrangeiro da bolsa brasileira. Até a última quinta-feira, o saldo anual era de um fluxo negativo de R$ 42 bilhões. Em tese, ao desfazer a posição em bolsa, o investidor não residente pode também abrir mão de sua proteção em dólar no mercado de derivativos, mas, como a posição tem aumentado, isso não está ocorrendo.

"Quando um fundo de fora desmonta alguma posição em ações, fica com o dinheiro em mãos — e ou pode mandar embora do país ou comprar outro ativo. Como há um custo para sair do Brasil, esse investidor pode optar por ficar comprado em dólar esperando uma nova oportunidade para voltar a se posicionar", afirma Basilio, em um palpite sobre uma possível explicação para o movimento.

Em revisão de cenário, a chefe de estratégia para Américas do Barclays, Andrea Kiguel, avalia que o ambiente deve continuar negativo para o real, ao apontar que o Brasil passa por uma "crise de confiança", em que se faz necessário um nível elevado de prêmios de risco. "As autoridades estão demonstrando boa vontade para reconstruir a credibilidade, mas isso levará tempo para se refletir nos ativos locais, especialmente porque as gestoras de fundos locais têm poder de fogo limitado. Continuamos pessimistas em relação ao real, que ainda precisa de prêmio", diz Kiguel.

O Barclays, inclusive, espera que o dólar chegue a R$ 5,45 no fim do terceiro trimestre e que encerre o ano em R$ 5,35.

O mau humor com a moeda brasileira não é exclusivo dos investidores estrangeiros. Os dados da B3 sobre os mercados derivativos também mostram que o investidor institucional local reduziu de forma expressiva a posição vendida em dólar contra o real (que aposta na valorização da moeda brasileira). O montante saiu de US$ 17,4 bilhões no começo do ano para algo em torno de US$ 4,5 bilhões.

"O real começou o ano cercado por um bom humor muito grande, especialmente por causa do 'carry trade'. As moedas de países que tinham juros mais altos eram as preferidas e isso ocorreu não só com o Brasil, mas também com o México e a Colômbia. Mas, desde abril, tivemos uma reversão dessa tendência. A piora na percepção de risco ficou muito forte lá fora e ainda tivemos fatores locais, como a mudança da meta fiscal e a postura mais conservadora do [presidente do Banco Central] Roberto Campos Neto, mostrando que o próprio BC estava mais preocupado com o cenário", nota Gustavo Pi Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset Management.

Ele, porém, ressalta que, embora o real tenha piorado junto com as outras moedas, não conseguiu acompanhar a melhora quando houve um alívio externo. "Tivemos um descolamento do real em relação ao exterior. Há uma preocupação muito grande e crescente com a questão fiscal e, em segundo momento, com a política monetária também", afirma o gestor, que tem se mantido sem posições em real no momento.

"Vimos uma deterioração grande e rápida do real. São camadas sobrepostas de prêmio de risco tão altas que é possível haver alguma descompressão", diz Okuyama, ao notar, ainda, o aumento da volatilidade do real, que passou de cerca de 7,5% para 11,5%. Embora os níveis ainda sejam contidos, foi um "aumento de risco relevante", na avaliação do gestor da Porto Asset.

O trader de câmbio Rodrigo Cabraitz, da Principal Claritas, lembra, ainda, que o investidor brasileiro já estava enxergando dificuldade do governo em gerar mais arrecadação no começo do ano. "Esse primeiro pilar motivou a compra de proteção, porque já não se sabia se o arcabouço fiscal pararia de pé", diz. "Além disso, o dissenso na reunião de maio do Comitê de Política Monetária [Copom] elevou a dose de pessimismo com o cenário local."

Diante de uma posição esticada, alguma descompressão pode vir a ocorrer, na leitura de Cabraitz, ao apontar que houve uma comunicação melhor do Copom na semana passada e também porque a ala econômica do governo tem mostrado intenção em levar a temática de desvinculação de gastos, ou até corte de despesas, para alguma discussão.

"Talvez seja mais importante para o investidor de fora a ata [da reunião do Copom], se vier em linha com o esperado pelo mercado, enquanto o investidor local ainda está esperando medidas mais concretas do governo e da equipe econômica", afirma Cabraitz. "Tem espaço para descomprimir, mas é preciso ter cautela."

Leia mais na página C2

Mau humor com o real

Aposta do estrangeiro no dólar* contra o real (US$ bilhões)

Fonte: B3. Elaboração: Valor. *No mercado de derivativos: dólar futuro, dólar mini, swap e cupom cambial (DDI).
**Posições negativas indicam que o investidor está vendido em dólar e comprado em real

Brasil 'perdeu espaço' nos portfólios globais, diz Citi

De São Paulo

É inevitável apontar que, em um ambiente externo já marcado por incertezas, os fatores domésticos têm tido efeito exponencial sobre a volatilidade dos mercados no Brasil. A constatação é do chefe de mercados globais do Citi Brasil, Eduardo Miszputen, ao avaliar, em entrevista ao **Valor**, o comportamento recente dos ativos locais, que, para ele, estão com um nível elevado de prêmio de risco. "O Brasil tem um desempenho pior em várias frentes, como renda variável, moeda... As questões locais estão fazendo o Brasil performar pior. É uma pena. Tínhamos condição de nos consolidar como um país que poderia atrair atenção maior do investidor internacional. Perdemos a prioridade e o espaço."

Miszputen reconhece que o cenário externo foi responsável por uma mudança nas perspectivas já na virada do ano, diante de números bem mais fortes da economia dos Estados Unidos, que provocaram um adiamento nas expectativas para redução dos juros pelo Federal Reserve (Fed). "E isso teve impacto direto nos mercados emergentes", afirma. O executivo, porém, ressalta que os vetores domésticos têm sido dominantes nas últimas semanas e ajudaram a deteriorar adicionalmente o ambiente para os ativos financeiros brasileiros.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Para Eduardo Miszputen, do Citi, prêmio de risco nos ativos locais está alto

As declarações do executivo foram dadas às vésperas da 16ª edição da Equity Conference do Citi Brasil. Na visão de Miszputen, há algum exagero nos mercados domésticos, que pode gerar oportunidade para se aproveitar uma mudança no nível dos ativos. "Quando olhamos o real como a moeda mais desvalorizada do mundo no ano; a bolsa como o mercado de ações mais depreciado do mundo; os juros de dois anos subindo 1,3 ponto, o dobro de outros mercados... Isso indica que existe um prêmio de risco relativamente interessante nos mercados brasileiros e já vemos investidores discutindo o momento de potencialmente voltar a entrar."

Assim, na visão de Miszputen, apesar da visão pessimista de mercado, os níveis bastante elevados dos prêmios de risco nos mercados domésticos "justificam uma potencial atração de investimentos novos". A questão fiscal, porém, deve seguir como o fiel da balança em relação ao humor dos agentes. "No fundo, a preocupação é sobre como vai se desenrolar a disciplina do governo em relação às contas públicas."

O profissional nota que, na visão de analistas de mercado, a ausência de discussões sobre como disciplinar os gastos e promover reformas mais amplas no lado das despesas tem deixado a política econômica "capenga", ao ampliar a chance de colocar o Brasil em um ambiente de risco mais desfavorável. "É o que está norteando os prêmios de mercado. Estamos olhando o câmbio a R$ 5,50 por dólar, quando, na virada do ano, estávamos falando de câmbio a R$ 5."

Miszputen observa que "muita gente ficou machucada" com posições em ativos brasileiros neste primeiro semestre, diante de movimentos bastante fortes tanto na renda fixa quanto na renda variável. "Aquele investidor de portfólio que via o Brasil como oportunidade de médio prazo foi 'stopado' [teve um encerramento abrupto de suas posições], em sua grande maioria, e perdeu dinheiro. Não é uma decisão rápida e imediata para ele voltar. Talvez ele queira ou mais prêmio — e acho que estamos entrando nesse ambiente — ou mais ações do que promessas em relação ao ambiente local."

Essa falta de credibilidade, na visão do profissional, também se traduz no nível elevado dos juros reais de longo prazo extraídos das NTN-Bs, cujas taxas estão bem acima de 6% há alguns meses. "Está tudo interligado. Essa piora das taxas está acontecendo porque o prêmio de risco cobrado pelo investidor para comprar títulos de longo prazo do governo está maior devido a esse ambiente de desequilíbrio fiscal, que exige juros mais altos. As questões estão conectadas. Ter um juro real de 6,5% é alto no Brasil de hoje e de sempre quando olhamos historicamente, mas isso mostra essa falta de credibilidade", afirma.

> **1,3 ponto**
> **foi quanto subiu o juro de dois anos do Brasil neste ano**

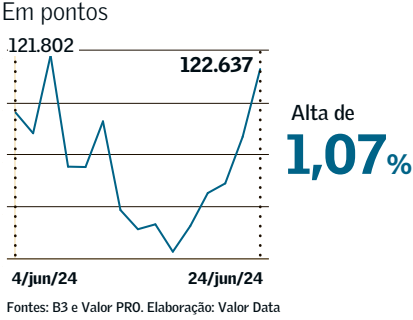
O executivo, assim, diz acreditar que o nível de preços atual dos ativos brasileiros "parece ter algum prêmio", mas avalia que o ambiente atual para a bolsa é o mais "complicado". "Estruturalmente, temos visto uma migração de capital para a bolsa americana. Isso está acontecendo globalmente, é só ver a performance do S&P 500 ao longo do ano. Isso tem atraído dinheiro para o mercado americano e é um efeito que pode gerar desequilíbrios estruturais macro ao longo do tempo", diz. Além disso, Miszputen observa que os fundos locais de ações perderam recursos e não têm tido aportes, mesmo com a bolsa muito barata. "Se, por um lado, estou otimista vendo que está tudo barato, por outro eu lembro que toda hora que você compra acaba 'stopando' e perdendo dinheiro."

"Eu estava leve com a questão fiscal no fim do ano passado, mas isso foi se perdendo. E aí vimos a divisão no Copom, as mudanças no comando da Petrobras... Foram vários pequenos incidentes que deixaram o ambiente mais desconfortável", diz o executivo. Ele lembra que o investidor local está com posições mais leves e que o estrangeiro saiu e ficou menor. "Isso pode gerar uma reversão oportunística até porque os prêmios estão altos nos diferentes mercados", diz Miszputen, ao lembrar que a curva de juros precifica altas na Selic neste ano. *(VR e AC)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Alta de **1,07%**

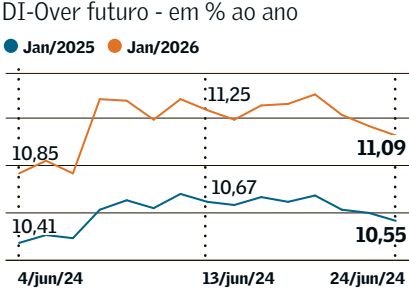
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 24/jun/24 - em %

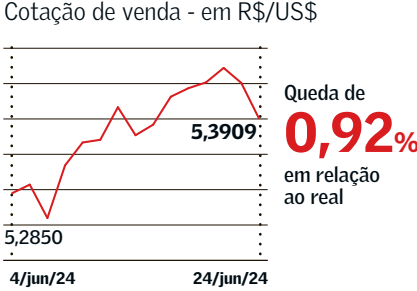
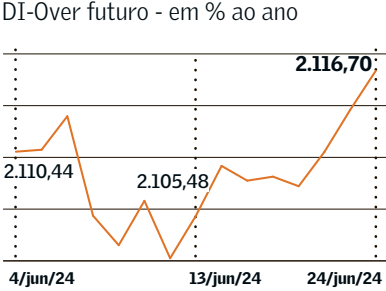
Bolsa	Variação
Dow Jones	0,67
S&P 500	-0,31
Euronext 100	0,73
DAX	0,89
CAC-40	1,03
Nikkei-225	0,54
SSE Composite	-1,17

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2025 Jan/2026

11,25
10,85
11,09
10,67
10,41
10,55
4/jun/24 13/jun/24 24/jun/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Queda de **0,92%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Juros futuros e câmbio passam por descompressão junto com taxas dos Treasuries; Ibovespa sobe 1,07% e retoma 122.637 pontos com reavaliação de cenário

Dólar cai pelo 2º dia e volta a R$ 5,39

Matheus Prado, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Arthur Cagliari
De São Paulo

Diante de um cenário benigno no exterior, com dólar e rendimentos dos Treasuries em queda, o real conseguiu esboçar alguma recuperação e fechou a sessão de ontem abaixo dos R$ 5,40, enquanto investidores ponderavam ainda as perdas recentes dos ativos locais. Nessa linha, juros e Ibovespa também apresentaram dinâmica de descompressão ao longo do dia.

A divisa americana recuou 0,92% ante a brasileira, a R$ 5,3909, e o índice DXY, que mede a força do dólar contra cesta de seis moedas de mercados desenvolvidos, recuava 0,31% no fim da tarde, aos 105,467 pontos. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 passou de 11,52% para 11,47%, enquanto a taxa da T-note de 10 anos recuou de 4,257% a 4,237%. E o Ibovespa subiu 1,07%, aos 122.637 pontos.

A piora na percepção de risco doméstico nas últimas semanas vinha dificultando uma recuperação dos ativos brasileiros, mesmo após melhora observada nos Estados Unidos a partir do recuo dos rendimentos dos Treasuries. Participantes do mercado esperavam alívio após decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), mas as incertezas sobre a contenção de despesas do governo e ruídos políticos seguiram no radar.

Os Treasuries tiveram nova sessão de acomodação ontem, especialmente depois que a presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano) de San Francisco, Mary Daly, ressaltou que a autoridade monetária deve se atentar tanto para os riscos inflacionários quanto para uma eventual desaceleração brusca do mercado de trabalho, o que minaria o objetivo de pleno emprego da entidade.

"Neste momento, a inflação não é o único risco que enfrentamos. Precisaremos manter os olhos em ambos os lados de nosso mandato enquanto trabalhamos para atingir nossas metas", disse Daly, que tem direito a voto nas reuniões deste ano do comitê de política monetária do Fed. Ela pregou cautela à medida que o Fed finaliza seu esforço de combate à inflação.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Jerson Zanlorenzi, do BTG: Confiança e perspectiva geram fluxo de recursos

Dessa vez, os mercados locais conseguiram reagir. Jerson Zanlorenzi, responsável pela mesa de ações do BTG Pactual, enxerga uma melhora mais técnica do que estrutural por ora, impulsionada pela decisão unânime do Copom na semana passada e pelo patamar deprimido dos preços dos ativos brasileiros. Mas segue à procura de gatilhos que possam ajudar a impulsionar uma recuperação mais fundamentada do mercado.

"O que gera fluxo é confiança, perspectiva, e o noticiário tem sido negativo. Por isso o Copom pode ter trazido um alívio. Mas seguimos dependendo de uma clareza maior sobre o cenário de juros nos EUA, que pode levar fluxo para outras coisas que não sejam o setor americano de tecnologia; e, localmente, uma sinalização sobre as incertezas fiscais do país", diz.

Enquanto isso, a casa está cautelosa e com proteções consideráveis nos portfólios. "Investidores têm buscado empresas de valor, dominantes nos setores que atuam, que geram caixa e que estão descontadas porque os lucros cresceram e as ações não andaram. Não temos visto ninguém buscando, por exemplo, empresas que estão tentando 'turn around' ou que estejam em processo de fusão e aquisição", afirma. "Por outro lado, como o giro financeiro está baixo, o mercado tende a se mexer rapidamente, então é preciso buscar algum nível de exposição para não perder parte de um possível rali."

11,47% **é a taxa do DI para janeiro de 2027, ante 11,52% de sexta**

Para o estrategista de renda fixa do Itaú BBA, Lucas Queiroz, a ausência de surpresas na decisão do BC foi o suficiente apenas para evitar uma deterioração adicional.

Segundo ele, há um avanço gradual em temas sensíveis aos investidores, mas que, dada a alta frequência dos mercados, a alta volatilidade nos ativos deve permanecer. "Assim, continuamos entendendo como atrativas as taxas atreladas à inflação de médio e longo prazo, além de ver oportunidade tática em vértices prefixados de prazo intermediário", revela.

Na visão do profissional de tesouraria de um grande banco local, é possível que os ruídos tenham afetado de forma permanente o nível de preços. "Um nível residual de prêmio agora é permanente. Mas o Brasil está agora extremamente barato por qualquer métrica e a possível reação da administração à 'crise' abre a porta para a continuidade desse alívio."

Segundo esta fonte, a decisão do Copom foi completamente ignorada pelos mercados e isso é um grande erro. "Mais uma vez, os players locais estão se concentrando nos ruídos. Dessa vez, a situação também foi afetada negativamente pela saída de recursos do exterior. É possível que este seja o mercado mais limpo e barato de todos os tempos, especialmente se as condições do mercado global continuarem favoráveis."

Maturidade de open finance cai entre usuários

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O nível de maturidade das empresas que trabalham, direta e indiretamente, com o "open finance" (ou sistema financeiro aberto) no país cresceu em relação ao ano passado, enquanto, no caso dos usuários, o desempenho piorou. É o que mostra a segunda edição do Open Finance Maturity Index Brasil, desenvolvido pela Capgemini e antecipado ao **Valor**. Para a consultoria, o ecossistema avança de forma mais lenta e a adesão do usuário, abaixo do esperado, representa um dos principais desafios atuais.

O índice de maturidade das empresas ficou em 6,70 em 2024, ante os 6,43 registrados no ano passado. A escala vai de zero a dez. A consultoria, no entanto, "subiu a barra" na análise deste ano e incluiu novos critérios, explica a responsável por open finance da Capgemini no Brasil, Jamile Leão. Por isso, se fosse utilizada a mesma régua, a nota de 2024, seria, na verdade, de 6,95, ou seja, um avanço ainda maior. A consultoria mapeou também a existência de mais de 200 casos de uso implementados.

Já o índice de maturidade do consumidor pessoa física ficou em 4,70, depois de ter atingido 5,34 no ano passado. Se tivessem sido mantidos os critérios da edição anterior, o resultado em 2024 teria sido de 5,08, ou seja, ainda seria inferior ao do ano anterior.

O crescimento na nota das empresas reflete o fato de que parte das instituições já começou a entrar em fase de rentabilização de soluções, diz a consultoria. Foram observados mais investimentos, comunicação e presença de metas. De acordo com o relatório, atualmente, 65% das empresas entrevistadas já têm atividades de open finance desenvolvidas e o percentual das que estão em fase de rentabilização subiu de 27% para 32%. A definição de indicadores-chave de desempenho, por sua vez, segue baixa e impactou negativamente os resultados. No ano passado, foram avaliados sete atributos, enquanto em 2024, foram dez.

Apesar do aumento geral da maturidade das empresas, Leão destaca que aumentou a distância entre os diferentes segmentos de participantes. "Neobancos e fintehcs estão com metas muito mais elevadas de negócios do que os incumbentes e estão rentabilizando mais as soluções", afirma. A média geral foi de 6,70, mas o resultado de fintechs e neobancos ficou em 7,70, enquanto o de incumbentes foi de 6,50.

Em relação à análise dos consumidores de open finance, é importante destacar que a consultoria ainda não conseguiu incluir pessoas jurídicas usuárias no índice por falta de base. Isso porque o ecossistema continua sendo utilizado basicamente por pessoas físicas. "Os casos de uso continuam concentrados nas pessoas físicas e os consentimentos também. É um exemplo de 'o ovo ou a galinha'", afirma.

> "Neobancos e fintechs estão com metas muito mais elevadas de negócios do que os incumbentes"
> *Jamile Leão*

No caso do usuário, a pesquisa subiu ainda mais a barra da análise e o número de critérios passou de quatro para dez. A Capgemini explica que, como no ano passado a adesão era muito baixa, a escolha naquele momento foi por medir apenas o grau de conhecimento sobre o tema e a confiança que as pessoas tinham nas instituições financeiras. Neste ano, foram incluídos atributos como consentimento, uso, conhecimento de serviços, familiaridade digital e entendimento do valor dos dados.

Leão explica que, neste ano, houve queda na confiança do usuário nas instituições. "Nossa teoria é que a confiança no segmento financeiro como um todo caiu, na esteira de fatores macroeconômicos, e isso se reflete também no open finance", afirma. Outro fator relevante para o recuo do índice em 2024 foi a retirada do termo "open banking" das perguntas. Como o mercado tem passado a utilizar apenas "open finance" (termo mais amplo que extrapola o ambiente bancário), a consultoria optou por manter apenas essa alternativa. Foi observada, ainda, uma baixa utilização dos serviços entre os que aderiram.

A falta de conhecimento do cliente em relação ao ecossistema é percebida pelas empresas, mostra a pesquisa. De acordo com 58% das companhias, esse é o principal fator que explica o fato de a adesão estar abaixo do esperado. Outras 34% dizem que há pouca percepção de ganhos ou vantagens ao aderir; 30% citam falta de confiança ou segurança com seus dados; 25% falam em experiência ruim nas etapas de consentimento e 17% acreditam que as soluções oferecidas não estão aderentes às necessidades das pessoas.

Quando questionadas sobre quais empresas deveriam se empenhar mais para popularizar o ecossistema, 51% citaram o Banco Central e o governo; 29% destacaram os bancos incumbentes e 28%, as fintechs. De acordo com a consultoria, um obstáculo que ainda precisa ser trabalhado são as falhas nas jornadas de consentimento e pagamentos, que apresentaram uma taxa de conversão de apenas 43% em abril de 2024.

Enquanto antes as empresas entendiam que primeiro precisavam focar no cumprimento das exigências regulatórias e depois nos casos de uso, agora ficou muito claro que a agenda regulatória não vai parar, diz Leão. "Por isso, não tem como dedicar esforços primeiro a essas exigências e depois aos casos de uso. As duas coisas precisam andar em paralelo", afirma.

As empresas foram questionadas ainda sobre a mudança na presidência do Banco Central, prevista para o final do ano, e a maioria disse não enxergar riscos para o futuro do open finance, independentemente de quem assumir o posto. "Alguns acham que o projeto pode desacelerar, mas não vai acabar."

O Índice de Maturidade foi construído em parceria com um comitê executivo, formado por diferentes participantes de mercado. Foram 286 empresas entrevistadas e 918 usuários finais.

Open finance
Índice de maturidade do ecossistema - escala de zero a dez

Por que a adesão ao open finance no Brasil está abaixo do esperado, segundo os participantes, em %

Motivo	%
Falta de conhecimento e entendimento das pessoas	58
Pouca percepção de ganhos/vantagens ao aderir	34
Falta de confiança/segurança com seus dados	30
Experiência ruim nas etapas de consentimento	25
Soluções oferecidas não são aderentes às necessidades das pessoas	17
Não sei	2
Outra	2

Fonte: Capgemini Brasil. *A consultoria aumentou o nível de exigência em relação a 2023. Se tivessem sido mantidos os mesmos critérios, o índice das empresas em 2024 teria sido de 6,95 e dos consumidores, de 5,08

Fintech investida pelo Bradesco chega ao país

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A OneBlinc, fintech americana de análise de crédito que tem o Bradesco entre os seus investidores, está desembarcando no Brasil. Sediada nos Estados Unidos, a empresa foi fundada por brasileiros e atua em duas áreas: oferecendo crédito diretamente aos clientes e fornecendo tecnologia para que bancos, fintechs e varejistas integrem fontes alternativas de dados em seus motores de decisão. No Brasil, será explorada a segunda frente, chamada de Data HUB.

Já há tratativas em andamento com bancos tradicionais e digitais no país, além de varejistas, afirma o cofundador e CEO da OneBlinc, Fabio Torelli. De acordo com a empresa, a Data HUB processa múltiplos dados alternativos, incluindo informações de renda, histórico de emprego, operadoras de celulares e dados do aparelho celular do cliente.

Entre as funcionalidades, Torelli destaca a de cálculo da "renda real" do usuário, que considera dados de trabalhadores com carteira assinada, microempreendedores individuais (MEIs) e de entregadores e motoristas de plataformas como iFood, Uber e 99 Taxi para oferecer a instituições financeiras informações mais precisas sobre o histórico de emprego e renda de possíveis tomadores de crédito. "O cliente precisa dar acesso aos dados, isso fica claro durante a jornada de solicitação do crédito", diz Torelli.

De acordo com ele, a ideia é replicar o aprendizado adquirido nos EUA em tecnologia e gestão de dados alternativos. "Não é só fazer uma conexão com as bases, mas é pegar esse dado, higienizá-lo, organizá-lo, para colocar dentro de uma mesa de crédito."

Fundada há cinco anos, a empresa recebeu em 2022 aporte de US$ 20 milhões, em uma série A liderada pelo Bradesco. Na frente de crédito, são oferecidos nos Estados Unidos produtos como crédito consignado e adiantamento de salário mediante assinatura — produto pouco conhecido no Brasil.

A empresa não abre o volume de receitas, mas Torelli explica que, atualmente, 90% vêm da parte de crédito ao consumidor. O plano, no entanto, é que em dois anos a vertical de inteligência de dados para terceiros passe a representar metade do total.

A decisão de vir para o Brasil neste momento é explicada principalmente por dois motivos, de acordo com o CEO. De um lado, há o avanço do open banking, que facilita o compartilhamento de informações. De outro, há a sinalização do governo de que irá trabalhar para alavancar os empréstimos consignados para os trabalhadores do setor privado, permitindo negociações entre trabalhadores e instituições financeiras por meio da plataforma FGTS Digital. Para Torelli, o crédito consignado privado no Brasil tem potencial para duplicar em três ou quatro anos.

No momento, a empresa está mirando principalmente os grandes bancos no Brasil, mas o CEO afirma que não há limitação para o acesso de instituições menores às soluções. Ele não descarta a possibilidade de, no futuro, oferecer crédito diretamente aos consumidores no país, mas afirma que, no momento, o foco está na oferta de tecnologia para empresas. "Vejo mais a gente entrando no mercado com tecnologia e acho que vamos conseguir fazer isso em uns seis meses", afirma.

Material Publicitário

Invista em quem investe em um futuro mais sustentável.

Participe da Oferta Pública da Sabesp.

Este documento é um material publicitário, não devendo ser confundido com o prospecto.
Antes de investir, verifique seu perfil. Investimentos em ações trata-se de investimentos de risco.
Leia o prospecto e o formulário de referência antes de aceitar a oferta e em especial a seção dos fatores de risco em meu.itau/ofertapublicasabesp

INÊS 249

Pagamentos Abastecido com 'stablecoin' social, voucher poderá ser utilizado em maquininhas em estabelecimentos no município

C9 cria 'cartão cripto' para servidores de cidade paulista

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A empresa de blockchain C9 Tech desenvolveu um "cartão cripto" para pagamento de benefícios de servidores do município paulista de Santo Antônio da Alegria. A partir de setembro, os 500 funcionários da prefeitura receberão vale-refeição por meio de um cartão que funcionará como uma "wallet" (carteira digital) de criptomoeda e será aceito nos estabelecimentos da cidade. O voucher será abastecido com a criptomoeda social "Alegria", uma "stablecoin" pareada na relação de 1:1 com o real. A moeda digital rodará na blockchain Polkadot e foi desenvolvida na plataforma de "appchains" da Tanssi, com solução de segurança da Dinamo Networks.

Thiago Chaves Ribeiro, CEO da C9, conta que a empresa conseguiu programar os "smart cards" para funcionarem em blockchain e se conectarem a terminais POS, ou seja, "maquininhas" de cartão. A partir daí, fez uma parceria com o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) Inova Brasil para buscar prefeituras que estivessem abertas a pagar benefícios por meio de wallets de criptomoedas. "O primeiro acordo foi com a prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Credenciamos todos os estabelecimentos de lá", relata. A cidade, de acordo com Ribeiro, será um piloto interessante por ser um município de pequeno porte, com 8 mil habitantes.

A ideia de substituir os famosos cartões de vale-alimentação e vale-refeição por um cartão cripto se baseia no ganho de eficiência que a tecnologia blockchain traz ao remover intermediários e baratear a operação. "Hoje, um agente, para ter cartão, precisa de processadora, emissor, bandeira e subadquirente para fazer a transação na prefeitura. Os muitos agentes dificultam a gestão, por mais que sejam players estabelecidos. Fazer direto na blockchain torna tudo mais simples", afirma. Além disso, a programabilidade dos contratos inteligentes em blockchain traz a garantia de que os valores só sejam utilizados para o fim correto, o que coíbe a prática de fraudes.

De acordo com Ribeiro, no pagamento por voucher, a prefeitura precisa pagar uma taxa de até 8% para o fornecedor, enquanto na nova solução a tarifa cai para 5%, já que bancos e bandeiras como Visa e Mastercard não entram na equação. "A ideia é sermos bem mais competitivos do que o mercado tradicional."

Todas as transações ocorrem "on-chain" e também podem ser realizadas por meio de um aplicativo de celular com a carteira digital. Thiago Rüdiger, vice-presidente de crescimento da Tanssi, explica que o app é a própria blockchain, o que funciona com todas as aplicações construídas dentro da Polkadot, que tem na rede principal apenas suas camadas de segurança e consenso.

A operação se baseou no marco legal das startups e na legislação do chamado Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), que permite a realização de licitações com menos burocracia.

Jean Guillot, diretor de negócios da Dinamo, avalia que a iniciativa pode ser uma forma de antecipar a maneira como o Drex, o real digital, pode funcionar. "Está na essência do Drex, porque envolve política pública", avalia Guillot, lembrando que a Dinamo está em um dos 16 consórcios que participam dos testes do real digital.

Santander passa a oferecer bitcoin e ether na plataforma Toro

Toni Sciarretta
De São Paulo

A plataforma digital de investimentos Toro, do banco Santander Brasil, vai abrir as negociações de criptomoedas para os clientes. O lançamento acontece nesta semana e ocorre depois de três anos de estudos internos e análises de mercado envolvendo ativos digitais. Com o anúncio, o Santander se junta a Itaú, BTG Pactual, Inter e Nubank, entre os grandes bancos e plataformas de investimentos, a trabalhar com criptomoedas em sua base de clientes de varejo. No ano passado, a XP desistiu do segmento após duas tentativas frustradas de endereçar esse mercado.

A Toro é a primeira unidade do Santander a oferecer criptomoedas para os clientes do varejo. Já existia a distribuição de determinados produtos, como fundos negociados em bolsa (ETFs) e de investimento, mas para o private banking e segmentos específicos. Dependendo do sucesso no Brasil, o serviço poderá ser estendido para outras unidades do banco.

Segundo João Resende, fundador e presidente-executivo da Toro, as negociações começam com a oferta de bitcoin e ether, respectivamente as duas maiores moedas digitais, para clientes selecionados com perfil de risco adequado para o produto. O produto será destinado para clientes com perfil agressivo de risco. Aos poucos, afirmou ele, o novo serviço será estendido para toda a base da corretora, de mais de 1 milhão de clientes ativos. Resende afirma que a Toro estuda oferecer outras moedas digitais, além de ativos tokenizados. "É um primeiro passo que estamos dando", disse.

Ele conta que a demora na liberação dos negócios com criptomoedas na plataforma decorreu dos diversos crivos que as infraestruturas de negociações, custódia e demais parceiros precisaram passar dentro da estrutura de tecnologia e conformidade do banco. "Queríamos ter certeza de oferecer um produto com toda a segurança necessária e foco educacional."

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 24/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.881,4053750	0,05	0,57	4,44
IRF-M	1+**	20.154,7580630	0,20	0,13	1,07
IRF-M	Total	18.316,3728400	0,16	0,27	2,08
IMA-B	5***	9.284,7785010	0,10	0,50	3,43
IMA-B	5+****	11.190,8138940	0,07	-0,74	-3,57
IMA-B	Total	9.880,5824520	0,09	-0,14	-0,27
IMA-S	Total	6.719,3910830	0,04	0,64	5,15
IMA-Geral	Total	8.165,6618410	0,08	0,34	2,72

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	10/06	07/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	36,79	35,72	27,71	28,38	31,67	32,95
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,74	25,58	23,32	21,51	25,51	27,45
Conta garantida pré - a.a.	46,91	45,81	44,62	51,12	41,01	47,80
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,38	24,38	21,58	21,55	23,14	28,47
Vendor pré - a.a.	16,02	15,30	15,04	15,05	16,04	19,85
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,47	17,36	16,75	16,84	17,25	24,76
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,98	17,94	16,50	17,17	16,67	17,50
Conta garantida pós - a.a.	25,24	25,62	24,34	24,89	25,58	27,17
ACC pós - a.a.	8,15	8,20	8,48	8,60	8,70	7,87
Factoring - a.m.	3,29	3,32	3,32	3,32	3,31	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	24/06/24	21/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3300	5,3400	5,3200	5,0500
1 mês	-	5,3354	5,3330	5,3243	5,3237	5,0666
3 meses	-	5,3534	5,3526	5,3496	5,3487	4,9777
6 meses	-	5,3889	5,3886	5,3886	5,3893	4,7534
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6620	3,8920	3,9100	3,4000
1 mês	-	3,8430	3,8738	3,9122	3,9118	3,1675
3 meses	-	3,9018	3,9133	3,9257	3,9252	3,0341
6 meses	-	3,9319	3,9377	3,9437	3,9432	2,6055
1 ano	-	3,8811	3,8735	3,9419	3,8268	1,5236
Euribor ***						
1 mês	-	3,600	3,602	3,717	3,792	3,448
3 meses	-	3,686	3,711	3,785	3,808	3,610
6 meses	-	3,691	3,711	3,745	3,780	3,933
1 ano	-	3,622	3,628	3,711	3,729	4,147
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,31	5,30	5,34	5,37	5,39	5,06
T-Bill (3 meses)	5,37	5,37	5,37	5,39	5,39	5,30
T-Bill (6 meses)	5,35	5,35	5,34	5,37	5,39	5,41
T-Note (2 anos)	4,73	4,74	4,77	4,87	4,94	4,75
T-Note (5 anos)	4,28	4,27	4,30	4,51	4,53	3,99
T-Note (10 anos)	4,26	4,26	4,28	4,50	4,48	3,74
T-Bond (30 anos)	4,40	4,40	4,41	4,65	4,58	3,82

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,63	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,05	11,99
CDI	0,63	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,05	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	0,27	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	2,08	10,51
IMA-B	-0,14	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,27	6,56
IMA-S	0,64	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,15	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	0,44	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-8,61	12,70
Índice Small Cap	-0,84	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-15,24	-4,39
IBrX 50	0,41	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-7,24	14,94
ISE	0,86	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,36	1,45
IMOB	1,67	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,34	-0,55
IDIV	1,39	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-3,98	19,55
IFIX	-2,55	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	-0,46	12,24
Dólar Ptax (BC)	3,02	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	11,54	2,86
Dólar Comercial (mercado)	2,70	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	11,10	3,47
Euro (BC) (4)	1,89	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	8,25	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	1,61	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	7,78	5,03
Ouro (BC)	2,94	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	25,73	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 24/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 19/06/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.527.073,31					3.845,49	51.801,83	237.306,69	232.767,39
RF Indexados (2)	150.398,94	0,02	-0,09	2,08	7,99	-472,54	-2.296,50	-3.463,99	-13.150,79
RF Duração Baixa Soberano (2)	697.738,03	0,04	0,47	4,55	11,01	3.482,30	22.985,50	60.708,58	61.825,25
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	828.678,80	0,04	0,53	5,18	12,54	174,74	9.818,67	35.072,36	41.274,33
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	176.825,00	0,05	0,05	5,20	12,55	581,69	5.694,82	71.198,79	77.562,08
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.767,04	0,03	0,42	4,07	9,04	131,86	1.882,87	-2.075,59	-4.712,96
RF Duração Livre Soberano (2)	212.545,96	0,03	0,36	4,00	10,16	-544,49	1.789,65	-13.904,37	-25.679,55
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	658.385,03	0,04	0,42	4,47	11,02	-448,73	3.975,39	-12.622,02	-32.765,55
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	354.862,54	0,01	0,30	4,29	11,82	1.071,97	5.771,65	72.438,90	126.965,21
Ações	596.320,12					155,35	4.031,54	954,69	39.018,39
Ações Indexados (2)	9.792,35	0,54	-1,52	-10,37	0,16	26,28	-95,91	398,03	-1.128,09
Ações Índice Ativo (2)	30.364,78	0,46	-2,11	-11,30	-1,70	176,27	1,89	-3.665,94	-3.800,26
Ações Livre	215.547,46	0,43	-1,72	-8,35	1,95	-15,35	4.095,31	2.316,84	-4.681,94
Fechados de Ações	124.521,69	0,49	-0,30	-4,64	-2,36	9,89	-74,84	-626,11	29.803,82
Multimercados	1.637.707,07					-3.619,05	-20.093,86	-74.591,13	-203.869,80
Multimercados Macro	150.146,02	0,06	0,15	0,35	5,85	-58,10	-4.307,04	-25.375,89	-49.871,59
Multimercados Livre	616.600,15	0,08	0,27	2,27	8,16	-3.521,61	-8.748,07	-1.282,10	-50.470,94
Multimercados Juros e Moedas	51.261,56	0,02	0,47	4,25	11,21	-97,58	-1.687,16	-6.204,33	-16.277,41
Multimercados Invest. no Exterior (2)	738.777,75	0,28	1,36	3,96	11,52	86,64	-5.398,85	-42.596,52	-82.110,48
Cambial	6.642,77	0,66	4,28	15,44	21,14	-2,77	172,35	-171,49	-1.259,97
Previdência	1.427.478,97					-134,68	355,18	17.125,66	41.385,24
ETF	42.803,38					-286,14	248,96	-2.153,08	-1.094,35
Demais Tipos	2.002.366,35					-336,12	2.687,31	50.479,27	56.520,09
Total Fundos de Investimentos	**7.238.025,62**					**-41,80**	**36.515,99**	**178.471,34**	**106.946,90**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.647.687,26**					**1.405,04**	**17.063,64**	**49.416,50**	**126.696,40**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.933.243,34**					**1.363,24**	**53.579,63**	**227.887,85**	**233.643,29**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	24/06/24	21/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,46
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9832
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,46
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9832
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,43	10,43	10,45	10,38	10,37	13,50
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,54	10,59	10,66	10,43	10,39	13,05
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,42	10,39	10,39	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,44	10,37	10,38	13,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,44	10,47	10,36	10,37	13,49
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,48	10,52	10,36	10,37	13,37
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,58	10,66	10,39	10,39	13,07
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,82	10,87	11,00	10,56	10,57	11,98

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 24/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.803,79	10,405	173.541	10,402	10,408	10,402
Vencimento em ago/24	98.905,89	10,408	116.603	10,406	10,410	10,408
Vencimento em set/24	98.053,05	10,417	28.917	10,410	10,420	10,418
Vencimento em out/24	97.241,22	10,439	447.114	10,430	10,450	10,435
Vencimento em nov/24	96.350,94	10,479	8.080	10,470	10,480	10,475
Vencimento em dez/24	95.615,35	10,516	916	10,510	10,540	10,520
Vencimento em jan/25	94.805,07	10,553	1.168.428	10,540	10,610	10,545
Vencimento em fev/25	93.950,46	10,606	1.172	10,590	10,670	10,605
Vencimento em mar/25	93.163,59	10,671	1.201	10,665	10,680	10,680
Vencimento em abr/25	92.432,78	10,704	84.583	10,685	10,770	10,700
Vencimento em mai/25	91.660,12	10,746	1.671	10,730	10,810	10,750

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.393,20	-1,13	266.005	5.378,00	5.439,50	5.396,50
Vencimento em ago/24	5.411,04	-1,12	7.485	5.405,00	5.451,50	5.412,00
Vencimento em set/24	5.427,95	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.443,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.461,64	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.789,98	-0,79	10	5.787,00	5.787,00	5.787,00
Vencimento em ago/24	5.817,69	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.844,43	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	124.211	0,91	65.955	122.840	124.485	124.315
Vencimento em out/24	126.199	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	128.165	0,89	900	128.180	128.180	128.180

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 24/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações %: No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,3994	5,4000	-0,76	3,02	11,54	12,97
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,3903	5,3909	-0,92	2,70	11,10	12,83
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4154	5,5954	-1,09	2,60	10,85	12,73
Euro (BC) - (R$/€)	5,7919	5,7931	-0,46	1,89	8,25	11,32
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7869	5,7876	-0,51	1,61	7,78	11,22
Euro Turismo (R$/€)	5,8414	6,0214	-0,64	1,49	7,39	10,96
Euro (BC) - (US$/€)	1,0727	1,0728	0,31	-1,10	-2,95	-1,46
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	404,1467	404,1916	-0,76	2,94	25,73	36,90
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.333,39	0,62	0,33	12,99	21,20
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.327,20	-1,56	-0,67	12,84	21,25

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	24/06/24	21/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em %: dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	154.796,76	153.089,64	152.338,81	173.997,89	1,12	1,61	-11,04
Valor-Coppead Mínima Variância	95.523,45	94.839,81	93.649,60	93.533,91	0,72	2,00	2,13

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (1)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212.80

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 24/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 24/06/24

Índice	24/06/24	21/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 24/06/23	Variação - em %: dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,28	182,70	183,18	165,54	152,30	0,32	0,05	10,72	20,33
S&P BNY Emergentes	352,18	355,09	341,77	312,75	293,75	-0,82	3,05	12,61	19,89
S&P BNY América Latina	191,99	189,56	204,45	225,28	206,43	1,28	-6,09	-14,78	-7,00
S&P BNY Brasil	188,66	186,07	197,69	232,95	209,31	1,39	-4,57	-19,01	-9,86
S&P BNY México	297,44	294,48	329,09	331,67	322,74	1,01	-9,62	-10,32	-7,84
S&P BNY Argentina	234,92	232,56	262,91	178,27	155,20	1,02	-10,64	31,78	51,37
S&P BNY Chile	137,43	137,22	148,41	162,12	168,88	0,16	-7,40	-15,23	-18,62
S&P BNY Índia	2.983,19	2.951,33	2.747,17	2.923,01	2.763,05	1,08	8,59	2,06	7,97
S&P BNY Ásia	215,48	216,06	212,76	189,60	174,44	-0,27	1,28	13,65	23,52
S&P BNY China	315,49	312,96	329,83	336,11	313,98	0,81	-4,35	-6,13	0,48
S&P BNY África do Sul	203,94	200,67	206,33	199,87	216,25	1,63	-1,16	2,04	-5,69
S&P BNY Turquia	33,56	33,70	34,31	22,45	17,24	-0,43	-2,19	49,44	94,63

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 24/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	122.637	1,07	0,44	-8,61	3,08
IBrX	51.823	1,11	0,41	-8,20	3,64
IBrX 50	20.608	1,11	0,41	-7,24	5,13
IEE	88.154	0,90	0,97	-7,16	-2,84
SMLL	1.994	2,03	-0,84	-15,24	-12,75
ISE	3.374	1,43	0,86	-10,36	-6,93
IMOB	846	3,12	1,67	-16,34	-7,43
IDIV	8.713	1,04	1,39	-3,98	11,02
IFIX	3.296	-0,10	-2,55	-0,46	6,10
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.711	1,85	-2,50	-18,06	-8,76
IBrX	9.597	1,89	-2,53	-17,69	-8,26
IBrX 50	3.816	1,89	-2,53	-16,84	-6,94
IEE	16.325	1,68	-2,00	-16,77	-14,00
SMLL	369	2,82	-3,75	-24,01	-22,77
ISE	625	2,21	-2,09	-19,63	-17,62
IMOB	157	3,91	-1,31	-24,99	-18,06
IDIV	1.614	1,82	-1,58	-13,91	-1,73
IFIX	610	0,67	-5,40	-10,76	-6,09

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 24/06/24	Spread 21/06/24	Variação - em pontos: No dia	No mês	No ano
Geral	388	385	3,0	18,0	43,0
África do Sul	341	333	8,0	-17,0	15,0
Argentina	1.440	1.416	24,0	99,0	-467,0
Brasil	236	235	1,0	23,0	41,0
Colômbia	320	324	-4,0	17,0	55,0
Filipinas	81	77	4,0	3,0	23,0
México	187	185	2,0	21,0	20,0
Peru	108	108	0,0	3,0	6,0
Turquia	259	257	2,0	16,0	-17,0
Venezuela	18.068	18.067	1,0	1.604,0	-6.024,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	12/06/24	358.242
nov/23	348.406	13/06/24	357.789
dez/23	355.034	14/06/24	358.091
jan/24	353.563	17/06/24	357.548
fev/24	352.705	18/06/24	358.116
mar/24	355.008	19/06/24	358.207
abr/24	351.599	20/06/24	357.962
mai/24	355.560	21/06/24	357.869

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	24/06/24	21/06/24	20/06/24	19/06/24	18/06/24	17/06/24
Índice	2.116,70	2.113,66	2.110,42	2.107,77	2.108,51	2.108,20
Var. no dia	0,14%	0,15%	0,13%	-0,03%	0,01%	-0,05%
Var. no mês	0,31%	0,17%	0,01%	-0,11%	-0,08%	-0,09%
Var. no ano	2,49%	2,35%	2,19%	2,06%	2,10%	2,08%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 24/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,6500	36,6700	0,14720	0,14730
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,3994	5,4000
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2816	36,3725	0,1484000	0,1488000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7724	0,7872
Colon (Costa Rica)	520,8500	526,0000	0,010270	0,010370
Coroa (Dinamarca)	6,9531	6,9537	0,7765	0,7766
Coroa (Islândia)	138,9100	139,0900	0,03882	0,03887
Coroa (Noruega)	10,5415	10,5446	0,5121	0,5123
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1800	23,1900	0,2328	0,2330
Coroa (Suécia)	10,4691	10,4709	0,5157	0,5158
Dinar (Argélia)	133,9060	135,3286	0,03990	0,04033
Dinar (Kuwait)	0,3067	0,3068	17,5991	17,6068
Dinar (Líbia)	4,8604	4,8827	1,1058	1,1110
Direitos Especiais de Saque ***	1,3169	1,3169	7,1105	7,1113
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6734	1,4699	1,4703
Dirham (Marrocos)	9,9294	9,9345	0,5435	0,5438
Dólar (Austrália)***	0,6654	0,6655	3,5928	3,5937
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,3994	5,4000
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6556	2,7024
Dólar (Canadá)	1,3659	1,3663	3,9518	3,9534
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4663	6,5455
Dólar (Cingapura)	1,3528	1,3533	3,9898	3,9917
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,3994	5,4000
Dólar (Hong Kong)	7,8080	7,8081	0,6915	0,6916
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6122	0,6126	3,3055	3,3080
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7610	6,8260	0,7910	0,7987
Euro (Comunidade Européia)***	1,0727	1,0728	5,7919	5,7931
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9667	3,0261
Franco (Suíça)	0,8939	0,8940	6,0396	6,0409
Guarani (Paraguai)	7529,1100	7549,9500	0,0007152	0,0007172
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,7000	0,1327	0,1337
Iene (Japão)	159,7100	159,7200	0,03381	0,03381
Lev (Bulgária)	1,8206	1,8217	2,9639	2,9661
Libra (Egito)	48,2700	48,3700	0,1116	0,1119
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2680	1,2683	6,8464	6,8488
Naira (Nigéria)	1480,0000	1550,0000	0,00348	0,00365
Lira (Turquia)	32,9099	32,9252	0,1640	0,1641
Novo Dólar (Taiwan)	32,3590	32,3890	0,16670	0,16690
Novo Sol (Peru)	3,7903	3,8199	1,4135	1,4247
Peso (Argentina)	909,0000	909,5000	0,00594	0,00594
Peso (Chile)	943,6200	944,1400	0,005719	0,005723
Peso (Colômbia)	4092,5900	4097,9800	0,001318	0,001320
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2250	0,2250
Peso (Filipinas)	58,7900	58,8100	0,09181	0,09185
Peso (México)	18,0041	18,0146	0,2997	0,2999
Peso (Rep. Dominicana)	58,7000	59,4000	0,09090	0,09199
Peso (Uruguai)	39,6500	39,6800	0,13610	0,13620
Rande (África do Sul)	18,1422	18,1448	0,2976	0,2976
Rial (Arábia Saudita)	3,7514	3,7516	1,4392	1,4395
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001282	0,0001286
Ringgit (Malásia)	4,7090	4,7140	1,1454	1,1467
Rublo (Rússia)	87,2455	87,2545	0,06188	0,06189
Rúpia (Índia)	83,4220	83,4770	0,06468	0,06473
Rúpia (Indonésia)	16390,0000	16398,0000	0,0003293	0,0003295
Rúpia (Paquistão)	278,2500	279,0000	0,01935	0,01941
Shekel (Israel)	3,7259	3,7289	1,4480	1,4493
Won (Coréia do Sul)	1386,6300	1387,0800	0,003893	0,003894
Yuan Renminbi (China)	7,2586	7,2598	0,7437	0,7439
Zloty (Polônia)	4,0036	4,0048	1,3482	1,3488

	Cotações: Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1): Compra	Venda
Dólar Ouro	2327,55	0,01336	404,1467	404,1916

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	24/06/24	21/06/24	Variações %: No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses: Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.411,21	39.150,33	0,67	1,87	4,57	16,85	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.474,62	19.700,43	-1,15	5,06	15,74	30,78	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.496,82	17.689,36	-1,09	4,55	16,56	29,68	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	5.447,87	5.464,62	-0,31	3,23	14,22	25,29	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.848,59	21.554,86	1,36	-1,89	4,25	12,52	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.512,91	52.788,50	-0,52	-4,83	-8,49	-1,55	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.386,80	1.365,34	1,57	-0,94	16,03	22,34	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	Feriado	76.463,34	-	10,48	32,22	124,42	32.850,05	76.518,44
Chile	Santiago	IPSA	6.491,50	6.488,75	0,04	-2,13	4,74	14,30	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.058,66	29.781,32	0,93	-0,54	15,79	35,20	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.559.667,38	Feriado	-1,07	-5,56	67,76	270,70	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.508,99	1.498,03	0,73	-1,42	8,13	13,07	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.325,58	18.163,52	0,89	-0,93	9,40	15,77	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.706,89	7.628,57	1,03	-3,58	2,17	7,59	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.834,91	33.308,77	1,58	-1,91	11,48	24,35	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.970,37	3.894,05	1,96	1,33	7,08	12,69	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.874,92	2.866,72	0,29	3,81	25,90	42,91	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.172,10	11.032,30	1,27	-1,32	10,59	20,57	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	Feriado	1.424,04	-	-0,54	10,12	12,24	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	926,40	925,23	0,13	2,52	17,74	22,44	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	70.373,63	70.378,92	-0,01	3,63	16,09	39,61	49.605,16	70.378,92
Polônia	Varsóvia	WIG	87.868,24	86.415,61	1,68	1,80	11,99	32,59	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.590,90	6.570,47	0,31	-4,07	3,04	12,31	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.109,55	1.115,39	-0,52	-1,43	2,41	6,69	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.594,54	Feriado	0,81	-0,37	8,19	16,07	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.157,29	12.012,87	1,20	1,30	9,15	8,34	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.767,85	10.771,36	-0,03	3,53	44,14	92,88	5.428,26	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.925,15	-	-0,67	-3,43	2,63	6,50	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.263,13	79.767,56	0,62	4,64	4,38	7,88	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.804,65	38.596,47	0,54	0,82	15,96	18,37	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.975,10	8.039,90	-0,81	0,05	1,86	9,46	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.616,49	1.654,32	-2,29	-6,54	-12,04	-20,76	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.963,10	2.998,14	-1,17	-4,01	-0,40	-7,34	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.764,73	2.784,26	-0,70	4,86	4,12	7,57	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.027,71	18.028,52	0,00	-0,29	5,75	-4,56	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	77.341,08	77.209,90	0,17	4,57	7,06	22,80	62.970,00	77.478,93
Indonésia	Jacarta	JCI	6.889,17	6.879,98	0,13	-1,17	-5,27	3,76	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.316,73	1.306,41	0,79	-2,15	-7,00	-12,54	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.813,70	23.253,39	-1,89	7,74	27,23	32,62	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

BANCO NACIONAL S.A. – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CNPJ nº 17.157.777/0001-67 - NIRE 33900017675 - Companhia Aberta

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 16 de Julho de 2024

A administração do **Banco Nacional S.A. – Em Liquidação Extrajudicial** ("Companhia"), na pessoa de seu liquidante, vem, pela presente e nos termos do artigo 124 da Lei n° 6.404/76 ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81/22 ("Resolução 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 16 de julho de 2024, às 16:00 horas, na sede administrativa da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na **Avenida Rio Branco, nº 115, 19º andar, parte, Centro, CEP 20.040-004**, com a faculdade de participação pessoal à distância na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no endereço **Rod. Stael Mary Bicalho Motta Magalhães, 421, Belvedere, CEP 30320-570**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** sujeito ao levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e à efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de maio de 2024, alterar: (a) a denominação da Companhia, de "*Banco Nacional S.A. – Em Liquidação Extrajudicial*" para "*Banco Nacional S.A.*"; e (b) a sede da Companhia para "*Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, CEP: 22.250-040*", com a consequente alteração do artigo 1º do estatuto social da Companhia; **(ii)** sujeito ao levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e à efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de maio de 2024, reformar as disposições do estatuto social aplicáveis à administração da Companhia, com: (1) exclusão da limitação de idade para membros do Conselho de Administração e da diretoria da Companhia; (2) alteração do mandato da diretoria de "*dois anos*" para "*três anos*"; (3) alteração da composição da diretoria da Companhia, que passará a contar com os seguintes cargos (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor de Relações com Investidores; e (iii) Diretores Executivos, bem como prever as respectivas atribuições a cada cargo da diretoria, sendo que competirá (a) ao Diretor Presidente, (a.1) supervisionar e dirigir a administração da Companhia; (a.2) fazer executar o estatuto social e as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (a.3) presidir as reuniões da Diretoria; e (a.4) elaborar o relatório anual; (b) ao Diretor de Relações com Investidores, (b.1) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as bolsas de valores, e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (b.2) outras atribuições que lhe forem designadas, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração; e (c) aos Diretores Executivos, a condução das atividades dos departamentos e áreas da Companhia que lhes são afetos e assessorar os demais membros da Diretoria; com a consequente alteração da redação dos artigos 8, 14, 18, 20 e 21 do estatuto social da Companhia; **(iii)** sujeito ao levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e à efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de maio de 2024, em caráter excepcional, eleger os membros da Diretoria que deverão tomar posse em seus cargos na ocasião da efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de maio de 2024, após o levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, com mandato de 3 (três) anos; e **(iv)** assumindo a aprovação dos itens acima, a consolidação do estatuto social da Companhia. Nos termos do artigo 12 da Resolução 81/22, a Companhia disponibiliza aos acionistas em sua sede e no site da Companhia (https://bnsa.com.br/), bem como no Sistema IPE da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) (a) a Proposta do Liquidante; e (b) a cópia do estatuto social contendo as alterações propostas decorrentes das matérias constantes da ordem do dia. **Informações Gerais:** A Assembleia Geral será realizada no endereço da sede administrativa da Companhia, localizada no Rio de Janeiro. Tendo em vista que a Companhia possuía a sua sede na cidade de Belo Horizonte quando da sua intervenção pelo Banco Central do Brasil, os acionistas que desejarem também poderão participar pessoalmente da Assembleia Geral à distância, no endereço indicado acima. Poderão participar da Assembleia Geral os acionistas da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos. Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, desde que as ações de sua titularidade estejam escrituradas em seu nome junto à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira escrituradora das ações ("Escrituradora"), e portando documentos listados a seguir, que deverão ser encaminhados à administração da Companhia no endereço eletrônico escrituracao.rf@oliveiratrust.com.br, com pelo menos 48 horas de antecedência à realização da Assembleia Geral: (a) extrato contendo a respectiva participação acionária, a ser obtido pelos acionistas junto à Escrituradora, por meio do endereço eletrônico escrituracao.rf@oliveiratrust.com.br; (b) documentos do acionista/representante: (i) pessoa física – documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica – cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento – cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, em todos os casos, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, notadamente a Proposta do Liquidante encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (https://bnsa.com.br/), tendo também sido arquivados no Sistema IPE da CVM (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro/RJ, 25 de junho de 2024. **Reginaldo Brandt Silva -** Liquidante Extrajudicial.

SIMPLE WAY LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 02.763.931/0001-77 - N.I.R.E. 41300311056

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 08 DE JUNHO DE 2023

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **SIMPLE WAY LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.**, instaladas com a Acionista representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, conforme faculta o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, presididas pelo Dr. Luis Fabiano Alves Penteado e secretariadas pelo Dr. Luciano Soldera, realizaram-se, às 17h00 do dia 08 de junho de 2023, na Rua Antonio Singer, 6751, Centro de Comunicação Volkswagen - lado direito, Campo Largo da Roseira, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83090-901. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: **EM ORDINÁRIA:** (i) aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, documentos esses publicados no jornal "Valor Econômico" em 08 de junho de 2023 na página C5 do Caderno Finanças e na integra no endereço eletrônico: https://valor.globo.com/valor-ri/empresa/simple-way-locacoes-e-servicos-sa/ ficando, em consequência, exonerados de responsabilidade os administradores da Companhia e ratificados todos os atos praticados pela administração, no exercício de 2022; (ii) tomar conhecimento do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de **R$ 1.700.594,21** (um milhão e setecentos mil, quinhentos e noventa e quatro Reais e vinte e um centavos) e aprovar a destinação para Reserva Legal no valor de **R$ 85.029,71** (oitenta e cinco mil, vinte e nove Reais e setenta e um centavos); (iii) ratificar a destinação do excedente para a rubrica Reserva Especial de Lucros no valor de **R$ 1.615.564,50** (um milhão, seiscentos e quinze mil e quinhentos e sessenta e quatro Reais e cinquenta centavos); (iv) tomar conhecimento da expressa renúncia manifesta pelos Diretores ao direito de recebimento de remuneração mensal; **EM EXTRAORDINÁRIA:** (v) encerrar a filial da Sociedade, situada na Rua Antonio Singer, 6751, Centro de Comunicação Volkswagen - lado direito, Campo Largo da Roseira, CEP 83090-901 (NIRE 41 9 01408119); (vi) transferir a Sede da Sociedade da Rua Antonio Singer, 6751, Centro de Comunicação Volkswagen - lado direito, Campo Largo da Roseira, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83090-901 para a Rua Volkswagen, 291, Jabaquara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-901; (vii) excluir, do objeto social da Sociedade, a atividade de locação de veículos sem condutores; (viii) tendo em vista as deliberações acima, consolidar o Estatuto Social da Sociedade que segue como Anexo I. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São José dos Pinhais, 08 de junho de 2023. LUIS FABIANO ALVES PENTEADO - Presidente da Mesa, LUCIANO SOLDERA - Secretário da Mesa - O.A.B./S.P. nº 230.097. **ACIONISTA:** VOLKSWAGEN FINANCE OVERSEAS B.V. - p.p. Luis Fabiano Alves Penteado e Luciano Soldera. **JUCESP NIRE** nº 3530064040-3 em 17.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **JUCEPAR** nº 41300311056 em 11/06/2024 e protocolo 243999631 em 11.06.2024, Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

ANEXO I - "SIMPLE WAY LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A. - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º - Denominação: A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima, deverá, sob a denominação SIMPLE WAY LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A., operar de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste estatuto e com os dispositivos legais aplicáveis. **Artigo 2º - Endereço da Sede Social:** A Sociedade tem a sua sede social e foro em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Volkswagen, 291, Jabaquara, CEP 04344-901. **§ 1º -** A Sociedade poderá, mediante decisão da Diretoria, abrir ou fechar escritórios de representação ou estabelecimentos similares no Brasil. **Artigo 3º - Prazo de Duração:** A Sociedade terá duração por prazo indeterminado. **Artigo 4º - Objeto Social:** A Sociedade tem por objeto social (a) a gestão de frotas de veículos automotores; e (b) a administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. **Parágrafo Único - PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES -** Com a devida observância da legislação aplicável, a Sociedade poderá participar de outras sociedades, ainda que não seja meio de realizar o objeto social. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º - Capital Social, Número e Espécie de ações:** O Capital Social é de R$1.084.100.975,52 (um bilhão, oitenta e quatro milhões, novecentos e setenta e cinco mil Reais e cinquenta e dois centavos) dividido em 1.084.100.975 (um bilhão, oitenta e quatro milhões, novecentas e setenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$1,00 cada. **§1º -** A sociedade poderá emitir títulos individuais ou múltiplos de ações. **§2º -** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada uma corresponderá um voto nas assembleias. **CAPÍTULO III - EXERCÍCIO SOCIAL, RESULTADOS FINANCEIROS E DIVIDENDOS: Artigo 6º - Exercício social:** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 7º - Resultados Financeiros e Dividendos:** Em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanços gerais, e respectivas demonstrações financeiras, com observância das determinações legais aplicáveis. Após terem sido feitas as necessárias amortizações, depreciações e provisões, incluindo provisões para o pagamento do imposto de renda e para devedores duvidosos, a Assembleia Geral Ordinária decidirá sobre a destinação do lucro líquido. **DESTINAÇÃO DE LUCRO LÍQUIDO: §1º -** Do lucro líquido apurado, após terem sido feitos, mediante deliberação da Assembleia Geral Ordinária os ajustes previstos no artigo 202 da Lei 6.404, de 15.12.76, e salvo deliberação da mesma assembleia nos termos dos Parágrafos 3º, 4º e 5º desse artigo, 25% (vinte e cinco por cento) destinar-se-ão à distribuição do dividendo obrigatório. **BALANÇOS INTERMEDIÁRIOS: §2º -** Além dos balanços gerais, a Sociedade levantará, ainda, balanços trimestrais e respectivas demonstrações financeiras, podendo, por decisão da assembleia, efetuar a distribuição de lucros com base nesses balanços. **CAPITULO IV - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 8º - Assembleia Geral Ordinária:** Realizar-se-á, anualmente, dentro dos primeiros (4) quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma Assembleia Geral Ordinária para: I - tomar as contas dos diretores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; III - eleger os membros da Diretoria e, quando for o caso, os do Conselho Fiscal; **Artigo 9º - Assembleia Geral Extraordinária:** Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. **Artigo 10 - Convocação:** Tanto a Assembleia Ordinária, como a Extraordinária, serão convocadas pela Diretoria. **§1º -** A convocação será dispensada se comparecerem à assembleia acionistas representando 100% (cem por cento) do capital com direito a voto. **§2º -** A assembleia será realizada em primeira convocação com o comparecimento de acionistas representando no mínimo mais da metade do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Artigo 11 - Quorum de deliberação:** A assembleia tem o poder de decidir sobre todos os assuntos de interesse da Sociedade. Todas as deliberações, quer da Assembleia Geral Ordinária como da Assembleia Geral Extraordinária, serão tomadas pelos acionistas que representem mais de 50% do capital social, exceto aquelas referentes aos assuntos abaixo relacionados, para os quais se requer a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital social: (a) qualquer alteração do Estatuto Social; (b) eleição, destituição e remuneração dos membros da Diretoria; (c) aprovação dos balanços e demonstrações financeiras; (d) distribuição dos lucros; (e) indicação e mudança dos auditores externos. **Parágrafo Único:** As assembleias serão dirigidas por um Presidente e assistidas por um Secretário, indicados pelos acionistas presentes. **CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: Artigo 12 - Diretoria:** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo, um deles, designado "Diretor-Presidente", e os demais, "Diretor" sem designação específica. **§1º** - O mandato dos Diretores será de dois anos, permitida a reeleição e cada Diretor deverá permanecer em seu cargo até que seja substituído por deliberação de outra assembleia ou apresente renúncia. Os Diretores são dispensados de prestar caução. **§2º -** Os Diretores distribuirão entre si as atribuições e funções administrativas, de acordo com os cargos por eles ocupados, incumbindo a cada um: o cumprimento do Estatuto Social bem como as decisões das Assembleias e das reuniões de Diretoria; a prática de qualquer ato de interesse da administração da Sociedade e a representação desta perante qualquer órgão federal, municipal e estadual, ou entidades independentes. **§3º -** Todo e qualquer documento do qual resulte em responsabilidade para a Sociedade, tais como: cheques, contratos ou documentos similares, serão assinados: por dois Diretores; por um Diretor e um procurador; ou por dois procuradores, constituídos de acordo com este Estatuto. **§4º -** Os seguintes atos de rotina serão válidos apenas com uma assinatura, seja de um Diretor como de um procurador, devidamente constituído com poderes expressos para tanto: emissão de duplicatas e o seu endosso para cobrança bancária, caução ou desconto, bem como o endosso de cheques para depósitos em contas bancárias da Sociedade; os atos de rotina perante entidades públicas ou repartições, bem como atos de rotina perante os particulares, tais como: contratos com clientes, consumidores, estabelecimento e liberação de garantias, recibos, ordens de crédito para pagamento de contrato e emissão de títulos de cobrança. **§5º -** As procurações outorgadas para a representação da Sociedade serão assinadas conjuntamente por dois Diretores e especificarão os poderes outorgados, podendo, no caso de procuração "ad judicia", incluir os poderes para receber citação e prestar depoimento pessoal. Com exceção das procurações outorgando poderes "ad judicia", que poderão ser por prazo indeterminado, as procurações terão o prazo máximo de duração de dois anos. **§6º -** Em casos de vacância de cargo, os Diretores deverão ser substituídos, sendo o substituto eleito em Assembleia Geral. **Artigo 13 - Reuniões de Diretoria:** Todos os assuntos de fundamental ou grande importância para a Sociedade serão decididos conjuntamente pelos Diretores, os quais deverão reunir-se sempre que os interesses da Sociedade determinarem. **§1º -** As reuniões de Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente ou por quem o substitua em caso de sua ausência, e serão instaladas com o comparecimento de no mínimo dois diretores, ou seus substitutos. Diretor. **§2º -** O Diretor ausente poderá ser representado, em qualquer reunião, por outro **§3º -** Cada Diretor terá direito a um voto e as decisões serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes. O Diretor Presidente terá direito ao voto de desempate. **§4º -** A Sociedade manterá um livro de atas das reuniões de Diretoria no qual as atas das reuniões serão lavradas, dispensando-se o seu arquivamento na Junta Comercial ou qualquer outro órgão público, a menos que o contrário seja exigido. As reuniões serão dirigidas pelo Diretor Presidente, ou seu substituto e assinadas por um Secretário, que será indicado pelo Diretor Presidente, ou seu substituto. O secretário poderá ser ou não membro da Diretoria. **Artigo 14 - Remuneração da Diretoria:** Os Diretores receberão remuneração mensal, podendo ser-lhes atribuída, também, remuneração adicional por desempenho, não condicionada à apuração de lucro no exercício. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL: Artigo 15 - Composição e Instalação:** O Conselho Fiscal funcionará somente quando instalado pela assembleia, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto e será composto de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, que poderão ser reeleitos. **§1º -** No ato de eleição, a assembleia designará um dos membros efetivos para exercer a função de Presidente. **§2º -** O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente e instalar-se-á com a presença de dois membros, no mínimo. **§3º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate. **§4º -** Das reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-á ata, extraindo-se cópia fiel, assinada pelo Presidente. **CAPÍTULO VII - AUDITORES EXTERNOS: Artigo 16 - Auditores Externos:** A Sociedade terá os seus livros e contabilidade auditados e o balanço anual e as demonstrações financeiras certificados por auditores externos indicados pelos acionistas. **CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO: Artigo 17 - Liquidação:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei por decisão unânime dos acionistas. Incumbirá à assembleia determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e, se os acionistas assim o decidirem, o Conselho Fiscal, que deva funcionar durante o período de liquidação."

Valor ECONÔMICO
Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S.A. EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CNPJ nº 33.222.241/0001-34 - NIRE 33300059423

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 16 de Julho de 2024

A administração do **Banco Nacional de Investimentos S.A. – Em Liquidação Extrajudicial** ("Companhia"), na pessoa de seu liquidante, vem, pela presente e nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 16 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na **Avenida Rio Branco, nº 115, 19º andar, parte, Centro, CEP 20.040-004**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** sujeito ao levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e à efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pelo Banco Nacional S.A. – Em Liquidação Extrajudicial ("BNSA") em 31 de maio de 2024, alterar: (a) a denominação da Companhia, de "*Banco Nacional de Investimentos S.A. – Em Liquidação Extrajudicial*" para "*Banco Nacional de Investimentos S.A.*"; e (b) a sede da Companhia para "*Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, CEP: 22.250-040*", sem que seja necessário alterar a redação do artigo 1º do estatuto social da Companhia; **(ii)** sujeito ao levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e à efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pelo BNSA em 31 de maio de 2024, reformar as disposições do estatuto social aplicáveis à administração da Companhia, com (1) alteração da administração da Companhia que será realizada apenas pela diretoria, com a consequente exclusão do Conselho de Administração; (2) exclusão da limitação de idade para membros da diretoria da Companhia; (3) alteração do mandato da diretoria de "*dois anos*" para "*três anos*"; (4) alteração da composição da diretoria da Companhia, que passará a contar com os seguintes cargos (i) Diretor Presidente; e (ii) Diretores Executivos; (5) alterações na regra de definição da remuneração da diretoria; (6) em razão das deliberações indicadas nos itens anteriores, modificação e/ou adaptação, conforme o caso, da redação dos artigos 4º, 5º, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21 e 24 e exclusão dos artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 22 e 26 do estatuto social da Companhia, sendo os demais artigos renumerados, conforme aplicável; **(iii)** sujeito ao levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e à efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pelo BNSA em 31 de maio de 2024, em caráter excepcional, eleger os membros da Diretoria que deverão tomar posse em seus cargos na ocasião da efetiva consumação da operação de alienação de controle societário descrita no Fato Relevante publicado pelo BNSA em 31 de maio de 2024, após o levantamento do regime de liquidação extrajudicial da Companhia e a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, com mandato de 3 (três) anos; e **(iv)** assumindo a aprovação dos itens acima, a consolidação do estatuto social da Companhia. Nos termos do artigo 135 da Lei das S.A., a Companhia disponibiliza aos acionistas em sua sede (a) a Proposta do Liquidante; e (b) a cópia do estatuto social contendo as alterações propostas decorrentes das matérias constantes da ordem do dia. **Informações Gerais:** A Assembleia Geral será realizada no endereço da sede da Companhia, localizada no Rio de Janeiro. Poderão participar da Assembleia Geral os acionistas da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos. Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, desde que apresentem os documentos listados a seguir, que deverão ser encaminhados à administração da Companhia no endereço eletrônico bnsa@bnsa.com.br, com pelo menos 48 horas de antecedência à realização da Assembleia Geral: documentos do acionista/representante: (i) pessoa física – documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica – cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento – cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, em todos os casos, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Rio de Janeiro/RJ, 25 de junho de 2024. **Reginaldo Brandt Silva -** Liquidante Extrajudicial.

eBook:
Arroz com Feijão
Um guia para investidores iniciantes
Desvende os segredos da organização financeira e comece a fazer seu dinheiro trabalhar por você. Nosso eBook **Arroz com Feijão** é o guia essencial para investidores iniciantes, revelando os ingredientes básicos para organizar suas finanças. **Baixe agora e inicie sua jornada rumo ao sucesso financeiro.**

Acesse: https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/ebook/

INÊS 249

Regulação Nova norma, editada depois de contribuições do mercado, visa promover competição

CVM prepara 'Pix de investimento' para 2º semestre

Victoria Netto
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prepara uma nova norma com objetivo que fazer decolar a portabilidade de investimentos, uma das medidas da agenda de "open finance" e "open capital markets" mais aguardadas para promover a competição nas aplicações financeiras. Prevista na agenda regulatória de 2024, a expectativa é que a norma seja editada no segundo semestre deste ano.

De acordo com o regulador, a transferência de custódia envolve diferentes tipos de aplicações financeiras, com várias regras e requisitos para serem transferidos. Aplicações como ações, fundos de investimento imobiliários (FIIs) e outros produtos negociados na B3 já contam com um processo mais automatizado e rápido, enquanto outros fundos de investimentos e produtos de renda fixa têm requisitos adicionais que fazem a transferência mais demorada.

A nova norma deve alterar, por exemplo, a Resolução CVM 32, que dispõe sobre a custódia de valores mobiliários. A regulação vigente prevê que a transferência a outro custodiante seja efetuada em até dois dias úteis, enquanto a atualização da norma deve tornar a portabilidade mais ágil — não à toa, ganhou o apelido de "Pix do mercado de capitais".

"A portabilidade de valores mobiliários é um importante passo em direção ao mercado de capitais aberto. Esperamos que esse debate abra o caminho para uma jornada de investimentos simplificada, inclusiva e com competitividade em favor do investidor", disse o presidente da CVM, João Pedro Nascimento, à época da consulta pública.

No final do ano passado, entre 3 de outubro a 8 de dezembro de 2023, o órgão regulador abriu uma consulta pública com as principais propostas para a portabilidade, após finalizar a Análise do Relatório de Impacto sobre o tema. As contribuições feitas por cerca de 20 participantes e entidades do mercado ainda estão sob análise — entre elas, as da B3 e da Anbima.

> "É um importante passo em direção ao mercado de capitais aberto"
> *João P. Nascimento*

A CVM comparou a regulação brasileira e as normas e práticas adotadas na transferência de custódia na Austrália, Espanha, Estados Unidos, México, Portugal e Reino Unido. No estudo, o regulador observou que, em regra, a prática nesses países é permitir que a solicitação seja feita diretamente à corretora cessionária (no destino), diferentemente do Brasil atualmente.

Entre as principais propostas da autarquia está que a solicitação de transferência seja feita ao custodiante de destino e por meio de uma área digitalizada do cliente ou participante do mercado. O processo lembra as portabilidades de telefone celular e de previdência.

Esse é um ponto de divergência com a B3, por exemplo, que em sua contribuição sugere a manutenção do pedido de transferência na origem (ou seja, na custodiadora em que os investimentos estão), alegando questões como histórico e segurança, uma vez que envolve cuidado e diligência.

Na avaliação de Maurício Jayme e Silva, sócio do Bocater Advogados e ex-gerente jurídico da BSM, a proposta da CVM quanto à solicitação no destino é ideal. "Se você faz o pedido na origem, o custodiante não tem pressa para que a portabilidade seja feita mais rápido, mas se faz junto ao destino, agiliza", observa.

O advogado também avalia que a modernização terá muitos impactos positivos e que significará mais dinheiro injetado no mercado em menos tempo. "Hoje em dia, com plataformas DLT, como blockchain, isso pode ser feito imediatamente. Do contrário, vamos ficar defasados e sem conseguir competir". Ele observa, contudo, que ainda é preciso ter mais estrutura para que todos possam operar dentro das mesmas normas e bases.

A CVM também propõe na minuta para a norma que o custodiante mantenha uma comunicação mais ativa com o investidor sobre o recebimento e o andamento da solicitação de transferência, de modo que o cliente tenha acesso ao fluxo da sua solicitação.

O órgão regulador sugere ainda uma redefinição de prazos para a conclusão das transferências, mais condizentes com o esforço dispendido e a realidade prática dos participantes, e recomenda estabelecer a depositária central como a responsável por determinadas informações necessárias para a transferência de ativos de renda fixa.

Com aposta em redes, Grão chega a 100 mil cotistas

Liane Thedim
Do Rio

GABRIEL REIS/VALOR

Da esq. para a dir., Meinberg, Sá, Oliveira, Cangianelli e Saccarelli: fintech criou serviço de planejadores financeiros em março e já tem mais de mil inscritos

Em um mercado cada vez mais dependente das plataformas digitais, a Grão Investimentos atingiu um marco relevante neste ano: 100 mil cotistas. O número corresponde a um crescimento de 250% em um ano, sendo que metade chegou pelo aplicativo próprio da gestora. Comprada pelo Grupo Primo em 2022, a principal estratégia da empresa é arrebanhar clientes via influenciadores em redes sociais. Agora, a fintech aposta em uma nova via de crescimento, diz Guilherme Sá, diretor de gestão, que é o serviço de planejadores financeiros. Segundo ele, a nova área estreou em março e vem tendo boa aceitação, com mais de mil inscritos.

A ideia surgiu porque a gestora identificou que muitos clientes chegavam pelas redes com uma demanda anterior à dos investimentos, a de organização do orçamento pessoal. Victor Oliveira, sócio responsável pela alocação, conta que não necessariamente tinham renda baixa, apenas não conseguiam poupar. "Começamos com 20 planejadores que treinamos. A ideia é acompanhar o cliente, organizar o orçamento e, depois, auxiliar na alocação dos investimentos. Vamos pegar na mão dessa pessoa para transformar a vida dela." A cobrança do serviço é feita por uma mensalidade que varia conforme o perfil do cliente.

Com R$ 800 milhões sob gestão, a Grão lançou seu primeiro fundo, um produto de previdência, em outubro de 2022, o Arca, carro-chefe da asset. É um fundo de fundo, assim como os outros três da empresa. "Optamos por estrear com previdência porque tem um lado forte de educação financeira, de poupança de longo prazo, de pensar no futuro. É mais difícil de captar, mas entendemos que se ajustava melhor à estratégia do grupo", explica Sá.

O fundo tem R$ 700 milhões de patrimônio líquido e taxa de administração de apenas 0,59% ao ano. A carteira tem fundos de ações no Brasil e no exterior, de crédito privado e de investimento imobiliário (FII), num total de 40 produtos. Um diferencial, explica o diretor, é que, por não depender de distribuidores externos, o Arca não paga comissão (taxa de rebate) aos assessores de investimentos, o que permite que o valor cobrado seja baixo.

> "Para este ano, nosso plano é mais que dobrar o total sob gestão, para R$ 1,8 bilhão"
> *Guilherme Sá*

"Buscamos o investidor na nossa comunicação e temos uma atuação grande em educação financeira", comenta Oliveira. O Grupo Primo soma 24 milhões de seguidores nas redes, sendo Thiago Nigro, fundador da empresa, responsável por mais da metade. O chefe de alocação diz que o tíquete médio de entrada dessa parcela que vem via redes, R$ 2 mil, é muito menor que a que chega via plataformas (R$ 20 mil), mas é jovem — de 25 a 35 anos — e muito mais resiliente, o que, afirma, garantiu à gestora somente dois dias de captação líquida negativa desde que começou a operar, em outubro de 2022.

O segundo fundo, Previdência Crédito Privado, soma patrimônio de R$ 70 milhões, foi lançado em maio de 2023, em meio à crise de Americanas e Light, e aloca em cerca de 12 fundos que investem em papéis na mais alta de classificação de crédito.

Os outros dois fundos são um de crédito privado tradicional, lançado em maio de 2023, e um mais sofisticado, restrito a investidores qualificados, que investe em fundos de investimento em direitos creditórios, ainda com captação discreta e só via plataforma própria, para ter o controle do passivo.

"Não queremos ampliar ao varejo ainda, porque precisamos trabalhar o tema melhor com nosso público", disse.

"Para este ano, nosso plano é mais que dobrar o total sob gestão, para R$ 1,8 bilhão", diz Sá. A gestora pretende lançar produtos ligados ao mercado imobiliário, porque, como afirma o executivo, "o público do Thiago gosta muito." A gestão da fintech também é peculiar e não conta com um CEO. Além de Sá e Oliveira, estão à frente da Grão Mônica Saccarelli, responsável pela área de distribuição, Frederico Meinberg, diretor de risco e compliance, e Alessandro Cangianelli, de operações.

O mercado e o respeito às leis

Palavra do gestor

Marcelo Trindade

O catastrofismo quanto ao desempenho dos mercados de capitais sempre existiu, principalmente por conta da atenção excessiva aos resultados de curto prazo. Especialmente em países com pouco hábito de poupança nesse mercado, e mais acostumados a altas taxas de retorno em aplicações bancárias, como o nosso.

As redes sociais e o incentivo à polarização que elas geram aprofundaram o fenômeno. Parece que estamos o tempo todo à beira da catástrofe, rumando desgovernados ladeira abaixo. Isso sem falar da contribuição dos "clickbaits" — as manchetes enganosas das matérias na internet, antes privilégio da imprensa sensacionalista e agora espalhadas até nas publicações mais sérias do mundo.

Tome-se o exemplo do desempenho das ações na B3 em 2024. Até aqui, o Ibovespa tem um dos piores desempenhos — senão o pior — entre os índices das maiores bolsas do mundo, medido em dólar. Fruto da combinação de desempenho ruim em reais (quase 10% de queda) com a valorização da moeda americana (mais de 12%).

Instantaneamente as redes sociais e parte da mídia atribuíram o mau desempenho do Ibovespa à postura do governo Lula em relação a temas considerados importantes para o mercado de capitais. O leque de críticas é amplo e merecido, desde a deterioração da situação fiscal até as intervenções na Petrobras, passando pela tentativa de revisão de processos de privatização, nomeação de quadros políticos para conselhos de administração, ataques à autonomia do Banco Central etc.

Poucos se lembram que em 2023 as bolsas de valores foram muito bem em todo o mundo, e no Brasil também. Incorporando a apreciação do real, o Ibovespa valorizou-se quase 34% em dólar, praticamente dez pontos percentuais acima do S&P 500, dos EUA. E, em reais, o índice de nossa bolsa subiu mais de 22%.

Nos quatro anos anteriores, entre 2019 e 2022 — isto é, durante o governo Bolsonaro —, o Ibovespa acumulou alta de quase 25%. Acontece que o dólar subiu mais de 36% no mesmo período. O resultado foi uma depreciação do Ibovespa em dólar de quase 20%. E nem se pode colocar a culpa no ano eleitoral de 2022, com Lula liderando as pesquisas, pois naquele ano a cotação do dólar caiu mais de 5% e o Ibovespa subiu quase os mesmos 5% em reais, gerando resultado positivo de 12% em dólar, contra um S&P 500 negativo em cerca de 19%.

Isso quer dizer que tudo vai bem por aqui e que as oscilações do Ibovespa e do câmbio são devidas a fatores não relacionados ao mercado de capitais? Claro que não. O governo Lula atua quase todos os dias para minar a confiança nos mercados. Basta lembrar que em um ano e meio Lula já está no segundo presidente da Petrobras, competindo com Bolsonaro, que teve quatro presidentes em quatro anos.

Lula e Bolsonaro são muito diferentes em algumas coisas. Mas raramente um dos dois foi capaz de enxergar o que realmente importa para o desenvolvimento de longo prazo, quando se trata de mercado de capitais. No caso de Lula, até aqui, a exceção fica com a reforma tributária. No de Bolsonaro, com a reforma da Previdência. Ambas, aliás, aprovadas como se revelou possível, não como seria ideal.

Tanto Lula quanto Bolsonaro delegaram o trabalho duro em relação ao mercado de capitais a seus ministros da Fazenda. E nos dois casos, embora o discurso e os métodos sejam diferentes, a direção é parecida, quando se trata daquele tema.

Paulo Guedes não conseguiu deter Bolsonaro quando se tratou de Petrobras, mas promoveu a privatização da Eletrobras — mesmo que por um modelo alternativo, que ainda não se provou integralmente capaz de resistir a ataques de governos avessos à ideia, como o de Lula.

Fernando Haddad, por seu turno, tem promovido e tentado promover alterações legislativas importantes para a segurança e a proteção dos investimentos, como uma reforma nas leis das S/A e do mercado de capitais, e o novo tratamento dos juros contratuais — este já aprovado no Congresso e aguardando sanção do presidente.

Isso é pouco, entretanto. O mercado de capitais brasileiro compete com altas remunerações nas aplicações bancárias, e com mercados de todo o mundo — e em termos instantâneos, ao toque na tela de celular. Enquanto carregarmos o nível de protecionismo e incerteza tradicionais do país, a capacidade de atração de investimento de brasileiros e estrangeiros será sempre menor do que poderia.

Nessa área, políticos dividem protagonismo não apenas com empresários, mas com o Poder Judiciário. A revisão de entendimentos e decisões judiciais anteriormente tem agravado enormemente a incerteza dos investidores e dos empresários no Brasil — especialmente daqueles que não vivem de favores governamentais e loterias de Espanha.

Trata-se, pois, de dar menos importância a manchetes escandalosas, ao fatalismo e a temores de curto prazo. O mercado brasileiro não tem deixado de se desenvolver por conta de eventos catastróficos. A atrofia da poupança popular é culpa da pequena corrosão diária da segurança dos investidores, trabalho de formiguinha de cada político, empresário e juiz brasileiro que pensa mais em si do que no todo. O que só vai mudar com diálogo, lucidez, honestidade e renovação, em todas as esferas de poder.

Marcelo Trindade é advogado e professor da PUC-Rio. Foi diretor e presidente da CVM

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

TST
Gerente grávida que teve função esvaziada consegue rescisão indireta
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Exportação de serviços e ISS: a controvérsia do resultado
E2

TRT-SP
Vale lei nacional para contrato em navio de cruzeiro
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Fiscal Magistrados têm aplicado entendimento do STF mesmo em casos não alcançados por modulação

Justiça afasta cobranças de ITCMD sobre heranças ou doações de bens no exterior

Adriana Aguiar
De São Paulo

Contribuintes têm conseguido na primeira e segunda instâncias do Judiciário afastar a cobrança de ITCMD sobre heranças ou doações de bens no exterior. Uma das decisões, proferida recentemente pela 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, é considerada inovadora por tributaristas por não estar entre as situações definidas na modulação de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Em março de 2021, os ministros decidiram que os Estados e o Distrito Federal só poderiam cobrar ITCMD se fosse editada lei complementar, o que ainda não aconteceu (Tema 825 ou RE 851108). No julgamento, modularam os efeitos da decisão, definindo que a partir de abril daquele ano não poderiam mais exigir o imposto. E que quem tinha ações judiciais em andamento teria o tributo excluído.

Os ministros, porém, não falaram nada sobre discussões na esfera administrativa, como o caso analisado pela 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo. O processo envolve cobrança de R$ 6,9 milhões de ITCMD contra um brasileiro que recebeu um imóvel localizado em Mônaco de herança da sua avó.

No caso desse contribuinte, ele chegou a ter, em primeira instância, decisão administrativa favorável. Contudo, por maioria, o Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) reverteu o entendimento. Ao ser cobrado por meio de um boleto, resolveu entrar com mandado de segurança na Justiça.

De acordo com a advogada do contribuinte, Mariana Zonenschein, do Zonenschein Advocacia, havia um processo administrativo em andamento e o Supremo foi claro pela não incidência do ITCMD enquanto não houver a edição de lei complementar. "Não obstante o entendimento do STF, o Estado vem cobrando os contribuintes, sem que exista respaldo legal", diz.

O advogado Luigi Terlizzi, que atua no mesmo escritório, afirma que historicamente, em termos de modulação, o STF jamais prestigiou o contribuinte que buscou a via judicial em detrimento daquele que buscou a via administrativa. "Seria um contrassenso, violaria a isonomia, a segurança jurídica e o princípio da confiança legítima."

Ao analisar o pedido, a juíza Cynthia Thome, da 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, citou o julgamento do Supremo e ainda destacou que "embora tenha havido a modulação dos efeitos, tal modulação já não seria aplicável, porquanto, o C. Órgão Especial [do TJSP] reconheceu a inconstitucionalidade da Lei nº 10.705/00, desde 2011 [que instituía a cobrança do ITCMD]".

Para ela, com a ausência de lei complementar que regulamente o tema, "seria inviável a incidência de ITCMD em transmissões realizadas no exterior, por pessoa que tenha domicílio ou residência no exterior" (processo nº 1035027-28.2024.8.26.0053).

De acordo com o advogado Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados, realmente se trata de uma "situação de limbo", porque o Supremo não se manifestou expressamente sobre a situação dos processos administrativos. Para ele, esse caso pode ser um importante precedente para situações análogas.

Nos processos que estavam em andamento na Justiça, os contribuintes também têm conseguido impedir a cobrança do ITCMD. Em um deles, a 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi unânime para manter sentença favorável a uma pessoa que herdou de seus pais ações e quotas de empresas sediadas no exterior e recebeu esses valores em dinheiro.

JORGE BISPO/DIVULGAÇÃO
Advogada Mariana Zonenschein: São Paulo vem cobrando os contribuintes, sem que exista respaldo legal

Ao analisar o caso, o relator, desembargador Oswaldo Luiz Paulo,

> "O STF não se manifestou sobre a situação dos processos administrativos" *Bruno Sigaud*

destacou os julgamentos do Supremo e do Órgão Especial do TJSP, de 2011, que já havia decido pela inconstitucionalidade das cobranças de ITCMD de bens no exterior (arguição de inconstitucionalidade nº 0004604-24.2011.8.26.0000). Ainda deixou claro que o caso concreto chegou à Justiça em março de 2021, portanto, antes do julgamento do STF, em abril de 2021 (processo nº nº 1012934-76.2021.8.26.0053).

De acordo com Bruno Sigaud, que atuou no caso, esse tem sido o posicionamento do TJSP mesmo antes do julgamento do Supremo. "Em São Paulo, os que optavam por judicializar, afastavam a cobrança, que sempre foi inconstitucional", diz.

Esse contexto, contudo, deve mudar com a implementação da reforma tributária, que confirma o posicionamento de que os Estados e o Distrito Federal podem cobrar o ITCMD sobre doações ou heranças provenientes do exterior, desde que exista lei complementar. Além disso, com a aprovação da reforma, o ITCMD passará a ter, obrigatoriamente, no país, uma alíquota progressiva. Na prática, aumentará de acordo com o valor do patrimônio.

Por conta disso, advogados afirmam ter registrado um aumento no volume de consultas por famílias que pensam em fazer planejamento sucessório e que possuem bens no exterior, até mesmo para evitar o aumento da alíquota progressiva.

Também existem julgamentos recentes do tribunal paulista que afastam a cobrança de ITCMD em doação de bens localizados no Brasil por quem não é mais residente no país. Em um dos casos, os desembargadores decidiram a favor de uma matriarca, que decidiu viver na Itália há alguns anos e queria deixar resolvida a sucessão de imóveis, direitos creditórios e participação societária no Brasil para seus herdeiros. A 3ª Câmara de Direito Público do TJSP manteve sentença que aplicou o julgamento do Supremo (processo nº 1047533-70.2023.8.26.0053).

A despeito do julgamento do Tema 825 pelo Supremo, Sigaud afirma que a Fazenda do Estado de São Paulo segue com o entendimento equivocado de que o ITCMD seria devido em determinadas hipóteses, como a que inclui doador no exterior com imóvel no Brasil. Nesse sentido, na solução de consulta tributária nº 15343, de 31 de março de 2023, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz -SP) entendeu que doações provenientes do exterior (na forma de trust) seriam tributáveis pelo ITCMD.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP) informou que, no caso da sentença, "o fato gerador do ITCMD ocorreu em 31 de dezembro de 2010 e o mandado de segurança foi impetrado em 23 de maio de 2024". E que, por isso, "o caso concreto não se amolda à modulação de efeitos do julgamento do Tema nº 825/RG do Supremo Tribunal Federal."

Destaques

Golpe contra idosa
A 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve decisão da 2ª Vara de Valinhos que condenou mulher pelo crime de estelionato. A pena foi fixada em dois anos e oito meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por duas restritivas de direitos, consistentes na prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de cinco salários mínimos. De acordo com os autos, a vítima desenvolveu um relacionamento afetivo com um suposto médico da Cruz Vermelha, perfil falso criado pela ré. Ela passou a iludir a idosa afirmando que retornaria ao Brasil para abrir um consultório médico e se casariam, mas que, para isso, precisava de dinheiro para comprar equipamentos. No total, a mulher perdeu mais de R$ 340 mil. Na decisão, o desembargador Roberto Porto, relator do recurso, ressaltou o valor probatório das declarações da vítima. "As palavras da vítima foram coerentes com a prova documental existente nos autos (cópias de extratos e transferências bancárias realizadas em favor da acusada) e comprovaram integralmente os fatos descritos na denúncia, não tendo a defesa se desincumbido do ônus de apresentar prova em sentido contrário", diz o julgador (processo nº 0065938-59.2018.8.26.0050).

STF suspende recursos sobre falência da Laginha

Marcela Villar
De São Paulo

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem liminar para suspender a tramitação de todos os recursos relacionados à falência da Laginha, conglomerado de usinas de açúcar e etanol em Alagoas, fundada pelo ex-deputado federal João Lyra. A suspensão deve durar até que seja julgado o mérito da ação, onde os ministros decidirão se os processos ficam no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL) ou se sobem para o STF — algo considerado inédito.

A adoção dessa medida seria possível porque a maioria dos desembargadores do TJAL poderia estar impedida ou suspeita para julgar o caso. Pelo artigo 102 da Constituição Federal, compete ao Supremo julgar ações em que mais da metade dos membros do tribunal de origem tenham declarado impedimento ou suspeição, isto é, quando há conflito de interesses com alguma das partes.

No TJAL, 13 dos 17 desembargadores declararam estar nessa situação, mas, depois de apuração interna feita pelo presidente, o desembargador Fernando Tourinho, a conta mudou. Alguns voltaram atrás, o que permitiu quórum suficiente para declarar a competência da Justiça de Alagoas.

Dessa decisão administrativa, o escritório Sérgio Bermudes, que representa herdeiros de João Lyra, entrou com uma reclamação no STF, no dia 17. Dizem que o TJAL teria "usurpado" a competência do Supremo. Argumentam que cinco desembargadores retrocederam do impedimento, que o presidente Fernando Tourinho não poderia ter feito a inspeção pois ele já havia sido declarado suspeito e que foi convocado um juiz para compor o quórum de desembargadores aptos, elevando o número para 18 membros. No mérito, pedem a cassação da decisão administrativa e o envio do processo de inspeção para o STF, o que pode culminar no julgamento dos recursos pelos ministros.

Ao conceder a liminar, o ministro Nunes Marques disse estar "impressionado" com a "incerteza a respeito do número atual de integrantes" do TJAL, bem como ter sido considerada a manifestação de juiz convocado para aferir o quórum. Para ele, essas duas informações são "cruciais" para determinar se houve ou não invasão de competência.

A tutela foi concedida para impedir novas decisões do tribunal de Alagoas enquanto a questão não for esclarecida. "O risco da demora decorre da possibilidade de se produzirem atos processuais por órgão judiciário incompetente, o que levaria à anulação desses atos e retardo na prestação jurisdicional. Por esses motivos, entendo prudente suspender o processo de origem até a plena elucidação dos fatos relevantes", diz o ministro, na decisão (RCL 69126).

Para o advogado Henrique Ávila, sócio do Sérgio Bermudes Advogados, "a decisão é um importante passo para que o STF passe a julgar os recursos da falência, como manda a Constituição". O escritório representa a ex-mulher do deputado João Lyra, Solange Queiroz Ramiro Costa, e quatro de seus filhos: Thereza Collor — viúva de Pedro Collor de Mello, irmão do ex-presidente Fernando Collor — e três irmãos dela, Guilherme, Antônio e Ricardo. Hoje, existem 58 recursos pendentes de julgamento pelo TJAL que poderiam ir para o STF.

Uma outra decisão recente tomada pela nova comissão de juízes que julga o processo principal da falência destituiu o administrador judicial Telino & Barros, no caso desde 2021. Segundo a comissão, ao assumir o cargo no dia 13, analisou a conduta da atual gestão e percebeu demora na reavaliação de ativos e no pagamento aos credores e falta de experiência na área falimentar.

DIVULGAÇÃO

> "Entendo prudente suspender o processo de origem até a plena elucidação dos fatos" *Nunes Marques*

"Foi encontrado apenas um processo em que Telino e Barros figurou como administrador judicial e sua relevância, porte e complexidade destoam largamente da falência da Laginha", diz a comissão, na decisão de quinta-feira, 20, acrescentando que o processo é um dos "mais rumorosos e complexos da Justiça Brasileira" e "o mais relevante no cenário sócio-político" de Alagoas.

Foi nomeado como novo administrador a Vivante Gestão e Administração Judicial, representada pelo advogado Armando Lemos Wallach. Procurado, ele não deu retorno até o fechamento desta edição, assim como o TJAL (processo nº 0000707-30.2008.8.02.0042).

Neste mês, também foi instaurada uma correição de 90 dias pela Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas no processo principal de falência e seus incidentes.

Em nota, o Telino & Barros afirma que a destituição "causou surpresa", pois "seu trabalho contribuiu decisivamente para organizar a falência da usina", como tornar o CNPJ da massa falida apto novamente, reverter invasões das usinas Laginha e Guaxuma e arrecadar mais de R$ 800 milhões em ativos.

Exportação de serviços e ISS: a controvérsia do resultado

Opinião Jurídica

Leticia Micchelucci e Rafaela Bazioli

Há muito tempo os contribuintes do setor de serviços enfrentam dificuldades com a falta de padronização dos conceitos trazidos pela Lei Complementar nº 116/2003, que regulamenta o Imposto sobre Serviços (ISS). Dentre esses desafios, encontra-se a falta de padronização quanto ao conceito de “resultado de serviços”, para fins de não incidência do ISS na exportação.

Impulsionada pela facilidade de comunicação entre países, a exportação de serviços tem sido crescente no Brasil. Apenas em 2022, por exemplo, a exportação de serviços alcançou o patamar de US$ 39 bilhões, equivalente a 2,1% do PIB do ano. Muito embora esse percentual seja pequeno quando comparado à média mundial de 7%, a relevância desses valores não é desprezível.

O setor poderia ser ainda mais crescente, não fosse a dificuldade quanto a interpretação e aplicação da legislação vigente sobre a matéria.

Conforme disposto na LC nº 116/03, o ISS não incide sobre as exportações de serviços. Essa regra poderia ser de fácil entendimento, se não fosse a exceção de que não se enquadram como exportação os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

O grande dilema se refere à indefinição do conceito de “resultado do serviço”, e a falta de regulamentação sobre o tema. Diante dessa imprecisão, alguns municípios já tentaram regulamentar esse conceito para facilitar a aplicação da norma, mas sem sucesso.

Um exemplo é o Parecer Normativo nº 4/2016, publicado pelo Município de São Paulo. Nesse parecer, o conceito de resultado de serviços trazido pela LC nº 116/03 foi desdobrado, no sentido de que o serviço será considerado exportado quando o elemento material, imaterial, ou interesse econômico sobre o qual recaia a prestação estiverem localizados no exterior.

Entretanto, são mencionadas algumas exceções sobre serviços específicos, dentre os quais se menciona o serviço de intermediação. Conforme texto da norma, referidos serviços não serão considerados exportados se uma das partes intermediadas, os respectivos bens ou os interesses econômicos estiverem localizados no Brasil, o que gera ainda mais subjetividade na interpretação.

Quando analisamos as soluções de consulta sobre o tema, a imprecisão na interpretação da norma em um mesmo município, é ainda mais alarmante.

Do total de quatro soluções de consulta publicadas recentemente pelo município de São Paulo, três delas se tratam de dúvidas quanto a não incidência do ISS nas exportações de serviços. A fim de assegurar a imunidade do ISS, os contribuintes solicitam análise de seus contratos, haja vista a variedade de possíveis interpretações.

Em razão das várias dúvidas geradas pela legislação, a questão tem sido levada ao Poder Judiciário, que, até o momento, não conseguiu encerrar esta discussão.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, proferiu acórdão (AREsp 587403/RS) sobre o tema em que a exportação de serviço foi reconhecida e o ISS afastado, uma vez que os serviços prestados pelo contribuinte (projetos de engenharia), seriam executados em solo estrangeiro.

Nesse julgamento foram estabelecidos ainda mais critérios, uma vez que a intenção do tomador do serviço, bem como os termos do ato negocial, foram considerados.

Outro entendimento do Judiciário vem da 2ª Turma do STJ, que também tratou da questão no AREsp 1446639/SP. Nessa ação, o contribuinte requereu o afastamento do ISS, sob alegação de que os serviços prestados envolviam o transporte de bens para utilização em eventos no exterior. Nesse julgamento, o relator, ministro Mauro Campbell Marques, confrontou duas correntes interpretativas, a do resultado-consumação e a do resultado-utilidade.

Na primeira hipótese, o serviço seria considerado como exportado, e o ISS afastado, caso a conclusão tenha ocorrido em território brasileiro. Já na segunda hipótese, o serviço seria considerado exportado caso a utilidade que visa criar ocorra no exterior. Segundo o relator, a segunda corrente foi aplicada ao caso — resultado-utilidade.

Apesar da corrente interpretativa quanto ao resultado-utilidade ter inicialmente pacificado o tema, fato é que o próprio STJ e os tribunais inferiores têm demonstrado certa dificuldade na aplicação desse entendimento. Tendo em vista as particularidades de cada serviço prestado, raramente é simples se identificar o local onde, de fato, ocorreu a sua utilidade.

Diante desse cenário, é necessário que haja uma regulamentação definitiva quanto ao conceito de resultado para fins da não incidência do ISS, seja por meio de interpretação conclusiva pelos tribunais superiores, ou, de preferência, por meio de uma norma sobre a matéria.

De outro modo, a expectativa de uma resolução será atribuída tão somente à reforma tributária, a qual prevê a substituição do ISS pelo IBS, cujo projeto de lei já foi protocolado pelo governo.

Muito embora o texto do projeto não ter trazido o termo “resultado”, o projeto prevê, por exemplo, que será considerado como exportação o fornecimento de serviços cujo “consumo” ocorra no exterior, o qual foi conceituado como “utilização, exploração, aproveitamento, fruição ou acesso”. Em razão dessa extensão conceitual, as interpretações podem ser ainda mais abrangentes.

Nesse sentido, espera-se que tais termos sejam devidamente regulamentados, a fim de se evitar a expressiva reprodução de litígios que se verifica atualmente.

Leticia Micchelucci e Rafaela Bazioli são, respectivamente, sócia e associada da área tributária do Loeser e Hadad Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

NIRE 35.30.0332.351 - CNPJ nº 08.159.965/0001-33

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DA IGUÁ SANEAMENTO S.A.

IGUÁ SANEAMENTO S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, 11º andar, CEP 04547-005, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.965/0001-33 e com os seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.30.0332.351, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Companhia**”), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, da 4ª (quarta) emissão da Companhia (“**Emissão**”, “**Debêntures**” e “**Debenturistas**”, respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da cláusula IX do “Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Iguá Saneamento S.A.” celebrado entre a Companhia, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“**Agente Fiduciário**”) e a Agreste Saneamento S.A., na qualidade de garantidora (“**Escritura**”), a reunirem-se, em 1ª (primeira) convocação, em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada em 15 de julho de 2024, às 14h00 (quatorze horas), de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, nos termos do artigo 70, I, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia (“**Assembleia**”): **(a)** não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na cláusula 6.1 da Escritura) previstos **(1)** no inciso (xxx) da cláusula 6.1 da Escritura, referente à conclusão da venda da participação da Companhia na Tubarão Saneamento S.A. para a Duane do Brasil S.A. descrita no fato relevante que foi divulgado ao mercado em 28 de dezembro de 2023; e **(2)** no inciso (ii) da cláusula 6.1 da Escritura, referente à não observância do prazo de que trata a cláusula 6.3.1 da Escritura pela Companhia, conforme a proposta da administração da Companhia que estará disponível nas páginas da Companhia (https://igua.com.br/), do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na rede mundial de computadores (“**Proposta da Administração**”); e **(b)** pedido de liberação temporária do cumprimento (*waiver* prévio) da obrigação prevista no inciso (xxx) da cláusula 6.1 da Escritura, nos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, para a conclusão da venda de ativos da Companhia descrita no fato relevante que foi divulgado ao mercado em 30 de junho de 2023, conforme a Proposta da Administração. **INFORMAÇÕES GERAIS:** A Assembleia será instalada, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definidas na cláusula 9.4.1.1 da Escritura) e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum. Na Assembleia, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo que, conforme as cláusulas 6.4 e 9.4.3 da Escritura, a aprovação da ordem do dia dependerá do voto favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, cujo *link* de acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que enviarem os seguintes documentos, por e-mail, para a Companhia (riigua@igua.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br e lfl@vortx.com.br), até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia: **(a)** no caso de pessoa física, documento de identidade; **(b)** no caso de pessoa jurídica, cópia dos atos societários e dos documentos que comprovem os poderes de representação; e **(c)** caso seja representado por procurador, procuração com poderes específicos para a sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Caso qualquer Debenturista não receba o *link* de acesso à Assembleia até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário de início da Assembleia, este deverá contatar a Companhia (riigua@igua.com.br), por e-mail, com, pelo menos, 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que a Companhia possa prestar o suporte necessário. Em caso de dúvida, os Debenturistas poderão entrar em contato, por e-mail, com a Companhia (riigua@igua.com.br) ou o Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br ou lfl@vortx.com.br). Na data de realização da Assembleia, os Debenturistas poderão acessar a plataforma Microsoft Teams, pelo *link* disponibilizado pela Companhia, com 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro de presença dos Debenturistas se dará conforme as instruções e os horários indicados neste edital. Após 10 (dez) minutos do horário de início da Assembleia, não será possível o ingresso dos Debenturistas na Assembleia, independentemente da realização do seu cadastro prévio. A Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma Microsoft Teams para a participação na Assembleia com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Debenturistas considerados presentes poderão proferir o seu voto quanto à ordem do dia, por meio da plataforma Microsoft Teams, o qual ficará registrado para fins de apuração das deliberações. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva dos Debenturistas assegurar a compatibilidade dos seus equipamentos com a plataforma Microsoft Teams e o acesso à Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais dificuldades de viabilização ou manutenção de conexão e utilização da plataforma Microsoft Teams que não estejam sob o controle da Companhia. Este edital de convocação encontra-se disponível nas páginas nas páginas da Companhia (https://igua.com.br/), do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na rede mundial de computadores. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debenturistas. São Paulo, 21 de junho de 2024. **Felipe Rath Fingerl -** Diretor Financeiro e deRelações com Investidores, **Péricles Sócrates Weber -** Diretor sem Designação Específica.

Banco Rabobank International Brasil S.A.

CNPJ/MF 01.023.570/0001-60 - NIRE 35.300.144.473

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 29 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada no dia 29 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social do Banco Rabobank International Brasil S.A. (“Companhia”), localizada na capital do estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 14º e 15º andares, Edifício Morumbi Corporate - Diamond Tower, bairro Vila São Francisco, São Paulo/SP, CEP 04711-130. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, tendo-se em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maikel Van Zaanen e secretariados pelo Sr. Pauleandro Miranda Duarte. **4. Publicações:** O relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente, foram publicadas no dia 27 de março de 2024, no jornal Valor Econômico, nas páginas H11, H12 e H13, e divulgados simultaneamente na página do jornal Valor Econômico na internet. **5. Ordem do Dia:** Exame, discussão e votação *(a)* das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; *(b)* da proposta de destinação do lucro líquido do exercício; *(c)* da proposta de fixação da remuneração anual global da Diretoria; *(d)* distribuição de dividendos; e *(e)* da reeleição de membros da Diretoria da Companhia. **6. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: **6.I.** Aprovar integralmente as contas dos Diretores, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente. **6.II.** Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 812.710.210,97 (oitocentos e doze milhões, setecentos e dez mil, duzentos e dez reais e noventa e sete centavos), consistente no seguinte: (a) o montante de R$ 40.635.510,55 (quarenta milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado à constituição da Reserva Legal, nos termos do Artigo 193, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976; (b) o montante total de R$ 371.997.000,00 (trezentos e setenta e um milhões e novecentos e noventa e sete mil reais), foi distribuído aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2023, sendo que R$ 203.177.552,74 (duzentos e três milhões, cento e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos) deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, para fins do Artigo 202, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976; (c) o montante de R$ 400.077.700,42 (quatrocentos milhões, setenta e sete mil, setecentos reais e quarenta e dois centavos) será destinado à reserva estatutária da Companhia, conforme instituída pela Assembleia Geral Ordinária de 09 de março de 2009. **6.III.** Aprovar a distribuição e pagamento de dividendos, no valor de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), cujo montante será integralmente extraído das contas de “Reserva de Lucros” (lucros acumulados), constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a serem distribuídos aos acionistas, proporcionalmente ao número de ações detidas por eles nesta data, da seguinte forma: **(i)** R$ 399.998.785,61 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos) à acionista **Rabobank International Holding B.V.**, sociedade constituída e existente segundo as leis dos Países Baixos (Holanda), com sede em Utrecht, Países Baixos (Holanda), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.539/0001-92; e **(ii)** R$ 1.214,39 (um mil, duzentos e quatorze reais e trinta e nove centavos) à acionista **Green I B.V.**, sociedade constituída e existente segundo as leis dos Países Baixos (Holanda), com sede em Utrecht, Países Baixos (Holanda), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.066.244/0001-35. **6.IV.** Fixar em até R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), o montante anual global de remuneração da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza e verbas de representação. Dentro deste limite, competirá à própria Diretoria a atribuição a cada Diretor da sua respectiva remuneração individual, observado o disposto no *caput* do Artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e as normas internas da Companhia. **6.V.** Reeleger a atual Diretoria da Sociedade, cujo mandato expira-se nesta Assembleia Geral Ordinária, por um período adicional de 3 (três) anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, sendo certo que os referidos mandatos estender-se-ão até a posse dos correspondentes substitutos, a saber: **(i) Fabiana Purri Ferreira Alves,** brasileira, casada, engenheira agrônoma, portadora da cédula de identidade RG nº 53.782.654-3 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 512.366.485-87, como Diretora Presidente; e **(ii) Leandro Falsarella de Carvalho,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 25.065.665-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 247.479.248-17; **(iii) Leonardo Vale Veras,** brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG n° 65.870.521-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n° 024.951.367-61; **(iv) Maikel Van Zaanen,** neerlandês, casado, contador, portador da cédula de identidade Registro Nacional Migratório RNM nº V7837318 e inscrito no CPF/MF sob o nº 234.886.758-31; **(v) Mario Miguel da Silva Ferreira,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 32.673.542-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 315.623.838-41; **(vi) Pollyana Borges Saraiva,** brasileira, solteira, administradora, portadora da cédula de identidade RG n° MG6629988 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o n° 910.689.086-53; **(vii) Vivian Guimarães Pascoalino Carrara,** brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG n° 30.009.598-3 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n° 286.667.288-76, como Diretores Executivos da Companhia, e todos com endereço comercial na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 14º e 15º andares, Edifício Morumbi Corporate - Diamond Tower, bairro Vila São Francisco, São Paulo/SP, CEP 04711-130. **6.VI.** Os Diretores ora reeleitos, declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis ou administração de sociedades mercantis, serão empossados em seus respectivos cargos após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil e o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que (i) os Diretores reeleitos preenchem todas as condições previstas na Resolução 4.970, de 25/11/2021, editada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos; e (ii) a eles foi dado amplo conhecimento do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. **6.VII.** Em vista das deliberações acima, fica ratificada a composição da Diretoria da Sociedade (todos já acima qualificados): Sra. **Fabiana Purri Ferreira Alves**, como Diretora Presidente; e os Srs. **Leandro Falsarella de Carvalho, Leonardo Vale Veras, Maikel Van Zaanen, Mario Miguel da Silva Ferreira, Pollyana Borges Saraiva** e **Vivian Guimarães Pascoalino**, todos como Diretores Executivos. Permanecem vagos os demais cargos da Diretoria para futuro preenchimento. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 29 de abril de 2024. **Maikel Van Zaanen -** Presidente da Mesa; **Pauleandro Miranda Duarte -** Secretário da Mesa. **Acionistas**: **Rabobank International Holding B.V. - Maikel Van Zaanen, Leandro Falsarella de Carvalho; Green I B.V. - Maikel Van Zaanen**, **Leandro Falsarella de Carvalho**. **JUCESP** nº 217.344/24-0 em 06/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 221ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19H0262186) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI” ou quando atuando individualmente “Titular dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de agosto de 2019, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 221ª Série da 1ª Emissão - (IF 19H0262186), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 21 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 391ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0639672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI” ou quando atuando individualmente “Titular dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de setembro de 2021, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 391ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0639672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Valor Econômico
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIE DA 50ª EMISSÃO (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI” ou quando atuando individualmente “Titular dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2022, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão – (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI” ou quando atuando individualmente “Titular dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão - (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

TRUE

DATA: 1º Público Leilão: 02/07/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 04/07/2024, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 12/01/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, **EM LOTE ÚNICO**, os seguintes **IMÓVEIS do EDIFÍCIO JARDIM DA JURITI**, situado à Avenida Juriti, nº 541, 24º Subdistrito – Indianópolis, São Paulo/SP: **1) APARTAMENTO Nº 82, 8º ANDAR.** Áreas: Total Construída: 150,06m², sendo Área Útil: 89,31m², Área Comum: 60,75m²; FIT: 2,3332%. Matrícula Imobiliária nº 64.809 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.102.0060-1; **2) VAGA Nº 31 para efeito de disponibilidade, localizada no SUBSOLO.** Área Total Construída: 22,80m². FIT: 0,3544%. Vaga indeterminada com auxílio de manobrista. Matrícula Imobiliária nº 64.810 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.102.0137-3; e **3) VAGA Nº 32 para efeito de disponibilidade, localizada no SUBSOLO.** Área Total Construída: 22,80m². FIT: 0,3544%. Vaga indeterminada com auxílio de manobrista. Matrícula Imobiliária nº 64.811 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.102.0138-1. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 1.044.210,00. 2º Leilão: R$ 546.475,96.** Consolidação das propriedades em 05/06/2024. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEIS OCUPADOS.** Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **PÉRSIO JOSÉ DE ALMEIDA**, CPF nº 053.447.518-34, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: **contato@pecinileiloes.com.br**, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

TRUE

DATA: 1º Público Leilão: 02/07/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 04/07/2024, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 21/07/2021, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 87, TIPO B, LOCALIZADO NO 8º ANDAR DO EDIFÍCIO BERTIOGA, BLOCO A, INTEGRANTE DO "CONJUNTO RESIDENCIAL PORTO SEGURO"**, localizado à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, nº 12.011, no Distrito de Perús, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 59,68m²; Comum: 88,96m², incluindo-se o direito ao uso de 01 vaga de garagem indeterminada, localizada no térreo do condomínio; Total: 148,64m²; FIT: 0,000960. Matrícula Imobiliária nº 221.286 do 18º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 190.055.0948-0. Consolidação da propriedade de 27/05/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 271.661,25. 2º Leilão: R$ 144.899,77. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **AIRTON RAYMUNDO DE JESUS**, CPF nº 086.782.378-05 e **CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS JESUS**, CPF nº 258.145.468-75, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 240 LOTES - DIA: 26/06/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 26/06/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BGEA48A0NG203961 - 9BWAB05U8DT197634 - 3GNAL7EC0BS682243 - 9BFZF10B778492668 - 93HFB2550CZ207632 - 9BGRM69X0BG158786 - 9BGRP48F0CG261535 - 9C2ND1120NR004095 - 9C2KC2210NR100275 - 9C2KC2500MR018828 - 9C2KF3400NR007017 - 9BMTG4EW8JM004299 - 94DFCAP15JB103530 - 9BWAH4125MT501609 - 9BD195102F0635285 - 9BFZF54P1B8079084 - 9BWAA45U0FP008352 - 9BGRG08F0DG223624 - 935FCKFVYCB559082 - 9BGKR48G0GG228956 - 9BD17122LE5913180 - 9BFZF54P7D8410172 - 98861115XHK128529 - 9BD17140LA5495571 - 9BWCA05X62P090593 - 9BGSU19F0DB207486 - 9BFZH54J6G8280492 - 8BCLDRFJWBG536798 - 93YADC1L6DJ345497 - 9C2MC4910ER009992 - 9BGCS80X0EB270909 - 9BGCA80X0DB108281 - KNAFW411BB5373956 - 9BFZK53A7AB201618 - 9BGAV48J0BB305456 - 9BD13531CC2211676 - 9BGTS75W09C101849 - 9BFZF16P868475055 - 9BWKA05Z684066186 - 935FCKFVYCB528379 - 93Y4SRF84KJ361746 - 9BFZE55P4B8608514 - 9BWCA05W17P058987 - 9BHBG51CAHP670844 - 93KK0R1C0ME169359 - 9BD27804PC7459843 - 8BCLCRFJYDG504510 - 9BD135316A2129581 - 9BGXL19607B165943 - 9BD195A4ZM0923425 - 8A1BB8215GL757733 - 9BD17122LE5923467 - 9C6SG3310H0004347 - 9C2JC4830RR302712 - 9C6RG3850R0055331 - 936CLYFYYEB014348 - 9BGKL48U0JB186545 - 9BWDG45U3LT058371 - 9BHBG51CAFP348164 - 8AFVZZFHCGJ407115 - 93HFA65408Z201214 - 9362MN6A09B019467 - 9BD196263E2213755 - 9BFZH55L5H8424177 - 9BD11985441018523 - WVWHD6AU3EW089367 - 935FCKFVYBB540730 - 9BWAG4129FT501201 - KNAKH812BA7721297 - 9BD195102C0194827 - 9BWAA05W7EP050431 - 9BWAA05U4BT106066 - 9BWHB09N5BP048016 - 95PZBN7KPEB062257 - 9BG116GX06C405053 - 93UMB28L564003050 - 9BWAA05W39P105172 - 9BFZB55P0D8839261 - 9BGSU19F0CC116558 - 8A1LBMC25CL903681 - 3VWRE61K38M025251 - 9BFZD55JXEB682820 - 9BWKA05ZX74027518 - 9BGAB69C0AB207907 - 9BFZF55P7D8439122 - 9BWAA05U0AP010474 - 9BGSB19N04B156425 - 9BWAA05U39P000999 - 9BD17164G85024605 - 9BGTS75J0CC137481 - 9BFZH55LXJ8483280 - 9BD118181C1170046 - 8BCLDRFJWAG542348 - 9BFZE14N358599740 - 9BD173018541106961 - 8BCLCN6BY8G531322 - 8AGCB48X0DR179100 - 9BGSU19F0DB238199 - 9BFB5ZGD4A7860423 - 9BD15802A96181684 - 9BWAB09N6AP012746 - 9BD17140Z22195774 - 9BGTR48W09B163000 - 9BWAA05Z4B4109488 - 9BFZF54P1B8050183 - 9BGRD48X03G166993 - 9BWA3B1105DF386426 - 988675136MKK76557 - 9BHBG51CAKP082615 - 9BR53ZEC488714369 - 9362AN6A98B042196 - 9BHBG51CAGP634223 - 93Y5SRD04HJ418279 - 9BD15822AD6777762 - 8AFCZZFFC2J272705 - 9BGXH68X0CC123640 - 93Y8SR2VK9J171767 - 9BD19826189002975 - 8AWP845Z2DA509992 - 9BGSU19F0CB107407 - 93Y8SR7RHDJ496319 - 9BD341A5XLY634572 - 9C2MC4400LR211513 - 9C6KG0210F0077575 - 9C2JC4830KR445349 - 9C2KC2500HR029042 - 8AFFZZFFC9J220982 - 9BGXL75809C141616 - 9BFZH55L9F8195547 - 9BWAA05U3AT080171 - 9BGXL19607C127062 - 9BWKA05Z084117018 - 9BD195102F0657047 - LVVDB12B7DD034294 - SALFA24A79H119306 - 9BGSA19E05B195374 - 93YRB8009RJ776499 - 9BGRD08X04G178522 - 9BGKS69V0JG298348 - 9BD17103742411119 - 9BFZF10A488152838 - 9BD17106LC5774707 - 9BGXM19808B191079 - 9BWDB05W87T124458 - 9BD195152E0482505 - 9BWAB45U69T166199 - 9BD17241ZA3537333 - 93YBB0Y055J607946 - 9BFZH54S9L8424622 - 9BWAA05U0BP174860 - 9BD19626TF2247190 - 9BFZK03AX9B018132REM - 9BD118144A1117668 - 9362VN6AXCB030114 - 9BD17164LB5724439 - 9BGSU19F0DC119914 - 935FCKFVB8B510646 - 9BWJB45U4KP020513 - 9362PN6A39B003863 - 9BHCP51BBLP054271 - 9BFZF55A2E8073678 - 93HFA66307Z210074 - 93Y5SRF84JJ989472 - 9BGXN75N0AC162080 - 9362AN6A95B017737 - 9C6DG25D0P0008231 - 9BFZF55A1B8065308 - 9BWCA05W56T018854 - 9BFZF55A9A8007980 - 9BGAC69M09B162339 - 9BWAA05W49T021868 - 98M958471DB905071 - 9A9V0952092AD9548 - 95355FTE6PR045818 - 9C2KC2200NR204235 - 9C6SG3310K0028046 - 9C2KC2200PR016652 - 9BD358A73LYK30063 - KNAFU411AB5876364 - 9BWAB05ZXC4035931 - 94DVCGD40EJ654257 - 9BFZK53AXAB203055 - 9BD195102F0631744 - 9BHCN51AAPP384953 - 9BWDB45U8KT055558 - 9BFZH55L3K8216726 - 9BD19713HM3387645 - 9BRBC3F35L8101147 - 9533A52P1BR103150 - 9BGKS69R0GG227687 - 9BD358A7HNYL31486 - 9350WNFNYLB528606 - 8ADUWNFX2NG555658 - 9BFZF55P6E8056144 - 3N1DK3CD0DL210122 - 3CZRE3870BG501473 - LJ1EEKPP7P7402102 - 94DBCAN17KB100680 - 9B8C7512RNKR78032 - 9C6RH1150M0004853 - 9C2KC2200GR118956 - 97NE63D0F0PMBG5334 - 99Z0G210XLR888999 - 93HFA6608Z130204 - 9BWAB05Z2B4119613 - 9BGXM75N0BC169898 - 93HGE6750DZ221478 - 9BD17350TA4306731.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

NOVO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90102/2024 – UASG 253101

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

Processo CDHU 003/2024/31 – SEI: 387.00003576/2023-17 – Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio, no Edifício CIDADE IV .

A abertura da sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será dia **12/07/2024 às 09h**, realizada por intermédio do sistema Compras.Gov.Br; **www.gov.br/compras/pt-br**.

O novo edital estará disponível a partir do dia 26/06/2024 nos sítios **www.gov.br/compras/pt-br** e **www.cdhu.sp.gov.br**.

CDHU

EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **N° 003/DRE-CL/2024 -** Processo SEI: **6016.2024/0066084-1**

Objeto: **Aquisição de materiais de higiene para distribuição às unidades educacionais circunscritas à DRE Campo Limpo, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital -** Tipo: **MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM -** Data/hora da sessão pública: **10h30 do dia 05/07/2024.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de *pen-drive* para gravação, ou na sede da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, à Avenida João Dias, 3763 - Jardim Santo Antônio - São Paulo-SP, CEP 05801-000, nos dias úteis, das 8 horas às 16 horas, ou através da internet pelo site https://www.gov.br/pncp/pt-br - Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e https://www.gov.br/compras/pt-br.

SUBPREFEITURA VILA MARIA/ VILA GUILHERME

COMUNICADO DE ABERTURA

Pregão Eletrônico **nº 90002/SUB-MG/2024 -** Processo SEI **nº 6058.2024/0000151-0**

Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte, através de Locação de 05 (cinco) veículos novos ou seminovos, em caráter não eventual, com quilometragem livre, com condutor, combustível e GPS, para veículos pertencentes ao grupo "C", objetivando o deslocamento para apoio a atividades técnico-administrativas dos diversos setores da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme - SUB.MG, conforme especificações constantes do ANEXO I do Edital.**

Tipo: **MENOR PREÇO -** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL -** Modo de Disputa: **ABERTO -** PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: **NÃO**

Local: www.gov.br/compras **- UASG 925091**, nas condições descritas neste Edital - Data/hora da sessão pública: **10:00h, do dia 12/07/2024** - Download do edital: www.gov.br/compras e https://epubli.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar - Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme ou fornecido pela Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, situada à Rua General Mendes, 111, Vila Maria Alta, das 10:00 às 17:00 horas, até o último dia que anteceder a data designada para a abertura do certame.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90068/2024,** referente ao processo nº **024.00091259/2024-50**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS DA BOMBA DE INSULINA SOLO (ROCHE), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 05/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/06/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SUBPREFEITURA CASA VERDE/LIMÃO CACHOEIRINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **N° 90005/SUB-CV/2024** - PROCESSO SEI **Nº 6033.2024/0001530-2**

CONTRATANTE **(UASG): 925069** - OBJETO: **contratação de empresa especializada para revitalização de área municipal localizada na Praça Maria Helena, Rua Carolina Roque - Vila Roque - São Paulo - SP, conforme especificações contidas no anexo i - termo de referência, deste edital -** Data e Hora da Sessão: **11/07/2024 às 10h00min** - Local: https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925069 -** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br - https://www.gov.br/compras - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados EXCLUSIVAMENTE através do endereço de correio eletrônico: cplsubcv@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

AKAD SEGUROS S.A.

C.N.P.J.: 14.868.712/0001-31 - N.I.R.E.: 35.300.417.933

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Dezembro de 2023

1. Data e Horário: 30 de dezembro de 2023, às 09:00 horas. **2. Local:** Nas dependências da sede social da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24º andar, Edifício Plaza Centenário, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-911. **3. Presenças:** Acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata. Presentes, ainda, Rafael Fragnan, Presidente da Assembleia; Giovana Consentino, Secretária da Assembleia. **4. Composição da Mesa:** Rafael Fragnan, na condição de Presidente; e Giovana Consentino, na condição de Secretária. **5. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"). **6. Ordem do Dia: (i)** Aprovação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da **Ensure Participações Ltda.** e da **Ensure Participações S.A.** pela Companhia; **(ii)** Ratificação da nomeação e contratação da **Uptodate Consultores,** que procedeu à elaboração de laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da **Ensure Participações Ltda.** e da **Ensure Participações S.A.,** na data-base de 30 de novembro de 2023 ("Data Base") ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** Aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** Incorporação da **Ensure Participações Ltda.** e da **Ensure Participações S.A.** pela Companhia, com a consequente extinção da **Ensure Participações Ltda.** e da **Ensure Participações S.A.** ("Incorporação Reversa") e com aprovação de aumento de capital da Companhia decorrente da Incorporação, realizando-se as devida consignações; **(v)** Alterar o artigo 5º do estatuto social, com vistas a refletir o aumento de capital decorrente da Incorporação; **(vi)** Consolidar o estatuto social; **(vii)** Autorização para que os Diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação dos itens anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação Reversa. **7. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, decidiu: (i) Aprovar o Protocolo e Justificação, o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da Incorporação Reversa da **Ensure Participações Ltda.,** sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, Jardim Paulistano, CEP 01405-001, inscrita no CNPJ sob o nº 44.229.858/0001-06 (doravante denominada "**Ensure Ltda.**") e da **Ensure Participações S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, Jardim Paulistano, CEP 01405-001, inscrita no CNPJ sob o nº 44.601.167/0001-83, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.583.353 (doravante denominada "**Ensure S.A.**", e ambas, em conjunto, "Incorporadas") pela Companhia, e cujo instrumento particular ficará arquivado na sede da Companhia. O Protocolo e Justificação, devidamente rubricado pela mesa, passa a fazer parte integrante desta ata como Anexo III. (ii) Aprovar a ratificação da nomeação e contratação da **Uptodate Consultores,** sociedade especializada em perícia contábil, com sede na Cidade de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 - Condomínio São Luiz - Torre II, 8º andar - Conjunto 82 - Itaim Bibi, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.739.153/0001-02 e no CRC-SP sob o nº 2SP023910/O-8 ("Empresa Avaliadora") para elaboração do Laudo de Avaliação das Incorporadas. (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, que ficará arquivado na sede da Companhia, que, devidamente rubricado pela mesa, integra esta ata como Anexo IV e indica que na Data-Base de 30 de novembro de 2023, o patrimônio líquido contábil da **Ensure Ltda.** possui o valor positivo de R$ 250.489.369,05 (duzentos e cinquenta milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinco centavos) e o da **Ensure S.A.** possui o valor positivo de R$ 246.997.285,52 (duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). (iv) Aprovar a Incorporação Reversa, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP no processo de Consulta Prévia nº 15414.618138/2023-70, nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da **Ensure Ltda.** e da **Ensure S.A.,** e: a) Aprovar, conforme Cláusulas 6 e 7 do Protocolo e Justificação, que a Incorporação será realizada com aumento de capital da **Akad Seguros S.A.** em R$ 8.053.350,92 (oito milhões, quinhentos e três mil, trezentos e cinquentas reais e noventa e dois centavos); mediante a emissão de 7.175.140 (sete milhões, cento e setenta e cinco mil, e cento e quarenta) novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão unitário de R$ 1,122396 por ação, calculado com base no patrimônio líquido da AKAD de novembro de 2023, passando de R$ 209.132.578,59 (duzentos e nove milhões, cento e trinta e dois mil e quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) para R$ 217.185.929,51 (duzentos e dezessete milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos), divido em 220.062.424 (duzentos e vinte milhões, sessenta e dois mil e quatrocentos e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, a serem detidas pela **Ensure LLC.** Portanto, a **Ensure LLC,** controladora integral direta da **Ensure S.A.** e controladora integral indireta da **Ensure Ltda.,** receberá, em substituição à participação que possui diretamente no capital social da **Ensure S.A.** e indiretamente no capital social da **Ensure Ltda.,** todas as ações da **Akad,** inclusive as adicionais emitidas em decorrência da Incorporação, que totalizam 220.062.424 (duzentos e vinte milhões, sessenta e dois mil e quatrocentos e vinte e quatro), passando a **Ensure LLC** a ser acionista única da **Akad.** b) Consignar que, nos termos do artigo 230 e do artigo 137 da Lei das S.A., não há que se falar em direito de retirada decorrente da aprovação da Incorporação Reversa, pois, conforme elencado no Protocolo e Justificação, se trata de Incorporação Reversa, em que a **Incorporadora** incorpora suas acionistas diretas e indiretas, e a totalidade do capital social da **Incorporadora** será detida indiretamente pela **Ensure LLC,** sendo que esta já manifestou previamente sua concordância com a Operação, não se vislumbra dissidência em relação à deliberação da Assembleia Geral que aprovar a realização da Incorporação Reversa. c) Consignar que, por força da Incorporação Reversa, a **Ensure Ltda.** e a **Ensura S.A.** serão extintas e suas quotas ou ações canceladas, sendo sucedidas pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de suas respectivas titularidades, patrimoniais ou não patrimoniais. d) Consignar que as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da **Ensure Ltda.** que ocorrerem entre a Data-Base e a data da Incorporação Reversa serão absorvidas pela Companhia. e) Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação Reversa passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da **Ensure Ltda.** e da **Ensure S.A.** (v) Reformar a redação do artigo 3.1 do Estatuto Social, em razão da deliberação acima, passando a vigorar a seguinte redação: *"3.1 O capital social da Companhia é de R$ 217.185.929,51 (duzentos e dezessete milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos), dividido em 220.062.424 (duzentos e vinte milhões, sessenta e dois mil e quatrocentos e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.".* (vi) Consolidar o estatuto social, tendo em vista a deliberação anterior. (vii) Autorizar que os Diretores pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação Reversa. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo acionista da Companhia. **9. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Rafael Fragman; Secretária da Mesa: Giovana Consentino. Acionista: **Ensure Participações Ltda.,** representada por seu Diretor Rafael Fragman. **10. Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Rafael Fragnan - Presidente; Giovana Consentino - Secretária. **Ensure Participações Ltda. JUCESP** nº 221.100/24-6 em 13/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo II - Estatuto Social Consolidado - Akad Seguros S.A. -** C.N.P.J. nº 14.868.712/0001-31 - N.I.R.E. 3530041793-3 - **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede e Duração - 1.1** A **Akad Seguros S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **1.2** A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24º andar, Edifício Plaza Centenário, Brooklin Paulista, CEP 04578-911. **1.3.** Por deliberação da Diretoria, poderão ser criados e encerrados escritórios, filiais, sucursais, estabelecimentos ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional. **1.4.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - 2.1** A Companhia tem por objeto exclusivo a realização de operações de seguros nos ramos de danos e de pessoas, em todos os territórios autorizados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme definido na legislação aplicável, bem como exercer qualquer outra atividade acessória e/ou complementar que seja necessária a tais propósitos e que não seja contrária à legislação em vigor. **Capítulo III - Capital Social - 3.1** O capital social da Companhia é de R$ 217.185.929,51 (duzentos e dezessete milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos), dividido em 220.062.424 (duzentos e vinte milhões, sessenta e dois mil e quatrocentos e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. **3.2** Cada ação ordinária confere aos seus titulares direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia e direito à participação nos lucros, bem como os demais direitos previstos em lei. **Capítulo IV - Assembleia Geral - 4.1** A Assembleia Geral reger-se-á pelo disposto no Capítulo XI da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **4.1.1** A Assembleia Geral, além das matérias de sua competência previstas em lei, reunir-se-á para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, inclusive sobre: i) compra, venda ou oneração de bens imóveis de titularidade da Companhia; ii) outorga de garantias, pessoais, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros; iii) a compra ou venda de ações ou quotas em outras sociedades ou empreendimentos; iv) a tomada de empréstimos em qualquer banco ou instituição financeira por período superior a 1 (um) ano e/ou envolvendo valores superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e v) a prática de quaisquer outros atos e a assinatura de quaisquer outros documentos que comprometam a sociedade ou liberem terceiros de obrigações para com ela, envolvendo valores superiores a R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), excetuando-se a emissão de apólices, a qual não estará sujeita a qualquer espécie de aprovação prévia. **4.2** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, na forma do parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo V - Administração - 5.1** A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) integrantes, residentes no Brasil, acionistas ou não, todos com prazo de gestão de 3 (três) anos, renovável por sucessivos mandatos. **5.1.1** A eleição de todos os Diretores está sujeita à homologação da SUSEP nos termos da legislação vigente. **5.2** Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pela Assembleia Geral e a ela estarão subordinados. Dentre os membros da Diretoria Executiva, um será designado como Diretor Presidente, podendo a Assembleia Geral definir as denominações dos cargos dos demais integrantes da Diretoria Executiva quando da eleição dos ocupantes de tais cargos. **5.2.1** Observadas as demais disposições deste Capítulo V, todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra essa, ser assinados (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores. **5.2.2** Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados (a) perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Juntas Comerciais, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgãos de proteção ao crédito, órgãos de classe, Justiça do Trabalho, o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e seus bancos arrecadadores, etc., (b) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (c) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (d) para endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia; (ii) em processos licitatórios públicos e privados para realizar atualização cadastral, credenciamento, envio de declarações, habilitação, dentre outros atos; e (iii) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo. **5.2.3** Competências específicas serão atribuídas aos Diretores na Assembleia Geral específica que os nomeie, de acordo com as normas da SUSEP e a legislação aplicável. **5.3** A Assembleia Geral terá a prerrogativa de substituir os Diretores, a qualquer tempo, mesmo antes do término do prazo do mandato. **5.4** No caso de vacância do cargo de qualquer um dos membros da Diretoria, o(s) membro(s) remanescente(s) da Diretoria convocará(ão), no prazo de 30 (trinta) dias, Assembleia Geral para a eleição de membro substituto, que deverá completar o mandato de seu antecessor. **5.5** Os Diretores permanecerão no efetivo exercício de seus cargos até a investidura de seus sucessores. **5.6** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **5.7** Compete à Diretoria exercer as funções a ela atribuídas pela Assembleia Geral, pelas disposições legais aplicáveis e por este Estatuto Social. **5.7.1** O Diretor indicado como responsável pelos controles internos é o responsável pelos controles internos da Companhia, conforme previsto na Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, sendo, consequentemente, responsável por, quando aplicável, (I) orientar e supervisionar: (a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de que trata o artigo 14, inciso I, da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021; e (b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; (II) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto ao disposto no artigo 10, parágrafo 6º, inciso I, da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021; e (III) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados à sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; e (d) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles de Internos e seu respectivo saneamento. **5.8** As procurações outorgadas pela Companhia deverão (i) ser assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, (ii) especificar expressamente os poderes conferido. **5.9** É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias e/ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento da assembleia geral, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo. **5.10** Dos trabalhos e deliberações da Diretoria, se tomados em reunião, será lavrada, no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria, ata, na forma de sumário, assinada pelos Diretores presentes à reunião. **Capítulo VI - Exercício Social, Lucros e Dividendos - 6.1** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei e as submeterá à Assembleia Geral, que deverá, uma vez constituídas as reservas legais, decidir sobre a distribuição de lucros daquele exercício fiscal. **6.1.1** Em vista desta distribuição anual de lucros, a Diretoria está autorizada a (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar a distribuição de dividendos intercalares ou pagamento de juros sobre capital próprio com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. **Capítulo VII - Solução de Controvérsias - 7.1** Os acionistas e a Companhia elegem o foro do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Estatuto Social. São Paulo (SP), 30 de dezembro de 2023. Rafael Fragnan - Presidente; Giovana Consentino - Secretária.

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.

CNPJ/ME nº 66.079.609/0001-06 – NIRE nº 35.300.357.787

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ficam convidados os Senhores Acionistas da **Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.**, com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Joana Foresto Storani, nº 676, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 66.079.609/0001-06 ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de julho de 2024, às 09:00 hs., na modalidade assembleia digital, por meio da plataforma "*Google Meetings*", nos termos do Artigo 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, publicado no jornal Valor Econômico, cadernos impresso e digital, ambos na edição de 01/06/2024. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas e/ou seus representantes deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail alderano.fileni@grupoprintlaser.com.br, com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado para a realização da AGO no dia 01/07/2024 (ou seja, até às 08:30 hs.), com a documentação comprobatória da sua qualidade de acionista e/ou representante, na forma da lei. A Companhia enviará as respectivas instruções para o acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas e/ou seus representantes que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. Vinhedo/SP, 20 de junho de 2024. ***Alderano Américo Fileni*** *– Diretor Presidente.* (21, 24 e 25/06/2024)

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13 - NIRE 35300017978

D-180 - 180ª Reunião de Diretoria do Banco GM S.A.
Realizada em 03 de junho de 2024

Aos 03/06/2024, às 10 h., na sede, com a presença da totalidade. **Diretores Presentes.** Paulo Henrique Lage Noman; Marcio Santos Frazão; Adriana Lavacca; Agustin Celeiro; Carlos Gustavo Abelha Sulzer; Fernando Ricardo Rodriguez Trevino. **Mesa.** Presidente: Paulo Henrique Lage Noman; Secretária: Adriana Lavacca. **Deliberações Unânimes: (i)** aprovar a substituição da Sra. Ana Celina Silva, pela Sra. Patricia Silva Cruz, RG nº 46.303.933-6 SSP/SP, CPF/MF nº 357.943.508-65, para o cargo de Ouvidora desta instituição, desempenhando exclusivamente tal função para todas as empresas do conglomerado financeiro; **(ii)** aprovar o montante global de remuneração dos administradores, proposto pelo Comitê de Remuneração da instituição, para o exercício de 2024, e constante da ata de reunião do referido comitê, realizada em 08/05/2024. Referida proposta deverá, agora, ser submetida à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976; **(iii)** ratificar a composição do Comitê de Remuneração do Banco GM S.A., desde 22 de abril de 2.024 até a presente data, que funciona com três membros com mandatos de 1 ano, em cumprimento ao artigo 13, inciso II da Resolução CMN 3.921, de 25.11.2010, quais sejam: o Sr. Paulo Henrique Lage Noman, RG nº 25.865.888-5 (SSP/SP) e CPF nº 166.565.118-05, a Sra. Adriana Lavacca, RG n.º 22.161.638-X, CPF/MF n.º 140.059.078-73, ambos com escritório na Avenida Indianópolis, 3096, São Paulo, SP e o Sr. Erik Mathias Haven, portador do passaporte n.º 501570088; **(iv)** ratificar todos os atos realizados pelo Comitê de Remuneração, por meio de seus membros listados no item "iii", no âmbito das suas competências, em data anterior à presente data; **(v)** aprovar a a reeleição dos membros do Comitê de Remuneração, Sr. Paulo Henrique Lage Noman, R.G. nº 25.865.888-5 (SSP/SP), CPF n.º 166.565.118-05, e Sra. Adriana Lavacca, RG n.º 22.161.638-X, CPF/MF n.º 140.059.078-73; e Sr. Erik Mathias Haven, passaporte n.º 501570088, cujos mandatos são de 1 ano. Nada mais. São Paulo, 03 de junho de 2024.

Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.valor.globo.com e https://valor.globo.com/valor-ri/

Jucesp nº 255.199/24-5 em 18/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIDADE DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA ITAQUERA

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Processo SEI: **6041.2024/0001682-5 -** Concorrência: **90006/SUB-IQ/2024**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO, ADAPTAÇÃO E MELHORIAS EM ÁREA MUNICIPAL - RUA ANSELMO RODRIGUES, Nº 40, CONJUNTO JOSÉ BONIFÁCIO - ITAQUERA, NO MUNICIPIO DE SÃO PAULO** - Data/hora da sessão pública: **15 de julho de 2024 às 10h00 -** Local: **Subprefeitura Itaquera - Rua Augusto Carlos Bauman nº 851- Itaquera.**

As empresas interessadas em participar da CONCORRÊNCIA, deverão consultar o sítio eletrônico compras.gov.br e o Edital disponível: diariooficial.prefeitura.sp.gov.br.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região da Vila Mariana em São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região da Vila Mariana em São Paulo/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC Vila Mariana. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 270,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura do telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Vergueiro; Rua Cubatão; Rua Conselheiro Rodrigues Alves; Rua Eça de Queiroz; Rua Doutor Nicolau de Sousa Queirós; Rua Machado de Assis e outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail – zenasantos@correios.com.br telefone (11) 4313 8196 ou com Everaldo de Souza Carvalho, e-mail, telefone (11) 4313 8568.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR
Gerente SE/SPM

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região Central de Ferraz de Vasconcelos/SP; para Locação)

Comunicamos A Todos Que A Empresa Brasileira De Correios E Telégrafos - ECT, Procura Imóvel Comercial E Térreo Na Região Central De Ferraz De Vasconcelos/SP; Para Locação, com Vista a Abrigar a Agência de Correios AC FERRAZ DE VASCONCELOS. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 179,00 M², largura mínima de 8,05 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura e próximo aos comércios da região, para essa locação, A ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Brasil; Rua Otávio Rodrigues Barbosa; Rua XV de Novembro; Rua Quatorze de Outubro E Outras Ruas e Avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, E-MAIL EDIMARQUES@CORREIOS.COM.BR, TELEFONE (11) 4313-8053.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente da Gerencia Regional de Atendimento SE/SPM

Valor ECONÔMICO Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

INÊS 249

Alupar Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 - NIRE 35.300.335.325 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 10 dias do mês de junho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa nº 81 de 10, de junho de 2020, emitida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, tendo como referência a sede da Alupar Investimento S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 161, sala A, Vila Olímpia, CEP 04.547-905 (“**Companhia**”). **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada em conformidade com as disposições do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia (“**Estatuto Social**”). Estiveram presentes à reunião remotamente os Srs. José Luiz de Godoy Pereira, Paulo Roberto de Godoy Pereira, Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho, Marcelo de Almeida Pires, Humberto Falcão Martins, Rogério Paulo Calderón Peres e Vinicius Casagrande Canheu. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira, que escolheu o Sr. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do artigo 18, alínea (f), do Estatuto Social da Companhia, e do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada e em vigor (“**Código Civil**”), sobre a: **(i)** outorga de garantia fidejussória em forma de fiança (“**Fiança**”), em garantia do pontual e integral adimplemento de todas e quaisquer **(a)** obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora (conforme abaixo definida), do Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido), da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão), dos Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), e dos demais encargos, relativos às Debêntures (conforme abaixo definido), quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido); **(b)** obrigações relativas a despesas, custos, tributos ou indenizações devidos pela Emissora e pela Companhia com relação às Debêntures; e **(c)** obrigações relativas a eventuais custos ou despesas necessários e comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) e/ou pelos debenturistas, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas relacionados à Escritura de Emissão (“**Obrigações Garantidas**”), a serem assumidas pela **ELTE - Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n° 1.996, 16° andar, conj. 161, sala E, Vila Olímpia, CEP 04.547-905, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob o n° 20.626.892/0001-48 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o Número de Identificação do Registro de Empresas n° 35300467370 (“**Emissora**”), no âmbito da sua 2ª (segunda) emissão, em série única, de 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), cada uma com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”), perfazendo o montante total de R$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, da ELTE - Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.*”, a ser celebrado pela Emissora, na qualidade de emissora das Debêntures, pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (“**Agente Fiduciário**”) e a Companhia, na qualidade de fiadora (“**Escritura de Emissão**”), a serem emitidas nos termos do artigo 59, caput, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“**Lei 12.431**”), as quais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada conforme o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definido no artigos 11 e 13 da Resolução da CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“**Investidores Profissionais**”), nos termos da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Resolução da CVM n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 160**”), do “*Código de Ofertas Públicas*” da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**Código ANBIMA**”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”); **(ii)** autorização à prática, pelos diretores da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da prestação da Fiança no âmbito da Emissão, inclusive, mas não se limitando, a assinatura da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, do “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da ELTE - Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.*”, a ser celebrado entre a Emitente, a Companhia e as instituições intermediárias da Oferta (“**Contrato de Distribuição**”), bem como eventuais procurações necessárias e demais documentos necessários e correlatos à Emissão, inclusive, mas não se limitando, ao “*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” e ao “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças*” (“**Contratos de Garantia**”); e **(iii)** ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia no âmbito da Emissão, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens (i) e (ii) acima mencionados. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos, atendendo à Ordem do Dia e de acordo com o material apresentado em reunião e arquivado na sede da Companhia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos membros do Conselho de Administração: **5.1.** Aprovar, nos termos do artigo 18, alínea (f), do Estatuto Social da Companhia, e do artigo 822 do Código Civil, sobre a outorga Fiança, em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as Obrigações Garantidas, a serem assumidas pela Emissora, no âmbito da Oferta de Debêntures, a serem emitidas nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e da Lei 12.431, as quais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada conforme o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, cujos termos e condições serão regulados por meio da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição. A Fiança será outorgada pela Companhia expressamente com renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 837, 838, incisos I e II, e 839, todos do Código Civil, e artigo 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **5.2.** Autorizar a prática, pelos diretores da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da prestação da Fiança no âmbito da Emissão, inclusive, mas não se limitando, a assinatura da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, do Contrato de Distribuição, eventuais procurações necessárias e demais documentos necessários e correlatos à Emissão, inclusive mas não se limitando aos Contratos de Garantia. **5.3.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia no âmbito da Emissão, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens 5.1 e 5.2 acima mencionados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **7. Assinaturas:** Presidente: Paulo Roberto de Godoy Pereira. Secretário: Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho. Conselheiros de Administração presentes: José Luiz de Godoy Pereira, Paulo Roberto de Godoy Pereira, Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho, Marcelo de Almeida Pires, Humberto Falcão Martins, Rogério Paulo Calderón Peres e Vinicius Casagrande Canheu. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 10 de junho de 2024. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente; Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Secretário.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90060/2024**, referente ao processo nº **024.00065672/2024-69**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK**, a ser realizado por intermédio do “Portal de Compras do Governo Federal”, **cuja abertura está marcada para o dia 27/06/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/06/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90062/2024**, referente ao processo nº **024.00082345/2024-71**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do “Portal de Compras do Governo Federal”, **cuja abertura está marcada para o dia 05/07/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/06/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90067/2024**, referente ao processo nº **024.00078523/2024-60**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do “Portal de Compras do Governo Federal”, **cuja abertura está marcada para o dia 10/07/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 25/06/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 209ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0276807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI” ou quando atuando individualmente “Titular dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de fevereiro de 2019, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 209ª Série da 1ª Emissão - (IF 19B0276807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 160ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17F0035000) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI” ou quando atuando individualmente “Titular dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de junho de 2017, conforme aditamento (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 160ª Série da 1ª Emissão – (IF 17F0035000), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ENSURE PARTICIPAÇÕES LTDA.

C.N.P.J.: 44.229.858/0001-06 - N.I.R.E.: 35.238.117.200

Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Dezembro de 2023

1. Data e Horário: 30 de dezembro de 2023, às 07:00 horas. **2. Local:** Nas dependências da sede social da Sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, Jardim Paulistano, CEP 01405-001. **3. Presenças:** Sócia detentora da totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinatura aposta na presente Ata. Presentes, ainda, Rafael Fragnan, Presidente da Assembleia; Leandro Roberto Rodrigues, Secretário da Assembleia. **4. Composição da Mesa:** Rafael Fragnan, na condição de Presidente; e Leandro Roberto Rodrigues, na condição de Secretário da Mesa. **5. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da Sócia detentora da totalidade do capital social da Sociedade. **6. Ordem do Dia: (i)** Aprovação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Sociedade e da **Ensure Participações S.A.** pela **Akad Seguros S.A.; (ii)** Ratificação da nomeação e contratação da **Uptodate Consultores,** que procedeu à elaboração de laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Sociedade e da **Ensure Participações S.A.,** na data-base de 01 de dezembro de 2023 (“Data-Base”) (“Laudo de Avaliação”); **(iii)** Aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** Incorporação da Sociedade pela **Akad Seguros S.A.,** com a consequente extinção da Sociedade (“Incorporação Reversa”); e **(v)** Autorização para que os Diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação dos itens anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação Reversa; **7. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, decidiu: **(i)** Aprovar o Protocolo e Justificação, o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da Incorporação Reversa da **Sociedade** e da **Ensure Participações S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, Jardim Paulistano, CEP 01405-001, inscrita no CNPJ sob o nº 44.601.167/0001-83, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.583.353 (doravante denominada “ENSURE S.A.”, e ambas, em conjunto, “Incorporadas”) pela **Akad Seguros S.A.** sociedade anônima de capital fechado, seguradora, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, inscrita no CNPJ sob o nº 14.868.712/0001-31, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.417.933, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada **“Akad”** ou **“Incorporadora”),** e cujo instrumento particular ficará arquivado na sede da Companhia. O Protocolo e Justificação, devidamente rubricado pela mesa, passa a fazer parte integrante desta ata como Anexo I. **(ii)** Ratificar a nomeação e contratação da **Uptodate Consultores,** sociedade especializada em perícia contábil, com sede na Cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 - Condomínio São Luiz - Torre II, 8º andar - Conjunto 82 - Itaim Bibi, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.739.153/0001-02 e no CRC-SP sob o nº 2SP023910/O-8 (“Empresa Avaliadora”) para elaboração do Laudo de Avaliação das Incorporadas. **(iii)** Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, que ficará arquivado na sede da Companhia, que, devidamente rubricado pela mesa, integra esta ata como Anexo II e indica que na Data-Base de 30 de novembro de 2023, o patrimônio líquido contábil da **Ensure Ltda.** possui o valor positivo de R$ 238.943.925,60 (duzentos e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e três mil e novecentos e vinte cinco reais) e o da **Ensure S.A.** possui o valor positivo de R$ 246.997.285,52 (duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). **(iv)** Aprovar a sua Incorporação Reversa pela **Akad Seguros S.A.,** autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP no processo de Consulta Prévia nº 15414.618138/2023-70, nos termos do Protocolo e Justificação, com a necessidade de aumento de capital da **Akad Seguros S.A.** e a consequente extinção da Sociedade, e: a) Consignar que, por força da Incorporação Reversa, a **Ensure Ltda.** será extinta e suas quotas canceladas, sendo sucedida pela **Akad Seguros S.A.** em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de sua titularidade, patrimoniais ou não patrimoniais. b) Consignar que as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da Sociedade que ocorrerem entre a Data-Base e a data da Incorporação Reversa serão absorvidas pela Companhia. c) Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação Reversa passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da Sociedade. **(v)** Autorizar que os Diretores pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação Reversa e a subscrição do aumento de capital da **Akad. 8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo acionista da Companhia. **9. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Rafael Fragnan; Secretária da Mesa: Leandro Roberto Rodrigues. Acionista: **Ensure Participações S.A.,** representada por seu Diretor Rafael Fragnan. **10. Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 30 de dezembro de 2023. Rafael Fragnan - Presidente; Leandro Roberto Rodrigues - Secretário. **Ensure Participações S.A.** - Rafael Fragnan; **Ensure Holdings LLC -** Rafael Fragnan. **JUCESP** nº 222.661/24-0 em 13/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ENSURE PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J.: 44.601.167/0001-83 N.I.R.E.: 35.300.583.353

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Dezembro de 2023

1. Data e Horário: 30 de dezembro de 2023, às 08:00 horas. **2. Local:** Nas dependências da sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, n° 818, conjunto 92, Jardim Paulistano. **3. Presenças:** Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata. Presentes, ainda, Rafael Fragnan, Presidente da Assembleia; Leandro Roberto Rodrigues, Secretário da Assembleia. **4. Composição da Mesa:** Rafael Fragnan, na condição de Presidente; e Leandro Roberto Rodrigues, na condição de Secretário. **5. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”). **6. Ordem do Dia: (i)** Aprovação do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da **Ensure Participações Ltda.** e da Companhia pela **Akad Seguros S.A.; (ii)** Ratificação da nomeação e contratação da **Uptodate Consultores,** que procedeu à elaboração de laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da **Ensure Participações Ltda.** e da **Ensure Participações S.A.,** na data-base de 30 de novembro (“Data-Base”) (“Laudo de Avaliação”); **(iii)** Aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** Incorporação da Companhia pela **Akad Seguros S.A.,** com a consequente extinção da Companhia (“Incorporação Reversa”), realizando-se as devidas consignações; e **(viii)** Autorização para que os Diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação dos itens anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação Reversa. **7. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, decidiu: (i) Aprovar o Protocolo e Justificação, o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da Incorporação Reversa da **Ensure Participações Ltda.,** sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, n° 818, conjunto 92, Jardim Paulistano, CEP 01405-001, inscrita no CNPJ sob o n° 44.229.858/0001-06 (doravante denominada **“Ensure Ltda.”)** e da Companhia pela **Akad Seguros S.A.** sociedade anônima de capital fechado, seguradora, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24° andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, inscrita no CNPJ sob o n° 14.868.712/0001- 31, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.417.933, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada **“Akad”** ou **“Incorporadora”),** e cujo instrumento particular ficará arquivado na sede da Companhia. O Protocolo e Justificação, devidamente rubricado pela mesa, passa a fazer parte integrante desta ata como Anexo I. (ii) Ratificar a nomeação e contratação da **Uptodate Consultores,** sociedade especializada em perícia contábil, com sede na Cidade de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 - Condomínio São Luiz - Torre II, 8º andar - Conjunto 82 - Itaim Bibi, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 07.739.153/0001-02 e no CRC-SP sob o n° 2SP023910/0-8 (“Empresa Avaliadora”) para elaboração do Laudo de Avaliação das Incorporadas. (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, que ficará arquivado na sede da Companhia, que, devidamente rubricado pela mesa, integra esta ata como Anexo II e indica que na Data-Base de 30 de novembro de 2023, o patrimônio líquido contábil da **Ensure Ltda.** possui o valor positivo de R$ 238.943.925,60 (duzentos e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta e três mil e novecentos e vinte cinco reais) e o da **Ensure S.A.** possui o valor positivo de R$ 246.997.285,52 (duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). (v) Aprovar a Incorporação Reversa, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP no processo de Consulta Prévia n° 15414.618138/2023-70, nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da **Ensure S.A.,** e: a) Consignar que, por força da Incorporação Reversa, a **Ensure S.A.** será extinta e suas ações canceladas, sendo sucedida pela **Akad Seguros S.A.** em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de sua titularidade, patrimoniais ou não patrimoniais. b) Consignar que as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da **Ensure S.A.** que ocorrerem entre a Data-Base e a data da Incorporação Reversa serão absorvidas pela Incorporadora. c) Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação Reversa passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da **Ensure S.A.** (vii) Autorizar que os Diretores pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Incorporação Reversa. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo acionista da Companhia. **9. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Rafael Fragnan; Secretário(a) da Mesa: Leandro Roberto Rodrigues. Acionista: **Ensure Holdings LLC,** representada por seu Diretor <inserir>. **10. Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 30 de dezembro de 2023. Rafael Fragnan - Presidente; Leandro Roberto Rodrigues - Secretário. **Ensure Holdings LLC -** Rafael Fragnan. **JUCESP** nº 222.662/24-4 em 13/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Simuladores, calculadoras e cotações, além de notícias e muito conteúdo de educação financeira em linguagem acessível para quem quer cuidar do seu dinheiro de forma inteligente.

Com o **Valor Investe**, você tem acesso a tudo o que precisa para tomar decisões mais estratégicas sobre seus investimentos.

Acesse
https://valorinveste.globo.com/

INÊS 249

Turismo Jerry Inzerrillo, do Diriyah, diz que há negociações para ampliar a oferta de voos entre países F3

Comércio Vendas do Brasil para os sauditas tiveram o melhor resultado em 5 anos em 2023 F2

Cenário Otimista, Arábia Saudita projeta expansão imobiliária para 2030 F2

Investimento Riad planeja aportes em setores com base em estratégia geopolítica F3

Especial
Brasil-Arábia Saudita

DIVULGAÇÃO

Cooperação estratégica

Relações bilaterais Evento discute oportunidades de ampliar a parceria entre a Arábia Saudita e o Brasil, tanto em investimentos quanto em comércio exterior

Lucianne Carneiro, Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

Cerca de 1.500 empresários, empreendedores, executivos do mercado financeiro e líderes políticos se reuniram entre os dias 11 e 13 de junho no Rio de Janeiro para discutir oportunidades de ampliar a parceria entre a Arábia Saudita e o Brasil, tanto em investimentos quanto em comércio exterior.

Os sauditas realizaram pela primeira vez na América Latina o FII Priority Summit, encontro organizado pelo Future Investment Initiative Institute, entidade sem fins lucrativos que conta com recursos do Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (PIF, na sigla em inglês), cuja carteira soma quase US$ 1 trilhão em investimentos. Nas palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o encontro já se consolidou como a "Davos do Deserto."

"[O encontro] confirma a consolidação de atores emergentes no debate econômico mundial, para além dos centros tradicionais. Já é passada a hora de reconhecer o crescente peso de países como a Arábia Saudita e o Brasil, sócios cada vez mais próximos e parceiros, também nos Brics", disse Lula em seu discurso, destacando o potencial de "ganhos recíprocos" no relacionamento entre brasileiros e sauditas.

Da carteira do fundo soberano da Arábia Saudita, apenas 20% dos recursos são investidos no mercado externo. "Mas isso significa US$ 200 bilhões", afirmou na abertura do evento o governador do PIF, Yasir Al-Rumayyan, ao revelar o interesse do fundo em ampliar investimentos em áreas estratégicas no Brasil.

"Começamos os investimentos em 2016 por uma de nossas subsidiárias, a Salic, em segurança alimentar. Agora estamos interessados em tecnologia, energias renováveis, mineração e, se tudo der certo, em futebol", disse Al-Rumayyan, que também é presidente do Conselho de Administração da Aramco, estatal saudita do petróleo, e do conselho do clube inglês Newcastle, onde o fundo tem participação majoritária.

A corrente de comércio entre Arábia Saudita e Brasil era de US$ 6,7 bilhões em 2023, 30% a mais que em 2010. Em investimentos estrangeiros diretos (IED), o Brasil foi o segundo maior receptor no mundo em 2023 (US$ 64 bilhões), atrás só dos Estados Unidos, mas a Arábia Saudita não aparece entre os principais investidores.

Nos corredores do FII Priority Summit, as previsões para possíveis investimentos do PIF no Brasil variaram entre os US$ 10 bilhões citados pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e os US$ 15 bilhões mencionados pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. "O Brasil é um celeiro para oportunidades de investimento, com pipeline de projetos muito arrojados e com complementaridade com a Arábia Saudita", disse Renan Filho.

O titular do MME afirmou que há convergência entre as ambições do fundo e os projetos que o governo brasileiro considera fundamentais e destacou o interesse dos árabes em investir em infraestrutura e na cadeia de energia renovável. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, também destacou as oportunidades em segurança alimentar e produção sustentável.

Durante o evento, tanto Lula quanto o vice-presidente Geraldo Alckmin tiveram reuniões a portas fechadas com representantes do PIF. Após o encontro, o chefe do Planalto afirmou que seus ministros continuariam em contato com os representantes para viabilizar possíveis acordos com o fundo árabe. Alckmin, por sua vez, afirmou não ter dúvidas de que a parceria entre Brasil e Arábia Saudita trará bons frutos. "Quando a gente trabalha junto, atrai investimentos recíprocos, avança no desenvolvimento, gera emprego, e promove a paz e a vida digna das pessoas", afirmou.

Ao conclamar investidores a apostarem no Brasil, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, citou emprego e inflação; vantagens em segurança alimentar, por ser o terceiro maior produtor e segundo maior exportador de alimentos; e o desejo de o país liderar a transição energética. A jornalistas, Mercadante mencionou discussões entre BNDES e PIF sobre a possibilidade de criação de um fundo bilateral, para investimentos e coinvestimentos em empresas.

O fundo soberano da Arábia Saudita foi lançado em 1971, mas reestruturado em 2015 como parte das iniciativas da nação para se adaptar à nova realidade mundial, onde o petróleo perde gradativamente importância e a economia exige diversificação. A base da nova estratégia é o plano Visão 2030, para transformar a base econômica do país. Nos encontros com parceiros estratégicos, a Arábia Saudita também se mostra aberta ao mundo e apresenta seu potencial de investimentos.

No Rio, Al-Rumayyan disse que a meta é que o fundo soberano da Arábia Saudita alcance, até 2030, algo entre US$ 2 trilhões e R$ 3 trilhões em ativos sob administração. Dos recursos investidos fora da Arábia Saudita, além do Brasil, há aportes nos Estados Unidos, França, Suíça, Índia e Rússia, por exemplo, e em empresas como Accor e Uber.

> "Precisamos trabalhar juntos. Ver e ouvir um ao outro, investir com dignidade"
> *Reema Al Saud*

A embaixadora da Arábia Saudita nos Estados Unidos, princesa Reema Bint Bandar Al Saud, disse estar "pessoalmente animada" com a liderança do Brasil na América Latina e declarou que, em sua opinião, o presidente Lula tem "visão clara" de onde o país quer ir: "Nós precisamos trabalhar juntos [com o Brasil]. Ver e ouvir um ao outro, investir com dignidade", afirmou.

O FII Priority Summit também esteve no centro do debate macroeconômico do país, por conta do discurso do presidente Lula e a percepção de um aumento de risco no Brasil por causa da situação fiscal. Ao destacar o potencial dos investimentos no país, Lula disse que seu governo está "arrumando a casa" e colocando as contas públicas em ordem, mas citou apenas aumento de arrecadação e não redução de despesas, o que contribuiu para a piora do humor nos mercados.

Nas plataformas do **Valor Econômico,** você acompanha tudo sobre a primeira edição do **FII Priority na América Latina**, que reúne grandes lideranças em torno de um dos maiores desafios do planeta: garantir a dignidade de todos.

APRESENTAÇÃO

Balança comercial Em 2023, as vendas do Brasil para a nação árabe somaram US$ 3,2 bilhões, o melhor resultado em cinco anos

Riad cresce em importância para exportações brasileiras

Marcus Lopes
Para o Valor, de São Paulo

Considerado o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, a Arábia Saudita cresce em importância para as exportações brasileiras. Em 2023, as vendas para a nação árabe somaram US$ 3,2 bilhões, o melhor resultado em cinco anos. No total, a balança comercial entre os dois países fechou o ano passado em US$ 6,7 bilhões. Mesmo com o déficit registrado de cerca de US$ 300 milhões para o Brasil no último balanço anual, especialistas são unânimes em apontar as boas perspectivas comerciais entre os dois países para os próximos anos.

Até 2030, a projeção é que o comércio bilateral chegue a US$ 10 bilhões, segundo projeções do Gulf Research Center — consultoria especializada na região do Golfo Pérsico. "Apesar de expressivo, esse valor, de US$ 10 bilhões, ainda será muito pequeno diante do potencial de comércio que pode ser explorado entre os dois países", diz o professor da FIA Business School, Paulo Feldmann.

Nos últimos cinco anos, as exportações brasileiras para a Arábia Saudita cresceram 57%. Na mão inversa, o crescimento das vendas sauditas foi de 53%, segundo levantamento da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB). Os produtos básicos ainda prevalecem, sendo que, do lado brasileiro, se destacam as commodities, em especial proteína de frango, grãos e açúcar. No sentido inverso, os sauditas nos enviam petróleo bruto, derivados petroquímicos e fertilizantes, importantes para o agronegócio nacional.

A tendência é pela diversificação nas relações comerciais, incluindo manufaturados, tecnologia e até aviões. "Certamente há potencial para expansão. O Brasil tem reputação de ser um fornecedor confiável e que respeita o consumidor muçulmano por conta do frango halal", afirma Mohamad Mourad, vice-presidente de relações internacionais da CCAB. A comida halal é aquela cuja produção segue as regras e valores do islamismo.

Segundo Mourad, há potencial para o mercado de novos produtos brasileiros, como alimentos pré-prontos e porcionados, café torrado e frutas processadas, como açaí. "A população saudita é predominantemente urbana, jovem, na casa dos 30 anos, que leva um dia agitado fora de casa e que deseja praticidade para se alimentar."

DIVULGAÇÃO

Ricardo Faria, da Granja Faria: compreensão da cultura e dos costumes locais

US$ 6,7
bi foi o saldo, em 2023, da balança comercial entre os dois países

Para se ter uma ideia, apenas as exportações de chocolates e preparados à base de cacau saltaram de US$ 19 mil, em 2022, para US$ 13,7 milhões em 2023, segundo levantamento feito pelo governo federal. "Certamente é um mercado consumidor muito relevante e de renda mais alta, o que abre novas oportunidades em diversas áreas de atuação", atesta Herlon Brandão, diretor de estatísticas e estudos de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Alimentos brasileiros também apresentam potencial para reexportação a partir da Arábia Saudita. "Os países do Golfo aproveitam sua posição estratégica entre Oriente e Ocidente para intermediar mercadorias há séculos. No passado essa intermediação era feita por caravanas de camelos que cruzavam o deserto. Hoje, são zonas francas altamente especializadas e bem conectadas a portos e aeroportos", conta Mourad.

Novas oportunidades de negócios também podem surgir com a possível entrada da Arábia Saudita nos Brics — grupo de países de mercados emergentes — e o robusto plano árabe de modernização nacional, o Visão 2030, que inclui novos projetos econômicos e de infraestrutura. "Esse projeto cria oportunidades para o crescimento de relações comerciais que envolvam setores que ainda têm participação modesta na parceria entre os dois países", explica a professora Fernanda Brandão Martins, coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Presbiteriana Mackenzie Rio.

A ApexBrasil listou 309 oportunidades de negócios na Arábia Saudita, com destaque para setores de máquinas, equipamentos de transportes, mineração e manufaturados, como calçados, produtos à base de celulose (papel e papelão) e outros. "As importações sauditas em manufaturados alcançam cerca de US$ 3,5 bilhões, mas o Brasil detém apenas 1,2% de fatia desse mercado", diz Gustavo Ribeiro, coordenador de acesso de mercados da ApexBrasil.

Apesar das boas perspectivas, é necessário estar atento às complexidades que envolvem as relações com o Oriente Médio. Feldmann ressalta que, além das questões políticas internas e geopolíticas envolvendo a Arábia Saudita, que exigem muita diplomacia no xadrez político e econômico por causa dos conflitos na região, as empresas e o governo brasileiro devem estar atentos às especificidades locais. Entre elas, o estímulo dado às empresas estrangeiras para a instalação de unidades locais, o que não é um processo simples. "Isso tem a ver com o desejo deles em diversificar a economia local, provavelmente em preparação ao futuro declínio do petróleo", diz.

"Para que as empresas brasileiras estejam aptas a ingressar no mercado árabe, é fundamental que compreendam a cultura e os costumes locais", explica o empresário Ricardo Faria, fundador e presidente do conselho de administração do grupo Granja Faria, que desde 2013 exporta ovos para a Arábia Saudita, grande consumidor do produto. Em 2023, os árabes compraram US$ 2,7 milhões em ovos brasileiros, segundo dados do MDIC. "Essa compreensão vai além de uma simples adaptação linguística, abrangendo também práticas de negócios, tradições e valores sociais", afirma.

Negócio das arábias

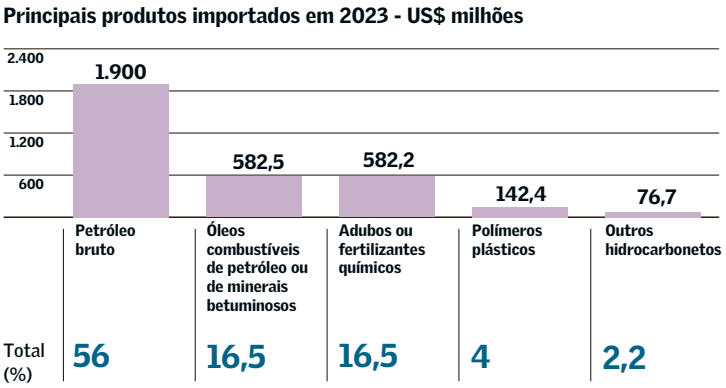
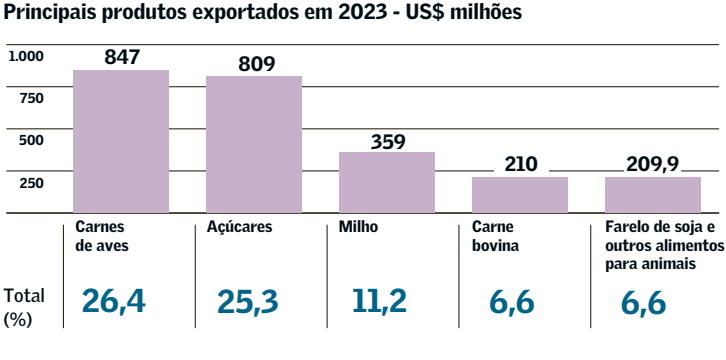
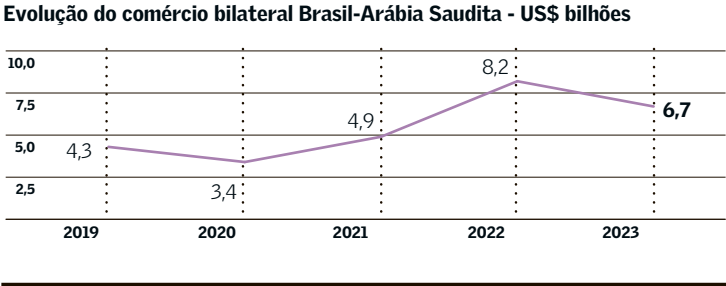
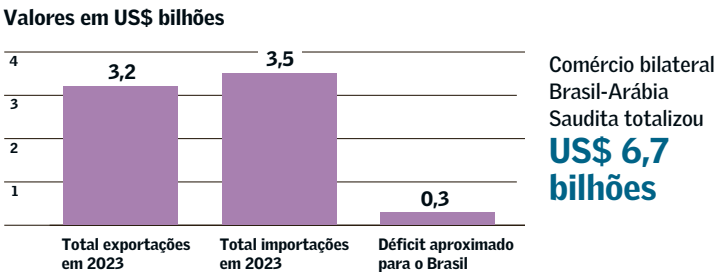
Arábia Saudita é o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio

Valores em US$ bilhões

Comércio bilateral Brasil-Arábia Saudita totalizou **US$ 6,7 bilhões**

Evolução do comércio bilateral Brasil-Arábia Saudita - US$ bilhões

Principais produtos exportados em 2023 - US$ milhões

Principais produtos importados em 2023 - US$ milhões

Fontes: ApexBrasil e Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

Visão para 2030 inclui expansão do setor imobiliário

DIVULGAÇÃO

Victoria Netto
Do Rio

A Arábia Saudita vive um período de grande expansão econômica, movimento que tem impulsionado o setor imobiliário do país. O diretor-presidente da empresa de desenvolvimento e gestão do Distrito Financeiro King Abdullah (KAFD DMC), Gautam Sashittal, que lidera o maior empreendimento urbano de Riad, capital do reino saudita, encara o cenário com otimismo, sobretudo quando colocado em perspectiva.

"É um dos países que mais crescem no G20, [a Arábia Saudita] é a 19ª maior economia do mundo e a maior da região do Oriente Médio, com mais de 70% da população abaixo de 30 anos. As perspectivas são enormes", disse Sashittal ao **Valor** no FII Priority Summit, encontro internacional de líderes e executivos no Rio.

Enquanto a China, a segunda maior economia do mundo, vê a maré virar com o seu mercado imobiliário em crise, a Arábia Saudita surfa uma onda favorável. O país, reconhecido por ser um "petro-Estado", com as maiores reservas da commodity energética no mundo, aposta na diversificação, buscando estreitar laços com parceiros, como o Brasil, e abrir novas frentes de investimento.

"Estamos criando um ecossistema de negócios que também tem serviços financeiros" *Gautam Sashittal*

Sashittal destacou que o reino saudita está colocando mais de US$ 1 trilhão em diferentes investimentos, tendo no horizonte o cumprimento dos objetivos da chamada "Visão 2030", plano nacional que prevê o desenvolvimento em várias áreas — entre elas, moradia. A expansão se dá, por exemplo, com um programa habitacional lançado em 2018, que vem aplicando o acesso ao financiamento diante da meta de que 70% das famílias possam ter casas próprias até 2030.

Além de suprir o déficit habitacional na Arábia Saudita, os novos projetos também têm o intuito de criar novas oportunidades de investimento, de emprego e de comunidades mais fortes, de acordo com o plano nacional.

"O setor imobiliário está indo extremamente bem na Arábia Saudita. Vemos essa atração no KAFD, por exemplo, como o maior empreendimento vertical da cidade. Temos organizações governamentais, ministérios e empresas internacionais chegando e se instalando no KAFD e em Riad", disse Sashittal. De acordo com o executivo, o distrito é mais do que um centro de negócios. "É uma cidade de dentro de uma cidade" e uma proposta de um estilo de vida.

"Não somos apenas um distrito financeiro. Estamos criando um ecossistema de negócios que também tem serviços financeiros como parte de sua oferta. Mas o mais importante é que, para as residências, estamos criando esse estilo de vida diferente, a vida vertical aberta, onde as pessoas vivem em apartamentos, criando uma comunidade", destacou.

Fundado em 2007, com uma estimativa de custo de cerca de US$ 7,8 bilhões, o distrito pertence e é administrado pela KAFD DMC, companhia criada em 2018 como uma subsidiária do Fundo de Investimento Público (PIF) da Arábia Saudita. O local era anteriormente administrado pela Corporação de Investimento Rayadah, em nome da Autoridade de Pensões do Reino da Arábia Saudita.

Segundo Sashittal, o distrito oferece cinco classes de ativos: escritórios, residências, varejo, hotéis e entretenimento. Com 95 edifícios e apenas uma parte do banco de terrenos construída, a perspectiva é que novas edificações surjam no futuro. Mas, por enquanto, o foco é a entrega dos empreendimentos que estão sendo finalizados.

"Há uma lista de espera muito longa. Estamos vendo muitas pessoas que alugaram escritórios no KAFD que também querem morar lá", contou Sashittal. De acordo com o executivo, são 14 mil pessoas trabalhando no distrito e, nos próximos 12 a 18 meses, o número pode crescer para 60 mil. Os principais inquilinos englobam a petrolífera estatal Saudi Aramco, Goldman Sachs, BNP Paribas, PepsiCo e Pfizer Saudi, além de integrantes do governo e executivos.

O empreendimento foi projetado como uma cidade vertical interconectada, com a proposta de que os habitantes estejam a 10 minutos de vários serviços usando do transporte integrado, 24 horas por dia e 7 dias por semana.

O executivo também destacou que a empresa está investindo "muito esforço e dinheiro" em opções de sustentabilidade. "Estamos falando sobre reaproveitamento de água, sobre saídas ecológicas e sobre usar a tecnologia para que passe da manutenção reativa para a preventiva", disse.

Negócios Aportes destinados a diferentes setores da economia brasileira seguem estratégia geopolítica

Expectativa é de aumento dos investimentos

Carlos Vasconcellos
Para o Valor, do Rio

O diálogo entre o Brasil e a Arábia Saudita voltou a se intensificar em 2023. Com essa aproximação, aumenta a expectativa de um aquecimento nos investimentos diretos entre os dois países, um fluxo historicamente baixo. A Câmara de Comércio Árabe-Brasileira calcula que, entre 2004 e 2019, um total de US$ 1,69 bilhão em investimento com origem na Arábia Saudita tenha ingressado no Brasil.

Os primeiros movimentos começam a acontecer. Operando no mercado saudita desde os anos de 1970, a BRF planeja abrir uma segunda fábrica na Arábia Saudita, como parte do acordo concluído em 2023 com o Public Investment Fund (PIF), fundo soberano da Arábia Saudita, que deu origem a uma nova subsidiária, a HPDC (Halal Products Development Company), com 70% de participação da BRF. O objetivo do novo acordo é aumentar a participação das marcas da BRF no Oriente Médio, usando o mercado saudita como plataforma.

O investimento acelera a estratégia de expansão da BRF no segmento Halal, que engloba os alimentos processados e produzidos de acordo com as leis islâmicas. Por outro lado, por meio da SALIC, empresa agropecuária saudita financiada pelo PIF, os árabes adquiriram 11,03% das ações da BRF. Esta não foi a única incursão da SALIC no mercado brasileiro, onde já detém cerca de 30% das ações da Minerva Foods.

O interesse da Arábia Saudita no Brasil não se limita ao setor de alimentos. Na indústria de mineração, por exemplo, a Manara Minerals aportou US$ 2,5 bilhões para adquirir uma participação minoritária na Vale Base Metals, divisão de minerais não ferrosos da Vale.

Adriano Borges, sócio e diretor de investment banking do BTG, observa que os investimentos externos sauditas seguem uma lógica geopolítica. "É uma visão mais estratégica do que financeira. Os investimentos agropecuários, por exemplo, visam garantir a segurança alimentar do país, por exemplo. A compra de participação na Vale Base Metals, por sua vez, garante acesso ao fornecimento de cobre e níquel, importantes para o segmento de veículos elétricos".

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Vemos bastante potencial para segmentos mais sofisticados, especialmente aviação e fármacos"
Adriano Borges

Para Borges, as oportunidades no intercâmbio com a Arábia Saudita não se limitam às commodities. "Vemos bastante potencial para segmentos mais sofisticados, especialmente aviação e fármacos. Também há espaço para outros setores, como hotelaria e serviços, mas com volumes de investimento menores".

Para Mohamad Mourad, vice-presidente de Relações Institucionais da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, os investimentos sauditas no país poderiam ser maiores. Ele destaca, no entanto, que é importante o Brasil alcançar o grau de investimento para atrair mais aportes. "A governança de muitos fundos sauditas ainda os impede de aportar dinheiro em países que não têm o chamado grau de investimento", observa.

Mourad aponta ainda o potencial de cooperação na área de defesa, especialmente com a possível aquisição do cargueiro militar KC 390, da Embraer, pela Arábia Saudita e a transferência para território saudita de parte de cadeia de suprimento da empresa brasileira.

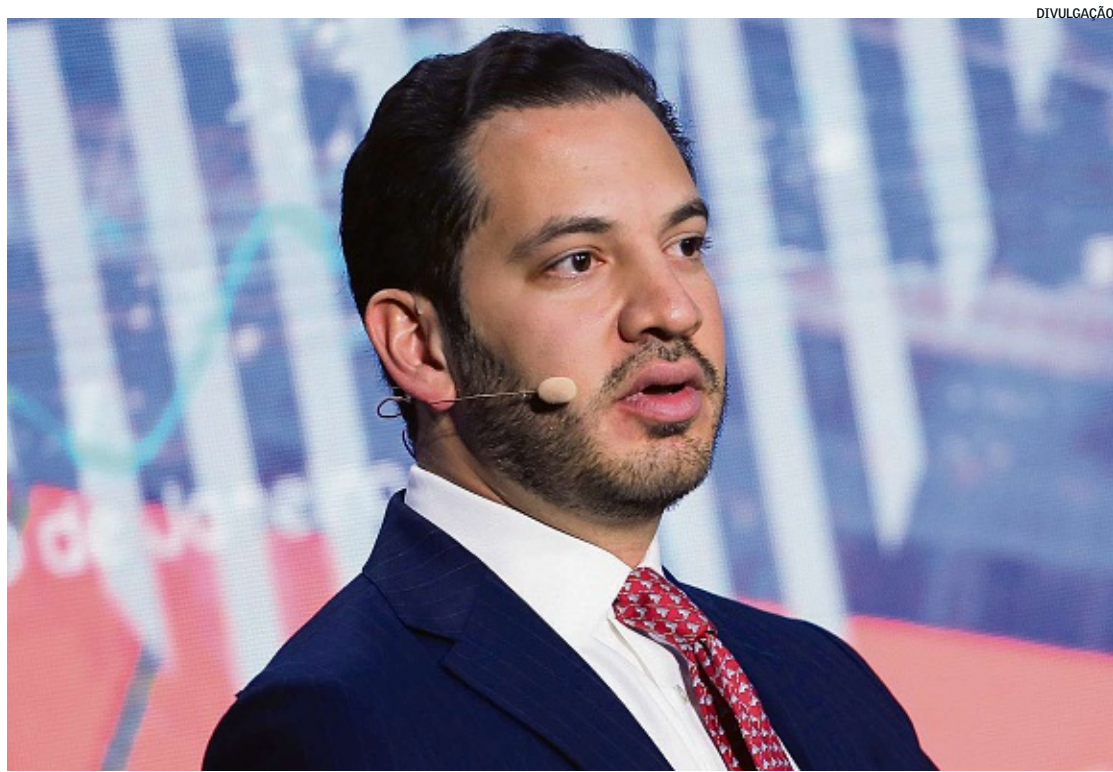
"Também há possibilidades na área de transição energética. Assim como o Brasil, os sauditas querem ser uma referência em energia limpa e há projetos de geração de energia solar e eólica em implantação no reino, além da maior usina de eletrólise de hidrogênio já construída no mundo, em Neon."

Para Mourad, o Brasil é o país com melhores condições objetivas para se produzir a energia descarbonizada. A demanda brasileira por infraestrutura, por outro lado, também atrai os sauditas. Em 2023, por meio do PIF, os sauditas participaram do consórcio vencedor do primeiro lote de concessão de rodovias do Paraná, liderado pelo Pátria Investimentos. A entrada dos árabes foi considerada decisiva para a vitória no leilão. O projeto total prevê investimentos de R$ 7,9 bilhões em obras de melhorias e manutenção em 473 km de várias rodovias no Paraná.

A gestora de investimentos, que opera no Oriente Médio desde 1997, não pretende parar por aí e continua a buscar oportunidades. No começo de junho, assinou um memorando de entendimentos com o Ministério do Investimento do Reino da Arábia Saudita.

Segundo Andre Sales, sócio do Pátria, trata-se de um compromisso de investimento das duas partes. "A Arábia Saudita, que historicamente tem sido fonte de capital relevante de investimento na América Latina, agora passa a ser também interessante como mercado-chave de crescimento para nossas empresas do portfólio. Além de logística, transporte e infraestrutura, temos apetite para segmentos como energias renováveis e infraestrutura de telecomunicações", diz.

O BTG também decidiu abrir um escritório em Riad. "Há muitas oportunidades no horizonte e, para aproveitá-las, você precisa estar na Arábia Saudita, próximo dos parceiros brasileiros e, ao mesmo tempo, conhecendo melhor a cultura de negócios local", afirmou Borges.

DIVULGAÇÃO

Abulrahman T. Bakir, do Misa: "Estamos começando a olhar agora o setor de saúde e farmacêutico"

Intercâmbio avança com a criação de ministério

Kariny Leal
Do Rio

"Este é o melhor momento da relação entre Brasil e Arábia Saudita." A afirmação é do diretor-executivo do Ministério de Investimentos da Arábia Saudita (Misa, na sigla em inglês) para as Américas, Abulrahman T. Bakir, que lembra ainda que as trocas entre os dois países, que já acontecem há 50 anos, têm "aumentado muito" desde 2020, quando os sauditas criaram o Ministério de Investimentos. Os setores brasileiros de saúde e financeiro têm entrado no radar do Misa nos últimos meses.

De acordo com Bakir, o ministério funciona como um guarda-chuva para endereçar os investimentos de grandes atores da Arábia Saudita, entre eles o Fundo de Investimentos Públicos do país (PIF, na sigla em inglês), companhias privadas e empresas estatais, como a Saudi Aramco, a petroleira saudita. "Nós temos nove escritórios do ministério no mundo, e o Brasil é o número um quando pensamos em América Latina", explica Bakir. "O montante investido pela Arábia Saudita no Brasil é quase o dobro de outros países da região."

Desde a criação do Misa, em 2020, até novembro de 2023, os investimentos do ministério saudita no Brasil somaram US$ 4,25 bilhões, segundo levantamento ao qual o **Valor** teve acesso. Antes da criação da pasta, o volume investido pelo país árabe no Brasil no acumulado entre 2010 e 2019 foi de menos de US$ 500 milhões. "Os investimentos sauditas no Brasil cresceram 750% com a criação do ministério, liderado pelo ministro Khalid Al-Falih."

O diretor destaca a importância das visitas mútuas de representantes de Brasil e Arábia Saudita , que têm estreitado as relações. Em julho de 2023, o ministro Al-Falih esteve no Brasil com uma delegação de cerca de 100 pessoas para visitar agentes públicos e privados. Na ocasião, o ministro anunciou acordos de investimentos que somavam US$ 3,5 bilhões. Foi nessa ocasião que o PIF anunciou a compra de 10% do negócio de metais básicos da Vale por US$ 3,4 bilhões por meio da Manara Minerals, joint-venture do fundo de investimento público com a companhia de mineração estatal Maa'dene.

Em novembro de 2023, foi a vez do presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitar a Arábia Saudita. Na viagem, confirmou que o Brasil se tornaria membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o que sinalizou mais uma aproximação. A Embraer, que teve representantes na comitiva presidencial, anunciou três memorandos de entendimento com empresas e o governo saudita no setor aeroespacial. Também nessa viagem, o então presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, declarou que avançou em parcerias.

O último encontro foi uma missão do vice-presidente Geraldo Alckmin à Arábia Saudita, em junho deste ano, quando assinou acordo de cooperação em defesa com o ministro saudita Khalid Bin Salman, além de memorandos de entendimentos com a maior rede de supermercados do Oriente Médio, Lulu, e com o próprio Misa.

"Montante investido pela Arábia Saudita no Brasil é quase o dobro de outros países da região"
Abulrahman T. Bakir

Bakir disse que essas visitas estão mais frequentes e devem aumentar. "A potência do Brasil precisa ser sentida e vivida. Não conseguimos entender quando estamos longe. Para entendermos esse potencial precisamos estar próximos." Afirmou ainda que representantes da Arábia Saudita têm mais visitas marcadas ao Brasil para participar da Cúpula do G20, no Rio, em novembro deste ano e na COP30, a conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece em Belém (PA) em novembro de 2025.

Segundo Bakir, os setores de saúde e financeiro são os principais focos dos sauditas no Brasil. "Estamos começando a olhar agora o setor de saúde e farmacêutico. Estamos nos aproximando do Hospital Sírio Libanês, que tem um nível de qualidade alto, o maior que eu já vi. Queremos entender o potencial e estarmos próximos."

No setor financeiro, os sauditas assinaram no mês passado um memorando de entendimentos com a Pátria Investimentos para facilitar investimentos entre os países. "Os investidores de venture capital e de private equity veem valor no Brasil. Esses tipos de investimentos vão crescer muito entre os dois países. O Brasil tem mais oportunidades do que capital, o que leva o valuation a ficar mais atrativo do que em outros países. As empresas brasileiras também são muito bem vindas na Arábia Saudita", disse.

Turismo ganha incentivos para dinamizar economia

Paula Martini
Do Rio

Com amplas restrições ao turismo até pouco tempo, a Arábia Saudita agora quer se consolidar como destino turístico internacional, com planos de atingir 150 milhões de visitantes por ano até 2030. O incentivo ao setor visa dinamizar a economia saudita, hoje, basicamente dependente do petróleo. A expectativa é que o turismo alcance 10% do PIB do país até o fim desta década.

A virada faz parte de uma série de reformas implementadas pelo herdeiro do trono saudita, o príncipe Mohammed bin Salman, que decidiu abrir o país para um público mais diversificado. Até então, o reino só permitia a entrada de peregrinos muçulmanos com destino à Meca e Medina, além de viajantes de negócios e diplomatas.

Entre o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico, a Arábia Saudita busca emergir como um destino que mistura modernidade, cultura e belezas naturais que vão do deserto ao litoral, além de cidades históricas tombadas pela Unesco.

O ponto de virada do país, conhecido como uma das nações islâmicas mais fechadas do Oriente Médio, foi a implementação do sistema eletrônico de vistos para turismo, em setembro de 2019. O "eVisa" é um visto de entrada múltipla de um ano, que permite passar até 90 dias no país para atividades relacionadas ao turismo. "É um processo simples, online, que dura cinco minutos, e virou o jogo", disse o vice-ministro para capacitação de destinos turísticos da Arábia Saudita, Mahmoud Abdulhadi.

Atualmente, 66 nações são elegíveis para o visto eletrônico da Arábia Saudita — o Brasil ainda não é uma delas — e 109 milhões de pessoas fizeram viagens turísticas no país em 2023, das quais 27,4 milhões eram estrangeiros. "A população de países elegíveis também está crescendo porque as pessoas que têm visto americano, por exemplo, conseguem acessar a nossa plataforma de vistos de uma forma muito mais eficiente", diz.

Abdulhadi veio ao Brasil para o FII Priority Summit, que aconteceu entre os dias 11 e 13 de junho, no Rio. Ele destacou que a parceria entre Brasil e Arábia Saudita pode ser proveitosa para os dois países trocarem experiências sobre o desenvolvimento da atividade e que a inclusão dos brasileiros entre os países contemplados pelo visto online é um projeto em andamento.

Os 27,4 milhões de visitantes internacionais mencionados por Abdulhadi gastaram US$ 37,7 bilhões no país, de um total de US$ 68,2 bilhões movimentados pelo turismo doméstico e internacional em 2023. Mas o reino quer mais. "Temos como meta atingir uma contribuição de 10% do PIB proveniente do turismo até 2030, o que significa que ele será o segundo maior contribuinte depois do petróleo e gás", projeta o vice-ministro.

LEO PINHEIRO/VALOR

Mahmoud Abdulhadi: sistema eletrônico de vistos ampliou entrada de turistas

Ele explicou que os deslocamentos internos eram praticamente inexistentes na Arábia Saudita e saltaram na pandemia, quando as fronteiras internacionais ficaram fechadas e os sauditas começaram a descobrir o próprio país. As viagens para fins religiosos ainda são as principais, uma vez que o reino abriga as cidades sagradas de Meca e Medina. As partidas e chegadas para lazer, porém, tem crescido. "Só no ano passado, vimos que mais de 8 milhões dos cerca de 27 milhões de turistas estrangeiros vieram puramente para lazer. É o segmento que mais cresce no país."

De acordo com Abdulhadi, as viagens de lazer já superam inclusive as de negócios, que são expressivas devido à cadeia de petróleo e gás instalada no país. "As viagens de negócios sempre estarão presentes porque somos um país do G20, com grandes empresas. Mas o lazer cresceu e estamos vendo também uma combinação dos dois objetivos", completou.

27,4 mi
de estrangeiros visitaram a Arábia Saudita em 2023

No centro do novo momento do reino está o distrito de Diriyah, berço do reino saudita fundado há mais de 300 anos. A região, reconhecida como patrimônio mundial pela Unesco, está passando por uma revitalização completa, com investimentos de US$ 64 bilhões. O projeto é supervisionado pelo Fundo Soberano da Arábia Saudita, o PIF.

"Nós já gastamos US$ 10 bilhões para tornar a região o maior centro cultural, ecologicamente correto e amigável para pedestres do mundo. E teremos 42 hotéis, 100 restaurantes, 500 lojas, duas universidades e 30 mil residências", disse o CEO do Diriyah Group, Jerry Inzerrillo, um empresário americano com cinco décadas de atuação no setor hoteleiro. Ele também esteve no Rio para o FII Priority Summit e comparou Diriyah a uma Beverly Hills saudita. "Beverly Hills está no meio de outra cidade, Los Angeles, assim como Diriyah está no centro de Riad", disse

O executivo disse ainda que há negociações entre o ministério do turismo saudita e o brasileiro para ampliar a oferta de voos entre os países. Além de Diriyah, a Arábia Saudita está desenvolvendo Neom, uma cidade futurística na costa do Mar Vermelho. O reino também tem investido em grandes eventos, como grande prêmio de Fórmula 1. Além disso, se prepara para a primeira edição da Copa de "Esports", os Jogos Asiáticos de Inverno, em 2029, e a Copa do Mundo, em 2034 — e sonha em sediar uma Olimpíada.

INÊS 249

BTG Pactual e Microsoft, juntos na maior transação de créditos para remoção de carbono da história.

O BTG Pactual Timberland Investment Group (TIG) fornecerá à Microsoft 8 milhões de créditos para remoção de carbono até 2043, a maior transação da história. Essa iniciativa faz parte da estratégia de reflorestamento na América Latina desenvolvida pelo BTG Pactual em colaboração com a Conservação Internacional, nossa Conselheira de Impacto. A Microsoft está comprometida com a compra de créditos de remoção de alta integridade – inspirando outras empresas a seguirem o mesmo caminho em direção à manutenção ambiental para gerações futuras.